

# RURAL CONECTADO

Mídia e processos sociotécnicos  
no Brasil e Argentina

Medios y procesos sociotécnicos  
en Brasil y Argentina

Eduardo Andres Vizer  
Eugenia Barichello  
Ada C. Machado da Silveira  
(Organizadores)

**FACOS - UFSM**

Eduardo Andres Vizer  
Eugenia Barichello  
Ada C. Machado da Silveira  
(Organizadores)

**Rural Conectado**  
**Mídia e processos sociotécnicos**  
**no Brasil e Argentina**  
*Medios y procesos sociotécnicos*  
*en Brasil y Argentina*

Santa Maria  
FACOS-UFSM  
2016

R948 Rural conectado [recurso eletrônico] : mídia e processos sociotécnicos no Brasil e Argentina / Eduardo Andres Vizer, Eugenia Barichello, Ada C. Machado da Silveira (org.). – Santa Maria, RS : Facos-UFSM, 2016.  
1 e-book : il.

1. Desenvolvimento rural 2. Comunicação 3. Tecnologias de Informação e Comunicação 4. Mídia  
I. Vizer, Eduardo Andres II. Barichello, Eugenia  
III. Silveira, Ada C. Machado da

CDU 316.334.55

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte CRB-10/990  
Biblioteca Central - UFSM



Este trabalho está licenciado sob uma Licença  
Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.  
Para ver uma cópia desta licença, visite "[Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)  
— Attribution-NonCommercial 4.0 International — CC BY-NC 4.0

# Sumário

- 08 **Prefácio**  
Ricardo Dominic Thornton
- 10 **Apresentação**  
Eduardo A. Vizer, Eugenia M. M. da R. Barichello e  
Ada C. Machado da Silveira (UBA-UFSM, Argentina, Brasil)
- I Parte – Espaço rural e apropriação de TICs**
- 18 **As representações sobre a reforma agrária:  
as ações do MST e as mídias digitais**  
Valdir J. Morigi, Solange I. Engelmann e  
Ketlen Stueber (UFRGS, Brasil)
- 52 **A apropriação de TICs por extensionistas e  
agricultores familiares: uma leitura a partir da  
teoria da comunicação linear e em rede**  
Marcela Guimarães e Silva (UFSM-Unipampa, Brasil)
- 76 **Comunicação e afetos: medo e disputas  
por “verdades” no campo do tabaco**  
Carlise Schneider Rudnicki (UFRGS, Brasil)
- 93 **Yo/Aquí/Ahora. Las postales de ayer, las selfies de hoy**  
Ximena Carreras Doallo (UNQ, Argentina)

- 113 **Rural conectado pelas rádios comunitárias**  
Maria Ivete T. Fossá (UFSM, Brasil)
- 133 **Jóvenes, comunicación y tecnologías:  
estrategias para afrontar la incertidumbre**  
Matias Centeno (INTA, UNSL, Argentina)
- 168 **Antecedentes da popularização científica  
na região platina: gêneros discursivos no século XX**  
Phillipp Dias Gripp e Ada C. Machado da Silveira  
(UFSM, Brasil)

## **II Parte – Imagens do Rural**

- 201 **O rural brasileiro pela configuração visual de  
apresentação do telejornal Globo Rural**  
Fabiano Maggioni (UFSM, Brasil)
- 221 **Construção e reforço de uma identidade  
gaúcha campesina: à guisa de “O tempo e o vento”  
e “Anahy de las Misiones”**  
Flavi F. Lisboa Fo. (UFSM, Brasil)
- 241 **A fotografia na feira: entre olhares, fatos e  
experiências compartilhadas**  
Maria Catarina C. Zanini, Silvana S. de Oliveira e Daniele P.  
Cielo (UFSM, Brasil)

**261 A I Mostra Imagens do Rural: textos verbo-visuais em circulação**

Bibiana Silveira, Maria Liz Benítez A., Clarissa Schwartz e Ada C. Machado da Silveira (UFMSM-Feevale, Brasil)

**277 Miradas plurales: itinerancia fotográfica y sujetos agrários**

Marina Poggi y Alejandra de Arce (UNQ, Argentina)

**Excurso**

**301 Síntese do Programa de Cooperação Bilateral Brasil-Argentina**

Ada C. Machado da Silveira (UFMSM-UNQ, Brasil)

**316 A modo de cierre**

Maria Silvia Ospital (UNQ, Argentina)

**318 Sobre os Autores**

# Prefacio

---

El texto aquí presentado es un aporte valioso al debate y comprensión de la influencia de los medios y procesos sociotécnicos dinamizado por las TICs en la ruralidad de Argentina y Brasil.

Las TICs son las Nuevas Tecnologías de la Información y Comunicación, que surgen y se desarrollan con una velocidad admirable en el marco de la llamada “revolución del conocimiento”.

Los procesos de vinculación comunicacional que nos ofrecen las TICs, interpelan paradigmas y, seguramente reconstruyen y construirán otras por venir.

La heterogeneidad de la ruralidades de ambos países, también interpela a los tomadores de decisión y adoptadores la manera en la cual las TICs pueden y deben aportar a la construcción de una ruralidad más comunicada, democrática e inclusiva.

La tecnología a través de la historia de la humanidad ha sido fundamental para la mejora de la calidad de vida de los pueblos, pero también, sus impactos -cuando mal empleadas- han generado efectos no deseados.

Será entonces saludable preguntarnos ¿que queremos de las TICs?, ¿por qué las queremos? y, ¿ para qué las queremos?

Las nuevas generaciones – nativos digitales - son naturales adoptadores e innovadores en el ciberespacio multiferta de las TICs, aún aquellos que viven en situaciones de precariedad rural. Si hay conectividad hay vida para estas generaciones.



De ahora en más, las TICs como instrumento irán construyendo múltiples puentes comunicacionales en la ruralidad de forma natural y, esta escenografía deberá ser comprendida y aprovechada por los Sistemas de Extensión rural.

Ya es realidad la e-extensión, entendiendo la misma como: aquellas tareas de extensionismo rural que se basan en el uso intensivo de las TICs y que supone desarrollar muchas de las acciones de forma virtual y a distancia. Además de permitir realizar acciones de forma remota, incorpora la posibilidad de otros dos aspectos novedosos y muy interesantes que son la de realizar acciones en tiempo real y con mayor número de participantes en forma simultánea (Daniel Espíndola).

El texto aquí presentado recorre un índice de autores con miradas diversas como convocantes de la ruralidad conectada de ambos países. Los escritos resultan amenos e invitan a la reflexión sobre un tema de actualidad y mucho futuro.

Buenos Aires, septiembre del 2016.

Ricardo Dominic Thornton

# Apresentação

---

*Rural Conectado* é uma coletânea de textos produzidos por pesquisadores que se fizeram devedores de atividades decorrentes da realização do Convênio Bilateral CAPES-MINCYT. O convênio amparou um projeto em rede envolvendo pesquisadores das universidades brasileiras - a Universidade Federal de Santa Maria (proponente) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (associada) e, da Argentina - a *Universidad Nacional de Quilmes* (proponente) e a *Universidad de Buenos Aires* (associada). Juntos, docentes e discentes conformaram uma rede de investigadores detidos em considerar o espaço rural de forma muito mais que descritiva e como um modo particular de utilização daquele espaço e de sua vida social. A proposta do Convênio Bilateral foi encaminhada em 2012, aprovada para o ano seguinte e transcorreu até 2015.

Conforme registra o texto apresentado ao final da coletânea, intitulado Excurso. Síntese do Programa de Cooperação Bilateral Brasil-Argentina o conjunto de ações decorreu de antigas relações que proporcionaram a estruturação de um projeto de pesquisa em rede, muito inspirado na reflexão de Eduardo A. Vizer sobre a cultura tecnológica e, em especial, na formação do ator social:

Esse processo de internalização simbólica da sociedade na estrutura profunda de formação da personalidade dos indivíduos - à qual denomino de observador - se complementa no sujeito por meio da expressão e da externalização (ante si mesmo e ante os demais, ou seja, a sociedade) como um ator social e como fonte de interações sociais. Na formação dos indivíduos, a posição observador é parte de um lento processo de amadurecimento e de internalização das relações duais entre sujeito e objeto, e a posterior consciência - social - da

construção de relações sujeito-sujeito internalizadas (a presença do Outro). O ator social se constitui através da história pessoal por meio da ação coordenada com outros atores [...]. A figura do ator-observador seria assim a expressão do sujeito ‘assimilado’ a uma cultura por meio da história pessoal de suas experiências de internalização nas relações sociais. [...] sujeito ativo (e como ator capaz de selecionar, combinar e avaliar recursos do próprio mundo social e material) (VIZER, 2011, p. 164).

O conjunto de textos possui, ademais da preocupação em torno aos temas da cultura tecnológica, as TICs e sua apropriação, diversas outras questões afetas à sociabilidade no espaço rural, atualmente colocado à mercê das lógicas urbanas. Neste sentido, estamos amparados numa perspectiva que considera que a cultura tecnológica converteu-se em nosso novo meio natural, nossa natureza domada e dominante. Um contexto para o qual o espaço rural começa a cobrar novas abordagens.

O trabalho de investigação do conjunto de autores pode ser avaliado pelos parâmetros analíticos anunciados por Eduardo A. Vizer (2011, p.223):

A noção de práxis envolve períodos inter-relacionados de um processo: primeiro a identificação de um objetivo social, o que surge a partir de problemas específicos que efetivamente existam ou possam chegar a produzir-se. Segundo, o exame crítico das próprias práticas sociais. Em terceiro lugar, a busca de explicações e de alternativas para as práticas que deveriam ser modificadas. Quarto: a experimentação de modos alternativos de fazer as coisas. Em quinto lugar, a revisão das estratégias empregadas. E por último realizar novas experiências e refletir sobre as mesmas até obter um resultado (VIZER, 2011, p. 223).

A presente coletânea está estruturada em duas partes. Compondo um complexo de ações de investigação e de intervenção

social, apresentamos a Parte I da coletânea, intitulada **Espaço rural e apropriação de TICs**. Nela, os textos abordam os desafios da vida no ambiente rural de maneira teoricamente diversificada teoricamente. O elemento comum entre as abordagens talvez consista em considerar que os novos habitantes do espaço rural, a par de sua relação com a natureza, estão empenhados também em desenvolver relações sociais medidas tecnicamente.

O estudo realizado por Valdir José Morigi e suas orientandas da UFRGS Solange I. Engelmann e Ketlen Stueber busca responder a indagação sobre a construção das representações sobre a Reforma Agrária pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) a partir das apropriações das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). Fundamentados na Teoria das Representações Sociais e metodologicamente na Análise de Conteúdo, os autores realizaram uma investigação do conteúdo informativo de matérias publicadas no site eletrônico especial (ou *hotsite*) da primeira **Feira Nacional da Reforma Agrária do MST**. Ademais dos textos e seus enunciados, os sujeitos e sua participação no contexto histórico, político e sociocultural também são destacados na compreensão de como se constroem as representações sociais.

O texto de Marcela Guimarães e Silva, egressa da UFSM e professora da Unipampa, aborda a relação entre desenvolvimento e comunicação nos serviços públicos de extensão rural, no Brasil uma das principais estratégias de desenvolvimento. Foi nesse cenário, que os meios de comunicação assumiram importante papel tanto na difusão de tecnologias e informação para o campo, como na relação entre agricultores e extensionistas. Assim, a problemática desta investigação considera o avanço das TICs diante da sua popularização e possibilidade de participação que representam para os indivíduos no processo comunicacional. Tendo como objetivo compreender

o significado das TICs, a partir da sua apropriação na relação entre extensionistas e agricultores. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo tendo como principal referencial a teoria da comunicação de Muniz Sodré (2002) que argumenta que a comunicação na sociedade midiaticizada recobre questões sobre vinculação social e consumo dos veículos, incidindo assim, em uma nova forma cognitiva de percepção e interpretação do mundo pelos indivíduos. Estes aspectos foram empregados como categorias de interpretação e análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas e observação do cotidiano dos extensionistas do escritório municipal da EMATER/RS – ASCAR e de 16 agricultores familiares de São Borja, na Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com a província argentina de *Misiones*. Diante da realidade estudada observou-se que o tanto os meios tradicionais de comunicação, como as TICs estão inseridas nas rotinas destes indivíduos, representando a expansão das suas relações sociais, a reorganização das suas práticas e a inserção da mulher no gerenciamento da propriedade familiar. Por fim, concluiu-se que as TICs na relação entre agricultores familiares e extensionistas significam novos vínculos, a ampliação do acesso à informação pelos grupos, e, principalmente o reposicionando de cada um destes atores no âmbito do desenvolvimento rural.

A pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS Carlise Schneider estuda os usos da Internet e aspectos afetivo-comunicacionais no meio rural com base numa pesquisa empírica desenvolvida recentemente com agricultores dedicados à cultura do tabaco do Rio Grande do Sul (Brasil).

A pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM, Maria Ivete T. Fossá, realizou seu estágio pós-doutoral junto ao *Centro de Estudios Rurales da Universidad Nacional de Quilmes* (CEAR-UNQ), na Argentina, entre 2013-14. Seu olhar atento sobre

questões de organização social, permitiu analisar alternativas de ação cooperativa entre agricultores familiares na região centro do estado do Rio Grande do Sul (Brasil).

Proveniente da Pampa argentina, o pesquisador da *Universidad de San Luís* (USL) e do *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria* (INTA), Matias Centeno, compartilha com o grupo diversas preocupações atinentes à apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) com base em suas atividades investigativas naquele território, detido na juventude rural.

De outra parte, o estágio pós-doutoral de Ada C. Machado da Silveira (professora da UFSM e pesquisadora do CNPq), em Buenos Aires proporcionou o desenvolvimento de pesquisa em torno dos antecedentes do dispositivo de popularização científica no âmbito platino, conduzida pelo esforço de Phillip Dias Gripp, então mes-trando da UFSM e atualmente aluno de doutorado em Comunicação. Um texto sobre essa atividade finaliza a Parte I.

Na Parte II, intitulada **Imagens do Rural**, textos e fotografias abordam questões da iconicidade visual e da representação fotográfica na composição de imagens sobre o rural.

Inicialmente, o texto de Fabiano Maggioni, então doutorando e atualmente professor da UFSM, evidencia os vínculos estabelecidos com o pesquisador Mario Carlón. Uma relação que foi enfatizada no estágio sanduíche realizado junto à *Universidad de Buenos Aires*, no segundo semestre de 2013. Sua abordagem, à luz das teorias da imagem, estuda como o ambiente rural do Brasil é configurado visualmente no programa *Globo Rural*, da Rede Globo de Televisão. Preocupado em estabelecer uma conexão entre o reconhecimento internacional por sua extensão e produção rural, o autor entende que

essa grandiosidade se reflete na montagem visual do mais tradicional programa televisivo rural brasileiro, no ar há 36 anos. Uso de planos panorâmicos, cenários com horizontes desenhados, tons de verde e texturas amadeiradas são explorados enquanto estratégias semiótico/visuais de produção de sentidos do rural.

O texto de autoria de Flavi F. Lisboa Fo., professor da UFSM, tematiza a gauchidade a partir da literatura e do cinema, buscando traços e marcas que auxiliam na construção e atualização da identidade gaúcha. O autor entende que embora se reconheça a literatura e o cinema como mídias e suportes diferentes, mesmo com relação à linguagem empregada, ambas produzem narrativas que se conectam ao passado sul-riograndense e ao imaginário da cultura gaúcha, seus modos de ser e de agir para embasar suas produções.

O texto de Maria Catarina C. Zanini e suas orientandas na UFSM Silvana S. de Oliveira e Daniele P. Cielo introduz a reflexão sobre a produção e uso de imagens fotográficas a partir da experiência etnográfica realizada no Feirão Colonial de Santa Maria, região central do estado do Rio Grande do Sul. As experiências etnográficas são fruto de um projeto de pesquisa intitulado “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”, sob coordenação de Maria Catarina Chitolina Zanini, vigente desde 2011 e financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com o CNPq. Nele, a equipe estuda a dinâmica de feiras de Santa Maria e apresenta, aqui uma síntese do processo de captura de imagens e uso da técnica no transcorrer das pesquisas.

Seguem-se dois textos reflexivos sobre as condições de curadoria dos conjuntos de fotografias que integram a I Mostra Imagens do Rural e suas imagens. Há ainda apontamentos sobre a elaboração das versões linguísticas para os idiomas Português, Espanhol e o ineditismo

do uso do Guarani nos textos que acompanham os dois conjuntos de fotografias. A exposição foi montada com curadoria de Ada C. Machado da Silveira, da pós-doutoranda Clarissa Schwartz (CAPES PNPD Institucional-UFSM) e a mestranda Bibiana Silveira (Feevale), juntamente com Marina Poggi e Alejandra de Arce (CEAR-UNQ). Os textos da exposição foram produzidos em Português, Espanhol e Guarani. A mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM, Maria Liz Benitez Almeida que, sendo egressa de uma universidade paraguaia, encarregou-se da versão ao Espanhol e ao Guarani. Os textos em Espanhol tiveram tradução ao Português por Ada C. Machado da Silveira e por Clarissa Schwartz.

As imagens componentes da I Mostra Imagens do Rural consistem em dois conjuntos de fotografias. A série de 18 fotografias denominada “As Guardiãs de Ibarama” retrata agricultoras da região central do Rio Grande do Sul (Brasil) que conservam sementes crioulas de milho, feijão e hortaliças. Com fotografias e textos de Bibiana Silveira (Feevale), complementados por relatos das pesquisadoras Marielen Kaufmann, Lia Reiniger (UFSM) e Cassiane da Costa (UERGS), a mostra reúne fotos de agricultoras que transmitem serenidade, experiência e, especialmente, alegria. A mostra também recebeu a denominação “*Miradas Plurales: Trabajo/Trabajadores*” em sua circulação promovida pela UNQ. O conjunto de fotografias produzido na Argentina aborda as atividades rurais no pampa argentino, com fotografias de José Muzlera e seleção de textos de Marina Poggi e Alejandra de Arce (UNQ). A coleção põe o foco na complexa realidade da agropecuária atual e as fotografias integram as investigações do *Centro de Estudios de la Argentina Rural* da UNQ, lugar de trabalho reconhecido pelo *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas* (CONICET) e dirigido por Noemí Girbal-Blacha.



Por fim, encerra a coletânea um registro de Maria Silvia Ospital (CONICET, CEAR-UNQ), coordenadora argentina da proposta, onde narra breves aspectos da experiência inaugurada.

Santa Maria, agosto de 2016.

### **Os Organizadores**

Eduardo A. Vizer,  
Eugenia M. M. da R. Barichello e  
Ada C. Machado da Silveira

### **Referências:**

VIZER, E. A. **A trama (in) visível da vida social:** comunicação, sentido e realidade. Porto Alegre: Sulina, 2011.

# I PARTE

---

## ESPAÇO RURAL E APROPRIAÇÃO DE TICS

---

# *As representações sobre a reforma agrária: as ações do MST e as mídias digitais*

Valdir José MORIGI  
Solange I. ENGELMANN  
Ketlen STUEBER

---

## **Introdução**

No final do XX e início do século XXI o avanço tecnológico dá origem à sociedade em redes e/ou sociedade da informação, na qual a informação se transforma no elemento central de produção e circulação de riquezas e de conhecimento. O processo de surgimento e desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e da internet potencializa e multiplica essa possibilidade de produzir e compartilhar conhecimento. Diante disso, o ciberespaço torna-se um novo canal de informação e comunicação, ultrapassando o controle majoritário da esfera pública, antes concentrado nos oligopólios midiáticos tradicionais (meios impressos e de radiodifusão), que se desloca para o espaço virtual.

À medida que essas tecnologias se popularizam e massificam, possibilita-se um maior número de acesso e apropriação por parte dos cidadãos e de grupos populares. Nesse sentido, vários movimentos populares que lutam por direitos e mudanças sociais, visualizam na internet um novo canal de informações, trocas de ideias e produção

de conhecimento no contexto da esfera pública. Estes grupos organizam processos de comunicação populares<sup>1</sup> que passam a contemplar a divulgação de suas demandas através do uso de espaços virtuais, como páginas *webs*, blogs, redes sociais, entre outros. Buscam assim, adquirir maior alcance e visibilidade para suas reivindicações e o reconhecimento de suas lutas.

No processo histórico de luta por terra, Reforma Agrária<sup>2</sup>, direitos civis, políticos e, sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem se tornado um importante representante da classe trabalhadora brasileira. Principalmente, após o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996<sup>3</sup> e a Marcha pela Reforma Agrária, em 1997. Conforme Gohn (2002), o MST assume o papel de sujeito coletivo que escancara as desigualdades sociais e os conflitos de classe, entre a burguesia e a classe operário<sup>4</sup> (sejam urbanas ou rurais). Este Movimento social modifica o cenário das lutas populares no país e se torna um expressivo agente coletivo ao questionar direitos básicos, como o acesso à terra, ao trabalho no campo e cobra à necessidade de mudanças estruturais. A partir de 2007, o MST reformula seus objetivos que fundamentam a luta pela terra e Reforma Agrária a partir de um novo programa agrário. Este programa defende a implantação de um projeto de *Reforma Agrária Popular* no Brasil, que consiste em um

---

1 Trata-se de uma política de comunicação popular que auxilia na luta por mudanças sociais e cidadania. Peruzzo (2006) apresenta a comunicação popular como forma alternativa de comunicação. O viés popular representa a “comunicação do povo”, produzida pelo povo e destinada ao povo. A comunicação popular surge com a luta dos movimentos sociais da América Latina nas décadas de 1970 e 1980, com a criação de canais autônomos de comunicação na mobilização por direitos sociais e políticos. A comunicação do MST se insere neste contexto, auxiliando na luta por mudanças sociais e cidadania.

2 No decorrer deste trabalho nos reportamos ao termo com as iniciais em maiúsculo uma vez que esta representa a principal bandeira de luta do MST, que em seus documentos se refere ao termo desse modo.

3 Em que 21 trabalhadores Sem Terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará.

4 Conforme o conceito de luta de classes apresentado em Marx e Engels (1989).

processo de mudanças sociais estruturais, que capaz de democratizar a terra e criar um sistema de produção agrícola ecologicamente sustentável, em equilíbrio entre o ser humano e a natureza.

Assim, este estudo busca responder a seguinte indagação: como são construídas as representações sobre a Reforma Agrária pelo MST a partir das apropriações das TIC's? O estudo centra-se na identificação e na análise das matérias publicadas na página especial da primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*, que ocorreu de 22 a 25 de outubro de 2015, no Parque Água Branca em São Paulo – SP, Brasil. Com base nos conteúdos informativos publicados na página especial do evento, ou *hotsite* analisaram-se as representações sobre a Reforma Agrária pelo MST que circularam na primeira Feira Nacional da Reforma Agrária.

A perspectiva epistemológica fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici (2012). A abordagem metodológica baseia-se na Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2009) para a investigação textual do conteúdo informativo. Spink (2013) contribui no desenvolvimento da identificação e interpretação dos principais enunciados simbólicos do discurso, bem como na elaboração do mapa imaginário sobre a reforma agrária e o MST através das representações encontradas no material analisado. Além dos textos e seus enunciados, os sujeitos e sua participação no contexto histórico, político e sociocultural são extremamente relevantes para a compreensão de como se constroem as representações sociais.

Partiu-se da TRS e sua relação com os meios de produção simbólica, nos quais as TIC's possuem relevância na divulgação das informações na esfera pública. Além disso, identificaram-se as estratégias e as motivações do MST na luta pela Reforma Agrária, envolvendo a visibilidade das suas ações através da produção de alimentos

nos assentamentos. Este percurso teórico metodológico possibilita a realização da análise sobre os conteúdos informativos da página *web* sobre a primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*.

## **As representações sociais e os meios de produção simbólica na esfera pública**

Para fundamentar o estudo partimos da perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici (2012), seguida por Jovchelovitch (2000). Moscovici em sua tese de doutorado publicada em 1961, com reedição revisada em 1976, *Psychanalyse, son image et son publique*, mostrou como se difundiu a Psicanálise na França, revelando como as pessoas transformam conhecimentos científicos em conhecimentos do senso comum. Ele busca entender a relação da linguagem e dos meios de comunicação na formação de consensos, bem como seus processos dinâmicos da vida cotidiana na construção e apropriação de sentidos. Assim, aborda o fenômeno das representações sociais (RS).

Para Moscovici (2012, p. 46) o objetivo das representações é “[...] abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa.” Segundo o autor, as representações sempre possuem uma face icônica e outra simbólica interdependentes. E deste modo entende-se que, “[...] representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda a imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem”. Neste contexto, a comunicação é responsável pela criação de vínculos entre os indivíduos, as comunidades e os grupos sociais, resultando na criação de representações de si, dos outros e de distintas realidades sobre elementos concretos e abstratos que circundam a sociedade em diferentes épocas.

As percepções, crenças, valores, culturas e saberes são elementos socialmente construídos e partilhados, ou seja, são representações sociais. Jovchelovitch (2000, p. 175), evidencia que “as representações sociais são formas de mediação simbólica firmemente radicadas na esfera pública”, tornando-a um espaço da realidade intersubjetiva. É neste terreno que as representações “são geradas, se cristalizam e se transformam”, crescem e tomam forma.

As representações sociais resultam das interações sociais e podem ser estudadas a partir dos processos de ancoragem e objetivação (ou objetificação<sup>5</sup>). A ancoragem é o processo responsável por recriar permanentemente interpretações e juízos de valor ao classificar (comparar) e nominar (rotular, agregar identidade) os objetos e desta forma, contribuir para a objetivação dos mesmos. Objetivar é conceder realidade a uma representação, tornar concreto algo abstrato. Conforme Moscovici (2012, p. 71-72), “[...] objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem.” Na concepção do autor a ilusão e a realidade partem do mesmo princípio, pois, as pessoas apreendem primeiramente a imagem e depois, o conceito como realidade.

A cultura, as crenças, a lógica (enquanto forma de assimilação), o uso da linguagem e a memória (enquanto fenômeno sócio histórico) tornam-se fatores imprescindíveis na constituição das representações sociais. Ao disseminarem as informações na esfera pública os meios de comunicação adquirem papel central, pois quando interpretam os acontecimentos não o fazem com total isenção e imparcialidade. A forma de abordar e justificar os argumentos podem subverter a ordem dos fatos, interferindo na construção de consensos.

---

5 Objetivação (Moscovici, 2012) e objetificação (Jovchelovitch, 2011) são termos utilizados por ambos e compreendem o mesmo fenômeno, possuem o mesmo sentido.

A esfera pública constitui-se por interações e debates, viabilizados por meio de uma comunicação centrada no diálogo argumentativo em torno de temáticas e problemas de interesse público. Contempla distintas opiniões e visões de mundo, objetivos concorrentes, que auxiliam na mudança de posicionamentos entre os sujeitos sociais. Conforme Esteves (2011, p. 33), a constituição de um modelo democrático deliberativo engloba “[...] um processo político em que os cidadãos estão disponíveis para se escutar mutuamente, justificam de forma racional as suas posições, demonstrando respeito mútuo, e se mostram abertos a reavaliar, e eventualmente mesmo a alterar, as suas preferências iniciais.” O efeito disso é a formação de percepções mais equânimes em relação às diferenças sociais, políticas e culturais, entre os cidadãos.

Jovchelovitch (2000), no estudo sobre as representações sociais da esfera pública na imprensa, afirma que os meios de comunicação integram o funcionamento da vida social, ou seja, fazem parte do conjunto das instituições que influenciam na vivência em sociedade. Modificam assim, as formas de interação, o acesso, o consumo de bens simbólicos e a estrutura da política institucional, pois alteram as fronteiras entre a esfera pública e privada.

Os meios de comunicação interferem na criação de uma esfera pública que impõem novas formas de controle às práticas políticas, mediante a publicidade, tornando o exercício do poder mais visível e ampliando a exposição sobre as condutas e ações dos líderes políticos. Nesse sentido, Jovchelovitch (2000, p. 91) alerta que a imprensa produz significados e valores hegemônicos, assume o papel de “ator chave” do poder, principalmente nas sociedades em que os meios de comunicação estão concentrados por grupos que também dominam a indústria e o governo. E onde se observa a ausência de uma esfera pública forte, incapaz de questionar e confrontar os interesses dos grupos privados que monopolizam a mídia e o discurso da esfera pública.



Ao apoiar abertamente algumas políticas e excluir outras a mídia consequentemente impõe e reforça um conjunto de desigualdades e assimetrias. Percebe-se que a construção de uma esfera pública ocorre com base na troca de informações e bens simbólicos reproduzidos e postos em circulação pelos meios de comunicação que reproduzem a seu modo inúmeras representações.

Outro estudioso da sociedade em rede, Manuel Castells, afirma que o desenvolvimento tecnológico estabelece a sociedade em rede que com auxílio das TIC's, geram novos canais de comunicação e informação, como a internet. A sociedade em rede promove mudanças significativas, cria o informalismo, uma forma de desenvolvimento em que o conhecimento se torna a fonte central de produtividade (CASTELLS, 2006). A sociedade da informação articula-se através dos fluxos globais que influenciam as relações sociais como um todo. E deste modo, afeta também o caráter da esfera pública deliberativa, pois, o ciberespaço converte-se em novo ambiente de trocas e discussões sobre diferentes assuntos de interesse coletivo. Para Castells (2006) o desenvolvimento das tecnologias também pode desempenhar papel importante no estímulo às mudanças das relações sociais e busca de cidadania, quando os usuários adquirirem condições (sociais, políticas e, principalmente, econômicas) de apropriarem-se da rede e redefini-lá para atender às demandas da sociedade. O desenvolvimento da internet também torna possível ao cidadão assumir a função de produtor de conteúdos, atuar como “sujeito ativo” no acesso e disseminação de informação e comunicação, rompendo com o padrão clássico de comunicação de massa<sup>6</sup>.

Na concepção de Di Felice (2014) a sociedade em rede cria uma nova cultura tecnológica e comunicativa, com o potencial de gerar

---

6 Porém, a internet segue sendo um produto do capitalismo globalizado inserido na lógica de mercantilização do capital, monopolizado por grandes redes de informação: *Google, Yahoo, MSN*, que dão suporte as “redes sociais” (*Facebook, Twitter, Instagram*, etc.) entre outras. A internet não é totalmente independente e democrática.

mudanças na política, na democracia e na forma de pensamento, alterando os contextos sociais. O desenvolvimento de um sistema de comunicação em rede ultrapassa a comunicação bidirecional, centrada anteriormente na instrumentalização do receptor pelo emissor, em que o público recebe informações prontas dos meios de comunicação. Essa mudança tecnológica estimula a participação e interação dos usuários, por meio de um novo tipo de inter-relação social e cultura tecnológica. O surgimento das redes digitais possibilita o rompimento da distância histórica imposta pelos meios de comunicação analógicos entre emissor e receptor. E torna possível o desenvolvimento de processos comunicativos horizontais, em que os internautas assumem o papel de tecnoatores (DI FELICE, 2014).

Nas contradições do monopólio mantido nos serviços de internet e desenvolvimento de uma nova tecnologia, é preciso questionar os valores, a ética, as formas de comunicação, participação e principalmente o conceito de democracia instituídos na *web*. Pois, a descentralização da informação da mídia tradicional torna viável a produção de informação por diversos grupos e indivíduos na sociedade com acesso às TIC's. Nessa perspectiva, a esfera pública tradicional se transforma e se amplia, possibilitando o advento do ciberespaço como a nova *Ágora*. Nesse contexto, o acesso e as apropriações das TIC's são instrumentos imprescindíveis aos sujeitos e grupos sociais para auxiliar nas lutas por direitos fundamentais e construção de uma cidadania.

Assim, torna-se complexo estudar as ações dos sujeitos que afetam e ao mesmo tempo são afetados pela nova esfera pública. O ciberespaço possibilita novas interações e trocas simbólicas, englobando um conjunto mais amplo de grupos populares e cidadãos. As representações sociais também são mediadas no ciberespaço por meio das TIC's, pois, os ambientes digitais propiciam que as representações circulem de maneira veloz, instantânea e em fluxo contínuo. O ciberespaço é um ambiente de construção coletiva, de

reprodução de discursos (reforçando a mídia tradicional), mas também de contestação e criação de novas ideias e sentidos. Por ser um ambiente de tensão permanente, o estudo das representações no ciberespaço torna-se indispensável.

Considerando o caráter de mediação das representações sociais e a constituição de saberes que circulam sobre a sociedade, a apropriação e disputa entre diferentes grupos sociais pelo material simbólico na esfera pública através do acesso e uso da *web* torna-se elementar. No caso estudado aqui, o Movimento Sem Terra (MST) e sua elaboração de material simbólico a respeito das suas ações e da luta pela Reforma Agrária, divulgadas em seu portal virtual, podem interferir de forma significativa na construção das representações sobre a reforma agrária e na constituição da memória coletiva sobre a questão agrária brasileira.

A seguir abordaremos acerca da luta do MST pela Reforma Agrária e suas estratégias, buscando compreender como estas ações se inserem na construção das representações sobre a reforma agrária através do seu Projeto de *Reforma Agrária Popular*.

## **O MST e a luta pela Reforma Agrária**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado oficialmente em 1984, no Estado do Paraná. Sua demanda central concentra-se na luta pela terra e defesa de um programa de Reforma Agrária, além de pautar o problema dos Sem Terra<sup>7</sup> e da concentração fundiária no país. A partir da década de 1990 o MST se consolida no Brasil como um movimento social popular e político, que assume

---

<sup>7</sup> Conforme a concepção de Caldart (2001, p. 211), Sem Terra trata-se atualmente no Brasil de uma identidade própria que identifica um sujeito social que participa ativamente da luta de classes, por meio da luta pela democratização da terra. “Sem Terra é mais do que sem-terra, exatamente porque é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social.”

a posição de importante representante da classe trabalhadora no cenário brasileiro. Ao organizar mobilizações de massa reivindicatórias, principalmente com ocupações de terras e prédios públicos, este se torna uma referência na luta pela terra, atuando como “sujeito coletivo” ao inserir a pauta da Reforma Agrária na agenda do governo federal (MORISSAWA, 2001).

Segundo dados da página virtual (MST, 2016), atualmente o Movimento Sem Terra possui organização em 24 estados brasileiros. Conquistou assentamento para cerca de 350 mil famílias, beneficiadas com lotes de terra, créditos agrícolas e infraestrutura mínima para produzir e sobreviver no campo. Desse modo, ao abandonar a condição de Sem Terra, o assentado torna-se camponês assentado.<sup>8</sup>

Todavia a luta dos camponeses não termina na medida em que as famílias Sem Terra se tornam assentadas, pois a Reforma Agrária requer a busca por um conjunto de direitos para a permanência dos agricultores no campo. Desse modo, o Movimento se organiza a partir dos seguintes setores: frente de massa, produção, educação, formação, saúde, comunicação, finanças, cultura, gênero, coletivo de direitos humanos, projetos e relações internacionais. Nos espaços dos acampamentos e assentamentos, as famílias se organizam em núcleos de base, para discutir suas necessidades e resolver os problemas de cada local, designadas pelos setores do MST. Essa estrutura de organização<sup>9</sup> é replicada em nível regional, estadual e nacional (MST, 2016).

---

8 O MST adota o conceito de campesinato para *designar* seus integrantes ex-sem-terra, quando estes se tornam assentados. Martins (1983), apresenta o campesinato como um conceito político, permeado por diferenças significativas entre o campesinato russo do século XIX e o brasileiro atual. Para análise aprofundada ver o autor.

9 As instâncias de decisão possuem como princípio a participação paritária de gênero, com um homem e uma mulher como coordenadores (as) (MST, 2016).

A ocupação de terra representa uma das formas mais importantes de pressão ao governo federal, utilizada pelo MST ao longo de sua formação na busca de suas reivindicações pela Reforma Agrária. A organização do acampamento é realizada por um grupo de famílias Sem Terra que se reúne para a ocupação de um latifúndio, beira de estrada ou prédio público, entre outros. Nestes espaços as famílias vivem de forma precária, em barracas de lona provisória até a conquista do assentamento. Existem casos de acampamentos que se estendem por mais de dez anos até a conquista da terra.

Após longos processos de luta e resistência, nas situações em que os Sem Terra conseguem a desapropriação do latifúndio ou da área ocupada, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) dá início à criação do assentamento, no qual a distribuição da terra ocorre por meio da divisão de lotes. Ao contrário do acampamento, o território do assentamento se torna um local fixo de moradia, em que as famílias se estabelecem, passam a produzir e viver em comunidade.

Porém, no assentamento as famílias enfrentam novos processos de luta, agora na terra, reivindicando ao governo federal a criação de políticas públicas como moradia (crédito para habitação rural), créditos agrícolas, educação, infraestrutura, entre outros (CARTER e CARVALHO, 2010). Os assentados também vivenciam novas interações e relações sociais, políticas, econômicas, culturais, etc; com a sociedade rural e urbana do entorno. Integrando-se ao contribuir com a economia local, na produção e comercialização de alimentos, gerando um conjunto de benefícios e impactos positivos na região em que são instalados. Um assentamento “[...] gera recursos para o município, soma-se ao mercado consumidor, aquece o comércio local e participa da receita do governo, pagando impostos. Nas mãos dos assentados, o crédito agrícola pode resultar numa nova dinâmica na região” (MORISSAWA, 2001, p. 226).

Na busca pela manutenção da vida social em comunidade e cidadania no campo, as famílias assentadas necessitam de um conjunto de direitos sociais e políticos e de políticas públicas de educação, saúde, cultura, lazer, etc. Na área da educação, o MST desenvolve uma luta histórica pela implantação e manutenção de escolas públicas nos assentamentos e acampamentos. Entretanto, são poucas as escolas que possuem ensino médio e muitos assentamentos e acampamentos ainda permanecem sem escola<sup>10</sup>. O setor de educação do MST também trabalha com a concepção de “Educação do Campo”, que visa o fortalecer o desenvolvimento do campo e a valorizar a cultura camponesa integrada à educação e à prática de luta e organização dos Sem Terra (MST, 2001).

Na concepção de Vieira (2001) o conceito de cidadania se refere ao pertencimento de um indivíduo a um Estado-Nação, no qual se estabelece um conjunto de direitos e deveres fundamentais com objetivo de promover um nível de igualdade entre os sujeitos em sociedade. Esta deve ser constituída por direitos formais garantidos a todos e assegurar o acesso igualitário a esses direitos. “Não se trata de igualdade completa, mas em geral garante-se aumento nos direitos dos subordinados em relação às elites dominantes” (p. 35).

Percebe-se que a cidadania se encontra em constante construção e mutação nas sociedades, a depender dos contextos e especificidades de cada Estado-Nação. Ainda que apresente limites e não elimine os conflitos de classe (Barbalet, 1989), a luta pela cidadania pode auxiliar na diminuição das desigualdades sociais, na medida em que estabelece uma igualdade formal entre os indivíduos no acesso aos direitos dentro do Estado-Nação, que representa o espaço da cidadania (ENGELMANN; MORIGI, 2016).

---

10 Segundo dados do MST (2016), existem mais de 2.000 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país e 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação. Também foram alfabetizados 50 mil adultos e outros 2.000 estudantes frequentam cursos técnicos e superiores.

Mata (2006) elabora a concepção de cidadania comunicativa, pensada como “el reconocimiento de la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública y el ejercicio de ese derecho.” (p. 13). Trata-se de uma visão complexa com várias dimensões que reconhece a função de público dos meios desempenhada pelos indivíduos nas sociedades midiáticas. A noção de cidadania comunicativa localiza-se no âmbito dos direitos civis, juridicamente constituído através das leis e formação dos Estados, e exige o desenvolvimento de práticas para garantir os direitos específicos no campo da comunicação. O conceito excede a dimensão jurídica, pois necessita de uma consciência prática de ação e se vincula as dimensões sociais e culturais, se entrelaçando com as referências identitárias e lutas gerais por igualdade. Deste modo, o exercício da cidadania comunicativa por parte dos indivíduos depende de uma sociedade democrática em que os sujeitos tenham condições de atuar como cidadãos detentor de um conjunto de direitos e demandas múltiplas.

O avanço do capitalismo no campo e o fortalecimento do agronegócio, a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, aliado à diminuição na criação de novos assentamentos<sup>11</sup> surge a tese, defendida por parte de intelectuais liberais e do governo brasileiro, inclusive do Partido dos Trabalhadores (PT), de que o projeto de Reforma Agrária estaria esgotado no modelo capitalista brasileiro. Neste cenário, o Programa Agrário do MST de 2007 defende a implantação de um “projeto popular para a agricultura brasileira” e construção de “uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável” (MST, 2007), por parte do Estado brasileiro.

---

11 Conforme dados da CPT (2015), no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) foram assentadas 540.704 famílias. No Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2010) o número aumentou para 614.088 famílias, porém têm diminuído drasticamente no Governo de Dilma Rousseff, considerado pelos movimentos de luta pela terra como um dos piores dos últimos vinte anos em relação à reforma agrária. No primeiro mandato de Dilma (2011-2014) foram assentadas somente 103.746 mil famílias, dos quais somente 28 mil são de novos assentamentos.

Neste caso, o MST amplia seu programa de Reforma Agrária e compreende que este não será mais possível na sociedade capitalista. Passa a defender a criação de um programa de *Reforma Agrária Popular*<sup>12</sup> através de mudanças sociais, como a democratização do acesso à terra aos camponeses e trabalhadores rurais, o estabelecimento do tamanho máximo da propriedade rural e mudanças estruturais (MST, 2007). O programa propõe ainda como alternativa: a organização de um modelo de produção agrícola sustentável, com base na Agroecologia<sup>13</sup>, para a produção de alimentos “saudáveis”<sup>14</sup>, criação de agroindústrias, crédito agrícola e assistência técnica, educação do campo, entre outros<sup>15</sup>.

Conforme Silva (2004), o protótipo de produção que o MST adota no seu processo de formação trata-se de um modelo de resistência ao sistema capitalista (responsável pela crise da agricultura familiar devido à proletarianização do campo por meio da hegemonia do capital internacional). Diante disso, com o aumento no número de assentamentos a produção se torna fundamental para garantir o avanço da luta pela terra e a construção de condições objetivas para a fixação das famílias no campo, como a sua manutenção econômica.

Portanto, na medida em que os Sem Terra definem por seguir participando do MST, após a conquista da terra, estes criam uma nova

---

12 O primeiro programa de Reforma Agrária do MST, de 1984, defende a implantação de um modelo de Reforma Agrária que modifique a estrutura da concentração da terra e da sociedade capitalista. Os objetivos eram: “Lutar por Reforma Agrária já; Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo” (STÉDILE, 2005, p. 178).

13 Na concepção de Caporal; Costabeber e Paulus (2006) o conceito da Agroecologia é visto como uma nova ciência que apresenta importante potencial de contribuição na construção de outro modelo de agricultura e desenvolvimento rural, sustentável e ambientalmente equilibrado.

14 Inserida em sistemas de produção orgânico ou agroecológico, com técnicas de produção agrícola sustentáveis, sem uso de agrotóxicos e transgênicos (MST, 2007).

15 São pautas defendidas também pela Via Campesina, organização internacional de camponeses integrada pelo MST (VIA CAMPESINA, 2016).



consciência e procuram avançar na implantação de um sistema de produção capaz de garantir a permanência dos assentados na terra (SILVA, 2004, p. 74). Isso demonstra que “a síntese produtiva do MST tem caráter heterodoxo, vale-se da experimentação singular concretizada nos assentamentos, que elencou erros e acertos por meio da lógica da teoria – prática – teoria, produzindo, dessa forma, uma práxis criativa, que está em atualização sistemática.”

Na concepção de Silva (2004) a organização da produção nos assentamentos do MST está centrada na sua viabilidade e passa por várias fases de readaptação e reformulação (subsistência por meio da organização de associações, produção visando o mercado com apoio da cooperação agrícola e trabalho coletivo, incorporação de forma individual de produção e modificação na proposta coletivista). Percebe-se assim, que as mudanças na organização dos assentamentos são parte de um processo, de construção de um modelo produtivo, que enfrenta contradições internas no contexto sociopolítico e, principalmente, externas, nos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso que adotaram uma política de repressão policial aliada à pressão política ao MST, com objetivo de isolá-los na sociedade.

Nesse sentido, a elaboração ao modelo de produção do MST integra o processo histórico de luta desta organização, que se depara com um conjunto de contradições na sociedade. Isso demonstra a capacidade criativa dos camponeses assentados em se contraporem ao avanço do neoliberalismo no campo brasileiro, pois na atualidade incorporam novos elementos ao seu modelo produtivo – um sistema da Agroecologia e agroindustrialização, que busca agregar maior valor aos produtos. Com isso, desde a organização dos acampamentos o MST desenvolve trabalhos de formação para inserir os Sem Terra no enfrentamento ao avanço do capital na agricultura e incentiva os

assentados em construir alternativas produtivas para se reproduzirem socialmente e resistir ao avanço do capitalismo no campo.

No Brasil não se concretizou a implantação de um projeto de Reforma Agrária por parte do Estado brasileiro. Segundo Oliveira (2009), o que ocorreu foi uma aproximação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com os movimentos sociais. Neste período, desenvolveu-se uma política compensatória de assentamentos diante da intensidade dos conflitos no campo e a pressão dos movimentos sociais de luta pela terra. Dilma Rousseff (PT) deu continuidade a esse projeto, porém, diminuiu drasticamente os investimentos públicos nas áreas de assentamentos e o número de famílias assentadas, bem como os incentivos para a agricultura familiar. Paralelo a isso, aumentou o volume de recursos públicos ao agronegócio, com grandes áreas de monocultivos agrícolas (ENGELMANN; DURAN GIL, 2012).

Atualmente, os assentamentos do MST apresentam três sistemas de produção de alimentos: um na lógica capitalista de agricultura tradicional, com o monocultivo e uso de defensivos agrícolas; outra no modelo de produção orgânico ou em processo de transição para o sistema agroecológico e uma terceira integrada a uma matriz produtiva agroecológica, em equilíbrio com o meio ambiente e a saúde dos camponeses e consumidores. Esse conjunto de ações engloba desde a busca de linhas de créditos governamentais, assistência técnica, experiências modelos até alternativas de comercialização, como a criação de parcerias para a instalação de feiras de produtos da Reforma Agrária, em vários municípios pelo país. Estas feiras representam mecanismos importantes no Projeto de *Reforma Agrária Popular* do MST. Localizadas na ponta do processo produtivo de alimentos “saudáveis” pelos assentamentos, possibilitam a comercialização destes produtos diretamente ao consumidor, garantindo o abastecimento do mercado interno e auxiliando na busca da soberania alimentar do país.

A seguir analisaremos os conteúdos informativos sobre as ações do MST em relação às informações sobre a produção de alimentos, divulgados na página online da primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária*. Com base na cobertura e informações que circularam durante o evento foi possível analisar as representações do MST sobre a Reforma Agrária.

### **As representações sobre a Reforma Agrária na Feira Nacional da Reforma Agrária do MST**

Com a expansão das TIC's e a popularização da internet no Brasil o MST mantém um portal online<sup>16</sup> desde 1997, no qual divulga suas reivindicações e busca ampliar o debate em torno da Reforma Agrária na sociedade. Em 2003 e 2015 o portal foi reformulado, adquirindo atualização diária com diversos conteúdos: reportagens, artigos, entrevistas, poesias, informações sobre a história e funcionamento do Movimento; biblioteca virtual sobre a questão agrária brasileira; coberturas especiais; página Sem Terrinha; entre outras informações em texto, vídeos, publicações, inclusive impressas, como o Jornal Sem Terra.

Mediante a preocupação do MST em desenvolver políticas de comunicação popular, para mobilização e educação dos trabalhadores Sem Terra, pressão ao Governo Federal e difusão de seu projeto popular para o país, a página virtual do MST vem se consolidando em canal estratégico de comunicação e informação no diálogo com a sociedade. Esta assume a posição de porta-voz do MST e seus integrantes na sociedade, se tornado referência no debate público sobre a Reforma Agrária no Brasil (ENGELMANN, 2013)<sup>17</sup>. Assim, o portal do MST tem se constituído um instrumento de estímulo à organização, mobilização social e legitimidade do Movimento em nível nacional e internacional.

---

16 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST. Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 09 mai. 2016.

17 Para análise aprofundada sobre a página virtual do MST ver dissertação da autora (Engelmann, 2013).

O material analisado origina-se de processos de comunicação popular, de acordo com os termos instituídos por Peruzzo (2006), logo, suas representações se contrapõe aos discursos hegemônicos instituídos pela mídia. Durante a primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*, realizada entre 22 e 25 de outubro de 2015, no Parque Água Branca, em São Paulo, o setor de comunicação do Movimento organizou uma página *web* especial da Feira (fig. 1), vinculada ao portal online do MST. O objetivo foi publicar conteúdos informativos (reportagens, entrevistas, vídeos, imagens, etc.), produzidos anteriormente e durante o evento, para sua divulgação e ampliação de diálogo com a população sobre a produção de alimentos nos assentamentos e a importância da Reforma Agrária no país.

A página da primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST* apresenta interface simples com design moderno. Além da data e local do evento (com link de acesso ao Google maps), a ilustração no topo da página contempla a diversidade cultural, sexual e de gênero a partir dos personagens ali representadas ao lado de alimentos e instrumentos musicais, com o intuito de retratar a riqueza multicultural e de sabores oferecidos no evento. A página também possui fotografias e um conjunto de 24 reportagens, das quais 10 foram selecionadas para compor o estudo empírico.

As informações sobre a *Feira da Reforma Agrária do MST* (FEIRA..., 2015), dispostas no texto inicial do portal virtual dão conta de que o evento teve a participação de mais de 800 agricultores e agricultoras de 23 estados brasileiros e do Distrito Federal. Expuseram e comercializaram a preços populares 220 toneladas de produtos, procedentes de 80 cooperativas, associações e assentamentos do país. Também foram montadas 15 cozinhas das cinco regiões brasileiras, que serviram mais de 10 mil refeições. Durante quatro dias, cerca de 150 mil pessoas visitaram o evento. A Feira ocorreu em São Paulo e

a quantidade de alimentos, produtores envolvidos e o público participante evidenciam o impacto positivo da mesma na visibilidade do MST e dos camponeses assentados.

A partir do papel de referência no debate público da Reforma Agrária no Brasil desempenhado pelo portal *web* do MST, a página online da primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST* coloca em circulação sentidos importantes na constituição e (re)construção das representações sobre o MST e a função da produção de alimentos da viabilidade do seu projeto de *Reforma Agrária Popular*. Esta afirmativa baseia-se tanto nos pressupostos teóricos das representações sociais (MOSCOVICI, 2012; JOVCHELOVITCH, 2000), quanto na aplicação das técnicas de análise das matérias selecionadas para o estudo e a construção do mapa conceitual (BARDIN, 2009; SPINK, 2013).

A partir de uma pré-análise dos títulos da página da primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST* identificou-se quais se relacionavam ao tema de estudo. Sobre um total de 24 matérias publicadas, dez foram analisadas<sup>18</sup>. Os critérios de seleção se basearam nos títulos que remetessem ao evento (pois a página traz também notícias de outras experiências e locais) e na temática da produção de alimentos nos assentamentos.

As representações sobre a Reforma Agrária foram analisadas a partir dos conteúdos informativos divulgados nos textos durante o evento. Os conteúdos trazem questões referentes aos produtos e à produção dos alimentos, aos sabores e saberes, à cultura popular e às demandas políticas e sociais do Movimento.

A construção das representações sobre a Reforma Agrária na concepção do MST vem acompanhada do adjetivo “popular”, sendo por eles denominada de *Reforma Agrária Popular*. A partir da análise

---

18 Os textos analisados estão nas referências.

informativa da primeira *Feira Nacional de Reforma Agrária do MST* percebe-se que as representações são tecidas por diferentes atores sociais que integram as organizações da sociedade civil, do governo, do próprio MST e do público participante.



**Figura 1 -** Página especial da Primeira Feira Nacional da Reforma Agrária do MST  
 Fonte: FEIRA..., 2015

Nesse contexto o popular pode ser visto, conforme Hall (2003), como um elemento da cultura popular que se constitui constantemente a partir de uma luta desigual e irregular entre a classe dominada com

a classe dominante, que busca desorganizar e destruí-la. Essa luta se desenvolve de forma dialética a partir de movimentos de resistência e aceitação, o que torna o campo da cultura em um espaço de “batalha” e disputa permanente, no qual não são possíveis vitórias permanentes, mas adoção de estratégias para busca de conquistas no embate entre a cultura popular e a cultura dominante.

Assim o termo “popular” se refere a formas e atividades de qualquer época, com raízes que incorporam social e materialmente as práticas populares. “[...] o princípio estruturador do ‘popular’ [...] são as tensões e oposições entre aquilo que pertence ao domínio central da elite da elite ou da cultura dominante, e à cultura da ‘periferia.’” (Hall, 2003, p. 256). Desse modo, a adoção do elemento do popular representa um recurso linguístico que dá sentido à ação política do MST, em relação ao embate permanente de ideias na esfera pública em torno de um projeto de Reforma Agrária, defendido pelas classes dominadas em contraposição a uma política de Estado que privilegia um modelo de agricultura industrial que concentra grandes extensões de terra e expulsa o pequeno agricultor do campo, denominado de agronegócio. Ou seja, há uma tensão entre o modelo de agricultura hegemônico e o projeto de Reforma Agrária defendido pelo MST. Nestes termos, o uso do popular questiona o sistema hegemônico de agricultura industrial e procura estabelecer vínculos de solidariedade com as classes populares para obter o apoio no processo dialético de resistência e contenção de luta dos Sem Terra.

As ações dos sujeitos e as suas interações são elementos importantes na constituição dos processos de ancoragem e objetivação (MOSCOVICI, 2012), pois é através deles que se criam os sentidos e novos juízos para conceder a realidade. Neste caso, a ação de nomear *Reforma Agrária Popular* como um tipo de projeto social e político por parte do MST, do qual deriva os sentidos e as ações que se concretizam por meio da produção de alimentos. Pode se constituir em uma

estratégia política de combate à fome, acesso a uma alimentação saudável que respeita o ambiente natural, bem como uma forma de demonstrar a capacidade dos assentamentos em produzir alimentos para o mercado interno a preços baixos e em grande quantidade, a partir de um modelo de produção agroecológico. Isso reafirma a necessidade de implantação de um projeto de Reforma Agrária no país para o desenvolvimento do campo. Este pode ser um projeto político utópico, pois à medida que essas ideias passam a circular na esfera pública possibilitam provocar mudanças nas representações ou nos sentidos hegemônicos sobre a Reforma Agrária e o MST.

As informações sobre a comida servida no evento composta de diversos pratos “típicos” e alguns produtos, produzidos por cooperativas dos assentamentos. Isso remete a permanência dos sentidos das tradições culturais camponesas, ligados aos saberes práticos desses sujeitos sociais, ao enraizamento das tradições e dos saberes das culturas populares. Nesse contexto, ações ligadas a cultura popular dos assentados atuam como elemento subversivo na resistência e construção de alternativas, se utilizando de um conjunto de saberes tradicionais que geram cultivos mais equilibrados entre o agricultor e a natureza e auxiliam na construção da soberania alimentar e popular do país, transformando as formas produtivas e culturais para melhorar as condições de vida no campo. Nisso se constitui a força criadora do movimento: a sua capacidade de produzir e articular sentidos que alteram as representações instituídas sobre a Reforma Agrária e o MST, geralmente vistos sob o prisma do preconceito e do conservadorismo, visões que normalmente circulam nas mídias controladas pelos grupos que estão no poder.

Segundo Jovchelovitch (2000), a construção das representações sociais é instituída e modificada na esfera pública por meio de saberes e conhecimentos postos em circulação, principalmente através da



comunicação e das mídias. Ao considerar os discursos do monopólio da mídia acerca do MST evidencia-se que as construções sobre o movimento são permeadas de múltiplos significados pré-concebidos e heterogêneos.

A partir da análise das matérias sobre a primeira *Feira da Reforma Agrária do MST* identificou-se três principais ancoragens as quais amparam as representações sobre a Reforma Agrária: a) Luta pela Reforma Agrária Popular; b) Assentamentos; c) diálogo com a sociedade.

Na luta pela *Reforma Agrária Popular*. O *popular* pode ser pensado como um movimento de luta e de resistência. Hall (2003), ao conceber o popular como forma de luta entende-o com espaço de constante tensão e embate entre as práticas das classes populares e os projetos das elites dominantes. Isso se evidencia através das ações das lideranças na busca pela soberania alimentar para que a terra, fornecedora dos alimentos, seja tratada com cuidado, pois dela dependemos para manutenção da nossa saúde e do planeta. Além disso, dos seus usos depende também o emprego e a qualidade de vida. No contexto sociopolítico, o sentido da luta refere-se à resistência aos modelos hegemônicos e excludentes de produção, à conquista de direitos e, ao mesmo tempo, à defesa da desconcentração fundiária e a valorização do pequeno produtor em cadeias locais de produção, enquanto meios para atingir a soberania local.

Conforme De Certeau (1994), as culturas populares podem atuar como tática e astúcia na resistência e questionamento às estratégias e jogos do poder, cunhando possibilidades de transgressões da ordem hegemônica e mudanças a partir das lutas cotidianas. Isso reforça outros elementos que aparecem na análise demonstrando como o MST a partir da inviabilização do modelo de Reforma Agrária

clássica e do esgotamento do sistema de produção do agronegócio se utiliza da astúcia das culturas populares em relação aos saberes tradicionais, conhecimentos de pesquisadores, entre outros, para disputar o debate e o desenvolver experiências concretas em torno de um modelo de produção, baseado na Agroecologia e num modelo de *Reforma Agrária Popular* sustentável. Renovando a importância da Reforma Agrária a partir do elemento do popular como o lugar na utopia e de possibilidade de mudanças e transformações sociais a partir da organização e resistência do povo, classe dominada.

Dentre as reivindicações do Movimento destaca-se a necessidade da ação de órgãos governamentais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o INCRA para o planejamento e implementação de políticas públicas para concretização da Reforma Agrária. A Feira se constituiu em um espaço político de reafirmação das ações do Movimento, visibilizando a necessidade de avançar e garantir as desapropriações de terras e a criação de assentamentos para que os camponeses possam contribuir no desenvolvimento social e econômico do país. Aparece também demanda contínua de produção de alimentos com o uso e manejo do solo que preservem o meio ambiente. Neste contexto, se expressa a necessidade de mudanças em relação à agricultura industrializada para modelos de produção agroecológicos que visam à produção em grande quantidade, variedade e qualidade de alimentos a serem comercializados por preços justos.

*Assentamentos* também foi uma temática recorrente nas matérias sobre a Feira. A potencialidade dos assentamentos na geração de emprego e renda as famílias camponesas é uma prática comprovada, pois a variedade de produtos expostos na Feira revela a sua dinâmica em termos de proporcionar uma produção diversificada de alimentos. Nos diversos textos aparece o termo “alimento saudável com preço justo” o que mostra que existe viabilidade em produzir alimentos de

qualidade a preços mais baixos, diferente da lógica da agricultura industrial com produção em larga escala, uso de agrotóxico e exploração dos direitos trabalhistas.

A partir da análise dos conteúdos informativos da primeira *Feira da Reforma Agrária do MST* se evidencia a posição de protagonistas dos visitantes ouvidos nas matérias. Estes reconhecem em seus depoimentos a necessidade de romper com as representações estereotipadas e os preconceitos responsáveis pelas imagens distorcidas a respeito dos trabalhadores Sem Terra. Através dos discursos dos produtores e expositores presentes nos textos, a agricultura camponesa e familiar é valorizada pelo seu potencial em produzir alimentos saudáveis através do manejo e do cultivo da terra com respeito ao meio ambiente.

Em relação ao *diálogo com a sociedade* as famílias assentadas vinculadas ao MST demonstram um compromisso com a sociedade em relação à produção de alimentos. As matérias dão destaque às relações e interdependências entre o campo e a cidade e a necessidade dos produtos da Reforma Agrária para o abastecimento alimentar da população urbana. Neste processo dinâmico de troca adquirem maior relevância os cuidados básicos com a natureza até a valorização de formas tradicionais de cultivo que não prejudiquem a saúde dos trabalhadores e tampouco o meio ambiente, tornam-se consenso nos discursos presentes nas matérias acerca da Feira.

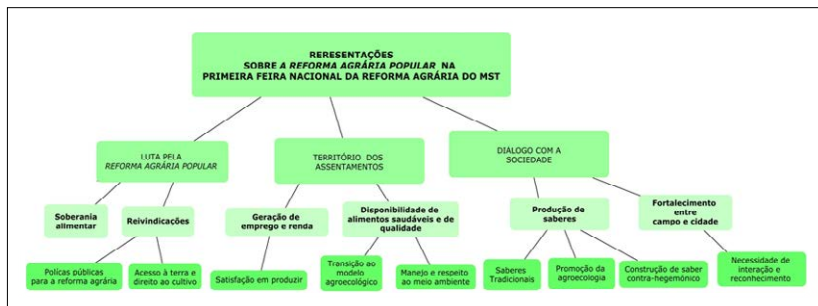
Dentre as três principais ancoragens que amparam as representações sobre a Reforma Agrária, a última evidencia como a mediação entre o MST e a sociedade é estabelecida de modo mais evidente na esfera pública. A categoria *diálogo com a sociedade* legitima os preceitos teóricos das representações sociais (MOSCOVICI, 2012; JOVCHELOVITCH, 2000) por constituir-se como um elo entre as ações do Movimento, o acesso e o reconhecimento social através das ações concretas (o evento) e comunicativas (a página oficial do evento) por meio das TIC's.

Durante a realização da Feira fomentou-se debates, palestras, atividades culturais e divulgação de materiais impressos para diversos públicos (crianças e adultos). Entre as temáticas trabalhadas questionaram-se as formas de produção da agricultura industrial, baseada no modelo hegemônico do agronegócio. Os conteúdos informativos deram visibilidade a modelos alternativos de produção como os agroecológicos, além de valorizarem as práticas e os saberes tradicionais da cultura camponesa ao evidenciarem os usos abusivos de agrotóxicos e da transgenia nas plantações, causando inúmeros malefícios à saúde humana e ao meio ambiente.

A seguir apresentamos um quadro síntese das análises realizadas. A figura 2 apresenta o mapa imaginário sobre a reforma agrária e o MST composto a partir das representações sobre a *Reforma Agrária Popular* elaborado a partir das matérias divulgadas durante a primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*.

O mapa imaginário sobre Reforma Agrária e o MST estão ancoradas nas representações sobre *Reforma Agrária Popular* por meio das informações sobre a produção de alimentos, expostos nas figuras 2, conforme atestam as perspectivas de Jovchelovitch (2000) e Moscovici (2012), quando se referem às representações como processos que desenvolvem sentidos e percepções acerca do mundo e seus objetos a partir da comunicação e das interações entre os sujeitos através da mediação da linguagem. Assim, as representações acerca da *Reforma Agrária Popular* por meio das informações sobre a produção de alimentos estabelecem-se enquanto construção cultural, política e social sobre o MST, os assentamentos e seu projeto de Reforma Agrária. As representações se repetem e se complementam através da presença de enunciados simbólicos em comum encontrados nas diferentes categorias. Por exemplo, o tema da soberania alimentar encontra-se presente nos discursos que buscam afirmar a

importância da luta pela Reforma Agrária popular, mas também se faz presente nos discursos sobre a *transição ao modelo agroecológico* e na *promoção da agroecologia*.



**Figura 2-** Primeira Feira Nacional da Reforma Agrária do MST: mapa imaginário sobre a Reforma Agrária e do MST disponibilizadas na web

O mapa das representações sobre a *Reforma Agrária Popular* do MST demonstra o papel central da produção de alimentos, designados pelos Sem Terra de alimentos saudáveis, no projeto popular do MST para o Brasil. Se constitui como resistência ao modelo hegemônico de agricultura e propõe a construção de novos saberes e novas representações na esfera pública acerca da agricultura familiar e camponesa, através da produção em sistemas agroecológicos, de grande escala e baixos custos para a população. O projeto de *Reforma Agrária Popular* do MST se apresenta assim, como um projeto social e político utópico de resistência ao avanço do capital no campo e proposição de alternativas contra-hegemônicas para um desenvolvimento mais igualitário entre o rural e o urbano.

## Considerações Finais

Neste texto procuramos demonstrar como são construídas as representações sobre a reforma agrária pelo MST a partir das informações divulgadas na página especial da primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária* através da apropriação das tecnologias de informação e comunicação. Percebemos que as representações estão ancoradas em três principais formações discursivas: na luta pela Reforma Agrária Popular; nos assentamentos e no diálogo com a sociedade. Para o MST a *Reforma Agrária Popular* é um projeto social e político de luta e de resistência. O *popular* aparece associado com a cultura popular que por sua vez envolve uma relação de tensão contínua com a cultura dominante. Assim, ele se expressa como uma estratégia política do MST, pois este adere ao modelo da agricultura camponesa sustentável, possibilitando o acesso a uma alimentação saudável que respeita o ambiente natural em contraposição ao modelo industrializado de agricultura e do agronegócio.

O MST, a partir desse Programa Agrário, cria um projeto político utópico, tensionando as representações sobre a reforma agrária à medida que essas ideias passam a circular na esfera pública através das mídias digitais. Nesse terreno, ocorreram as contraposições entre os sentidos novos e os hegemônicos sobre a reforma agrária, possibilitando o diálogo com a sociedade e a construção de novos sentidos sobre ela bem como a sua visibilização através de ações concretas por meio da produção e distribuição de alimentos durante a *Feira Nacional da Reforma Agrária*.

A partir do segundo Programa Agrário, o MST desenvolve um conjunto de ações para garantir a produção de alimentos nos assentamentos, a permanências das famílias no campo e a melhoria das condições de vida dos camponeses. Ao justificar a necessidade da luta pela terra e da implantação de um Projeto de *Reforma Agrária Popular* no país,

o Movimento busca a democratização da terra e a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno e um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento do campo brasileiro.

A Feira como um espaço público de interação e de diálogo com a sociedade, pois possibilitou a discussão com a mesma, demonstrando a capacidade de produção, organização e articulação dos camponeses do MST. O evento também auxiliou no exercício da cidadania ao refletir sobre questões que envolvem as relações complexas e tensas entre campo e cidade, acesso às grandes quantidades de alimentos “saudáveis” produzidos através práticas ambientalmente sustentáveis. Nos discursos aparecem as críticas ao modelo hegemônico de produção associados as práticas pouco sustentáveis do agronegócio, ao mesmo tempo em que buscam apresentar como alternativa um conjunto viável de práticas de cultivo e manejo do solo a partir das representações sobre a *Reforma Agrária Popular*. Estas estão associadas com práticas e saberes que se contrapõem aos usos intensivos de agrotóxicos e aditivos agroquímicos. Assim, o modelo de produção agroecológico se apresenta como uma alternativa viável para a agricultura brasileira.

Percebe-se, a partir da análise realizada, que a página *web* do MST e a página especial da primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária* são espaços virtuais de discussão que permitem estabelecer o diálogo com a sociedade ampliando as práticas de cidadania e os processos de autonomia mediados pelos integrantes e pelas informações que circulam na esfera pública virtual. As representações acerca da *Reforma Agrária Popular* através dos seus sentidos exercem mediações no processo da construção de um discurso cultural, político e social sobre essa temática na esfera pública. Desta forma, o MST demonstrar a viabilidade do seu Projeto de *Reforma Agrária Popular* à sociedade brasileira por meio das informações sobre os alimentos expostos durante a primeira Feira Nacional da Reforma Agrária.

## Referências

- BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, 2001.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <[www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20%20Novo%20Paradigma%2002052006-ltima%20Verso1.pdf](http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20%20Novo%20Paradigma%2002052006-ltima%20Verso1.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2016.
- CARTER, M.; CARVALHO, H. M. de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DE CERTEAU, M. Culturas Populares. In CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Brasil não é país para os sem terra em tempos de Dilma. Publicado em 25/02/2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/2451-brasil-nao-e-pais-para-os-sem-terra-em-tempos-de-dilma>>. Acesso em: 07 mai. 2016.
- DI FELICE, M. Sociedade em rede: da esfera pública para a conectividade. In: MAR-CHIORI, M. (Org.). **Sociedade, Comunidade e Redes**. São Caetano do Sul: Difusão; Rio de Janeiro: Editora Senac, 2014.
- ENGELMANN, S. I. **A página virtual do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) como instrumento de contrainformação na luta político-ideológica pela reforma agrária**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.
- \_\_\_\_\_.; DURAN GIL, A. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Eletrônica do CEMOP**, n. 2, set. 2012. Disponível em: <[www.memoriaoperaria.org.br/revistaelectronica/solange\\_e\\_aldo\\_duran.pdf](http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaelectronica/solange_e_aldo_duran.pdf)>. Acesso em: 08 mai. 2016.
- \_\_\_\_\_.; MORIGI, V. J. A página virtual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no debate da reforma agrária brasileira. In: SILVEIRA, A. C. M. da; POGGI, M. C.; MASI, S. D. (Orgs). **TIC's latinoamericanas: Antecedentes, tendencias, usos y representaciones**. Santiago de Chile: Red Internacional del Conocimiento, Colección e-200, feb. 2016. ISBN: 978-956-8416-41-6.



ESTEVES, J. P. Novos media e deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação. **Revista Media & Jornalismo**, v. 18, n. 10, 2011.

Feira Nacional da Reforma Agrária. [Página do evento]. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [Site oficial]. Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Feira-reforma-agraria/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

GOHN, M. G. **Mídia, terceiro setor e MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HALL, S. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: HALL, S.; SOVIK Liv (Org.). **Da diáspora: Identidades e mediações sociais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

JOVCHELOVITH, S. **Representações sociais na esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os contextos do saber: representação, comunidade e cultura**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Coleção Psicologia Social).

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1983.

MARX, K. & ENGEL, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MATA, M. C. Comunicación y ciudadanía: Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**. São Leopoldo, VIII(1): 5-15, jan/abr. 2006.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA- MST. Site oficial. Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 09 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Construindo o caminho**. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Quem Somos*. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **V Congresso Nacional do MST: uma obra coletiva da militância**. Cartilha interna. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, A. U. “A política de reforma agrária no Brasil”. In: **Direitos Humanos no Brasil 2009**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009.

PERUZZO, C. M. K. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e

comunitária. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM/ UnB. Brasília, 6 a 9 set. 2006. p. 1-17. **Anais...** Disponível em: <[www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SILVA, E. N. da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: Guareshi, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em Representações Sociais**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

STÉDILE, J. P.; (org.). **A questão agrária no Brasil**: Programas de Reforma Agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VIA CAMPESINA [site]. Acesso em: 10 mai. 2016. Disponível em: <[www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)>.

VIEIRA, L. **Os Argonautas da Cidadania**: a sociedade civil e a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

#### Referências das matérias analisadas

Coutinho Junior, J. Feira da Reforma Agrária debate impactos dos agrotóxicos e transgênicos. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [Site oficial]. Brasil, 23 out. 2015a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/23/feira-da-reforma-agraria-debate-impactos-dos-agrotoxicos-e-transgenicos.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

Coutinho Junior, J. O caminhão, a barragem e a Terra Viva: caminhoneiro e militante conta sua história e de uma das maiores cooperativas do MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [Site oficial]. Brasil, out. 2015b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/28/o-caminhao-a-barragem-e-a-terra-viva.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

Coutinho Junior, J. “O pessoal da cidade nunca comeu um pé de alface com gosto de alface”: Cleide Oliveira, produtora e vendedora na 1a Feira da Reforma Agrária, conta sua história e mostra os frutos (e doces) da Reforma Agrária. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [Site oficial]. Brasil, 22 out. 2015c. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/22/o-pessoal-da-cidade-nunca-comeu-um-pe-de-alface-com-gosto-de-alface.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

FREIRE, S. Cartilha sobre agroecologia é lançada na Feira da Reforma Agrária.

**Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [Site oficial]. Brasil, 24 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/24/recontando-a-historia-do-cam>

[po-cartilha-sobre-agroecologia-e-lancada-na-1a-feira-nacional-da-reforma-agraria.html](#)>. Acesso em: 03 maio 2016.

MARINHO, G. “A cidade precisa dos produtos da Reforma Agrária”, afirma presidenta do Incra: em visita à 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária, Maria Lúcia Fálcon, tornou pública a autorização recursos para as demandas de construção de agroindústrias em 11 estados do país. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [Site oficial]. Brasil, 27 out. 2015a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/27/a-cidade-precisa-dos-produtos-da-reforma-agraria-afirma-presidenta-do-incra-em-visita-a-feira-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

MARINHO, G. Cozinhas regionais trazem os sabores da Reforma Agrária Popular ao Parque Água Branca. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [Site oficial]. Brasil, 23 out. 2015b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/23/cozinhas-regionais-trazem-os-sabores-da-reforma-agraria-popular-ao-parque-agua-branca.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

PRIMEIRA Feira Nacional da Reforma Agrária comercializará mais de 200 toneladas de alimentos. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [Site oficial]. Brasil, 21 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/21/mais-de-200-toneladas-de-alimentos-serao-comercializados-na-1o-feira-nacional-da-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

SILVA, M. Mostramos a sociedade que é possível criarmos um novo jeito de produzir no país, afirma Sem Terra. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [Site oficial]. Brasil, 25 out. 2015a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/25/a-feira-mostrou-a-sociedade-que-e-possivel-criarmos-um-novo-jeito-de-se-produzir-no-pais-afirma-dirigente-do-mst.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

SILVA, M. Primeira Feira Nacional da Reforma Agrária chega em SP com alimentos saudáveis a preços acessíveis. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [Site oficial]. Brasil, 22 out. 2015b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/22/1o-feira-nacional-da-reforma-agraria-chega-em-sp-com-alimentos-saudaveis-a-precos-acessiveis.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

SORIANO, R. Ato celebra produção de alimentos saudáveis na primeira Feira Nacional da Reforma Agrária. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [Site oficial]. Brasil, 24 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/24/ato-celebra-producao-de-alimentos-saudaveis.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

# ***A apropriação de tics por extensionistas e agricultores familiares: uma leitura a partir da teoria da comunicação linear e em rede***

Marcela GUIMARAES E SILVA

---

## **Introdução**

A modernização da agricultura, no Brasil, apresentou características que se refletiram de modo similar em várias regiões, sendo que em São Borja, tal realidade não foi diferente. É a partir desta constatação que tem-se o objetivo desta investigação que é compreender o significado das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) no contexto do desenvolvimento rural a partir da sua apropriação na relação entre extensionistas e agricultores familiares.

Este estudo está estruturado em três principais fases.

Na primeira fase, realizou-se a construção do aporte teórico sobre a relação entre comunicação e extensão rural. Aprofundou-se a reflexão sobre a teoria da comunicação linear em rede de Muniz Sodré (2002), e os aspectos sobre os quais a comunicação na sociedade midiaticizada recobre, ou seja, vínculo, veículo e cognição, empregados como categorias operacionais de análise da pesquisa.

A fase seguinte consistiu no estudo empírico, por meio da aplicação de 21 entrevistas, sendo 16 com agricultores familiares e cinco com extensionistas da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS – ASCAR) do município de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com a província argentina de *Misiones*. A amostragem definiu-se a partir do princípio da saturação de amostra e todas as entrevistas foram complementadas por anotações, registros fotográficos e observação da realidade.

E, por fim, os dados foram tratados e na sequência analisados utilizando-se para isso o *software* NVivo®, versão 10, que auxilia a organização, a codificação e a análise do conjunto de dados, permitindo sistematizar as interpretações e análises.

O percurso em que primeiramente se estuda a relação entre comunicação - extensão rural e o surgimento das TICs, na sequência aborda-se a teoria da comunicação de Muniz Sodré (2002), empregada como referencial para interpretação e análise do cotidiano dos extensionistas da EMATER/RS – ASCAR e dos agricultores familiares de São Borja/RS, permitiu observar as imbricações inscritas na relação entre os indivíduos, uma vez que constitui-se de informações difíceis de obter-se por meio de métodos quantitativos, pois se transita em um universo de cognições e significações apresentados ao final deste trabalho.

### **Do monológico ao dialógico: a comunicação na extensão rural**

Os modelos de extensão rural adotados ao longo da história estiveram vinculados ao projeto de desenvolvimento dos países desenvolvidos, preocupados em difundir sua hegemonia política e econômica entre os países subdesenvolvidos, que vislumbravam na modernização do campo uma solução para a sua condição. Es-

ses modelos instituídos a partir de acordos políticos e econômicos, empregaram a comunicação ora como meio de transferência de informações, ora como meio inclusão dos indivíduos no processo de desenvolvimento, como ocorreu no Brasil, marcando profundamente a trajetória da extensão rural no país.

O primeiro modelo de extensionismo adotado foi o norte-americano conhecido como clássico, que Duarte e Castro (2004, p. 38) denominam de modelo de disseminação de informação pela imprensa, no qual “os meios de comunicação assumem a função instrumental para disseminar informações e orientar o agricultor”. Esse mesmo modelo se expandiu para a América Latina, a partir de convênios firmados entre os governos dos países latino-americanos com as agências de extensão rural dos EUA. Nesta fase os extensionistas tinham a função de informar e persuadir o agricultor para melhores práticas agrícolas visando o aumento da produção. Para esse modelo “a forma encontrada para transmissão desse conteúdo técnico-científico aplicável à agricultura foi o uso intensivo de recursos audiovisuais para difusão das mensagens” (Fonseca, 1985, p. 41). A Fonseca (1985), lembra que Bordenave chamou a atenção para os interesses dos fabricantes desses recursos, pois nessa época não se falava em comunicação e sim em informação agrícola ou informação rural.

No Brasil, esse modelo de informação agrícola permaneceu até o final da década 1960, quando o Ministério da Agricultura, através do Sistema de Informação Agrícola (SIA), desenvolveu entidades autônomas de extensão em vários estados do país. Essas entidades autônomas, filiadas a Associação Brasileira de Crédito Rural (ABCAR) eram responsáveis por transmitir a informação agrícola com o apoio dos meios de comunicação aos agricultores.

De acordo com o Bordenave (1983) a diferença entre a SIA e AB-CAR, é que a primeira difundia a informação rural apenas através dos meios massivos de comunicação, enquanto a segunda, além desses meios, estabelecia uma relação com os agricultores através de intermediários, que eram lideranças rurais locais. Entretanto apesar dessa diferença, o objetivo ainda era o mesmo, o de difundir tecnologias para aumento da produtividade da agricultura, ambas embasadas na persuasão para mudança de comportamento dos agricultores.

Entretanto a experiência do uso dos meios de comunicação de massa entre os agricultores latino-americanos não resultou no esperado, pois esse modelo não apresentava condições de ser aplicado à realidade dos países subdesenvolvidos. Então o modelo clássico cedeu espaço ao de difusão de inovações de Everett Rogers, postulado a partir das pesquisas realizadas em zonas rurais por antropólogos e sociólogos<sup>1</sup> e da Teoria dos Sistemas Sociais de Talcott Parsons<sup>2</sup>.

Para Rogers o sistema social é uma coletividade que atua conjuntamente para atingir uma meta comum, sendo esse sistema se constitui em uma estrutura social, onde os membros são organizados hierarquicamente, o que facilita difusão e adoção de novas ideias, o que ele denomina de “efeitos do sistema”. Nesse sistema social o poder de influência que uns exercem sobre os outros é fundamental na difusão de novos comportamentos e atitudes, modificando a estrutura social do sistema. No modelo de Rogers, formulado a partir

---

1 Deram origem teorias como do difusionismo, que negavam o desenvolvimento interno dessas culturas, criando uma constelação ideológica através da qual esses povos eram analisados a partir de padrões e valores das nações dominadoras.

2 “Parsons parte do princípio de que toda estratificação responde a uma necessidade social. É um sistema de hierarquias fundadas nos valores supremos de cada sociedade. Assim, Parsons define a estratificação social como a classificação de unidades em um sistema comum de valores” (FONSECA, 1985, p. 43).

desse conceitos, alguns têm a capacidade individual de inovar, pois passam por um processo mental desde o momento em que recebem a primeira notícia sobre a inovação até decidir adotá-la ou rejeitá-la, e confirmar depois a sua resolução.

Esse processo de ensino-aprendizagem representou uma forma para superação do subdesenvolvimento, pois o difusionismo partia de que a mudança social ocorre no nível comportamental dos indivíduos, ao ponto de transformar o sistema social, pois partia de que pela ação individual a caminho das inovações, o desenvolvimento econômico e social seria uma consequência. E assim, a proposta rogeriana, se disseminou no setor agrícola dos países subdesenvolvidos na década de 1960.

O Brasil, durante a Revolução Verde, a difusão de inovações prevaleceu, pois acreditavam que o desenvolvimento seria resultado da modernização da agricultura e do crescimento do país através da industrialização. Para isso foi necessário difundir entre os agricultores, novas tecnologias de produção, como garantia do aumento da produtividade.

Entretanto Rogers constatou que em países como o Brasil, onde há pouco ou nenhuma exposição dos agricultores aos meios de comunicação de massa, o meio para que seu método promovesse a mudança social seria a transferência de informações pelos agentes de extensão (MARQUES DE MELLO, 1977). Desta forma, a extensão rural no país e o trabalho dos agentes extensionistas se deram a partir da relação face a face com os agricultores, pois essa foi à via encontrada para transferência de informações.

Ainda com relação ao caso brasileiro Lloyd Bostian (1978) lembra que a partir da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento



Internacional (USAID), os EUA investiam no desenvolvimento agrícola do país, dando ênfase na comunicação. Como resposta foi criado na década de 1960 a Associação Brasileira de Informação Rural (ABIR) e o Centro Nacional de Treinamento e Pesquisa em Comunicação Agrícola (CECOR), pois segundo o autor acreditava-se que a comunicação, seria uma das condições básicas para o êxito do desenvolvimento nacional, sendo necessário o desenvolvimento de um sistema de comunicação dirigido as áreas rurais.

A partir de pesquisas realizadas no Brasil, mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul, Bostian observou que nesse período a produtividade agrícola do país não aumentou, mesmo com a adoção de novas técnicas de produção, o que segundo o autor ocorreu pelo fato de que “a informação técnica alcançou poucos agricultores e, além disso, haviam poucos fluxos de informação intermediária – aquela dos institutos de pesquisa para os técnicos agrícolas trabalhando ao nível local” (1978, p. 14).

Assim, o modelo de difusão que embasou teoricamente os serviços de extensão durante décadas, foi alvo de muitas críticas, pois fortalecia o discurso do governo de que as condições dos agricultores não eram miseráveis, porque havia uma estrutura econômica e política favorável ao seu desenvolvimento, porém esses agricultores apresentavam um baixo nível cultural e, portanto se mantinham atrasados ao negar as inovações. Isso serviu de justificativa para os serviços de assistência técnica, já que condições e meios para produção existiam, porém esses agricultores necessitavam de alguém pudesse ensinar como fazer.

Anos mais tarde quando emergiram críticas método de Rogers, surgiram novas perspectivas para a extensão e a comunicação rural. Juan Diaz Borndenave ao analisar tal realidade declara que “é difícil

ver como qualquer programa de desenvolvimento rural pode ser útil se não envolver uma estreita colaboração entre especialista de comunicação e especialista de educação” (1981, p. 241), apresentando assim, uma nova perspectiva para a extensão rural, como um processo em que a comunicação e a educação são indissociáveis.

Na década de 1970, sobre a substituição da ABCAR pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), Bordenave ressaltava que foram as mudanças na filosofia da extensão rural e nas estratégias e procedimentos adotados pelos extensionistas é que estabeleceram uma comunicação rural, já que a extensão tem por finalidade a educação, a partir da qual o extensionista atua no sentido de capacitar o agricultor para que este a partir da sua percepção da realidade, encontre soluções para seus problemas de ordem técnica, econômica e social. Sendo que nesse processo “a comunicação rural, pelo menos em teoria adquire a modalidades de diálogo ‘participativo’” (1983, p. 29), além disso, “assume uma nova responsabilidade: a de promover a conscientização, a politização dos agricultores, visando ajudá-los a perceber e articular seus problemas e necessidades e a reivindicar ajuda externa dos serviços oficiais” (BORDENAVE, 1981, p. 243), configurando o papel de extensionistas, agricultores e meios de comunicação.

O diálogo também foi a perspectiva defendida pelo estruturalista Paulo Freire, que ao questionar o difusionismo, acabou por instituir um divisor de águas no método da extensão rural brasileira, pois analisou a relação entre o extensionista e o agricultor como um processo de troca de saberes, através do diálogo. Freire questionou o termo extensão por sua relação significativa com “transmissão, entrega, doação, messianismo, invasão cultural, manipulação” (Freire, apud DUARTE E CASTRO, 2004, p. 42), propondo o diálogo e não a persuasão. Os estudos de Freire tiveram repercussão direta sobre os serviços de

extensão rural no Brasil, que passaram por profundas reformulações, se constituindo num processo educativo e popular.

Frente a essa condição histórica e como resposta aos modelos precedentes, as experiências convergiram para um modelo que Duarte e Castro denominam de ‘pluralista’, no qual “os sujeitos do desenvolvimento buscam alternativas para enfrentar o isolamento e falta de alternativas adequadas proporcionadas pelo Estado” (2004, p. 47). No sistema pluralista, a preocupação central está no empoderamento dos atores sociais, tornando-os capazes de identificar problemas e encontrar soluções, a partir da participação na consolidação de políticas nacionais, como reflexo das demandas e realidades locais. “Com as transformações no ambiente da agricultura e na própria sociedade, os atores sociais envolvidos com a utilização de tecnologias no campo sofreram transformações em seu papel, atuação e relacionamento” é que concluem os autores.

O pluralismo passou a predominar na extensão rural brasileira, pois tanto do ponto de vista político-econômico, quando este parece ser o caminho para a consolidação de uma política pública embasada na descentralização do poder e na participação de diversos setores; quanto sociocultural, quando a construção do conhecimento se dá a partir da interação entre os atores sociais, no qual as tecnologias de informação e comunicação são os meios de produção, circulação e consumo de conhecimento na Sociedade da Informação, na qual não há distinção entre emissor-receptor ou rural-urbano, processo recente com a emergência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no campo.

### **As TICs como alternativa para o diálogo na extensão rural**

O desenvolvimento de “novas” TICs, bem como o crescente acesso a essas, resultaram em mudanças na estrutura economia, políti-

ca, cultural e social do Brasil. Nessa nova estrutura, a informação e o conhecimento passaram a exercer papel fundamental no processo de desenvolvimento, e no qual as TICs representam uma possibilidade de acesso dos indivíduos à Sociedade da Informação.

No meio rural um dos reflexos dessa mudança estrutural, foram o rompimento de dicotomias entre espaço rural e urbano, sociedade tradicional e moderna, sustentadas por anos nos projetos de desenvolvimento. Com a inserção dessas tecnologias, esses limites estão se desconstruindo, e aos poucos as populações rurais se integrando à Sociedade da Informação. Sendo necessário lembrar que a exclusão digital é uma realidade da população brasileira, principalmente a rural, pois mesmo com políticas nacionais de apoio à inclusão digital, muitos são os desafios para mudança desse cenário.

Como visto, o projeto de desenvolvimento rural adotou vários modelos extensionistas, nos quais a comunicação foi assumindo importância, os meios de comunicação de massa e as TICs, foram tidas ora como meios de divulgação, ora como meio de difusão, e recentemente como um meio de interação e construção social.

Na sociedade atual as TICs que por muitos anos foram reduzidos aos meios de comunicação e por muitos criticados, representam ou simbolizam o espaço de interação e construção do conhecimento entre indivíduos, nesse caso os agricultores. Desta forma, o próprio sistema pluralista de extensão rural emerge no processo comunicativo, deslocando-se dos meios e centrando-se na informação e construção coletiva do conhecimento.

As TICs representam para o meio rural, conforme Silveira (2003), a ampliação de horizontes e de expectativas, a constituição de grupos de comercialização, novas políticas públicas, estimativas de safras e

desempenhos nas bolsas de valores e *commodities*, serviços bancários, cooperativas de crédito e de produção, educação à distância e assistência técnica. Do mesmo modo como podem ser tidas como instrumentos de trabalho com os quais o agricultor convive cotidianamente, as TICs também podem ser meios de inclusão e participação desses nos debates sobre o desenvolvimento rural.

Duarte e Castro afirmam que na Sociedade da Informação “os relacionamentos e fontes de informação no meio rural ficarão mais fluidos, conectados por múltiplas redes e abrigados por instrumentos bastante variados de comunicação, que se estabelecem a partir desses múltiplos relacionamentos” (2004, p. 54). Desta forma, na Sociedade da Informação, a reestruturação não se limita a um projeto político-econômico, mas interfere nas relações socio-culturais e históricas dessa sociedade, redefinindo papéis de cada setor, principalmente dos indivíduos, o que se reflete diretamente no desenvolvimento rural brasileiro.

### **A comunicação linear e em rede de Muniz Sodré**

Antes mesmo da publicação do livro *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*, Muniz Sodré explica o que entende por vinculação social e a defende como o objeto do campo da comunicação, tese desenvolvida a partir de anos de pesquisa na área. E juntamente com vinculação analisa as questões relacionais e cognitivas que, embora não sejam novas, se reconfiguram na sociedade midiaticizada.

É possível sustentar que a Comunicação ocupe hoje uma posição reflexiva sobre a vida social, se não como ‘um’ objeto claramente discernível, certamente como um ‘nó’ ou um núcleo objetivável, onde se entrelaçam problematizações diversas do que significa vinculação ou atração social (SODRE, 2002, p. 222).

Nessa perspectiva, o autor argumenta quanto à necessidade de se abandonar a concepção do campo da comunicação como apenas um “reflexo das práticas da mídia”, e que a problemática pode ser reduzida à interação midiática, ou seja, que a relação tecnológica ou político-econômica são determinantes.

Mesmo operando em um sistema de mercado capitalista, ainda é possível perceber a “vinculação entre o eu e o outro”, e “apreensão do ser-em-comum”, não apenas como forma de compartilhamento de coisas entre os indivíduos, mas compreendendo a vinculação como substancial para a “diferenciação e aproximação entre os seres humanos”, ou seja, para a compreensão cognitiva do eu em si-mesmo, em uma relação com o outro, porque o eu e o outro não são criaturas prontas e acabadas, mas se constituem em relação e na relação entre si. “Vinculação, entretanto, é muito mais do que um simples processo interativo, porque pressupõe a inserção social do sujeito desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até a deliberação frente às orientações práticas de conduta, isto é, os valores”. (Sodré, 2002, p. 224).

Vínculo para Sodré, é o que Kant definiu como “ação recíproca” ou “comércio” entre agente e paciente que dão origem à comunidade, em um processo de reciprocidade. A partir disso, Sodré entende que a comunidade não ocorre pelo estar junto em um território, ou pelos laços de parentesco ou religiosos, mas pelo compartilhamento de uma realização entre os indivíduos, em uma relação entre eu e o outro, do ser-em-comum. “O conceito de comunicação aponta para a movimentação concreta de toda a comunidade. Evidencia que se trata de pôr em comum as diferenças práticas na dinâmica da realização do real” (Sodré, 2002, p. 225), o que, na contemporaneidade, vem se modificando pela sua integração ao sistema de mercado e de poder, e, conseqüentemente, se refletindo na vida dos indivíduos.

Sodré (2001) esclarece que a sua definição para comunidade não pode ser encarada como objeto da sociologia, pois, segundo ele, a sua concepção ultrapassa a ideia de comunidade como agregação de pessoas, como o é para a sociologia. Sodré afirma que comunidade:

É o laço atrativo. E esse laço é atrativo é a obrigação simbólica originária, que faz nascendo uma dívida simbólica com o grupo social. E a dívida simbólica é com o meu pai, minha mãe, comigo mesmo. É também um compromisso de vida ou de morte [...] Isso eu chamo de vínculo social. E esse vínculo é tanto consciente quanto inconsciente (2001, Online...).

No estabelecimento desse vínculo que a mídia trata como relação, segundo o autor há o envolvimento das dimensões psicanalítica e psicológica que acabam por diferenciar vínculo de relação, ou veículo. Enquanto o vínculo apresenta uma profundidade sobre o ser humano nessas dimensões, a relação se estabelece sobre o que é vivido socialmente, ou seja, o que a mídia consegue abordar. “A comunicação é maior que a mídia. Ela envolve a existência mesmo. O núcleo dela é a comunidade. Então é preciso entender radicalmente o que é comunidade” (2001). A vinculação é de base *sociável* e, portanto, a comunicação não se reduz a uma atividade midiática (2002).

Ainda na definição vínculo e veículo, Sodré (2001) afirma que a sociedade tentou acabar com a comunidade, com a formação *sociável*, porque compreender a comunidade como um lugar de vínculos implica reconhecê-la também como um lugar de tensão. Assim, a mídia trata da externalidade dessa vinculação, que é a relação/veiculação, que com as TICs tem se tornado cada mais externa. “Hoje, na Internet, por exemplo, nunca as pessoas estiveram tão conectadas, tão ligadas, mas não vinculadas”. A veiculação ou relação é o que se estabelece a partir do contato entre os indivíduos através do uso das tecnologias, de natureza *societal*, dando origem à midiatização (2002) e na qual atua o *bios midiático* (2007).

Sodré (2002) faz essa distinção sociológica entre sociável e societário, pois diante do desenvolvimento dos dispositivos tecnológicos de informação e do crescimento das instituições da mídia, com capacidade de fazer recortes sobre o que é relevante no mercado político-econômico global, torna “irrelevante qualquer conteúdo humano” que represente uma forma de resistência à lógica instituída pela sociedade capitalista. Assim, sociável refere-se ao “informal humano de uma sociedade que opera de cima para baixo, no nível de redes de reciprocidade” e *societal* é “tudo que diz respeito à construção oficial de uma sociedade, portanto, aos mecanismos ou aparelhos reguladores, cuja ação vem de cima para baixo” (2002, p. 238).

E diante desse cenário é que o *bios midiático* se institui como uma nova forma de vida, que se estabelece através dos meios tecnológicos de comunicação e se entrelaça com as formas de vida tradicionais, implicando em uma nova forma de interpretação cognitiva do mundo. Para Sodré a cognição é a terceira instância do campo da comunicação, e que é empregada na teoria da comunicação, ou seja, a cognição significa, nas palavras do autor, “como é que eu conheço, como é que eu sei sobre a relação ou a vinculação” (2001, Online...). A teoria da comunicação de Sodré, ao mesmo tempo em que trata da mídia e da vinculação, é um recurso para o indivíduo pensar sobre a própria comunicação diante da virtualização e mediação das relações sociais.

Daí o imperativo ético-político, logo, coletivo, de uma formação cognitiva crítica, não para simplesmente aumentar o potencial interpretativo de atores individualizados do estamento intelectual (professores, escritores etc.), e sim para possibilitar uma “intervenção” politicamente transformadora, por parte de minorias e grupos de militância no campo da apropriação popular dos meios de comunicação (SODRÉ, 2007, p. 23, grifo do autor).



Por muito tempo predominaram as pesquisas no campo da comunicação direcionadas ao estudo dos efeitos e influência da mídia, convictas de que a mídia era a única “estruturadora e reestruturadora das percepções e cognições” (SODRÉ, 2002, p. 246), constituindo uma agenda coletiva. Na contemporaneidade, as reflexões se dão em torno de um novo sistema de compreensão do vínculo e das relações que, segundo o autor, significa uma redefinição das relações entre o homem e as novas tecnologias e as suas implicações para a consciência e o *self* e um empenho ético-político-antropológico para viabilizar uma compreensão dessas mudanças socioculturais, em um processo de autoquestionamento. A concepção dessa compreensão é apresentada por Klaus Krippendorf:

A comunicação se transforma em um fenômeno social precisamente quanto seus participantes re-conhecem ou constroem, em sua compreensão da comunicação daqueles com os quais se comunicam, quando sua teoria da comunicação abriga recursivamente as teorias da comunicação dos Outros, e quando os comunicadores participam pode, então, ver-se a si mesmos através dos outros dos outros (KRIPPENDORF apud SODRÉ, 2002, p. 246).

Sodré, em sua contemporânea teoria da comunicação, considera então estas três instâncias: vínculo, veículo e cognição, à luz da mídia tradicional e reticular, que não representa toda a comunicação, mas se inscreve, por meio das novas tecnologias, como uma nova forma de vida virtualizada e midiaticizada que, em relação às demais formas de vida tradicionais, constituem-se em referencial para o indivíduo na compreensão de “si” e do mundo. Assim, a comunicação, ainda que estabelecida por meio tecnológicos de comunicação, e numa lógica de mercado, não se reduz à(s) instituição(ões) da mídia, tampouco aos dispositivos técnicos, constituindo-se em uma atividade cognitiva do indivíduo ao analisar os vínculos e relações que estabelece.

## **Reflexões sobre a realidade investigada**

Na compreensão do significado da TICs na relação entre agricultores familiares e extensionistas, no contexto do desenvolvimento, observa-se que as novas mídias apresentam distintas funções no cotidiano de ambos os grupos. Ao se considerar o desenvolvimento rural como um processo complexo que depende da articulação de várias dimensões (econômica, política, social) para que haja, de fato, uma mudança social a partir dos seus atores, essas novas tecnologias são alternativas para ampliar o acesso, mas também para a autonomia desses indivíduos em seus contextos originários.

No caso de São Borja/RS, poucos agricultores familiares dispõem de acesso à internet na propriedade rural, por isso o telefone móvel é a tecnologia que, integrada à rotina de ambos os grupos, manifesta a trama das várias vinculações sociais desses indivíduos. Porém, nessa relação (agricultor-extensionista) assume uma condição de meio de comunicação, mas também de meio de intervenção do agricultor no fluxo de trabalho do extensionista.

O mesmo acontece com as mídias tradicionais - rádio, televisão, jornal impresso-, em que esse agricultor busca informações que o interessam ou que podem ser adequadas a sua realidade e aos seus objetivos. Muitas vezes essas informações são acessadas pelo agricultor antes mesmo que o extensionista e outras instituições ligadas ao setor agrícola tenham conhecimento. Com isso, o agricultor percebe que a agricultura familiar não é protagonista do desenvolvimento rural, ainda mais em um município historicamente reconhecido pelos latifúndios de produção agrícola empresarial. Por isso, busca se apropriar dessas informações, como um fundamento para as suas demandas, e pela sua própria ação procura intervir nos fluxos das políticas públicas por meio do extensionista, questionando, problematizando e considerando a sua realidade.

O agricultor observa ainda que as suas demandas não são as mesmas do extensionista, pois o extensionista, embora seja um agente do desenvolvimento, é institucionalizado e age em consonância com determinada política pública, ou seja, a extensão rural é o seu trabalho voltado para atender essas políticas que nem sempre estão em acordo com a realidade da população rural. Além disso, o mesmo percebe que a agricultura familiar não desperta interesse das instituições da mídia, sendo raros os produtos midiáticos dirigidos a esse público.

A internet, principalmente para os extensionistas, que através da instituição têm acesso ao serviço, representa para esse grupo um meio de comunicação, mas também de acesso a informações que venham a contribuir para suas intervenções, pois os métodos da instituição nem sempre atendem demandas específicas de cada propriedade. Além disso, a tecnologia possibilita, em tempo real, a troca de experiência entre os atores que encontram nos demais colegas de outras unidades da instituição um conjunto de referências do que é ser extensionista, principalmente diante das mudanças no modelo de extensão que requer um agente mais participativo e atento à complexidade de cada realidade.

Já, no caso dos agricultores familiares, poucos são os que já dispõem da tecnologia, sendo, muitas vezes, mais uma limitação de infraestrutura tecnológica do município do que financeira dos agricultores. Esse fato é constatado nos relatos de agricultores e extensionistas, e para estes últimos a mídia é fonte de informações. Na comunicação entre extensionista-agricultor a tecnologia ainda não é empregada, portanto, no cotidiano do extensionista essa mídia se estabelece como um recurso que os coloca na condição “daquele que sabe” diante do agricultor.

Diante dessa realidade o que se verifica é a condição que o extensionista assume, como interlocutor entre a informação e o agricultor. E por meio dessa mediação o extensionista, passa a direcionar o trabalho do agricultor para atender as políticas públicas que orientam as diretrizes da instituição. Do mesmo modo, o agricultor também, legitima essa posição na qual se coloca o extensionista, assumindo a condição de dependência, como estratégia para ter acesso aos recursos, que é o seu interesse velado nessa relação.

Entre os agricultores que têm acesso à internet na propriedade, o que se observa é uma autonomia do indivíduo tanto em relação ao extensionista quanto às demais mídias. “O uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais, e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (THOMPSON, 1998, p. 13). À medida que essa tecnologia vem fazendo parte das rotinas das famílias e o agricultor vem se apropriando do meio e de seus conteúdos, outros significados e sentidos passam a fazer parte do seu modo de perceber e interpretar o seu contexto, e da sua ação no fluxo de construção desse contexto.

Embora a questão de gênero não fosse central neste estudo, o que se observa é um reposicionamento do papel da mulher no âmbito da propriedade rural, acelerado também pela sua apropriação das TICs<sup>3</sup>.

Em decorrência de várias políticas e programas públicos dirigidos à mulher (extensão rural, inclusão digital, etc.) se percebe seu crescente

---

3 Em seu estudo sobre relações de gênero e apropriação das TICs, Schwartz (2012, p. 159) constatou que “as mulheres atribuem às TICs expressões como “porta aberta” e “luz no fim do túnel”, demonstrando que as tecnologias de comunicação são importantes para o processo de mudança que conduz ao empoderamento da mulher rural”.

protagonismo diante de instituições como a família, a EMATER, entre outras. A apropriação das TICs pela mulher ampliou principalmente a sua participação nos processos decisórios da propriedade rural familiar. Hoje, munida de informações essa agente tornou-se responsável por administrar os recursos e investimentos da família, conquistando o respeito do marido, dos filhos e da comunidade, o que, tem reflexo direto em sua autoestima e empoderamento.

A questão de gênero embora tratada pelos diversos enfoques do desenvolvimento, para a maioria destes a mulher era considerada um problema de integração no processo. As políticas públicas ofereciam apenas capacitações pra a mulher relativas à economia doméstica e à saúde da família, e durante décadas ela foi condicionada à receptora passiva de informações e não de agente produtor e transformador no espaço urbano, e, principalmente, no rural, onde a sua atuação foi mais dificultada por esses modelos de modernização da sociedade (PÉREZ, 2009). No caso em estudo, essas práticas permanecem no rol dos métodos de intervenção dos extensionistas, porém, a maioria das mulheres que participam são aquelas cujos maridos são empregados rurais.

Já, aquelas em que todos os integrantes da família trabalham na propriedade assumem outra postura no âmbito da propriedade rural e diante do extensionista. Para romper com o modelo ‘mulher dona de casa e mãe de família’, historicamente institucionalizado, buscam exercer outras funções na propriedade, ampliando a sua participação no contexto familiar e social. Esse processo é acelerado pela sua apropriação das tecnologias que passam a fazer parte de suas atividades diárias e, por isso, a mulher passa a ser responsável pelo gerenciamento da propriedade, o que a coloca em condição de igualdade de participação nas decisões da propriedade e frente aos demais.

Assim, as TICs vêm transformando as mulheres em agentes potencializadores das mediações entre as políticas públicas e a sociedade rural, ou seja, se antes o agente mediador na relação Estado/agricultor era o extensionista, neste caso estudado a mulher também de inscreve como tal. Não se quer dizer que a mulher seja a única agente, mas evidenciar o seu papel no contexto da propriedade rural, abandonando a concepção que se lhe impunha de indivíduo passivo no processo comunicativo de extensão rural, como destaca Pérez (2009). Além disso, o ato de apropriar-se dos meios de comunicação e das informações faz com que essa mulher adquira um poder simbólico (THOMPSON, 1998) que, aos poucos, passa a ser reconhecido pelas instituições nas quais atua (Estado, família, EMATER, etc.).

O mesmo se observa em relação aos jovens. São muito recentes as políticas direcionadas aos filhos dos agricultores, as quais, conforme relatado pelas famílias, são essenciais para a permanência deles na propriedade — crédito, educação, inclusão, etc. Hoje, esses indivíduos requerem a sua participação na gestão da propriedade, além da autonomia diante do ‘pai’ e da comunidade. Desse modo, a partir deste estudo se percebe que as TICs favorecem a inserção desses indivíduos em diferentes contextos, pois, mesmo estando no campo, encontram alternativas para participar e acessar informações que lhes propiciam condições de dialogar sobre a gestão da propriedade. Ou seja, não são apenas mão-de-obra ou sucessores de um modelo produtivista, mas socialmente ativos no processo de gestão da unidade rural familiar.

Entretanto há muito a ser percorrido pelas mulheres ‘dentro e fora de casa’, e pelos jovens para a sua permanência no campo, considerando-se que é necessário, em primeiro lugar, romper com estruturas sociais e culturais cristalizadas, tanto no âmbito da extensão rural quanto da própria família rural. Logo, é preciso pensar em novas

*relações* na extensão rural, centradas na capacidade de articulação individual e coletiva e que de um lado estejam os extensionistas, e do outro, as famílias. Porém, constata-se ainda que o conservadorismo na intervenção dos extensionistas, como identifica Caporal (1998), somado às marcas históricas de dependência do agricultor ao sistema (NAVARRO, 2001), constitui-se um dos principais desafios para a extensão rural, partindo da concepção de que o processo de mudança social parte dos indivíduos socialmente ativos em seus contextos.

Ainda que a presença das mídias tradicionais e das TICs, no cotidiano, pareça estar naturalizada pelos indivíduos, e, por isso, o seu uso e acesso tornam-se rotineiros e despercebidos, é em localidades rurais como as investigadas para realização desta pesquisa no município de São Borja/RS que se pode observar, na ação dos indivíduos, o que representam essas mídias inscritas em seu cotidiano. Para uns é uma forma de segurança; para outros é uma ferramenta de trabalho, mas para todos eles “é estar em contato com o outro”, “é estar no mundo”, e “é não estar sozinho”.

Desta forma, e, principalmente para os agricultores, o desenvolvimento das várias tecnologias assume um significado que talvez só seja possível compreendê-lo ao se analisar a experiência de cada um, na qual a presença da mídia representa o seu estar no mundo, revelando a necessidade do indivíduo em estar em contato com o outro. E, por isso, não pode ser vista apenas como uma máquina, por ser substancial para a existência do indivíduo, a partir das referências e interações que oferece e possibilita.

Na sociedade midiaticizada as TICs mantêm seu papel de dispositivos tecnológicos de comunicação e do mercado da informação; ao mesmo tempo dão origem a novos vínculos, por meio da virtualização das relações sociais, incidindo em uma nova forma de vida e,

consequentemente, de interpretação e compreensão do mundo pelos próprios indivíduos. No caso estudado, é no cotidiano de agricultores familiares e extensionistas que o significado dessas TICs repercute em mudanças por estarem integradas as suas rotinas e práticas, reconfigurando esses contextos e, em consequência, as relações sociais estabelecidas por esses grupos.

Diante dessa realidade, na qual as mídias tradicionais e as novas mídias estão integradas e a relação entre TICs e desenvolvimento rural está em construção, percebe-se, nas práticas e rotinas dos indivíduos, a importância dessas tecnologias e, principalmente, o seu consumo e apropriação. Isso porque as TICs passam a representar uma das possibilidades de autonomização dos indivíduos e ação para além do seu contexto, principalmente no que se refere ao papel da mulher no gerenciamento da propriedade e na relação de negociação estabelecida entre o agricultor familiar e o extensionista diante da implementação das políticas públicas do setor.

Por isso, é possível vislumbrar outras questões que merecem atenção e olhar sob a perspectiva do desenvolvimento rural, pois se refere às políticas públicas de extensão rural frente a uma sociedade rural constituída por um novo agricultor familiar. Nessa sociedade, a inclusão de outros agentes — a mulher e os jovens na gestão da propriedade rural familiar — constitui-se uma das principais estratégias para o desenvolvimento rural, e nas quais as TICs exercem papel fundamental, como se constatou neste estudo.



## Considerações Finais

Na sociedade midiaticizada o significado que as TIC assumem na relação entre agricultores e extensionistas pode ser sintetizado em três principais aspectos:

- Primeiro, por representarem um meio para a comunicação, e, conseqüentemente, para o estabelecimento de distintas vinculações;
- Segundo, por que representam uma alternativa para o acesso à informação, considerando-se o contexto em que vivem e as práticas que realizam, ou seja, uma autonomização do indivíduo em relação aos produtos midiáticos e às mídias tradicionais, que se reflete na relação entre ambos e destes com as demais instituições.
- E terceiro, porque dilata seu horizonte cognitivo, alimentando expectativas individuais e sociais.

Por fim, é importante ressaltar que as mídias tradicionais e, principalmente, as novas mídias, embora estejam imbricadas na trajetória histórica do desenvolvimento e da extensão rural no Brasil, a partir da realidade estudada se constata que essas mídias, por si só, não promovem o desenvolvimento rural. Entretanto, o acesso à informação e sua apropriação confere autonomia aos indivíduos, reposicionando-os no processo dialógico com as demais instituições. Ao romper com o fluxo unidirecional de informações do Estado para os agentes de extensão, e destes para o agricultor, ampliando os canais de acesso à informação torna esses indivíduos (extensionistas e agricultores) agentes orientados por seus interesses, com capacidade para agir no contexto da sua realidade.

Considera-se, também, que ao se reconhecer o rural com uma nova sociedade, não é uma determinada política ou outra que de

modo isolado será capaz de dar conta da sua complexidade, pois assim como o próprio ‘desenvolvimento’ não se esgota, requerendo a convergência de diversas políticas públicas frente aos novos atores sociais do desenvolvimento rural. E por isso pensar o consumo e apropriação das TICs por estes atores como estratégico pode parecer um pouco esperançoso, mas justificável diante da necessidade de articulação de distintas dimensões (econômica, social, ambiental, política) à quais as TICs estão integradas.

## Referências

BORDENAVE, J. E. D. Comunicação e Educação: o que Deus uniu o homem não separa. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. E. D. (Org.). **Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOSTIAN, L. R. Papel da Comunicação Coletiva no Desenvolvimento Agrícola Brasileiro. In: MARQUES DE MELO, J. (Org.). **Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. (13–25).

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 532 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Doutorado em Agroecologia, Campesinado e História, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, Córdoba, Espanha, 1998.

DUARTE, J.; CASTRO, A. M. G. de. **Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

FONSECA, M. T. L da. **A extensão rural no Brasil, um projeto político para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. (Coleção Educação Popular, n. 3).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

MARQUES DE MELO, J. **Comunicação, opinião, desenvolvimento**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83–100, set./dez. 2001.

PÉREZ, I. E. **La construcción social de las teorías del desarrollo: un estudio histó-**

rico/crítico para incidir en el diseño de las políticas públicas. México: Miguel Ángel Porrúa, 2009.

SCHWARTZ, C. **Relações de gênero e apropriação de tecnologias de informação e comunicação na agricultura familiar de Santa Maria/RS**. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, 2012. 281 p.

SILVEIRA, A. C. M. da. Sociedade da informação: TICs e o combate à exclusão digital no meio rural do Brasil. In: SILVEIRA, A. M. C. da *et al.* **Divulgação científica e tecnologias de informação e comunicação**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003.

SODRÉ, M. Objeto da comunicação é vinculação social. **Revista Pensamento Comunicacional Latino Americano**. (Entrevista). São Paulo, v. 3, n. 1, out./nov./dez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear em rede. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Sobre a episteme comunicacional. **Revista Matrizes**. São Paulo, n. 1, out., 2007. (15 –26).

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

# **Comunicação e afetos: medo e disputas por “verdades” no campo do tabaco**

Carlise Schneider RUDNICKI

---

## **Cenários de disputas por legitimidade e visibilidade**

Este trabalho busca entender as percepções da população do Vale do Rio Pardo/RS, Brasil, sobre os discursos que envolvem economia, desenvolvimento e saúde na mídia local e *sites* governamentais<sup>1</sup>. O Brasil é o maior exportador mundial de tabaco e o segundo maior produtor mundial; no Sul do país, conforme informado pela Associação de Fumicultores do Brasil, vivem cerca de 180 mil famílias produtoras (AFUBRA, 2016). Com a assinatura do tratado internacional de saúde pública, denominado Convenção Quadro de Controle ao Tabaco (CQCT) no governo Lula, em 2005 se instaura nas regiões de tabaco um clima de incerteza e medo do futuro.

Assim como outros países signatários, o governo brasileiro se comprometeu a tomar medidas para o controle (e estímulo à redução espontânea) do consumo de cigarros e semelhantes, bem como a implementar políticas e ações que possam salvaguardar as centenas de milhares de famílias cuja subsistência, hoje, depende

---

1 O artigo faz parte do projeto de pós-doutorado intitulado “Comunicação, relações de poder e sistema do tabaco: discursos e estratégias de visibilidade e legitimidade empregados por Ongs, organizações públicas e indústrias do tabaco na mídia do Vale do Rio Pardo – RS”. Sob supervisão do Prof. Dr. Rudimar Baldissera, PPGCOM/UFRGS, a pesquisa tem como fontes financiadoras CAPES e FAPERGS a partir do Edital DOCFIX/09.

da produção do tabaco. Esse compromisso implica ainda na geração de oportunidades para diversificação da produção e melhoria das condições de trabalho, saúde e gestão ambiental nas áreas dedicadas ao cultivo de tabaco<sup>2</sup>.

Dentre os temas que foram declaradas “ameaças” pelos respondentes, temos as políticas públicas de saúde para o controle do tabaco, assumidas pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA) e as políticas de diversificação produtiva, coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>3</sup>. Neste cenário, se a mídia local, para os respondentes, representa seus “interesses” e suas “verdades”, por outro lado, a plataforma *internet*, a partir dos sites institucionais de órgãos da saúde e organizações não governamentais, vem sendo percebidas como um espaço de “não verdades”; ou ainda, embasadas em “dados não confiáveis”.

A mídia, considerada principal fonte de informação e comunicação com o mundo é identificada de forma dual: a assessoria de imprensa “estrangeira”, que veicula informações sobre saúde pública, agrotóxicos e morte; e os meios de comunicação locais, aquelas que assombam a possibilidade da saída das empresas multinacionais da região.

Diretamente articuladas a essas questões, na arena midiática (foco desta pesquisa), organizações privadas, não-governamentais

---

2 O Brasil – assim como os demais países signatários – comprometeu-se a tomar medidas para o controle e o estímulo à redução espontânea do consumo de cigarros e assemelhados, bem como a implementar políticas destinadas a salvaguardar as famílias cuja subsistência, hoje, depende da produção do tabaco.

3 O Programa de Diversificação é uma iniciativa do Brasil para implementar os Artigos 17 (“Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis”) e 18 (“Proteção ao meio ambiente”) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. A partir do repasse de recursos financeiros e do acompanhamento técnico para a implementação de projetos, o programa se apoia em empresas de Assistência Técnica em Extensão Rural (Ater), cooperativas, organizações não governamentais e prefeituras.

antitabagistas e órgãos governamentais voltados à saúde pública, discursivamente, disputam visibilidade, credibilidade e legitimidade. O mundo mediado pela comunicação faz parte da forma como as comunidades humanas produzem sentidos (significados) sobre o que é o real no mundo social, ou seja, a comunicação como um ‘processo de construção e disputa de sentidos’ (BALDISSERA, 2004). Assim, a função simbólica fornece sentido e permite mentir, recriar. As disputas por legitimidade, na teia de relações entre sociedade, política e comunicação, no âmbito da cadeia produtiva do tabaco, têm se apresentado como importante espaço de pesquisa.

Dentre as novidades do setor, demonstrando as incompatibilidades entre o Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário, Blairo Maggi, ministro da Agricultura, estuda a liberação de crédito oficial e irrestrito aos plantadores de fumo. Se os governos Lula e Dilma restringiram o acesso a verbas para este cultivo, seguindo política de combate ao consumo de cigarros, hoje as medidas de apoio à produção são revistas, alegando que 80% da produção nacional é exportada para “outros” países.

Mediante o acionamento de diferentes estratégias de comunicação, cada força em disputa (empresas, ONGs, órgãos governamentais e outras forças) procura promover, tornar públicos seus interesses e representações de mundo – suas “verdades” –, bem como obter opiniões favoráveis. Nas práticas de comunicação, é possível pensar em disputa de sentidos uma vez que os interlocutores sempre estabelecem relações de forças com bases em informações e saberes que permitem a utilização de estratégias de comunicação com o objetivo de direcionar ou manipular a individualização dos sentidos. Outro assim, importa refletir sobre as consequências destas relações para o debate e a efetividade das políticas públicas nestas regiões, as quais não têm alcançado êxito no que tange à adesão das famílias rurais nos programas de diversificação das propriedades.

Sob a perspectiva de que o poder sempre compreende “relações de força” (FOUCAULT, 2008), nas práticas de comunicação é possível pensar em disputa de sentidos, uma vez que os interlocutores sempre estabelecem relações de forças com bases em informações e saberes que permitem a utilização de estratégias de comunicação. Conforme Weber, se a política e as mídias detêm o poder das palavras, são as palavras que “[...] carregam a legitimidade de quem as pronuncia e, se adotadas adequadamente, como táticas, produzem efeitos reais. No discurso está o poder da mídia e da política” (WEBER, 2000, p. 13).

Para os respondentes, a omissão de assuntos relevantes nos meios de comunicação da localidade gera insegurança e desconfiança em relação ao futuro da família e da propriedade. Dentre eles, sublinham as políticas públicas de saúde (tabagismo), políticas de diversificação produtiva em áreas de produção de fumo e a imprecisão do mercado internacional do tabaco. Revelam ainda que, é a *internet* que pode “salvá-los” da ignorância destes assuntos. Em contrapartida, as informações oriundas das assessorias de imprensa dos órgãos de saúde pública são interpretadas como “não críveis”.

Se há tempos atrás a *Internet* no meio rural era considerada um espaço estranho ao cotidiano, hoje, com as organizações estimulando o seu uso e propiciando o acesso dos agricultores, o desafio se refere ao uso e consumo da informação. Conforme a pesquisa, para os entrevistados, o espaço virtual se refere a possibilidade de ampliar/atualizar seus conhecimentos sobre assuntos de interesses diversos. Para eles é uma tendência “sem volta” nas propriedades e que, portanto, precisam “aprender a usar”. Um agricultor destacou que a *internet* enseja a busca de informações sobre as organizações e os temas que não são veiculados pelos meios de comunicação tradicionais.

Durante o trabalho o campo, percebemos que o discurso econômico transpassa todos os atores envolvidos e justifica, em primeiro plano, a manutenção do sistema produtivo do tabaco e seus diversos encadeamentos no campo produtivo, ambiental e da saúde.

Não obstante, foi durante a organização/classificação dos dados, nas primeiras análises com o suporte da metodologia informacional Nvivo 11, observamos o destaque das palavras “medo”, “angústia” e “comunicação”<sup>4</sup>. O próximo passo foi realizar uma consulta (*query/wizard query*) para verificar o contexto em que a palavra está inserida.

Como percebemos na imagem abaixo, localizamos o “medo” em toda parte, seja na percepção das políticas de saúde pública (os estrangeiros), ou na saída das empresas de tabaco na região (ironicamente, os estrangeiros que são percebidos como “locais”).

No caso da saúde pública, considerada “estrangeira” e “duvidosa”, as percepções se formaram a partir da navegação na *internet*, em sites institucionais externos ao Vale do Rio Pardo (RS). Se na zona urbana é o jornal que alimenta o saber, no campo os responsáveis pela formação da opinião dos agricultores são os instrutores técnicos agrícolas, via comunicação face-a-face e o rádio (RUDNICKI, 2012).

O medo da saída das empresas, conforme os entrevistados, está diretamente ligado à mídia local. Um entrevistado ressaltou a necessidade de uma mídia com “Mais respeito. Que não botem tanto medo na gente, acham que isso dá certo, mas a gente vive com medo e até nem investe muito mais”. Compreendemos que a unidade familiar produtora e que, aos poucos, se dissolve em atividades nas

---

4 O software organiza, analisa e encontra informações em dados qualitativos como entrevistas, respostas abertas de pesquisa, artigos, mídia social e conteúdo na web. Para mais acessar: <http://www.qsrinternational.com>.



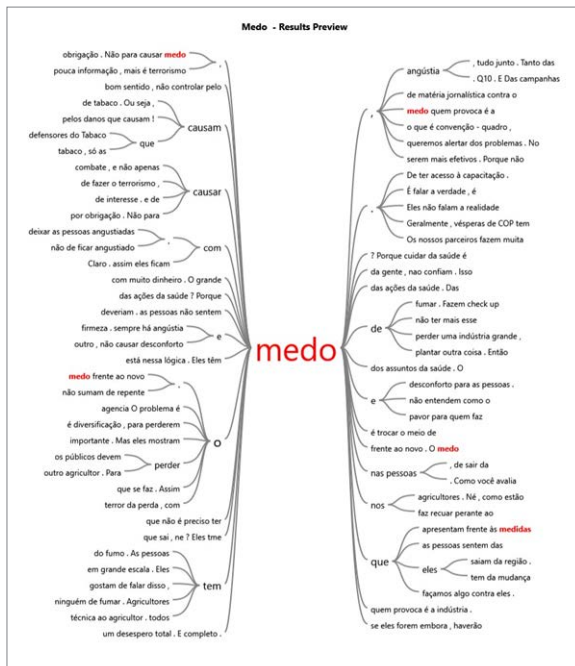
idades: “A gente espera que eles nos ajudam a manter a família, a família não tá mais unida, tem medo de sair o fumo, os filhos tem medo e já não querem ficar, ficam só se não tem outra coisa melhor, né?” (André, Grupo Focal 3, 37 anos). A família está aliada ao termo “segurança” e “trabalho”; a saúde e o futuro vinculados ao “medo”.

Destaca outro informante que “O problema é não tem união para formar um grupo para comprar coletivo na *internet*, acesso tem e oportunidade tem aí. A gente não sabe mais confiar um no outro, isso se perdeu, agora é só medo do futuro” (Márcio, Grupo focal 2, 50 anos). Compreendemos que a expressão se revela não apenas como uma mudança de hábitos, de trabalho, mas de comportamento das práticas societárias.

A trama dos afetos (ódio, medo, paixão, etc) tem sido investigada por diferentes autores. Spinoza (1965) sublinha que a afeição aumenta ou diminui a potência de agir, em Foucault (2008), fundamentado na ideia de biopolítica, podemos pensar o medo como um dispositivo de controle<sup>5</sup>. Em Delumeau (1996), o medo diz respeito a um hábito de temer uma ameaça. Ou ainda, segundo a obra organizada por Aduino Novaes (1987), as paixões, as quais não se tratam de impulsos que nos levam a praticar uma ação, mas como “[...] o que dá estilo a uma personalidade, uma unidade a todas as suas condutas” (CHAU, 1987, p. 23). Portanto, se um afeto negativo proporciona uma diminuição na potência de agir, pronuncia-se como uma forma de mecanismo de controle social, ou como um hábito arraigado frente a uma ameaça. Acreditamos, dessa forma, ser importante iniciar um debate sobre as ramificações dos efeitos de saber e de verdades (FOUCAULT, 1989, 2013).

---

5 A biopolítica, conforme Foucault, caracteriza a sociedade disciplinar e se revela como uma nova forma de exercício de poder que vai além do disciplinar e da vigilância. Para mais ver “A Vontade de Saber”, de Michel Foucault (1997).



**Figura 01** - Nvivo Query Wizard “medo”  
Fonte: próprio autor (2016)

Importa destacar que o medo, como todas as paixões, não se explica como “produção”, mas como “reprodução”. Ou ainda conforme Foucault (1989), como uma mobilização de corpos, já conhecida no espetáculo da televisão, por exemplo. Conforme um informante (Carlos, Grupo Focal 5, 40 anos), “Quanto mais você vai buscando informação, mais abre campo [...]. Mas a informação também te dá medo, porque tu vê que não tem jeito, tem coisas que já são há muito tempo e não vai acabar”.

Assim, de um lado tem-se as ONGs e órgãos do governo que, assumindo o tema saúde pública como sendo de inquestionável interesse público, evidenciam os danos sociais, culturais e econômicos que o tabaco gera à saúde pública (seja para os que trabalham na sua produção, seja para seus consumidores) e, discursivamente, procuram desqualificar as organizações da cadeia produtiva do tabaco; de outro lado, as organizações do setor tabagista também tornam presente a ideia do interesse público à medida que ressaltam o argumento da liberdade individual de escolha, ou seja, o direito de os sujeitos poderem optar por fumar ou não, plantar ou não e, com isso, apresentam-se como isentas de responsabilidade sobre tal decisão.

Por isso buscamos estudar a conformação de uma prática discursiva e não um discurso isolado, pois este não é algo claro. O lugar do sujeito vai desencadeado, na relação, a formação de algo; as suas relações vão sendo tecida, (re)tecidas, tensionadas, transformadas, muitas vezes, para manter o mesmo. Como acontece com o discurso da economia e a ideia de desenvolvimento.

Destaca Gamson (2011) que cada questão política, objetivando a construção de sentido, apresenta um conjunto de ideias e símbolos usados em fóruns públicos. Nessa direção, os discursos e práticas da saúde, carregados de símbolos e ideias, podem ser considerados elementos relevantes para as mudanças institucionais na cadeia produtiva desse cultivo. Dentre as questões institucionais que abalam o setor tabagista, a CCQT, além de fomentar as proibições em publicidade e propaganda e a adoção de medidas em relação aos aditivos nos cigarros, como o açúcar, também, indiretamente, exerce pressão para que sejam implementadas ações governamentais no sentido de aumentar as cargas tributárias como alternativas para a diminuição de acesso ao cigarro.

## **Procedimentos Metodológicos e a Análise das Falas**

Esta é uma pesquisa de caráter teórico-empírico. No intuito de compreender o fenômeno em estudo foram organizados seis (6) grupos de discussões com moradores das áreas rural e urbana da região, entre 2013 e 2015.

Aponta-se que as respostas se mantiveram similares no que tange à questão norteadora dos grupos de discussão (de que forma as notícias/informações sobre políticas públicas antitabagistas têm sido percebidas pelos comunicadores e pela população da região em estudo). Importa ressaltar que a autora trabalha com pesquisa na região desde 2006, o que propiciou uma facilidade para recrutar os participantes. O critério de escolha dos grupos de discussão foi: a) sujeitos produtores de tabaco do Vale do Rio pardo/RS e b) produtores com certo grau de proximidade (parentesco ou amizade). Para definir-se a quantidade de grupos e indivíduos (jornalistas) entrevistados considerou-se o critério da saturação, quando as respostas começavam a repetir-se, sem acréscimo de novas informações. Também foram feitas entrevistas em “paragens” incertas, ou seja, a pesquisadora circulou pelas regiões e entrevistou propriedades sem marcação ou conhecimento prévio para obter um controle melhor sobre a pertinência das respostas obtidas. Para proteger suas identidades foram criados nomes fictícios e idades aproximadas. O primeiro grupo foi denominado G1 e, assim, respectivamente (G2 e G3).

As discussões aconteceram conforme o método de William Gamson (2011). Diferente dos grupos focais, as discussões são realizadas nas casas dos sujeitos, ou seja, em espaços naturais e entre pessoas que se conhecem, sejam relações de amizade ou de parentesco. Juntamente com um mediador oriundo da região, filho de agricultores e estudante universitário, a autora se apresentou como pesquisadora da Universidade. Foi, então, explicado que se estava fazendo uma pesquisa com o objetivo de analisar a opinião

das pessoas sobre questões de saúde pública (antitabagismo). Tal escolha metodológica deu-se pelo fato de que grande parte dos estudos sobre a opinião considerarem o cidadão comum sujeito incapaz de relatar criticamente fatos políticos.

Após a coleta das falas, realizamos a análise dos discursos a partir das contribuições de Michel Foucault (2008, 2013). Na complexidade dos enunciados, Foucault (2008) destaca o discurso não como um simples conjunto de fatos linguísticos ligados por regras sintáticas de construção, mas também um jogo estratégico e polêmico, de ação e reação, de dominação e esquiva. Para o autor, em nossa sociedade a produção do discurso é “[...] controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu conhecimento aleatório [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 9). O poder é considerado, a partir de Foucault não como aquele que habita um lugar determinado, exercido de cima para baixo, mas capilar, que se exerce nas relações e que produz efeitos de saber e de verdade.

Conforme citado anteriormente, as reflexões sobre o “medo” iniciaram com o uso da metodologia informacional, mais especificamente nas ferramentas “árvore de palavras” (*cloud three*) e “consulta de frequências” (*Frequency Query*) no Nvivo 11.<sup>6</sup> Tal procedimento oportunizou, entre outros recursos, a importação de bases de dados estruturados e o uso cruzado com o material qualitativo.

Com o surgimento de CAQDAS – *Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software*, a visualização de temáticas até então ocultas na pesquisa, foi possível conectar a temática do “medo”. Conforme Dwyer (2001) e Bazeley e Jackson (2013), a tecnologia permite ao

---

6 O software apresenta métodos qualitativos e variados de pesquisa. Organiza, analisa e encontra informações em dados qualitativos como entrevistas, respostas abertas de pesquisa, artigos, mídia social e conteúdo na web. Para mais acesse: <http://www.qsrinternational.com/>.

pesquisador solicitar comparações sistemáticas entre diversas categorias de dados, o que possibilita um refinamento na organização e reflexão de nossos dados. De acordo com Delumeau (1996), o medo desagrega e a impressão de adesão ao mundo e o ser se torna separado, estranho.

As ferramentas permitiram reflexões amplas sobre as falas, já que estas não se encontram isoladas de seu tempo e de seu contexto. Os sujeitos se utilizam dos discursos midiáticos para apoiar seus interesses e legitimar/justificar os discursos e as verdades disponíveis para sua reprodução no mundo.

### **Os discursos, as verdades e os “outros”**

Nesta seção foram resgatadas e analisadas as falas dos entrevistados. A questão norteadora (percepções sobre as políticas públicas antitabagistas) trouxe à tona diferentes assuntos: políticas públicas, saúde, comunicação, publicidade e propaganda, êxodo rural, economia regional, relações de poder entre produtores, governo e empresas de tabaco e, por fim, questionamentos sobre a veracidade das informações (pesquisas) sobre tabagismo veiculadas pela mídia nacional.

Para os moradores dos municípios do Vale do Rio Pardo, a mídia local não divulga informações sobre tabagismo no Sul do Brasil. Por outro lado, para eles, a mídia nacional (as assessorias de imprensa de organizações e órgãos de pesquisa e saúde) não é crível, pois as notícias que chegam “de lá” não condizem com as necessidades da região: se referem a uma “outra realidade”, de Brasília e do Centro-Sul do País (São Paulo e Rio de Janeiro).

Um participante das discussões reforça o “medo do futuro” e desabafa: “A maioria dos produtores, por causa do Ministério da

Saúde, a maioria pensava que se ele (o tratado internacional) entrasse eles iam acabar com o fumo” (Marlene, Grupo 2, 47 anos). De forma inesperada outro participante retoma: “A maioria já sabe que não. Ou estou errada?” (Dulce, Grupo 2, 47 anos). Todos respondem que ela está correta em suas reflexões. O mediador questiona se a mídia local trata sobre estas questões de saúde pública e as respostas são negativas: “Não, aqui tudo quieto” (Darci, Grupo 2, 55 anos). Outro complementa: “Não se fala nisso. E quem usa *internet* não procura por isso, né?” (Pedro, Grupo 2, 49 anos). E conclui: “É, na verdade a gente se fuçasse mais um pouco”.

Os entrevistados defendem o seu trabalho, sejam produtores de fumo, comerciantes da cidade) e negam o problema de saúde pública, tratada como algo surreal: “Mas essa política de combate ao fumo não é de Santa Cruz” (Maria, Grupo 1, 52 anos), relata a agricultora. E outro participante prossegue: “Não, isso é mundial, né. É uma outra realidade. Veio de fora, do mundo e está em Brasília agora. De lá foi pra São Paulo, Rio, para as pessoas com cultura, com educação, dinheiro, cinema” (José, Grupo 1, 48 anos).

No âmbito da possibilidade do debate e da comunicação pública, então, não consideram legítimas as entidades científicas que organizam/divulgam pesquisas e dados sobre o tabagismo. Por outro lado, ao serem questionados sobre os motivos pelos quais cessariam a produção em suas propriedades eles relataram que seriam por problemas de saúde relacionados ao câncer ou suicídio na família.

Os sujeitos são coerentes, conforme suas lógicas de pensamento, em um mundo em que as pessoas apresentam dificuldades de serem ouvidas e que, ao mesmo tempo, desejam ser ouvidas. Da mesma forma, têm a percepção de que existem preocupações amplas, decisões políticas e econômicas que são tomadas fora do Brasil, que

“vêm de fora”. Assim, a mídia não relata o que acontece “de verdade”, mas exalta exemplos radicais e que não são “verdadeiros”. Tal situação sinaliza a situação atual da ciência, que nunca foi isenta, ou ainda, que é uma ciência comprometida com interesses diversos. Também não há participação destes agricultores nas questões públicas, mas uma exigência que o outro o faça, que o outro informe. Eles esperam que a produção de notícias, a prática jornalística seja imparcial, mas também desejam que a imagem do grupo na mídia seja positiva.

Apesar de 100% dos entrevistados terem acesso à *internet*, eles destacaram que não a utilizam para buscar informações sobre o setor: “Nós deveríamos ser mais bem informado. E nós não somos. Da parte da firma não vem informação sobre isso” (Eraldo, Grupo 3, 51 anos). E continua: “A pergunta mais frequente dos produtores com o instrutor é: viu, será que é certo que vão querer acabar com o fumo? Será que vão acabar? ”, finaliza. Nota-se que informar-se é um processo não rotineiro do agricultor.

A comunicação da saúde pública para eles é ilegítima, não confiável. Não apenas os moradores da região consideram as informações sobre saúde pública confiáveis. Conforme o editor de um jornal na região, ao ser questionado sobre que notícias eles têm recebido (televisão e jornal) e observado sobre saúde e tabaco, eles (jornalistas) têm recebido são notícias gerais, nacionais, “Que vem de Brasília ou dos setores para cá, mas da região, gerada na região, pouca coisa. O que sai daqui para fora, sobre tabaco ou tabagismo, a gente vê pouca coisa” (Jornalista 5).

Outro jornalista entrevistado reforçou que as informações são produzidas em Brasília. Relata que as notícias sobre a região são produzidas também no centro do país, nunca na região de produção de tabaco, “onde a realidade acontece”, destaca.



Importa apontar que o INCA e a ANVISA, citados como entidades opositoras da imprensa da região em estudo, encontram-se sediados no Rio de Janeiro. Assim, as pesquisas feitas por institutos como FIOCRUZ e INCA, por exemplo, não são consideradas válidas e/ou relevantes para a imprensa local. Por conseguinte, as pesquisas “reais” são aquelas colhidas e divulgadas pelas entidades representativas do tabaco (dados sobre a importância econômica do tabaco para região, como faturamento e exportação nacional, regional, empregos no setor do tabaco).

Buscando situar as reflexões trazidas têm-se algumas reportagens locais. A defesa da economia produtiva do tabaco está relacionada, principalmente, às manifestações de organizações econômicas relacionadas à indústria tabagista. As opiniões de representantes dessas organizações ganham primeiro plano nas matérias do periódico *A Gazeta do Sul*, sediada em Santa Cruz do Sul. Tal discurso manifesta-se a partir dos seguintes eixos principais: a) preocupação e temor com o possível desmonte do sistema de produção agrícola da fumicultura (ameaça à extensão rural e à assistência técnica, bem como possibilidade de empobrecimento da região produtora); e b) geração de emprego e renda por parte da indústria do tabaco.

Para jornalistas que trabalham nos meios de comunicação locais não há comunicação, nem relações estabelecidas entre saúde e a imprensa local. Haja vista a necessidade do entendimento de uma sociedade complexa, individualista e ainda pouco comprometida com os debates públicos, importa destacar, novamente, “Um indivíduo alcança sua atualização pessoal não por meio de conquistas individuais, mas pela criação de uma sociedade [...] na qual as pessoas são sensíveis às necessidades dos outros” (GAMSON, 2011, p. 180). Seguindo os relatos, são constatadas atitudes desinteressadas dos representantes dos órgãos de saúde pública em relação à mídia no Vale do Rio Pardo.

## Algumas reflexões

Mais do que entender se as discussões nos grupos se referiam a uma reprodução dos discursos midiáticos, preocupou-se com as formas pelas quais os sujeitos se utilizam dos discursos midiáticos para apoiar seus interesses e legitimar/justificar os discursos e as verdades disponíveis para sua reprodução no mundo.

O “atualizar” acontece nas práticas discursivas. Em alguns momentos há um reforço da forma atual ou a transformação desta. Anteriores ao sistema atualizado (o discurso materializado), as formações discursivas significam um conjunto de conexões múltiplas. Entretanto, uma ideia (localizada em práticas de discursos) pode ser real e não ser atualizado, em outras palavras, podemos dizer que ele não “convenceu”. No caso deste estudo, a produção/reprodução do “medo” tem reforçado a ideia de desenvolvimento econômico e justificado as ações praticadas pelas organizações.

A mídia é questionada, a validade dos dados também. O que vem de “fora” é suspeito. O trabalho familiar é mais confiável do que aqueles que o condenam. Aspiram os sujeitos que a produção de notícias (a prática jornalística) seja imparcial. Espera-se, também, que a produção da notícia seja a partir da sociedade, que o interesse público seja uma força motora do jornalismo.

A importância do exercício de formulação deste trabalho, e na perspectiva do estudo que se propõe aqui, assinala o impacto social do afeto “medo” atuando nas diferentes e conflitantes esferas: a) há uma tensão materializada entre os interesses públicos (saúde), considerados “estrangeiros” e privados (empresas e famílias); b) uma apreensão entre organizações e sujeitos, que tornam presentes diferentes estratégias discursivas e argumentos para validarem suas falas e, em algum nível, tentam neutralizar e/ou desqualificar

o discurso da alteridade; c) a materialização de comportamentos de controle e reprodução de um mesmo sistema: os discursos econômicos de desenvolvimento parecem escamotear os afetos produzidos/reproduzidos no campo do tabaco.

A relação entre comunicação, política e sociedade pode ser pensada, então, a partir da busca pela visibilidade e legitimidade dos discursos. Segundo Weber (2006), os movimentos da política na contemporaneidade disputam, cada vez mais intensamente, espaços de visibilidade midiática usando complexas estratégias para viabilizar relacionamentos e produzir informações com potencialidade para repercutir. Podemos considerar que todas as posições dos sujeitos, bem como as estratégias discursivas, são aquelas autorizadas em níveis anteriores, na dispersão de elementos e nas relações instituídas.

## Referências

A GAZETA DO SUL. **Carta apresenta oposição do setor fumageiro**. Santa Cruz do Sul, Brasil, p. 16-17, 10 maio. 2014.

ASSOCIAÇÃO dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA. **Fumicultura Brasil**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 14 abril 2016.

BALDISSERA, R. **Imagem-conceito**: anterior à comunicação, um lugar de significação. 219f. Porto Alegre: 2004. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2004.

BAZELEY, P.; JACKSON, K. **Qualitative data analysis with NVivo**. London: Sage, 2013.

CHAUÍ, M. Sobre o medo. In: NOVAES, A. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DELAMEAU, J. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DWYER, T. Inteligência Artificial, Tecnologias Informacionais e seus possíveis impactos sobre as Ciências Sociais. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p. 58-79.

ESTEVES, J. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GAMSON, W. **Falando de política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

NOVAES, A. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RUDNICKI, C. P. S. **As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.

SPINOZA, B. **Ética**: Espinoza. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

WEBER, M. H. Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. (Org.); **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006. v. 1, p. 117-136.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2000.

# Yo / aquí / ahora. Las postales de ayer, las selfies de hoy

Ximena A. CARRERAS DOALLO

---

[...] la esencia de la fotografía es precisamente la obstinación del referente en estar siempre ahí [...] la fotografía es la momificación del referente. El referente se encuentra ahí pero en un tiempo que no le es propio (SALA-SANAHUJA, 1980, p. 22-23).

[...] *witnessing* “presenciar, ser testigo” sugiere que la experiencia de ver se registra con la intención de su verificación o posterior comunicación (COSGROVE, 2002, p.70).

## Introducción

La idea de nación podría entenderse como la sumatoria de un conjunto de sujetos, en un determinado y delimitado territorio con determinadas características -flora, fauna, recursos, etc.-, vinculados y reglados entre sí y con el medio por un conjunto de leyes y un Estado que las hace cumplir al tiempo que controla, legisla y sanciona. En este enfoque aquello que homogeniza y une es la cultura y la historia compartida.

Por lo cual, la naturaleza, los recursos, los paisajes bellos, los espacios sublimes son claves en tanto representaciones en la construcción del concepto de nación y dan marcas de identidad al tiempo que identificación.

En el presente trabajo se propone una reflexión acerca de las fotografías en espacios que son reconocidos en la cosmovisión de lo nacional, ya que se observa un pasaje del uso de las postales a las *selfies*, con el doble registro de: inmediatez en la comunicación a través de las redes sociales y presencia del sujeto. Lo que genera formas novedosas y alternativas de comunicación, de reconocimiento de identidades y de apropiación del espacio.

La historia ambiental y la semiótica social del espacio visual facilitan herramientas teóricas para abordar este estudio que relaciona a la naturaleza como símbolo clave en el concepto de nación y la fotografía como representación propia enmarcada en un contexto.

### **La naturaleza en lo nacional**

El concepto de nación está ligado “íntimamente al principio de territorialidad, sobre todo al sentido de propiedad y de apropiación de la superficie territorial, y por tanto al principio de la soberanía territorial” (HEREDIA, 2000, p.19-20). Desde la perspectiva del ideario nacionalista, la construcción de la nación se logra mediante la definición territorial propia y por tanto, distinta de la de los países vecinos. La nación como la suma de territorio, sujetos, leyes y Estado con una cultura e historia en común se erige con una identidad nacional distintiva, convocante y atrayente/ atractiva.

En tal sentido, la reconstrucción de la idea de nación a través de la naturaleza, en tanto que nación rica en recursos posibilita al espacio desempeñar un papel significativo respecto de la diversidad regional del territorio. La naturaleza y el paisaje colaboran con la construcción de un país con un perfil único. Las zonas con preciosos paisajes permiten dar más aristas a las representaciones de la nación, para que sean recorridas, conocidas y se transformen en espacios de disfrute de múltiples destinatarios.

Es importante señalar que las nociones acerca de la naturaleza tienen historia, “vinculada de manera inextricable a la historia de la cultura, sea económica, estética o política”, al decir de Worster (1996, p. 129) y originada en los últimos doscientos años (WORSTER, 1994, p. 2; WORSTER, 1993, p. 25; CRONON, 1993, p.9, 14-15; CRONON, 1996, p. 23-68). El humano plantea una interrelación con la naturaleza, en parte al nombrarla y en parte al intervenir en ella, así como desde los atributos que destaca al construir la idea de nación.

La dualidad de lo natural como productivo e interpretado desde la perspectiva económica por un lado e invaluable y arcaico al tiempo que con rasgos de complejidad sublime por el otro, es decir, de riqueza material y espiritual, lo transforma en un símbolo exquisito para la composición de la identidad nacional.

El suelo así como los recursos que de él se pueden desprender, la fauna, la flora, los minerales y los metales, etc. son un factor estratégico para las naciones y es lo que les otorga un rasgo identitario junto al modo en que los hombres se vinculan entre sí y con él.

A su vez presenta una faceta ligada a lo salvaje, lo virgen<sup>1</sup> pero es lo que “se ha construido socialmente y servido de diferentes modos y [en] diferentes épocas, como instrumentos de autoridad, identidad y reto” (ARNOLD, 2000) La concepción que posee el hombre acerca de la naturaleza es una creación de la mente al tiempo que es social. Las diferentes sociedades establecieron a través de su cultura una relación con la naturaleza que muta. Por tanto, en la constitución de los

---

1 Sin embargo, para muchos autores, se trata de una *segunda naturaleza* ya que sostienen que no hay lugar en el mundo en que el hombre no haya puesto su mano. Se trata pues de un mundo *post-natural*, mediante agricultura, deforestación, contaminación, en que se remarca el estado de naturaleza protegida –Parques Naturales y Reservas- (Aledo, 2002; Diegues, 2005: 4-5 y 94-95). Empero se sostiene que esta representación y simbolismo de la naturaleza como virgen para los hombres y en particular en la Argentina es central en este estudio.

Estados-nación como tales es central el territorio<sup>2</sup> y los habitantes así como el lenguaje y la cultura compartida.

Ahora bien, sólo puede transmitirse lo que ya fue elaborado, sobre aquello que se reflexionó y se guardó en la mente del sujeto. Esto hace que las representaciones individuales se conviertan en colectivas. Las representaciones dan cohesión, si son socialmente compartidas en la comunidad, y sólo algunas de ellas logran transformarse en leyes (RAITER, 2002, p. 13-19).

Así las representaciones sociales se concretan mediante el discurso, que como producto simbólico, son una expresión de ellas y las constituyen (PARDO ABRIL, 2007, p. 62). Por tanto es su espacio de acción, su código y su parte esencial. De manera que sólo en este espacio se facilita la transformación y la negociación de significados y sentidos de las representaciones.

Pero como se verá no sólo se puede lograr mediante la palabra y el lenguaje<sup>3</sup> sino también a través de las imágenes.

---

2 “El territorio implica la acción política sobre él, y con ello, la noción de soberanía. Así el territorio es el sustento indispensable para la organización de los Estados y para los agentes económicos en el complejo proceso de apropiación de los recursos” (CHIOZZA y CARBALLO, 2006, p. 141-142).

3 Ferdinand de Saussure define al lenguaje como un sistema convencional de signos ordenados en una estructura que sirven para establecer la comunicación. Mediante la construcción simbólica de la realidad más allá de lo concreto del yo, *aquí y ahora*, el lenguaje posibilita la sociabilidad del individuo y su referencia a otros tiempos, espacios y sujetos para constituir su propia identidad. El lenguaje entonces se presenta como un sistema externo al sujeto para su expresión y su acción.

Este sistema de signos ayuda en la representación de la realidad pero a la vez limita a los usuarios ya que no es infinito y sus combinaciones son limitadas -por las propias reglas internas-. Tanto el lenguaje como las palabras posibilitan el pensamiento humano, por tanto se experimenta y conoce a través de ellas (CFT. BAYLON y MIGNOT, 1996, p. 79).



## La semiótica del espacio visual

Indican Kress, Leite-García y Van Leeuwen (2000, p. 373) que “lo visual es ahora mucho más prominente como forma de comunicación de lo que lo fue durante siglos” y desde esta hipótesis sostienen como supuesto que, los intereses de quien produce un signo llevan a una relación motivada entre significante y significado, y, por lo tanto, a signos motivados, se trata así de generar la representación más apropiada de lo que se quiere significar. La semiótica social del espacio visual rescata que “la posición es una cuestión de elección, de modo que puede asociársele una significación” (KRESS, LEITE-GARCÍA y VAN LEEUWEN, 2000, p. 375, 404).

La representación y la comunicación visual revelan motivaciones y efectos que son sociales e ideológicos (KRESS, LEITE-GARCÍA y VAN LEEUWEN, 2000, p. 382). Por lo tanto, “las representaciones visuales existen dentro de los sistemas de representaciones formados por la cultura y la historia que, igual que el lenguaje, están disponibles para una utilización motivada desde lo social por parte de individuos con intereses específicos” (KRESS, LEITE-GARCÍA y VAN LEEUWEN, 2000, p. 383).

Esta teoría establece “el valor de lo real a la sección inferior de una imagen y asignamos el valor de lo ideal a la sección superior [... lo] ideal puede significar distante en el tiempo, ya sea en el pasado o en el futuro: una *forma ideal*, un *deseo ideal*, etc. Real puede tener las significaciones específicas de *aquí y ahora*, *empíricamente así*, etcétera” (KRESS, LEITE-GARCÍA y VAN LEEUWEN, 2000, p.394-395). Por lo general si revisamos las *selfies* los sujetos protagonistas aparecen en la parte inferior de la fotografía, mientras en la sección superior se destaca el lugar, el paisaje.

Por su parte, la distinción izquierda-derecha, en parte se relaciona con nuestro modo de lectura en Occidente. La izquierda suele “poseer significaciones como (lo que se considera) conocido, *lo dado por sentido, lo que se supone que es así*, etc. La derecha [...] tiende a tener significaciones como *lo que es nuevo* [...] La distinción entre arriba y abajo se vincula a juicios ontológicos, mientras la distinción izquierda y derecha se relaciona con la condición de la información” (KRESS, LEITE-GARCÍA y VAN LEEUWEN, 2000, p. 395).

En este marco Cosgrove señala que los sujetos realizan una “apropiación social del espacio, [que] implica derechos de propiedad individual y construcciones más atomistas del yo y de la identidad” (COSGROVE, 2002, p. 64). Así, el arraigo a la tierra, el saber y el reconocimiento de la patria como propia *-nuestra-* además de cautivante y pródiga, genera pertenencia e identidad. Y en el caso de las imágenes fotográficas en las redes sociales, le incluye los motes de portable y compartible.

### **La representación en imágenes: postales, fotografías y selfies**

Roland Barthes indica que “lo constitutivo de la fotografía se relaciona no con el objeto sino con el tiempo” (BARTHES, 1980, p. 138-139). Para este autor la fotografía crea un nuevo valor social: la publicidad de lo privado, ya que “lo privado es consumido como tal de modo público” (BARTHES, 1980, p. 153). En particular, la fotografía es similar al referente en tanto ícono, presenta contigüidad con el referente en tanto índice y tiene una dimensión simbólica.

Sisti identifica que “la fotografía, por sobre otras técnicas iconográficas, transmite la sensación de existencia real de lo que se muestra. Por supuesto que la realidad mostrada tiene filtros. El del que produce las imágenes, selecciona las posibles vistas, la hora del día que mediante la acción de la luz subraye algún rasgo o decide la inclusión

de un ocasional actor que cargue de significados y aporte escala a la imagen. Entre todas las imágenes, el visitante elige una, que expresa la apropiación del sitio que visita. En definitiva la fotografía no es un reflejo, sino una refracción<sup>4</sup> de la realidad” (SISTI, 2010).

Hay autores que destacan que dentro del universo de las fotografías, la selfie puede considerarse un género (SALTZ, 2014; MUROLO, 2015) pero es en la práctica social con las redes virtuales en donde reside su particularidad que se relaciona con “la elección de nuestra propia imagen, su codificación y representación. Esta nueva forma de presentarnos es mítica porque atiende a cánones establecidos desde lo social de lo bello y lo deseable mientras se atiende a ellos. Estos cánones y estereotipos tiranizan a la imagen moderna, al punto de crear un estándar donde la belleza, universal subjetivo por antonomasia, deviene en objetivable” (MUROLO, 2015, p. 692).

Para comprender el concepto es clave su nombramiento, Mead observa que *self* “refiere al *uno mismo*, se presentaría en la vida cotidiana bajo la forma de su personalidad, su identidad y su carácter objetivados mediante la comunicación (MEAD, 1991).

Pero las fotografías tienen la virtud de ser factibles de ser reproducidas o compartidas del modo en que las presentó a sus destinatarios el sujeto, en este punto es importante recordar a Walter Benjamin quien en “La obra de arte en la época de la reproductibilidad técnica” subraya que la posibilidad de reproducir las obras hace que pierdan su aura, *su aquí y ahora*. Cuestión que las redes sociales abordan y materializan.

Vale identificar de igual modo que se indicó respecto de las palabras y las representaciones sociales desde el discurso, que “el uso de

---

4 La idea de la refracción de la realidad y no el reflejo aparece en autores Bourdieu (1990) y Burke (2005).

la vista está conformado tanto por imágenes vistas en el pasado, por experiencias individuales, recuerdos e intenciones como por formas físicas y los espacios materiales ante nuestros ojos. Si bien es obvio que gran parte de la visión aprendida es personal, otra gran parte también es social, gobernada por convenciones sobre lo que se debe ver, quién lo debe ver, cuándo y en qué contexto, sobre las asociaciones y significados atribuidos a una escena dada y sobre sus propiedades formales y compositivas” (COSGROVE, 2002, p. 69).

Las *selfies* son fotos plenas de *studium*. En la clasificación de Barthes “el *studium* es el campo tan vasto del deseo indolente, del interés diverso, del gusto inconsecuente: me gusta/ no me gusta [...] moviliza un deseo a medias, un querer a medias, es el tipo de interés vago, liso, irresponsable que se tiene por personas, espectáculos, vestidos o libros que encontramos bien. Reconocer el *studium* supone dar de manera fatal con las intenciones del fotógrafo, entrar en armonía con ellas, aprobarlas, desaprobarlas pero siempre comprenderlas, discutir las en mí pues la cultura (de la que depende el *studium*) es un contrato firmado entre creadores y consumidores. El *studium* es una especie de educación (saber y cortesía)” (BARTHES, 1980, p. 60).

En este sentido, las redes sociales virtuales refuerzan la fotografía como práctica ya que “se encuentran insertas en una dinámica narrativa del Yo propia de internet. El sujeto de la comunicación -a veces llamado prosumidor- se encuentra por lo general a sí mismo, tiene amigos, seguidores y narra la cotidianidad de su vida con ellos [...] la imagen ocupa un rol central” (MUROLO, 2015, p. 676).

Eliseo Verón (1993) señala que la foto-amateur o de familia a diferencia de la de arte o de reportaje “es una discursividad social que no constituye un medio propiamente dicho [ya que] no satisface el criterio del acceso público de los mensajes.” Sin embargo la llegada de las

*selfies* en circulación por las redes pone en cuestión esta concepción y más aún si se trata no sólo de la exposición del sujeto sino de un espacio atractivo y ligado a las representaciones de lo nacional.

Jorge Sisti recupera la figura de la postal y la imbricación “de lo público en lo privado y de lo privado en lo público, que se desarrolla durante el siglo de su apogeo [... ya que la postal] comporta la apropiación privada de un elemento público: *nosotros estuvimos allí y te tuvimos en nuestros pensamientos*; situación revelada en el acto de enviar la carta postal a amigos o familiares”. El valor de la tarjeta postal entonces está dado por el doble entrecruzamiento del que hablara Verón: de lo público en lo privado y de lo privado en lo público. Es interesante destacar que de igual modo que en las postales, en las redes sociales se suele acompañar a las fotografías y *selfies* con un breve mensaje explicativo y a veces descriptivo.

La *selfie* propone una lógica alternativa a la de la fotografía de un evento social que era una fuente documental testimonial: por el criterio temporal, por la circulación, por el valor en sí y por el soporte y hasta por el productor. “La definición de *selfie* incluye ser compartida vía redes sociales virtuales por lo cual en su constitución se encuentra el carácter de ser vista en el momento que se toma. Los mensajes en las redes sociales virtuales son efímeros a las pocas horas quedan tapados por otros contenidos y por otros seguimientos, por otros compartimientos, por otros favoritos. [...] la *selfie* es instantánea [da cuenta de la cotidianeidad], es sincrónica, es la fotografía del ahora. Y allí radica su potencia comunicacional, su valor estético y su apuesta política [...] la *selfie* se construye desde el presentar para el presente en tanto presente [...] Decía Barthes que el nómeno de la fotografía es *esto ha sido*. El nómeno de la *selfie* sería, entonces, *esto es*” (MUROLO, 2015, p. 696).

Cuando se puede conocer, recorrer y viajar por aquellos lugares que fueron convertidos en representaciones de lo propio o que implican una sinécdoque<sup>5</sup> respecto de una nación, entonces se da un acercamiento *real*, más allá de los libros, revistas y discursos que intentan demostrar lo sublime, lo inconmensurable y las potenciales riquezas al tiempo que da el orgullo de lo propio<sup>6</sup> y admiración por lo ajeno. En tal sentido los espacios que focalizan en sus bellos-sanos-enormes-peculiares ambientes y este conocer-descubrir-acceder, reafirma la noción de identidad.

En este marco, la emergencia de la carta postal es central ya que, luego de la aparición y nacimiento de la fotografía, se constituye como “uno de los grandes medios<sup>7</sup> aparecidos durante del siglo XIX” (SISTI, 2010). Y cuenta con la particularidad, por sobre otros modos de representación, que exponen con calidad un objeto que ha existido<sup>8</sup>.

---

5 “Del lat. *synecdoche*, y este del gr. *συνεκδοχή* *synekdoché*, de *συνεκδέσθαι* *synekdéchesthai* ‘recibir juntamente’. Designación de una cosa con el nombre de otra, de manera similar a la metonimia, aplicando a un todo el nombre de una de sus partes, o viceversa, a un género el de una especie, o al contrario, a una cosa el de la materia de que está formada, como en cien cabezas por cien reses, en los mortales por los seres humanos, en el acero por la espada” (RAE, 2016, <http://dle.rae.es/?id=Xy2E7BM>).

6 Esto no es nuevo. En los años 30 y en especial durante el peronismo histórico se dio para la conformación de una identidad nacional que se erigió o era parte de la propuesta del gobierno de la Nueva Argentina. La posibilidad de turismo social y de conocer la patria fueron claves. Muchas de esas ilustraciones y fotos están enlazadas a las experiencias culturales y sociales. No se trata sólo de bellezas naturales sino también edificios históricos y escenas folclóricas. (Cfr. TRONCOSO y LOIS, 2004; Carreras Doallo, 2012)

7 Eliseo Verón (1993) afirma que: “...el concepto de medio define el conjunto constituido por una tecnología sumada a las prácticas sociales de producción y apropiación de la misma. Además hay acceso público a los mensajes.”

8 Jorge Sisti destaca que las imágenes representadas en pinturas son “una opinión pintada, una visión de la sociedad en un sentido ideológico y visual. Los fotógrafos constituyen una excepción a la regla, pues como señala el crítico norteamericano Alan Trachtenberg, un fotógrafo no tiene por qué convencer al espectador que adopte su punto de vista, pues el lector no tiene opción; en la foto vemos el mundo desde el ángulo de visión parcial de la cámara, desde la posición que tenía en el momento en que se apretó el obturador. El punto de vista en este sentido literal, influye a todas luces –aunque no lo determine– el punto de vista en el sentido metafórico” (BURKE, 2005).

Jorge Sisti indica que “con la tarjeta postal privada se desarrollan nuevos diseños y se avanza en lo tecnológico de los sistemas de impresión, lo que permitió la edición de tarjetas ilustradas con vistas de ciudades, paisajes y otros motivos [...] es un medio que incluye imágenes, por lo que también comunica mensajes visuales. Esto permite incluir intenciones publicitarias, vinculadas al turismo, al difundir las vistas de diferentes sitios” (Sisti, 2010). El autor además recupera que en el caso de Argentina por ejemplo “incluían fotografías de diferentes sitios, que contribuyeron al proceso de construcción de la nación, desde las últimas décadas del siglo XIX. Aparecen en las postales imágenes de los edificios paradigmáticos de Buenos Aires, sus plazas y parques. Aquellas seguramente fueron enviadas a los parientes y amigos de los inmigrantes que llegaban a la Argentina procedentes de Europa. Pero también se exhiben imágenes de los nuevos paisajes que constituyen el país naciente.<sup>9</sup> En especial se comienzan a mostrar los paisajes de la zona de sierra y de la costa de la provincia de Buenos Aires que se constituyen en el destino de los grupos de veranistas<sup>10</sup> de la época” (SISTI, 2010).

Por tanto, son retratados la costa atlántica, la sierra cordobesa, los Andes y las vides cuyanas y de modo sistemático se incorporan al abanico de opciones, parques y reservas, como también alguna característica de belleza de cada provincia y/o región ligada a lo natural, que remarcan la identidad nacional. Así desde al menos los años 30 son seleccionados espacios con naturaleza que representan la idea de nación y de a poco construyen identificación.

Se intenta dar visibilidad a lo atractivo de los lugares y para lograrlo se estimula la experiencia visual, a través de las imágenes, “como si

---

9 “...el paisaje evoca una serie de asociaciones políticas, o incluso expresa una determinada ideología, por ejemplo el nacionalismo” (BURKE, 2005, p. 55).

10 La publicidad de principios del siglo XX define como veranistas a los grupos que tienen la posibilidad de disfrutar de tiempo de ocio en destinos que hoy llamaríamos turísticos.

de ello emanaran los valores positivos que encarnarían los paisajes” (TRONCOSO y LOIS, 2004). Mientras por otro lado el turismo dinamiza esa conciencia identitaria a través del conocer la naturaleza y a partir del recorrer y descubrir el país para, de esta manera, hacerlo propio.

Con el desarrollo de los medios de comunicación y de la información así como con la popularización de la fotografía amateur y la posesión de cámaras familiares, durante la segunda mitad del siglo XX la tarjeta postal pierde protagonismo. Con el paso del tiempo y más aún a principio del siglo XXI, aquella apropiación de los espacios se realiza de modo personal y a través de la imagen subida con edición propia a las redes sociales. En algunos casos como *selfies*.

Es interesante destacar que Eliseo Verón refiere a las fotografías categoriales que se usan en la prensa “que operan sobre la evolución individualista: [en ellas] la foto no es más que un soporte a través del cual el lector reconoce su problema pero ese problema es compartido con otros individuos que pertenecen a su misma categoría social o socio-profesional. En estas imágenes el *haber estado allí* desaparece de modo total. No es el tiempo que pasa. Es, al contrario, el tiempo que no pasa: el de los problemas que permanecen siempre, que no podemos aun solucionar” (VERÓN, 1993). El concepto de Verón permite registrar este tipo de fotos como categoría compartida de individuos respecto de la representación de lo bello y de los valores de la nación como inmanentes -más allá de una cuestión problemática- y elaboran otra idea de tiempo, que refuerza el imaginario colectivo: la imagen que se reedita y reproduce de la Garganta del Diablo de las Cataratas del Iguazú es siempre parecida y se trata de una de las maravillas nacionales, reconocidas en el mundo y por los argentinos.



## **Parques Nacionales como reservorios de belleza superlativa y de identidad**

La figura de Parque Nacional que se adoptó en Argentina remite al concepto formulado en Estados Unidos.<sup>11</sup> Esta política preserva las bellezas escénicas y paisajísticas y agregó con posterioridad objetivos centrales: los ambientales, los culturales, los científicos, los educativos y los sociales.<sup>12</sup>

Cosgrove respecto de los EEUU y sus Parque Nacionales destaca que “la preocupación por la preservación de su flora y de su fauna ha sido siempre una poderosa fuerza que motiva la elección y designación de estas áreas, [ya que se trata de] su apariencia visual como paisaje lo que ha mantenido de manera convencional su atractivo público. [...] Las implicaciones políticas se hacen notables en la designación de tales zonas como parques, un término cuya historia denota la apropiación estética de espacios naturales para la caza, el recreo o el placer. Puede que la mayoría de los ciudadanos nunca haya visitado estos paisajes pero los conocen y los aprecian a través de imágenes pictóricas” (COSGROVE, 2002, p. 72-73 y 85). En efecto, existen espacios que la mayoría de los ciudadanos nunca visitaron pero pueden identificarlos y apreciarlos mediante imágenes y las fotografías (en tanto representaciones) en los que se refuerza la idea de nación e identidad nacional (TRONCOSO y LOIS, 2004).

De este modo, los Parques Nacionales adquieren importancia por ser reservas de naturaleza, lugares de belleza sublime y funcionan como representaciones de la nación.

---

11 Secretaría de Estado de Agricultura y Ganadería de la Nación, 1964, p. 56; Diegues, 2005, p. 12-13; Pastoriza, 2011, p. 173-174.

12 Cft. [http://www.parquesnacionales.gov.ar/02\\_inst/05\\_historia.htm](http://www.parquesnacionales.gov.ar/02_inst/05_historia.htm).

Desde la década de 1930, se utilizaron, se apropiaron y resignificaron ese conjunto de representaciones<sup>13</sup> para dar cuenta de su propio concepto de nación. Para Quintero “cada territorio nacional [es imaginado y construido...] como un conjunto de articulaciones entre naturaleza y grupos sociales particulares (que conforman regiones geográficas). Cada región [...] porta] una personalidad singular, y [...] ocupa] un lugar único dentro de la totalidad nacional”<sup>14</sup>. En el caso de la Argentina es relevante destacar que “la creación de distritos especiales [los parques nacionales que] habría sido concebida como una estrategia funcionalmente apta para contribuir a la construcción de una identidad de base territorial, el afianzamiento de la soberanía en zonas de frontera y el desarrollo de regiones incorporadas al patrimonio territorial de la nación” (FORTUNATO, 2005, p. 334).

En todos los espacios de parques nacionales es importante establecer un buen sistema de caminos y senderos para apreciar y disfrutar de la naturaleza, señalización, lugares de sosiego y descanso, como la cercanía a la zona de hoteles, hostales, restaurantes y hospitales, etc. También contar con transportes pero además y dentro del lugar de reserva, sectores de informes. Antes se facilitaba la comunicación postal y radiotelegráfica. Hoy se espera que en puntos de información pueda adquirirse señal para conectarse a Internet y las redes sociales.

Los espacios turísticos cuentan entonces con cierta intervención del hombre ya que deben poseer suficiente infraestructura para

---

13 Se trata de imágenes vinculadas a lo sublime y lo natural ligadas a las bellezas provinciales y nacionales. Por ejemplo se pueden encontrar en publicaciones oficiales como Guías de Parques Nacionales y en privadas -por ejemplo algunas secciones de La Chacra de Editorial Atlántida (Cft: SCARZANELLA, 2002; CARRERAS DOALLO, 2012; 2014).

14 Uno de los mentores de este enfoque en la Argentina fue Federico Daus, figura clave en la constitución del campo profesional de la geografía nacional, quien consigna, en 1935, que la región geográfica se define como “aquella que [...] se presenta poseyendo una individualidad propia; es decir, que por su geomorfología, su clima, su drenaje, vegetación y aspecto humano, constituye, dentro de límites determinables, una unidad geográfica” (Cft. QUINTERO, 2002).

cobijar visitantes así como actividades para que realicen (deportivas, recreativas, educativas, etc.), además se comercializan recuerdos para llevar o enviar a quienes no estuvieron allí. Recuerdo significa volver a pasar por el corazón y en tanto tales, los souvenirs y las tarjetas postales implican el *estuvimos allí y pensamos en ustedes*. En este sentido, es relevante destacar que “la carta postal muestra por definición lugares públicos: monumentos, fuentes, calles, castillo” y al ser enviada realiza el doble cruce público – privado y se da valor a la puesta en circulación en tanto medio.

En cambio Verón subraya que la foto turística no es un medio ya que “al hacerse fotografiar ante el monumento o el castillo, el *haber estado allí* de la fotografía no apela [...] al tiempo, lógica de base del álbum familiar, aunque esas fotos luego lo integren. Hay un momento de legitimación de la pertinencia del desplazamiento de los individuos, que se alimenta del contacto con la notoriedad de los espacios públicos.” Lo que permite una reflexión sobre la fotografía de tipo *selfie* en espacios como los parques nacionales: ya que implica el *estoy ahora aquí y los recuerdo*, que incluye instantaneidad y el uso de las redes sociales y las nuevas tecnologías. Al tiempo que se refuerzan los lugares de naturaleza reconocidos o identificados como imágenes representativas de lo nacional con marcas de lo natural y paisajístico.

Aparece entonces un vínculo de dominio y subordinación entre el paisaje y el espectador y “el objeto de visión que están emplazados en distintos lugares (APPLETON, 1996). La posición estratégica privilegia al espectador del paisaje a la hora de seleccionar, componer y poner un marco a lo que ve, es decir, el espectador ejerce un poder imaginativo al convertir el espacio material en paisaje” (COSGROVE, 2002, p. 71-72). En este punto, la perspectiva y la redimensión de la noción de lo sublime juegan un papel destacado. Lo sublime es una categoría estética que consiste en una belleza extrema, capaz de llevar al

espectador a un éxtasis más allá de su racionalidad o hasta de provocarle dolor por ser imposible de asimilar. La presencia abrumadora de lo natural convierte al humano en un ser mínimo, es decir, lo enfrenta a una naturaleza enorme y muy superior a él (tal como la idea de nación) así como anterior, previa, que el hombre entiende y reconoce como preexistente.

En las imágenes hay una pretensión de captar y fijar aquello de lo sublime. Ahora bien, en especial en las *selfies*, al tiempo que se expone el sujeto productor como co-protagonista con el espacio, lo comparte de modo inmediato y refuerza el paisaje cargado de significados que implican belleza pero también identidad.

## Reflexiones finales

Las redes sociales donde de modo individual se ponen en circulación entre “conocidos y *amigos*” las imágenes de *mi* autoría, con *mi* edición y en las que se indica a otros dónde *estoy aquí y ahora*, permiten un recorrido diferente del de los medios de comunicación masivos, con ventajas de instantaneidad, de público segmentado y de elección de contenidos compartidos.

A diferencia de las tarjetas postales y de las fotografías familiares, en las *selfies* no sólo se incluye la naturaleza y el paisaje sino al enunciador. En el caso de las cartas postales, el *yo* aparece por lo general con la escritura aunque está ausente en la imagen. El sujeto, el espacio y el tiempo están contenidos en las *selfies* e informados en el envío por las redes sociales.

Lo natural aquí es importante como espacio y marco, en clave de su magnificencia, de lo sublime, único y por el registro de lo autóctono. Es decir, el enunciador es reconocido por sus enunciatarios – destinatarios pero además la imagen del lugar es visibilizada como representativa en sí misma, como lugar identificable *per se*.

Es importante señalar la relevancia de hacer público lo privado y que en el acto de compartir este espacio porque estoy aquí ahora y *los recuerdos*, las cualidades de belleza y unicidad del lugar en su reproducción, permiten el re-conocer la identidad.

Lo nacional construido a través de representaciones se afianza con las imágenes. Pero no sólo eso: con su circulación y a través de la apropiación simbólica de los sujetos y su puesta en común de modo inmediato.

Los parques nacionales como reservorios de naturaleza intocada son asimismo marcos inherentes que dan sentido a lo humano: los hombres son en y con el medio, lo nombran y se lo apropian como práctica humana. Estar, demorarse, visitar, recorrer un lugar implican ver, reconocer, identificar pero sobre todo ser y hacer, verbos que sólo el humano nombra y tiene habilidad y capacidad para reflexionar sobre ellos.

## Referencias

ALEDO, A. La crisis ambiental y su interpretación sociológica. In: **TYCEA-BLE**. Alicante: Universidad de Alicante, 2002.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. Buenos Aires, FCE, 1993.

ARNOLD, D. **La Naturaleza como problema histórico. El medio, la cultura y la expansión de Europa**. México: FCE, 2000.

BARTHES, R. **La cámara lúcida. Notas sobre la fotografía**. Buenos Aires: Paidós, 1980.

BAYLON, C.; MIGNOT, X. **Lingüística general**. Madrid: Cátedra, 1996.

BOURDIEU, P. ¿Y quién creó a los creadores?. **Sociología y Cultura**. México: Grijalbo, 1990.

BURKE, P. **Visto y no visto. El uso de la imagen como documento histórico**. Barce-

lona: Crítica, 2005.

CARRERAS DOALLO, X. Parques nacionales y peronismo: la patria mediante la naturaleza. In: SALOMÓN, A.; ZARRILLI, A. (Compiladores). **Historia, política y gestión ambiental. Perspectivas y debates**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012, p. 148-168.

CARRERAS DOALLO, X. La nación a través de la naturaleza. Un análisis a través de imágenes del gobierno peronista. In: **Abordajes (La Rioja)**. La Rioja: UNLaR, Vol. 2. n° 1, 2014. p. 54-89. Disponible en: <<http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/abordajes/article/view/5171>>.

CHIOZZA, E.; CARBALLO, C. **Introducción a la geografía**. Buenos Aires: UNQ, 2006.

COSGROVE, D. Observando la naturaleza: el paisaje y el sentido europeo de la vista. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. N° 34, 2002. p. 63-89.

DIEGUES, A. **El mito moderno de la Naturaleza intocada**. San Pablo: NUPAUB-USP, 2005. Disponible en: <<http://www.usp.br/nupaub/mitoesp.pdf>>.

FORTUNATO, N. El territorio y sus representaciones como recurso turístico: Valores fundacionales del concepto de 'parque nacional'. In: **Estudios y perspectivas en turismo**. V. 14, n. 4, p. 314-348, 2005. Disponible en <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-17322005000400002&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17322005000400002&lng=es&tlng=es)>.

GALAFASSI, G. Racionalidad moderna y problemática ambiental: una interpretación a la luz de la articulación sociedad-naturaleza. In: GALAFASSI, G.; ZARRILLI, A. (Comp.). **Ambiente, sociedad y naturaleza. Entre la teoría social y la historia**. Buenos Aires: UNQ, 2002.

GELLNER, E. **Naciones y nacionalismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

GIRBAL-BLACHA, N. Cuestión regional – Cuestión nacional. Lo real y lo virtual en la historia económica argentina. In: **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas, UBA, 1997.

HEREDIA, E. Nación, soberanía e identidad en Región y nación: una confrontación conceptual. In: SPINELLI, M, E.; SERVETTO, A.; FERRARI, M.; CLOSA, G. (Comp.). **La conformación de las identidades políticas en la Argentina del siglo XX**. Córdoba: Editorial Ferreyra, 2000.

HEREDIA, E. Región y nación: una confrontación conceptual. In: SPINELLI, M. E.; SERVETTO, A.; FERRARI, M.; CLOSA, G. (Comp.). **La conformación de las identidades políticas en la Argentina del siglo XX**. Córdoba: Editorial Ferreyra, 2000.

JOLY, M. **La imagen fija**. Buenos Aires: La Marca, 2009.

KRESS, G.; LEITE-GARCIA, R.; VAN LEEUWEN, T. Semiótica Discursiva. In: VAN DIJK, T. (Editor). **El Discurso con estructura y proceso**. Barcelona: Gedisa, 2000.

MEAD, G. **La génesis del self y el control social**. REIS, Nº 55/91,1991, p. 165-186. Disponible en: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/758619.pdf>>.

MUROLO, N. L. Del mito del Narciso a la selfie: una arqueología de los cuerpos codificados. **Palabra Clave**. V. 18, N. 3, 2015. p: 676-700. Disponible en: <10.5294/pa-cla.2015.18.3.3>.

PARDO ABRIL, N. **Análisis crítico del discurso y representaciones sociales: un acercamiento a la comprensión de la cultura**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007.

PASTORIZA, E. El turismo social en la Argentina durante el primer peronismo. Mar del Plata, la conquista de las vacaciones y los nuevos rituales obreros, 1943-1955. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**. 2008. Disponible en: <<https://nuevomundo.revues.org/36472>>.

PRÍAMO, L. Fotografía y vida privada (1870-1930). In: **AAVV: Historia de la vida privada en la Argentina. La Argentina plural 1870-1930**. Buenos Aires: Taurus, 1999.

QUIJADA, M.; BERNAND, C.; SCHNEIDER, A. **Homogeneidad y Nación con un estudio de caso: Argentina siglos XIX y XX**. Madrid: CSIC, 2000.

QUINTERO, S. Geografías regionales en la Argentina. Imagen y valorización del territorio durante la primera mitad del siglo XX. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona**, V. VI, Nº 127, 2002. Disponible en: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-127.htm>>, <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-127.htm#n22>>.

RAITER, A. et al. **Representaciones sociales**. Buenos Aires: EUDEBA, 2002.

RAMÍREZ PALACIOS, D. **La historiografía ambiental y la cuestión de la naturaleza. El naturalismo y la naturaleza construida**. 2009. Disponible en: <<http://www.espa-coacademico.com.br/095/95palacios.htm>>.

SALA-SANAHUJA, J. Prólogo a la edición castellana. In: BARTHES, R. **La cámara lúcida. Notas sobre la fotografía**. Buenos Aires: Paidós, 1980. p. 11-26.

SANTAMARINA CAMPOS, B. **Ecología y poder. El discurso medioambiental como mercancía**. Madrid: Catarata, 2006.

SECRETARÍA DE ESTADO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA DE LA NACIÓN. Argentina y sus Parques Nacionales. **30º Aniversario de la Dirección General de Parques Nacionales**. Buenos Aires, 1964.

SCARZANELLA, E. Las bellezas naturales y la Nación: los Parques Nacionales en la Argentina en la primera mitad del siglo XX. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, Nº 73, 2002, p. 5-21.

SILVESTRI, G. Postales argentinas. In: **La Argentina en el Siglo XX**. Buenos Aires: UN-

Q-Editorial Ariel, 1999.

SISTI, Jorge. Las tarjetas postales como fuente: postales de las ramblas. Mar del Plata, 1915 – 1970. **VII Jornadas Nacionales de Investigación en Arte en Argentina**. La Plata: UNLP, 2010.

TRONCOSO, C.; LOIS, C. Políticas turísticas y peronismo. Los atractivos turísticos promocionados en Visión de Argentina (1950) **Pasos. Revista de turismo y patrimonio cultural**, V. 2, 2004. Disponible en: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/2204/PS100204.pdf>>.

VERÓN, E. De la imagen semiológica a las discursividades. Los tiempos de una fotografía. La derivación estructuralista. In: **Espacios públicos en imágenes**. París: Universidad de París VIII, 1993.

\_\_\_\_\_. **La Semiosis Social. Fragmentos de una teoría de la discursividad**. Barcelona: Gedisa, 1993.

WORSTER, D. **Transformaciones de la Tierra**. Montevideo: Coscoroba, 1996.

ZUPPA, G. **Prácticas de sociabilidad en un escenario argentino. Mar del Plata 1870-1970**. Mar del Plata: UNMDP, 2004.



# Rural conectado pelas rádios comunitárias<sup>1</sup>

Maria Ivete Trevisan Fossá<sup>2</sup>

---

## Introdução

Nosso objetivo parte inicialmente em revisar e compreender o conceito de comunidade em seu significado original. Sabemos que o entendimento do construto comunidade apresentada em 1887 por Ferdinand Tönnies difere da concepção atualizada em 1987 por Martin Büber, mas acreditamos que certos traços característicos de comunidade não se perderam com o passar do tempo. Além desses autores, pesquisamos estudos contemporâneos acerca do tema em Marshall Goldsmith (1999), Cicilia Peruzzo (1995, 2002, 2005, 2006 e 2009), Raquel Paiva (1998, 2007) e Roberto Esposito (2007).

Revisamos também as pesquisas de Touraine (1997, 2007, 2009), que afirma que uma comunidade deve ser composta por sujeitos e não indivíduos, pois entende que estes são assujeitados, apolíticos e não representam a conformação necessária à comunidade contemporânea. Ainda na busca da comunidade em sua essência, revisamos as pesquisas de Boaventura de Sousa Santos (2005, 2007), que por meio de sua ecologia dos saberes dá um panorama atualizado sobre o processo de globalização, que serve como um prisma para olhar as relações sociais e as coletividades.

---

1 Este texto foi elaborado durante o estágio pós-doutoral desenvolvido na Universidad Nacional de Quilmes, Argentina, pelo Programa CAPES/MINCITY 2013.

2 Este texto compreende reflexões teóricas desenvolvidas pelas orientandas de mestrado e doutorado Fabiana Pereira, Patrícia Pilcher e Kalliandra Conrad.

A partir da concepção epistemológica de comunidade, chegamos ao conceito de comunicação e de rádios comunitárias com o objetivo de compreender como uma mídia comunitária potencializa os elementos formadores e identificadores das comunidades rurais analisadas.

A criação das rádios comunitárias parte, na maioria das vezes, de um grupo de pessoas que buscam o direito de uma concessão pública em benefício de sua comunidade. No caso das cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>, região central do Estado e área de abrangência desta pesquisa, que têm uma população pequena, as rádios abrangem a totalidade do município. Elas alcançam, dessa forma, um público de classes sociais e econômicas bastante variadas, diferentes de grandes cidades, em que o sinal alcança uma região ou um bairro.

### **Comunidade: revisitando conceitos**

O uso indiscriminado dos termos comunidade e sociedade, ainda no final do século XIX, instigou Ferdinand Tönnies a realizar longo estudo, centrando-se no aspecto opositor desses dois conceitos. Originalmente publicado em 1887, *Gemeinschaft und Gesellschaft* (Comunidade e Sociedade) buscou a base primária da formação da comunidade, partindo da necessidade dos indivíduos de viverem uns em relação com os outros. Conforme Tönnies (1973), a partir dessa relação de mútua dependência, a vida em comunidade estaria embasada em três relações primárias que a conformariam: a relação mãe e filho, a relação marido e mulher e a relação parental, como entre irmãos e irmãs, que seriam as relações de consanguinidade.

---

1 Ao fazermos referência à Quarta Colônia de Imigração Italiana, consideramos o seguinte grupo de municípios: Silveira Martins, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Agudo, Ivorá, Nova Palma, Restinga Seca e Pinhal Grande, dos quais Agudo e Restinga Seca não fizeram parte originalmente da composição do Quarto Núcleo, porém, os dois municípios engajaram-se em projetos de desenvolvimento junto aos demais, o que gerou a inclusão de ambos no grupo representante da imigração.

Segundo o autor, o estabelecimento dessas relações primárias fortalecem os laços de pertencimento dentro da comunidade, pois além de serem constituídos muito cedo na vida do indivíduo, estão tão estreitamente ligadas que se tornam o embasamento da manutenção e proteção dessa mesma comunidade, para a qual o que lhe é externo pode ser visto como ameaçador.

Em oposição à concepção de comunidade, Tönnies desenvolve o conceito de sociedade como sendo o lado social da vida dos indivíduos e que se caracteriza por enxergar o ser nas suas particularidades, dentro de uma convivência sem dependência entre uns e outros, significando momentos passageiros, e não de permanência do sujeito. Pela concepção de Tönnies, a sociedade é “um grupo de homens que, vivendo e permanecendo de maneira pacífica uns ao lado dos outros, como na comunidade, não estão organicamente unidos, mas organicamente separados” (TÖNNIES, 1973, p. 106).

É Martin Buber (2008) quem se debruça nos conceitos de Tönnies (1973) e propõe um novo olhar para a definição de comunidade a partir de seu texto Nova e Antiga Comunidade (publicado no ano de 1899). Buber (2008) parte do pressuposto da necessidade própria do homem pela vida, e que as comunidades devem se formar com objetivos próprios de serem comunidades, e não como as antigas comunidades, as quais para o autor estariam sempre vinculadas a uma função utilitarista. A relação dos indivíduos também é, para o autor, necessária de ser vista como uma relação das contradições em harmonia, e não mais como uma prevalência de pensamento único em comum acordo. A ideia de Buber (2008) foi embasada na existência de uma comunidade formada por homens que partilhassem as mesmas ideias, que se encontrariam e se identificariam nas suas vivências. Não seria a simples vida em comum, a convivência que aproximaria os indivíduos, mas seus pensamentos mais íntimos.

A formação comunitária não poderia ser imposta de dentro do grupo para fora, mas estaria tão enraizada no homem, que este, ao externalizar seus pensamentos, entraria em comunhão com os seus pares. Para o autor a humanidade “que teve sua origem em uma comunidade primitiva e obscura e sem beleza e passou pela crescente escravidão da “sociedade”, chegará a uma nova comunidade, que diferentemente da primeira, não terá mais como base laços de sangue, mas laços de escolha” (BUBER, 2008, p. 39, destaque do autor).

Mais contestador ao conceito original de Tönnies (1973), está Goldsmith (1999) ao identificar uma tendência da sociedade moderna para agrupar-se no que chamou de comunidade de escolhas. Essa se formaria unicamente a partir do interesse do indivíduo em pertencer aos grupos, não tendo mais nenhuma obrigatoriedade de manutenção das relações históricas herdadas da família, do trabalho ou da localização geográfica, que lhe definia a comunidade a qual pertenceria.

Raquel Paiva (2003) considera que a identificação familiar, de contiguidade territorial, já não está na premissa da sociedade atual, visto que as identificações nos grupos não prescindem mais da proximidade física. A tecnologia possibilitou outras formas de contato, o que fomentou a organização dos grupos por identificação ideológicas, culturais, de gênero, etc. Nesse sentido, o termo comunidade passa a significar uma diversidade de possibilidades de agrupamentos, mas tendo, pelo menos, como uma certeza, objetivos ou interesses específicos. Paiva (2004) apresenta as “comunidades gerativas” como alternativa às antigas comunidades, conceituando-as como o “conjunto de ações norteadas pela preocupação pelo bem comum” (2004, p. 57).

Seguindo a perspectiva de Peruzzo (2002), o termo comunidade na contemporaneidade serve para identificar os mais diferentes fenômenos, como as comunidades virtuais. Está relacionado aos segmentos sociais, sistema social, agrupamentos sociais ou ainda a formas de organização social, o que deixa clara a multiplicidade de relações estabelecidas entre os indivíduos. Para a autora “as mudanças vividas na sociedade e que têm contribuído para constituir novas formas de organização social e de sociabilidade, alteram determinados paradigmas e indicam a necessidade de revisitar e repensar os conceitos de comunidade” (PERUZZO, 2002, p. 277). A aplicação do termo nas realidades com as quais convivemos no século XXI mantém uma coerência conceitual mínima, conforme os aspectos destacados por Peruzzo (2002, p. 281) quais sejam a “integração, participação, confluência em torno de interesses, algumas identidades, sentimento de pertença, caráter cooperativo”, porém o olhar deverá estar aberto às realidades concretas, sejam elas nos moldes tradicionais ou nas novas conformações.

A compreensão epistemológica de comunidade, obtida através da revisão teórica nos leva à compreensão de comunidade rural como uma coletividade que é composta por sujeitos críticos, preocupados e envolvidos com seu contexto e que, por isso, é empoderada. A comunidade e seus integrantes politizados e pertencentes por livre escolha aos grupos reconhecem a si próprios como integrantes de determinada coletividade e por isso, são também reconhecidos frente à sociedade. Os traços de cooperação, solidariedade e objetivos mútuos ainda são característicos, mas não fechados somente à sua realidade. A comunidade “olha para fora” e respeita e aceita o outro para que a recíproca seja verdadeira.

Com este posicionamento podemos encontrar qualquer comunidade, seja constituída por ricos ou pobres, por letrados ou

analfabetos, por muitos ou poucos integrantes, por moradores do centro ou da periferia, por urbanos ou rurais, ou ainda, por uma mistura de pessoas social e culturalmente distintas. Não importa de que comunidade estamos falando, mas sim que ela é sujeito e toma frente na ação. Não aceita ser representada como estática e não pode e não quer ser reconhecida sob um único viés. Sob esta compreensão podemos identificar várias comunidades como a rural, a urbana, a religiosa, a italiana, entre outras mais. Enfim, como afirmam Pichler e Fossá (2012, p. 54) “o qualitativo é mera descrição para contextualização, pois a definição está em ser comunidade”

Nesse sentido, encontramos o espírito de comunidade vinculado aos laços de união e de ajuda mútua entre os sujeitos comunitários, o que remete a aspectos de solidariedade, visto por Paiva (1998) como uma estratégia construída para sobreviver frente à escassez. Nesse espaço, “a proposta comunitária surge como nova possibilidade de sociabilização, com o propósito de fazer frente ao modelo econômico em que o número dos excluídos parece cada vez mais ampliado” (PAIVA, 1998, p. 20). A ideia de comunidade une assim os indivíduos, formando um sujeito coletivo, que pela congregação de experiências e pela pluralidade tem força frente aos poderes impostos e chances de manter-se original e não se render “às pressões da alienação”. Isso é comunidade (PAIVA, 1998).

## **Comunicação Comunitária**

A partir do conceito de comunidade passamos ao entendimento do termo comunicação comunitária, visto ser esse um processo que se forma a partir da necessidade de comunicação, presente nas comunidades, em dadas situações, conforme o âmbito político e social de cada país. Os estudos brasileiros na área abordam, entre os anos 70 e 80, a existência de uma forma de comunicação, que não tinha relação com os veículos hegemônicos (as empresas de jornais e as emissoras

de rádio e televisão), a qual seria alternativa às informações, notícias e opiniões veiculadas pela grande imprensa (BERGER, 1995).

No país, e na América Latina, após anos de regime ditatorial, tivemos o retorno dos estados democráticos o que representava conquistas políticas para a população e grande efervescência das agremiações partidárias. Os movimentos sindicais e sociais ganhavam espaço e adesão de uma parcela da população cada vez maior. Os novos atores sociais, fortalecidos em grupos e movimentos, buscavam um ordenamento da sociedade civil, pautando discussões sobre as minorias (mulheres, negros, índios, etc.), o meio ambiente, os direitos humanos, entre outros assuntos emergenciais como direitos trabalhistas, desemprego, etc. Essas pautas eram movimentadas através dos diferentes meios de comunicação que estavam ao alcance dos sindicatos, ONGs, partidos, como os panfletos, carros de som, jornais, algumas rádios livres<sup>2</sup>, vídeos, etc. Essa comunicação é que se prestava a levar outro olhar, para a população, sobre os acontecimentos na vida do país, principalmente no âmbito político, econômico e social.

Nesse mesmo período a tecnologia potencializava cada vez mais os meios de comunicação que se estabeleciam como oficiais, visto o alcance de público (veículos de massa), pois eram os únicos a falarem, ao mesmo tempo, abrangendo uma grande parcela da população. Situação que se ampliava, pois as empresas comerciais de rádio, jornal e televisão expandiam seus horizontes, dando espaço às grandes redes (através das associadas, afilhadas, retransmissoras). Ainda, a expansão tecnológica propiciou a baixa do custo dos aparelhos eletrônicos, ampliando o consumo da mídia hegemônica, a qual tomava para si o papel de divulgadora da vida política, social e econômica

---

2 Rádios livres eram rádios que iam ao ar de forma ilegal, sem autorização do governo, a partir do trabalho de voluntários com equipamentos amadores.

brasileira. Para a outra comunicação, que vinha das bases da sociedade civil, coube a Fernando Reyes Matta,<sup>3</sup> o uso do termo de comunicação ‘alternativa’ pela primeira vez. Nessa categorização não há padrões de publicações, visto que são veículos que tanto podem estar associados às bases populares, aos sindicatos, ou ainda a grupos cujo objetivo é proporcionar espaço de opinião para os intelectuais que não possuem entrada nos grupos hegemônicos. Essa comunicação que primeiramente foi chamada alternativa, também foi chamada de participativa, horizontal, comunicação popular e que, conforme Peruzzo (1995) eram nomenclaturas utilizadas como sinônimos. Mas há que se fazer algumas distinções. Conforme a autora, a imprensa alternativa compreende a imprensa operária, sindical e partidária popular, mas que estas formas não a esgotam. Comunicação alternativa, então, estaria vinculada mais aos conteúdos de oposição ao governo, sistema econômico, sistema político, do que necessariamente a uma relação intrínseca com as minorias ou grupos populares, não sendo uma obrigatoriedade a preocupação em abrir espaços para esses se manifestarem. Mantinham, muitas vezes, a mesma postura hegemônica da mídia, porém sob outro ponto de vista.

Já a comunicação popular teria o interesse voltado ao que está mais próximo da população, mas, ainda, num ponto de vista que valoriza a produção de conteúdo, mais do que o acesso. É quando ganha uma nova perspectiva que a comunicação popular passa a ser considerada ‘comunicação comunitária’, termo com uso mais recente e que vem mostrar a evolução por que passou o campo, indo de manifestações de protesto e reivindicações até uma comunicação mais centrada em conteúdos abrangentes ligados às comunidades.

---

3 Autor do livro “Comunicación Alternativa y Búsquedas Democráticas, publicado no ano de 1983, no México e citado pela autora Regina Festa (1995, p.132).



Esta comunicação foi ganhando força ao longo das décadas ao agregar “os meios massivos, principalmente de radiodifusão, e, portanto, de novos conteúdos e linguagens” (PERUZZO, 2006, p. 5). Também agregou novos setores da sociedade, como o envolvimento dos jovens em projetos de rádios, a partir das escolas, voltados à educação e valorização das diferenças culturais. Incentivando a participação dos diferentes movimentos sociais, demonstrou a importância da existência de canais de comunicação comunitários comprometidos com os interesses locais e que se utilizam da população como fontes de informação, tornam-se mais próximos da comunidade ao retratar suas realidades (Peruzzo, 2005). A partir dessa relação intrínseca com a comunidade, a comunicação comunitária está diretamente relacionada às questões da cidadania, visto que estabelece um resgate da valorização cultural e da construção da identidade dos indivíduos.

Comunicação e comunidade têm um vínculo etimológico pelo “ser-em-comum” (ESPOSITO, 2007; PAIVA, 2007) que ambos necessitam para sua realização. Não há comunicação sem o sentido proveniente do outro e não se constitui uma comunidade sem a alteridade, a soma das singularidades. Nesse sentido, comunicação e comunidade têm uma profícua relação, que se ratifica pela abordagem da comunicação comunitária como forte aliada na promoção da organização dos produtores rurais e, uma vez atingida, facilita a coesão dos agricultores e a expressão de suas aspirações, opiniões e demandas.

### **Rádios comunitárias e a democratização da comunicação**

A comunicação comunitária, segundo Malerba (2009), possui peculiaridades tanto no Brasil, quanto na América Latina. Essas particularidades permitem compreender a comunicação comunitária como um contraponto à situação da oligopolização midiática na qual nos encontramos.

O crescimento das rádios comunitárias latino-americanas é atribuído, principalmente, à necessidade do ser humano em se comunicar e se expressar livremente. Baseada em um projeto político e social, as rádios comunitárias abrem espaço para a mobilização coletiva frente às demandas da comunidade que passam a ser inseridas no espaço público.

O processo de socialização política no Brasil foi um dos fatores de crescimento das mídias comunitárias. E esse processo não é recente. Ele iniciou, em 1933, com a atual Rádio Cultura de São Paulo que só foi legalizada três anos depois. Outro fator são os estudos acadêmicos sobre a área transdisciplinar da Comunicação Comunitária. Historicamente, o embate entre o governo e as mídias comunitárias se intensificou com o período da ditadura militar. Mas, “nesse período, as rádios eram inspiradas mais por um espírito de rebeldia sem muito compromisso, sem grandes pretensões ou causas. De um modo geral, eram jovens entusiastas que queriam apenas praticar a arte da radiofonia” (GIRARD e JACOBUS *et. al.*, 2009, p. 18).

As experiências radiofônicas populares iniciam, então, com as rádios livres e culminam no surgimento das rádios comunitárias. A partir de 1980, o fenômeno das rádios livres se intensifica aliada ao movimento libertário iniciado na Europa. Segundo Malerba (2009), o movimento das rádios livres, ainda que inicialmente não apresentasse anseios políticos e sociais definidos, aos poucos incorporou os ideais de mobilização e a inclusão das camadas desfavorecidas do processo comunicacional. Alguns exemplos desse redirecionamento do movimento é a participação dos ouvintes reivindicando a democratização da comunicação. Experimentava-se uma nova forma de utilização da linguagem para fins políticos e sociais, em que as minorias estavam presentes.

O movimento, dessa forma, foi marcado por iniciativas coletivas de apropriação das ondas livres do rádio e pela criação de inúmeras rádios clandestinas. Essas rádios, até então desprovidas de base ideológica, ao sofrerem repressão pelo extinto Departamento Nacional de Telecomunicações, começam a fomentar uma ideologia contra o monopólio das comunicações.

O movimento das rádios comunitárias, no decorrer da década de 1980, passa a constituir a Frente Nacional pela Democracia na Comunicação e, como consequência, é assegurado o direito à comunicação a partir da Constituição de 1988. Na década de 1990, começam a aparecer as rádios de cunho comunitário e, somente, em 1996, nasce a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – a ABRAÇO, na tentativa de pressionar o governo para legalizar as emissoras comunitárias. Foi assim que, em 1998, foi promulgada a lei 9612/98 que deveria regular as rádios comunitárias de baixa potência. Esta lei é até hoje, fonte de debates e discussões a respeito de como gerir a comunicação e a liberdade de expressão nas rádios comunitárias.

Por ora, podemos dizer que a história das rádios comunitárias no Brasil está marcada por debates e desentendimentos entre Estado, empresários da comunicação e sociedade. O Estado defende o monopólio da comunicação. Os empresários, a comunicação como um produto à venda e seu controle restrito à classe dominante. A sociedade, por meio dos movimentos sociais, afirma ser a comunicação um bem que dever ser partilhado e refletir as necessidades do povo.

As estações de rádios comunitárias são radiodifusoras sonoras, com frequência modulada (FM), potência de 25 Watts e alcance de cobertura de cerca de 1km, a partir da antena transmissora. A área coberta pela transmissão dificilmente ultrapassa os limites de uma comunidade e, por isso, o foco desses veículos são as demandas locais do bairro ou de pequenas comunidades como as rurais.

A programação dessas rádios deve ser pluralista e não deve ser submetida a qualquer forma de censura. Ainda, deve conter informação, entretenimento, manifestações artísticas, folclóricas e culturais, além de estar calcada nos Direitos Humanos e não reproduzir qualquer tipo de violência simbólica ou discriminação de raça, sexo, religião, convicções político-partidárias, orientação sexual ou condições sociais. Afora essas ponderações essenciais ao direcionamento da programação, os veículos comunitários devem prestar serviços de utilidade pública e estar abertos à participação de todos os membros da comunidade.

Um dos primeiros pontos em que se diferencia a comunicação comunitária e a comunicação social está no fato de sociedade e comunidade, apesar de remeterem a ideias semelhantes, constituírem-se como tipos distintos de coletividade. Segundo Jesús Martín-Barbero (2003, p.63), “a comunidade se define pela unidade do pensamento e da emoção, pela predominância de laços estreitos e concretos e das relações de solidariedade, lealdade e identidade coletiva”.

Já a sociedade, segundo o mesmo autor, “está caracterizada pela separação entre meios e fins, com a predominância da razão manipulatória e a ausência de relações identificatórias de grupo, com a conseguinte prevalência do individualismo e da mera agregação passageira”. (MARTÍN-BARBERO, 2003, p.63)

Dessa forma, tendo como área de alcance e de ação a comunidade e seus laços subjetivos e territoriais, a comunicação competente, explicada por Martín-Barbero, e aqui entendida também como a comunicação comunitária, significa “colocar em comum a experiência criativa, o reconhecimento das diferenças e a abertura para o outro” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p.63). O comunicador deve, portanto, ser o intermediário do processo simbólico da produção de sentidos e

superar as barreiras que reforçam a exclusão, colocando em comum os sentidos reais da comunidade, com desígnio de criar nela mesma a capacidade de construir uma identidade coletiva que a represente.

O entendimento de tecnologia social como um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela representam soluções para inclusão social, melhoria das condições de vida de pequenas comunidades agrárias, fortalecimento das relações sociais e conexão de saberes. Originadas dentro de uma comunidade ou no ambiente acadêmico, elas pretendem aliar os saberes populares com os conhecimentos técnico-científicos, buscando o desenvolvimento da sociedade com ênfase na melhoria da qualidade de vida.

Consideramos, portanto a tecnologia social como sendo todo o produto, método, processo ou técnica, criado para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reapplicabilidade) e impacto social comprovado. As tecnologias sociais oportunizam a consolidação de saberes populares e conhecimentos técnico-científicos. Os saberes populares e os conhecimentos científico-técnico são disponibilizados de forma a implementar a mudança social com ações que podem resultar em pequeno impacto individual mas grande impacto coletivo ou vice-versa, para o que se aponta a dimensão da cidadania e da participação.

### **O rural conectado pelas ondas das rádios comunitárias na Quarta Colônia de Imigração Italiana: algumas observações no campo de estudo**

O presente relato trata de pesquisa e extensão realizadas junto às rádios FM Vida (Faxinal do Soturno), Associação Cultural Rádio Comunidade São João (São João do Polêsine), Ivorense (Ivorá),

Rádio Comunitária Nova Palma (Nova Palma), Alternativa (Agudo), Associação Comunitária de Dona Francisca (Dona Francisca), Rádio Itaara (Itaara).<sup>4</sup> Além dessas, acrescenta-se as rádios de Restinga Seca, Júlio de Castilhos e Formigueiro. As ações foram conduzidas por meio da proposição metodológica da Pesquisa-Ação de Michel Thiollent (2005) e da multidisciplinaridade de Ivani Fazenda (1998) e de Antonio Severino (1998).

A criação das rádios comunitárias parte, na maioria das vezes, de um grupo de pessoas que buscam o direito de uma concessão pública em benefício de sua comunidade. No caso das cidades da Quarta Colônia, que têm uma população pequena, as rádios abrangem a totalidade do município. Elas alcançam um público de classes sociais e econômicas bastante variadas, diferentes de grandes cidades, em que o sinal alcança uma região ou um bairro.

O alcance das rádios comunitárias nos municípios da Quarta Colônia faz com que elas concorram em audiência com as rádios comerciais. Porém, na maioria dos casos, elas não conseguem competir em relação a receitas, contratação e remuneração de profissionais para trabalho em tempo integral.

Teoricamente, a estrutura de uma rádio comunitária se configura como espaço educativo, público e democrático ideal, pois ao facilitar o acesso aos meios de produção de conteúdo, a comunidade participa do processo de construção de sua cidadania. A comunidade, à medida que expõe demandas, propõe soluções e gera produtos culturais a serem veiculados na rádio comunitária, se reconhece no conteúdo produzido e passa a agir como protagonista, ao contrário do que acontece nos veículos comerciais, os quais têm a programação conduzida pelas atividades publicitárias.

---

4 Os dados relatados partem do Projeto “Tecnologia social para inclusão e apropriação do fazer midiático por associações de rádios comunitárias” – PROEXT 2010/2011

Na prática, porém, as comunidades ainda não se libertaram da submissão à mídia comercial e este fato pode justificar pela criação e regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária apenas em 1998, e, portanto, as rádios anteriores a esse período eram ilegais e chamadas de rádios piratas – e não capazes de fazer pleno uso das ferramentas que tem a sua disposição. Outro fato que pode explicar a demora da utilização das rádios comunitárias pelos pequenos produtores rurais é o “medo do microfone” e também o temor gerado pela falta de conhecimento específico em comunicação e a inexperiência frente a um novo tipo de interação social na qual todo membro da comunidade é também um produtor de conteúdo em potencial.

Uma questão a ser posta é o fato de que as pessoas engajadas na comunicação comunitária dos municípios de abrangência da Quarta Colônia prestam, em sua maioria, serviço voluntário nas rádios, durante os intervalos do emprego formal que possuem. Outro problema enfrentado pela região é a alta taxa de analfabetismo que, na maioria dos municípios, está acima da média do Rio Grande do Sul. No Estado, 6,7% da população acima de 15 anos é analfabeta, segundo os dados do IBGE de 2000. Na Quarta Colônia, apenas os municípios de Ivorá (6,3%) e de Nova Palma (5,86%) estão abaixo da média estadual. As cidades de Dona Francisca e de Restinga Seca registram as maiores taxas de analfabetismo, 11,16% e 10,39%, respectivamente.

Ademais, percebeu-se certo receio dos professores das escolas com sede na Quarta Colônia de perceberem as tecnologias da informação como nova condição do processo de ensino/aprendizagem. À medida que as novas tecnologias aguçam a curiosidade dos jovens, transformam-se em motivação para aprender. No entanto, percebe-se certa resistência dos educadores em envolver-se em processos de gestão da comunicação nos espaços educativos. Aqui por gestão da comunicação queremos fazer referência a aproximação entre

comunicação e comunidade, envolvimento em processos locais, regionais e globais de apropriação do mundo, não apenas recebendo, mas sobretudo produzindo informações.

Todas essas questões e outras não explicitadas restringem o círculo de pessoas atuantes nas rádios comunitárias e são alguns dos entraves impostos ao funcionamento das rádios comunitárias na Região da Quarta Colônia de Colonização Italiana.

Diagnosticados os problemas, desenvolvemos oficinas de capacitação, propusemos estratégias comunicativas específicas para cada rádio e estratégias para a mobilização da comunidade, o que consideramos como importante forma de promover a educação para o meio midiático por parte da comunidade. Os cursos de capacitação foram direcionados a direitos humanos, estratégias de aproximação com a comunidade, busca de apoio cultural, produção de conteúdo radiofônico e aplicação de pesquisas de opinião pública para conhecer a audiência das rádios, realizar a avaliação da programação e coletar sugestões de assuntos de interesse comunitário. Este conjunto de atividades proporcionou a integração dos dez municípios abrangidos pelas ações de pesquisa e de extensão à medida que passou a valorizar os traços comuns existentes entre os municípios, viabilizados pela troca de saberes, experiências e vivências comunitárias.

Os diferentes conteúdos postos em movimento pelas rádios comunitárias possibilitaram o resgate dos valores de cidadania, a recuperação de ditos e ritos populares e a emancipação social. Desse modo, as funções da comunicação comunitária adquirem sua máxima expressão de diálogo e participação nesta perspectiva transformadora. Em primeiro lugar, porque retoma sua verdadeira identidade como expressão da cultura popular e em segundo lugar por utilizar meios populares de manifestação como canções, lendas, contos, poesias.



Por entendermos que os sujeitos sociais podem ser elevados a protagonistas de novas histórias coletivas quando estas forem forjadas por e para eles mesmos, foi pensada cada ação realizada com os comunitários. As ações deviam produzir sentido e, “oferecer subsídios para identificar e resolver problemas, inserir o conhecimento dos indivíduos e grupos na elaboração do conhecimento coletivo” (2005, p. 50), como bem salienta Thiollent quando propõe a utilização de metodologia participativa e de pesquisa-ação.

Desse modo, a metodologia utilizada para a inserção dos comunitários na gestão, programação e avaliação das rádios comunitárias compreendeu uma variedade de técnicas que facilitaram a auto-expressão dos ouvintes e sua participação ativa na gestão e programação da emissora. Também as rádios passaram a prestar vários tipos de serviços a favor de seu público ao servir de fonte de opinião pública, ao expressar o sentir do povo, ao reforçar tal sentido e dar-lhes o peso de autoridade além de servir de laço de união entre os comunitários e as instituições que podiam auxiliar com o seu desenvolvimento. Da mesma forma facilitou a troca de experiências quer pelo intercâmbio promovido entre pessoas e comunidades, quer anunciando e oferecendo oportunidades de capacitação. As rádios comunitárias, por vezes, passaram a suprir os serviços de correios, de telefone, de estradas ao transmitirem avisos de doenças, de reuniões, de visitas, de técnicas, entre outros.

As rádios comunitárias estabelecem a conexão ao promover a participação da comunidade na reflexão e na ação sobre seus problemas; ao facilitar o diálogo intra e intercomunitário, assim como também o diálogo com as autoridades, com o local e o global; ao capacitar a comunidade na auto-expressão e no uso do rádio para fortalecer a capacidade de exercer pressão reivindicatória e, ao conscientizar a comunidade para participar ativamente nos processos de mudança social e de construção de uma sociedade democrática e participativa.

## Considerações Finais

O campo das mídias oferece inúmeras possibilidades para a produção de processos inter-relacionais entre escola e comunidade, entre o rural e o urbano e, os comunitários podem tirar proveito disso, aprendendo a planejar e atuar em ambientes interativos como os possibilitados pelas rádios comunitárias, visando motivar estados de espírito, estimular a criatividade e a participação, de modo que, tanto os produtores e apresentadores de conteúdo e as suas audiências, convertam-se em protagonistas da ação.

Percebemos que as rádios comunitárias são de grande importância nas suas respectivas localidades porque são a expressão das suas necessidades, acontecimentos e fatos, traduzindo a “personalidade” da população local. Contradizendo a globalização das informações, nota-se a importância que as rádios comunitárias, com sua cobertura restrita a pequenas áreas, têm para o desenvolvimento dessas comunidades cumprindo seu papel de atender as demandas da sociedade na qual estão inseridas. Elas prestam relevantes serviços ao seu público, quando possuem uma programação que contenha informação, entretenimento, lazer, serviços de utilidade pública, manifestações culturais, artísticas e folclóricas que contribuam para o desenvolvimento local.

Dada sua origem e trabalho voltado à comunidade, é imprescindível que a população local tenha a rádio à sua disposição para nela expressar suas opiniões, desejos, reclamações, ideias, enfim, tudo que for de seu interesse próprio. Para tal resultado, algumas atividades já iniciadas e que agora tem continuidade, objetivam fomentar a participação comunitária e a sua inserção crítica e colaborativa tanto na gestão quanto na programação das rádios comunitárias.

## Referências

BERGER, Christa . A pesquisa em comunicação popular e alternativa. In: PERUZZO, Cicilia Maria Krohling (org.). **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: INTERCOM, 1995.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ESPOSITO, Roberto. **Niilismo e Comunidade**. In: PAIVA, Raquel (Org.). O retorno da Comunidade: os novos caminhos do social. Prefácio de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FAZENDA, Ivani C. A. A aquisição de uma formação interdisciplinar de professores. FAZENDA, Ivani C. A. In: **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: SP: Papirus, 1998. (Coleção Práxis)

FESTA, Regina. Elementos para uma análise da comunicação na América Latina: perspectivas para os anos 90. In: **Comunicação e culturas populares**. PERUZZO, Cicilia Maria Krohling (org.). São Paulo: INTERCOM, 1995.

GIRARDI, I. JACOBUS, R., ROCHA, B. L. et. al (orgs). **Para fazer rádio comunitária com “C” maiúsculo**. Porto Alegre: Revolução de Idéias, 2009.

GOLDSMITH, Marshall. Comunicacione Globales Y Comunidades de Elección. In: HESSELBEIN, Frances et all (orgs). **La comunidade del futuro**. Granica: Buenos Aires, Barcelona, Cidade do México, 1999.

MALERBA, J. P. **Rádios comunitárias 2.0**: possibilidades e limites de uma rede de redes. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2009.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. 2ªed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Prefácio de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. Estratégias da comunicação e comunidade gerativa, IN: PERUZZO, Cicilia (org). **Vozes cidadãs**. São Paulo: Angellara, 2004.

PERUZZO, Cecilia M. K. Comunicação popular em seus aspectos teóricos. In: PERUZZO, Cicilia Maria Krohling (org.). **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: INTERCOM, 1995.

\_\_\_\_\_. Comunidades em tempos de redes. In: PERUZZO, Cicilia K. (comp.). **Comunicação e movimentos populares: quais redes? Comunicación y movimientos**

**populares: caules redes?** São Leopoldo: Ed. Insinos; La Habana: Centro Memorial Dr. Martin Luther King, Jr.; Montevideo: Ciências de laComunicación de la República, 2002a.

\_\_\_\_\_. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciências de laComunicación**, ano II, n.3, jul//dic. 2005. São Paulo: ALAIC.

\_\_\_\_\_. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. **XXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação**. INTERCOM: UnB, set 2006.

\_\_\_\_\_. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

PICHLER, P.F. & FOSSÁ, M.I.T. **De que comunidade se está falando? O conceito a partir das estratégias discursivas em telejornais brasileiros**. Recuperado de <http://w3.ufsm.br/poscom/wp-content/uploads/2013/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Patricia.pdf>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SEVERINO, Antônio J. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: O saber como intencionalização da prática. FAZENDA, Ivani C. A. In: **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: SP: Papirus, 1998. (Coleção Práxis)

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FER- NANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Editora Nacional e Editora USP, 1973.

TOURAINÉ, Alain. **Iguais e Diferentes: poderemos viver juntos?** Tradução de Carlos A. de Brito. Librairie Arttème Fayard, 1997.

\_\_\_\_\_. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Titton. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pensar outramente o discurso interpretativo dominante**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

# Jóvenes, comunicación y tecnologías: estrategias para afrontar la incertidumbre

Matias E. CENTENO

---

*El malestar de los jóvenes es el lugar donde todos nos estamos preguntando qué tiempo nos queda.*  
Nestor García Canclini (2004, p.179)

Qué viven conectados. Qué todo lo solucionan con sus dispositivos digitales. Qué son proactivos, inteligentes, creativos. Hasta desfachados. Qué su poder de indignación está cambiando el mundo. Qué están muy bien formados. La cosmovisión que muchos tienen de las juventudes de hoy parece no estar coincidiendo con algunos aspectos de la realidad: las estadísticas de diversos organismos nacionales e internacionales están alertando desde hace algunos años que el sistema económico y productivo no está pudiendo contener a los jóvenes tal como se esperaba. ¿Son realmente los jóvenes el futuro?

Con la expansión de internet, muchos libros, ensayos y artículos imaginaron la inserción rápida de las generaciones más jóvenes al mundo económico, dando por hecho la inyección de vitalidad, creatividad, pragmatismo y dinamismo a las empresas e instituciones, mucho de lo cual se lo atribuyen al *know how* digital que los chicos llevan impreso en su ADN.

Estas tecnologías digitales son las mismas que para algunos expertos han provocado un quiebre generacional. Carles Feixa (2014, p.47-48) describe un camino de tres paradas para ejemplificar este desplazamiento crítico:

- en los años 20, durante el periodo de entreguerras, se formularon las bases filosóficas en torno a la noción de “relevo generacional” (Ortega y Gasset, 1923; Mannheim, 1927);
- durante la década del 60, “la edad de la protesta”, se reformuló la teoría en torno a la noción de “brecha” y “conflicto generacional” (Feuer, 1968; Mendel, 1969);
- y es a partir de la mitad de la década del 90, con la aparición de la “sociedad red” (CASTELLS, 2001), que surge una nueva teoría que revoluciona la noción de “lapso o vuelta generacional”, lo cual se corresponde con una situación en la que los jóvenes son más expertos que la generación anterior en una innovación clave para la sociedad, como lo es la tecnología digital (Tapscott, 1998; Chisholm, 2003).

Lo paradójico aquí es que estos jóvenes – unos 106 mil millones sólo en América Latina, de acuerdo a la OIT – llegan en condiciones inéditas al mercado laboral: tienen mayores logros educativos que los adultos – medidos en años de educación formal –, pero al mismo tiempo menos acceso al empleo; manejan con mayor facilidad los medios de información y comunicación, pero acceden en menor grado a los espacios consagrados de deliberación política. En palabras de Hopenhayn (2008, p.53): expanden exponencialmente el consumo simbólico pero no así el material.

Así, desencantados de una sociedad que los desplaza, los jóvenes muchas veces tienen que ensayar sus propias formas de organización y adaptación a un mundo incierto, desigual y cada vez más conflictivo. Muchas de estas estrategias – no todas por supuesto – están asociadas a las tecnologías de la información y la comunicación (TIC),

cuya evolución y propagación se produjo mientras nacían y se desarrollaban. Es desde este lugar que las juventudes están pudiendo configurar nuevas experiencias que conducen a renovadas modalidades de comunicación, gestión y organización.

El texto que aquí presento intenta problematizar en torno a la precaria relación con el futuro que tienen hoy los jóvenes de la “Sociedad Red”. Para ello pondré en tensión la escuela con el mundo laboral como un elemento de apoyo para luego describir algunas vías de escape que las juventudes – de la mano de las TIC – están tomando para integrarse a la economía y la producción. Por último me serviré del sector agropecuario para integrar las dimensiones exploradas, un ámbito en el que las TIC no sólo vienen incrementando su penetración sino también están contribuyendo a la re-configuración socio-territorial de la actividad.

### **Tensiones entre educación y trabajo**

En el relato de Florencio Escardó – destacado pediatra argentino, ex vicerrector de la UBA –, al recordar sus días en el Colegio Nacional de Buenos Aires, la escuela aparecía como un espacio rígido, casi carcelario, que no permitía confrontar, oponerse, y también reconocerse o proyectarse en ese espejo de diferenciación e identificación que constituye a la subjetividad adolescente (Kancyper, 2003).

El estar obligados a estudiar, cumplir estrictos horarios, realizar innumerables tareas escolares, hacía que muchas veces Escardó y sus compañeros sintieran la vida escolar como “insoportable”. Entonces, “las *rabonas*, las escapadas, las bromas tremendas y estúpidas (eran) las necesarias compensaciones de esa tensión vital, mal canalizada, inadecuadas pero lógicas formas de la rebeldía” (ESCARDÓ, 1963, p. 32).

Las imágenes que traen los recuerdos de Florencio Escardó – analiza Inés Dussel (2013) – no parecieran reflejar lo que sucede hoy en las escuelas secundarias: “Aunque algunas instituciones siguen aferradas a ciertos rituales y pautas disciplinarias rígidas, no se percibe, por lo general, que la escuela sea entendida como una institución cerrada, ni que las autoridades o los horarios sean totalmente inflexibles”, sostiene la autora.

Distintos estudios remarcan las características de negociación singular que se vienen estableciendo en cada escuela en particular (TIRAMONTI, 2004; GALLARD, 2006). La negociación permanente es una característica de época, en un contexto en que niños y adolescentes se saben sujetos portadores de derecho y son educados desde pequeños a reconocer la importancia de establecer sus elecciones y tratar de imponerlas en el ámbito familiar (Meirieu, 2002). “Esto hace que las relaciones entre adultos y jóvenes tengan un cariz muy distinto al que tenían hace décadas, cuando la autoridad de los mayores era más firme y sostenida, y ponía límites claros, así fuera para transgredirlos. Hoy todo aparece más difuso; y los padres muchas veces plantean relaciones horizontales con sus hijos, de manera que la responsabilidad por las decisiones parecería ser compartida”, remarca Dussel (2013).

El debate sobre la educación de los jóvenes está estrechamente vinculado al mundo del trabajo. De hecho el campo “educación, trabajo y jóvenes” ocupa cada vez mayor lugar en los grupos de investigación como el de FLACSO y el Programa de Educación Economía y Trabajo (PEET) de la UBA en la Argentina, el Consejo Iberoamericano de Investigación en Juventud en México o el Programa de Juventud de Unesco en París, por sólo citar algunos ejemplos.

La transición escuela-trabajo es una fase importante en la resolución de los procesos iniciales de enclasmiento (CASAL, GARCÍA, MERINO y QUESADA, 2006, p.15). La integración social del joven está mediada por la formación y el empleo, ámbitos que al no articularse



óptimamente suelen atrapar a estos actores en una suerte de limbo, ubicándolos en transiciones indefinidas para las que ninguno de los sistemas de la sociedad tiene elaboradas respuestas muy claras aún.

En este contexto, resulta evidente además que la pertenencia social, la tenencia y presencia de un conjunto de capitales (económico, cultural, social, simbólico) condiciona los niveles de éxito y plenitud (Dávila León, 2013), a la vez que pueden retrasar o acelerar el traspaso de la escuela al trabajo.

Algunos textos sugieren que mientras la escolaridad media atraviesa a la adolescencia, el mercado de trabajo hace lo propio con la juventud.<sup>1</sup> Un punto que resulta al menos inexacto – siguiendo a Salvia y Molina Derteano (2013) –, ya que supone que mientras el adolescente está en conflicto con su cuerpo, el joven pugna por ser adulto mediante la integración al mundo productivo.

En las últimas décadas los factores socio-políticos y económicos comprometidos en la configuración del sistema educativo nos llevan a situar la problemática bajo el prisma de la economía política de la educación. La educación y formación para el trabajo y las políticas sectoriales – sostiene Graciela Riquelme (2013) – tienen entre las cuestiones centrales a resolver la definición de la estructura de la oferta educativa y, por ende, el perfil y contenidos del currículo, situación atravesada por tensiones y contradicciones que generan incongruencias entre dos estructuras que se esperan articuladas para garantizar un tránsito armónico de los sujetos que pasan del sistema formativo al ámbito laboral.

La metamorfosis del mercado laboral impulsó un grupo de fenómenos que modificaron la condición salarial como modalidad principal

---

1 Siguiendo el criterio de la Organización Panamericana de la Salud, la adolescencia comprende el periodo de la vida que se extiende de los 10 a los 19 años, mientras que la juventud de los 10 a los 24

de integración al empleo. En las últimas tres décadas – analiza Miranda (2006) – se expandieron procesos de flexibilización y desregulación laboral que afectaron las condiciones de vida de los trabajadores y deterioraron las condiciones laborales en su conjunto. De esta manera, la desocupación y la vulnerabilización del sector del trabajo terminaron afectando a distintos grupos sociales, especialmente a los sectores de escasa inserción, como son los jóvenes, a partir de su condición de actores nuevos e ingresantes en el mercado laboral.

## **El mito del joven como eje del futuro**

Diversos escritores y organismos han escrito sobre la inserción de las generaciones más jóvenes al mundo económico y de la producción, destacándose aquellos que ponderan el gen digital de los chicos. Recientemente muchos libros de management hablan sobre la Generación Z (nacidos a principios del siglo XXI): “serán los primeros que habrán jugado en su infancia con dispositivos tecnológicos como el iPad y los smartphones, que pertenecen al mundo del trabajo. Así, los jóvenes Z tendrán ya una ventaja de capacitación y entrenamiento que anteriores generaciones”, dice Alejandro Mascó (2012), de Oxford Partners.

Este mensaje optimista (que muchas veces contiene argumentos válidos) se fragiliza hoy ante la dura realidad. Lejos de los buenos pronósticos y los casos exitosos que suelen exhibirse con frecuencia en presentaciones magistrales de jóvenes que en sus garajes han sembrado la semilla de corporaciones multimillonarias, se encuentran otros miles que no han corrido con la misma suerte.

La crisis económica iniciada en 2007 ha afectado especialmente a los más jóvenes: según datos de la OIT (2016) el desempleo golpea al 13,1% de la población juvenil (cuando el promedio mundial se acerca al 6%), a sólo una décima del máximo histórico (13,2%) registrado en el año 2013. Esto quiere decir que tras registrar una reducción de

3 millones entre 2012 y 2015, en 2016 habrá medio millón más de jóvenes en situación de desempleo en todo el mundo, es decir, un total de 71 millones.

Si bien la OIT (2016) advierte que el deterioro del empleo juvenil es particularmente agudo en los países emergentes - donde se espera que la tasa de desempleo pase del 13,3 al 13,7 por ciento entre 2015 y 2017, es decir, de 52,9 a 53,5 millones de jóvenes en situación de desempleo -, se prevé que en 2016 los países desarrollados registren la mayor tasa de desempleo de los jóvenes en todo el mundo (14,5%, unos 9,8 millones).

Europa es quizás uno de los lugares de este “mundo desarrollado” que relata OIT en donde la situación se ha revertido particularmente de la mano de la crisis financiera que se inició en 2007 y parece aún no tener fin. En algunas partes de Bruselas, la rica capital de la Unión Europea (UE), el desempleo juvenil llega al 40%. En Francia, Gran Bretaña y Suecia, uno de cada cinco jóvenes está sin empleo.

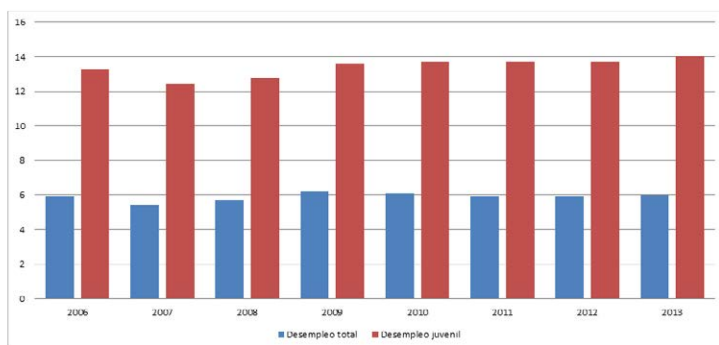
En España, donde el desempleo juvenil trepa casi al 50%, miles de jóvenes con Maestrías y Doctorados han iniciado un éxodo que los lleva a buscar trabajo en otros países más estables de la zona como Alemania, aunque también los empuja a probar suerte en economías emergentes de Asia y América Latina. El trabajo precario que convive con el alto desempleo ha llevado a bautizar a muchos de estos jóvenes como los “mileuristas”: profesionales de alta cualificación académica que no ganan más de mil euros al mes, un 40% menos que el salario medio.

En Italia, el sector empresario ha advertido a través de una carta pública a los comisarios económicos de la UE que sin mayor trabajo para los jóvenes crecerá la rebelión popular (Bocconi, 2013). Y es que allí el 40% de los jóvenes de entre 19 y 25 años no tiene trabajo. Y quien lo consigue tampoco está en una situación ejemplar: la paga

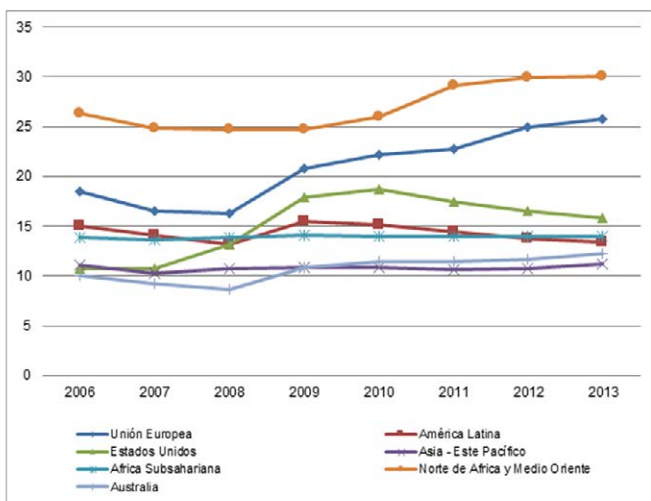
media en Italia a las personas de este rango de edad no supera los 1.100 euros, 31% menos que la de un trabajador adulto.

Estados Unidos, a pesar del repunte del mercado laboral, también siente el impacto de un problema que se globaliza: “En este país se espera que cada generación le vaya mejor que a la anterior. Ya no es así”, concluye la investigadora Caroline Ratcliffe. Su análisis es a la luz de un informe del Urban Institute que revela que los jóvenes norteamericanos están creando menos riqueza que sus padres. Esto lleva a que muchos adolescentes en Estados Unidos, y en muchas partes del mundo, tengan que vivir en la casa familiar, ya que lo que ganan no alcanza para costear la emancipación (LOWREY, 2013).

América Latina tampoco escapa al problema. En números absolutos, según la OIT, en 2015 había 8,5 millones de desempleados jóvenes en la región. Según la misma organización (2016) esta cifra aumentará hasta 9,2 millones en 2016 y seguirá creciendo hasta 9,3 millones en 2017. El desempleo juvenil llegará así al 17,1% en 2017, aunque en países como la Argentina el umbral está a punto de sobrepasar el 19%, pero en 2016.



**Gráfico 01** - Desempleo total y desempleo juvenil a nivel mundial.  
Banco Mundial (2013)



**Gráfico 02** - Desempleo juvenil por regiones. Porcentaje total de la fuerza laboral desempleada (15 a 24 años). Banco Mundial (2013)

Siguiendo a Beck y Beck-Gernsheim (2003) la consecuencia agregada de esta desestructuración social es el *desclasamiento de los jóvenes*, que ya no pueden reproducir el estatus social ni heredar la conciencia ideológica de sus progenitores. Un desclasamiento que afecta a jóvenes de todos los estratos sociales, pues “unos y otros experimentan las mismas dificultades para alcanzar o mantener el mismo estatus que ocuparon en su infancia mientras dependían de sus familias de origen”, analiza Gil Calvo (2009). De allí, que muchos de ellos opten por prolongar su dependencia familiar, aplazando su emancipación adulta hasta edades cada vez más avanzadas (GIL CALVO, 2002).

La precarización es una variable que caracteriza a la sociedad contemporánea – advierte Bauman (2012, p.172) –, en donde nadie

puede presumir ninguna garantía y todos están siendo afectados por los modelos de la flexibilización de manera oblicua: “las precarias condiciones sociales y económicas entrenan a hombres y a mujeres (o los obligan a aprender por las malas) para percibir el mundo como un recipiente lleno de objetos desechables (...) incluidos los seres humanos”.

La mayor escolarización de los jóvenes (en comparación a sus padres) no ha dado necesariamente como correlato una mejor ni mayor inserción laboral:

Para garantizar que todos los jóvenes tengan la opción de ingresar al mercado de trabajo en condiciones dignas, continuar los estudios superiores y participar plenamente en la vida ciudadana, no es suficiente con ampliar el acceso a la escuela secundaria (...). El tipo de masificación que está sufriendo el nivel medio no contribuyó suficientemente a cumplir estas metas. Desde nuestra perspectiva, la posibilidad de que la educación pueda llevar a cabo esos objetivos depende, en gran medida, de la capacidad de sostener un modelo de desarrollo que proponga a la educación como eje de un proceso de crecimiento con equidad e integración social (MIRANDA y ZELARRAYÁN, 2003, p.19).

González y Feixa (2014, p.95) ven algunas raíces de la situación en la década del 80, cuando el desajuste estructural entre el sistema educativo y el sistema laboral ya provocaba la discontinuidad de la incorporación de las nuevas generaciones al mundo adulto y, por lo tanto, amplió la agregación juvenil en forma exponencial, obligando a los jóvenes de la época a padecer y permanecer como jóvenes indefinidamente. Esta falta de oportunidades de inserción adulta, se vieron agudizadas tanto por el capitalismo dependiente, como por las situaciones coyunturales de diferentes crisis nacionales.

Es posible afirmar que existen tantos mercados laborales juveniles como grupos de jóvenes y que el tránsito de un mercado a otro resulta especialmente complejo para los sectores más excluidos.

Además de la edad, el género, pertenencia a grupos étnicos, el nivel socioeconómico, la zona de residencia (urbana/rural) y el nivel educativo, entre otros, son factores que no solo condicionan el acceso a un buen trabajo, sino que, a la par, van fortaleciendo las barreras entre los mercados laborales. Todos estos elementos se integran de diferentes formas en los diversos países, conjugando diversos niveles y factores determinantes de la exclusión (ABDALA RICHERO, 2013).

Incongruencias como las que plantea el mundo laboral hace que las transiciones juveniles o pasos de status hacia la adultez ya no estén garantizados. El joven – analiza Bendit (2013) – se encuentra con que en la sociedad posmoderna existe una pluralidad de modelos de vida y una individualización de las formas de organizar la propia biografía respecto de las cuales debe optar. En consecuencia, la sociedad ya no presenta un ideal hacia el que orientarse en la vida, lo que obliga a los jóvenes a tener que improvisar su propia biografía.

Gil Calvo (2009) descubre en esta problemática un hito respecto a generaciones anteriores: ahora los empleos y los salarios están cada vez más desconectados de los méritos académicos y profesionales, lo cual pone en crisis la meritocracia propia de la sociedad industrial. La consecuente intransitividad tiene efectos directos sobre el trabajo (abandono temprano por incongruencias institucionales) y la educación (abandono de los estudios), pero también se derrama hacia otros ritos como el matrimonio, la vida en pareja y hasta la titulación académica, de rápida devaluación y amortización en épocas de cambios tecnológicos y sociales recurrentes:

Es ahora el mercado el que adquiere la primacía a la hora de discriminar el éxito y el fracaso de la emancipación juvenil. Un mercado tan desigual como la vieja familia clasista o la nueva familia intercultural, pero mucho más ciego, cruel, injusto, volátil, imprevisible y despiadado que cualquier red familiar (...). En consecuencia, los jóvenes dejan de obsesionarse por la búsqueda inalcanzable de un destino último cuyo control se les escapa y, como en la fábula de la zorra y las uvas, optan

por adaptarse inmediatamente a lo que aquí y ahora encuentran a mano, que son las transitorias y ahora intrascendentes transiciones juveniles, para las que el mercado les provee con toda suerte de estilos de vida publicitados como signos de identidad banal (GIL CALVO, 2009, p.14-5).<sup>2</sup>

## **Las TIC como vía de escape**

La crisis de previsibilidad e incertidumbre imprime cambios en los modos de entender las juventudes (en plural por su eminente diversidad y complejidad), en comparación a cómo lo hacíamos hace un par de décadas atrás.

Actualmente diversos estudiosos de las problemáticas juveniles coinciden en contraponer las características centrales del modelo hegemónico vigente durante la segunda posguerra con los rasgos preponderantes del modelo societal contemporáneo (ODDONE, 2013), a partir de lo cual es posible identificar ciertas transformaciones que afectan al modelo industrial-salarial de finales de siglo veinte y dan a paso a tres disrupciones clave: la des-institucionalización, des-cronologización e individualización de las trayectorias de vida. Poner en tensión estas tres categorías permite contrastar y desbaratar el tradicional ciclo de vida tripartito de la sociedad industrial (adolescencia-adulterez-vejez), al plantear trayectos cada vez más aleatorios e imprevisibles.

Estas y otras transformaciones permiten identificar el nacimiento de una nueva condición juvenil, que emerge de la crisis de las dos instituciones tradicionales de transmisión de la cultura legítima: la educación y el empleo, quedando los grupos familiares como principal sostén estructural y subjetivo del tránsito hacia la vida adulta. Esta nueva condición tiene como atributos centrales, por un lado, la fuerte

---

<sup>2</sup> En este escenario, importa – solo mencionar por ahora, para luego profundizar en próximos capítulos – el rol de las industrias culturales, que han consolidado sus dominios en los jóvenes mediante una conceptualización activa de los sujetos, abriendo y desregulando el espacio para la inclusión de la diversidad estética y la ética juvenil (REGUILLO, 2012, p.41).



autonomía individual referida principalmente a aspectos emocionales y afectivos y, por otro, al retraso en la emancipación económica del grupo familiar de origen, vinculado a la escasez de oportunidades laborales, entre otros factores (MIRANDA, 2006, p.17-18).

Nestor García Canclini (2004, p.176) concluye que de la relación entre tecnología, sociedad, cultura y economía emerge, al mismo tiempo, una nueva temporalidad, cada vez más efímera y descartable: “las políticas industriales que vuelven inservibles los artefactos electrónicos cada cinco años (...) lo hacen simulando que ni el pasado ni el futuro importan. Logran convertir la aceleración y la discontinuidad de los gustos en estilo de vida permanente de los consumidores”. De allí -agrega el autor- que resulte lógico que las culturas juveniles se consagren al “hiperpresente”, ante las dificultades de saber qué hacer con el pasado o con el futuro.

La disolución del ciclo de vida tripartido puede entonces entenderse desde la irrupción del digitalismo y la Sociedad Red (CASTELLS, 2001), a partir de la cual el espacio de los flujos disuelve el tiempo al romper el orden de desarrollo de los acontecimientos, volviéndose simultáneos y favoreciendo la arritmia social. También existen claves de este desencastamiento en la modernidad líquida de Bauman (2013, p.17) – en donde ninguna de las etapas consecutivas de la vida social es capaz de mantener su forma durante un tiempo prolongado – o la idea acerca del “tiempo impaciente” y las sociedades en constante devenir de Georg Simmel (1988).

En cierta forma, añade Feixa (2014, p.325), se trata de una evolución de las temporalidades que sigue las metáforas sobre los estados de la materia utilizadas por Bauman (2007): de la sociedad moderna (analógica) en estado sólido se pasó a la sociedad posmoderna (digital) en estado líquido; ahora se pasa a la sociedad “hipermoderna” o “hiperdigital” en estado gaseoso.

Es en el ámbito de las expresiones culturales (frecuentemente con algún componente digital en juego) donde los jóvenes se vuelven hoy visibles como actores sociales de manera privilegiada, coyuntura a partir de la cual han aprendido a tomar la palabra a su manera y reapropiarse de los instrumentos de comunicación. Es por eso que las identidades juveniles no pueden pensarse al margen de las transformaciones en las coordenadas espacio-temporales de una Sociedad Red que ha madurado (REGUILLO, 2012), en la que las características del digitalismo se intensifican y expanden por diversos nichos sociales y geográficos.

Es así que algunos jóvenes se ven en la encrucijada de ensayar sus propias formas de organización y adaptación a un mundo que no tiene mucho para ofrecerles. Con la potencia de las tecnologías digitales, las generaciones recientes están configurando renovadas modalidades de comunicación, gestión y organización de actividades de diverso alcance y complejidad. Esta reacción no sólo está motivada por las dificultades para conseguir empleo; se configura también como una disidencia que surge del descontento con los modos hegemónicos de organizar el mercado, de la indignación o de la simple búsqueda de caminos más creativos y compatibles con las innovaciones tecnológicas (GARCÍA CANCLINI, 2012).

“Los que tienen veintitantos años están aprendiendo que largas jornadas y bajos sueldos caracterizan el inicio de una carrera en los campos creativos. La recesión en los Estados Unidos hace difícil conseguir un primer empleo, donde centenares de aspirantes compiten por pasantías no rentadas en las que se espera que estén a disposición, teléfono inteligente en mano, para twitear y representar a la compañía a todas horas”, comenta Teddy Wayne (2013).

Un estudio reciente realizado en México, que coincide parcialmente con otros desarrollados en Barcelona, Londres y Madrid,

analiza cómo los emprendedores culturales encuentran en el arte, el diseño y la comunicación una salida no tradicional a los mercados que tienden a excluirlos o tomarlos en precarias condiciones. Los llamados “trendsetter” hábiles para combinar el capitalismo conectivo y la incertidumbre, se destacan por sus modos novedosos de desplazarse del consumo al acceso, de la realización de carreras a proyectos inestables (GARCÍA CANCLINI y URTEAGA, 2012).

Algunos especialistas inscriben este fenómeno en el marco de la irrupción de una “economía creativa”, que en Estados Unidos y Europa llega a contener al 25% o 30% de la fuerza laboral (GARCÍA CANCLINI y URTEAGA, 2012). La mutación es comparada con la que se vivió al pasar de una economía agrícola a una industrial, sobre la base de una transformación que algunos autores asocian a la inteligencia del conocimiento y la creatividad (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2002; SENNET, 2006; FLORIDA, 2002).

Y es que ante la incertidumbre y la fuga del futuro los jóvenes terminaron elaborando sus propias formas de organización que “actúan hacia el exterior como criterios de protección y seguridad ante un orden que los excluye y, hacia el interior, como espacios de pertenencia y adscripción identitaria, a partir de los cuales es posible generar un sentido compartido sobre un mundo incierto”, define Reguillo (2012, p.13).

La discusión de fondo aquí es la precaria relación que tienen los jóvenes con el futuro (GARCÍA CANCLINI, 2012, p.29), un “futuro tan incierto que es mejor vivir al día”,<sup>3</sup> en el que “fijarse objetivos remotos” y “sacrificar el presente” en nombre de la incertidumbre no resulta una respuesta atractiva ni sensata, al menos no tanto como “viajar livianos” en un mundo en el que el futuro es, en el mejor de los casos, oscuro, borroso, peligroso y lleno de riesgos, según lo entiende Bauman (2012, p.173).

---

3 Esta fue la frase preferida por más de la mitad de los entrevistados en la Encuesta Nacional de Juventud realizada en México, en 2005.

A continuación pondré en juego algunas de las variables y discusiones hasta aquí exploradas y las ubicaré en el plano de la producción agropecuaria. Me serviré de algunos resultados preliminares de una investigación que vengo desarrollando en algunos países de América y Europa desde el año 2013 <sup>4</sup> para describir de qué manera la confluencia de problemas de inserción e incongruencia juvenil en el agro se han podido revertir (en algunos casos) de la mano de estrategias de inserción sostenidas en las TIC.

Escoger al agro como espacio de análisis permite incluso desmitificar cierto relato acerca de lo rural como terreno del estancamiento o el retraso; en comparación con la ciudad, como epicentro de la modernidad. Este contraste se conecta con los cambios sociales, económicos, políticos y medioambientales que afectan a la agricultura y al medio rural y que redefinen nuevas demandas de la sociedad, al mismo tiempo que el surgimiento de una nueva estructura de oportunidades.

Los pequeños y medianos productores agrícolas, especialmente los grupos históricamente desplazados – como los pueblos indígenas, los pequeños productores, las mujeres, los jóvenes, entre otros actores –, encuentran en estas oportunidades que ofrece el nuevo auge de la ruralidad, importantes espacios de desarrollo económico y de organización para aumentar sus niveles de participación económica, social, cultural y política y, consecuentemente, su nivel de vida. Esta nueva lectura de la ruralidad también ofrece a los productores

---

4 El trabajo de investigación se enmarca dentro del proyecto de tesis doctoral que realicé con el apoyo del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA). Se trata de una investigación teórica-empírica, de corte cualitativa, cuyos objetivos son explorar las modalidades comunicacionales de los jóvenes de la empresa agropecuaria familiar e intentar comprender las transformaciones que éstos pueden estar desplegando a partir de las TIC, a partir de un proceso inductivo de producción de conocimiento. Para indagar estas categorías se realizaron entrevistas y talleres con unos 200 actores vinculados a la problemática, como así también con otros individuos relevantes a los fines de los objetivos de investigación propuestos. El trabajo de campo se desarrolló durante los años 2013 y 2014 en Argentina, Estados Unidos, España e Italia.

agrícolas grandes, y a las cadenas agroproductivo-comerciales, espacios de responsabilidad, compromiso y participación (Jiménez Trejo, 2008) que deben repensarse también a partir de las nuevas coordenadas a las que vengo haciendo referencia.

Como línea de base vale la pena mencionar que, como en muchos otros sectores de la economía, las nuevas generaciones de productores no sólo incorporan las TIC a su actividad diaria, cambiando incluso muchos de los modos tradicionales de hacer y vivir la agricultura, sino que también tienen una particular forma de deambular entre lo rural y lo urbano, en cuyo tránsito los teléfonos móviles, en especial, se constituyen como una excelente plataforma para conectar la “rurbanidad”, un concepto clave que ayuda a entender este tipo de espacios híbridos en donde lo rural y lo urbano son parte de una misma complejidad.

De lo expuesto no debe deducirse ninguna conclusión tecnocentrista que vaya a abonar ciertas afirmaciones apresuradas que ubican a las TIC como la solución salvadora de todos los problemas del hombre. Se trata de ofrecer un panorama que permita comprender mejor cómo las TIC están impactando en la agricultura, focalizando en el rol que está jugando la juventud en un escenario complejo donde las transformaciones sociales están al mismo tiempo reconceptualizando las formas de hacer agricultura y redefiniendo trayectorias sociales, económicas y culturales de las sociedades en contextos híbridos.

A continuación presento tres puntos relevantes del caso mencionado: (1) las formas de entender la juventud en el mundo agropecuario; (2) las trayectorias comunicacionales y sociotécnicas que se derivan de ese panorama en el que las juventudes del agro se encuentran; y, por último, a modo de integración y resumen, (3) algunos cambios que se despliegan a partir de las TIC en el ámbito de la empresa agropecuaria familiar.

## Distintos significados de la juventud conviviendo

Definir la juventud en épocas de transformaciones constantes puede resultar una empresa difícil de lograr. El trabajo de campo realizado en Argentina, España, Italia y Estados Unidos da cuenta de diversos significados conviviendo en una misma realidad compleja. A partir de las entrevistas y talleres realizados con productores y representantes de diversas organizaciones vinculadas al sector del agropecuario y/o de los jóvenes, es posible clasificar dos grandes grupos de significaciones o imaginarios en torno a los jóvenes en el agro: (1) la que construyen los adultos y (2) la que conciben los jóvenes.

### 1. Los jóvenes según los adultos

- En las organizaciones y sujetos mayores de 35 años consultados que están involucrados de alguna manera con empresas de la agricultura familiar, prevalece un enfoque tradicional sobre las juventudes y los jóvenes:
- La juventud es considerada como un curso biológico de tres pasos consecutivos: niñez, adolescencia, adultez.
- Consecuentemente existe un periodo estandarizado para ser joven que puede oscilar entre los 8 y los 15 años o entre los 15 y los 25, de acuerdo a lo relevado.
- En promedio, existe una idea sobre que la gente joven no pueden organizarse efectivamente o bien son poco efectivos para arreglar sus propios problemas; por ello este grupo considera que los jóvenes necesitan ser conducidos por los adultos para aprender sus patrones o modelos de vida y repetir o adaptar las “buenas prácticas” en sus trayectos de vida.
- Ser productor agropecuario es algo que básicamente se pasa de generación en generación. Para este grupo, en las ciudades se encuentran los consumidores de alimentos y en el campo se encuentra el único motor del recambio generacional del agro. Es por ello que muchos de los adultos consultados asignan a la juventud agropecuaria el rol clave y determinante del cambio

generacional en el campo como así también la responsabilidad de continuar con las tradiciones familiares. Abandonar la empresa familiar o el campo suele ser visualizado como una gran frustración, principalmente para los padres. Algunas de las organizaciones consultadas se encuentran dedicadas a encontrar estrategias posibles que permitan retener a los jóvenes en el mundo agropecuario, incluso cuando saben que muchos de ellos no quieren o no encuentran el escenario apto para quedarse y continuar con la actividad familiar.

- Educación, liderazgo y compromiso cívico son las temáticas priorizadas por los programas de intervención imaginados por los adultos para los jóvenes. El recambio generacional es la gran preocupación.
- En este escenario, las TIC son consideradas como una “mala influencia” para los jóvenes. Los adultos a menudo piensan que los móviles, computadoras y otros dispositivos los distraen y reducen la comunicación interpersonal. Usualmente piensan que las TIC están desconectando a la sociedad y promoviendo una comunicación menos humanizada. Las TIC aparecen en consecuencia como un recurso que necesita ser moderado y controlado. Algunos adultos creen que es importante (y posible) “educar” a la juventud acerca de los usos correctos de estas tecnologías.

## **2. Los jóvenes por los jóvenes**

En las organizaciones y sujetos menores a 35 años, puede visualizarse un segundo grupo de concepciones y significados acerca de ser joven:

- La juventud es considerada como una construcción social y compleja, que no depende solamente de la condición etaria. Se identifican diferentes factores socio-culturales que influyen la construcción de esta categoría, como la diversidad, las biografías personales, el contexto político, el marco familiar, entre otros.

- Consecuentemente, para este grupo, no existe una sola manera de ser joven en la actualidad. Esto lleva a comprender a los jóvenes en el amplio rango que puede ir entre los 10 y hasta los 40 años. La entrada y salida puede estar determinada por la emancipación familiar, lo cual puede suceder en diferentes rangos etarios.
- Los jóvenes creen posible conducir su trayecto de vida a propio gusto y bajo su responsabilidad, quizás tomando en consideración algunas buenas experiencias de quienes los antecedieron, aunque sin repetir modelos del pasado, cuestión que aparece como bastante resistida.
- Trabajar en el campo es algo que los jóvenes creen totalmente posible, sólo si les interesa o encuentran el lugar para desarrollarse con algunas “libertades mínimas”. A la gente joven consultada no le preocupa el recambio generacional; creen que no hay motivos para preocuparse puesto que ellos visualizan el ingreso de nuevos actores constantemente, quizás no en cuantía o de manera tan lineal como los adultos estaban esperando.<sup>5</sup> En consecuencia, ser productor familiar se trata de una elección personal, algo que incluso los sujetos pueden aprender por sí mismos o practicar incluso sin la necesidad de experiencia previa o tutoría familiar.
- Medioambiente, redes sociales (en el sentido humano) y derechos civiles son los temas que prevalecen en los programas pensados por jóvenes para jóvenes. Desempleo, democracia, equidad social, corrupción, conectividad y contaminación son las principales preocupaciones.

---

5 Aquí se destaca la incursión de muchos habitantes de las ciudades en el agronegocio (el efecto neorural). Con matices, esto fue observado en los tres contextos estudiados: en Estados Unidos miles de jóvenes se están mudando al campo en búsqueda de mejor calidad de vida; en España es la difícil situación económica la que está empujando a los jóvenes al agro, uno de los sectores menos afectados; y en Argentina se identifican ambas situaciones.



- Para los jóvenes no hay mucho que discutir y aprender acerca de los efectos y usos de las TIC en el mundo contemporáneo. Ellos consideran a estas tecnologías como una herramienta incorporada generacionalmente, que puede ser útil para diversos propósitos. Lejos de considerar a las TIC como responsables de desconectar a los seres humanos, los jóvenes consultados creen que las tecnologías están moldeando nuevas formas de socialización y organización, diferentes de décadas anteriores, pero no por eso “menos humanas”. En este contexto, las TIC pueden (y deben) ser usada para potenciar las prácticas sociales. En lugar de pugnar por espacios de formación tecnológica, las organizaciones de jóvenes piden incrementar el acceso libre a la información y mejorar la conectividad.

Respecto de esta última controversia, vale mencionar la reflexión de Morduchowicz (2012, p.15-16): “la incidencia de las nuevas formas de comunicación en la identidad adolescente y en su vida social es ciertamente muy importante en la medida en que (...) generaron una nueva forma de socialización juvenil. Sin embargo, en ningún caso el chat o las redes han anulado la vida social de los adolescentes. Por el contrario, les ofrecen canales alternativos que se complementan con los tradicionales espacios de encuentro (...) Todo lo que se obtiene de Internet se termina de validar en el mundo de las relaciones persona a persona.

Winocur (2006) agrega que “los intercambios virtuales no debilitan ni reemplazan las formas de encuentro y de sociabilidad tradicionales. Más bien pueden ubicarse como estrategias de reforzamiento y recreación de estos vínculos en el espacio virtual”. En todo caso, lo que habría que considerar es que internet y los dispositivos móviles son las tecnologías que atraviesan a los jóvenes de hoy, así como los jeans fueron el fetiche de los 50, los discos de vinilo en los 60, la

Polaroid SX-70 o la consola de juegos Atari en los 70, el Walkman en los 80 y el reproductor de CD en los 90. Muchas veces la función ha sido la misma (comunicarse, mostrarse, divertirse), sólo que cambia el contexto socio-histórico-cultural, el dispositivo y la tecnología.

## **Trayectorias socio-técnicas en el agro**

La tecnología móvil, recientemente, ha permitido el ingreso de millones de personas al mundo interconectado. América Latina es una de las regiones del mundo en donde más acelerado es este crecimiento: con alrededor de 150 millones de nuevos suscriptores de internet móvil estimados para el año 2020, casi un 50% más que en 2015, el ecosistema móvil de la región “está generando nuevas oportunidades para el crecimiento económico, la innovación y un entorno próspero para estimular el surgimiento de start-ups locales”, destaca GSMA (2016) en un reciente informe.

Las redes sociales cautivan a personas de todas las edades y geografías. La señal de internet se caza en cafés, plazas, colectivos, escuelas del campo y la ciudad, mientras nos movemos por una ruta. Es por eso que en el campo de las TIC (aunque también en muchos otros) buscar diferencias entre lo urbano y lo rural casi no tiene mucho sentido.

La explosión de las conexiones a través de la red no sólo ha cambiado la manera de interactuar en las grandes ciudades. También las zonas rurales están siendo transformadas por la aparición de estas herramientas tecnológicas. Por sólo citar los contextos observados en la investigación aquí presentada: Estados Unidos tiene una de las mejores integraciones de los espacios rurales y urbanos con la conectividad móvil; las leyes españolas obligan a las empresas de telecomunicaciones a ofrecer conexión a teléfono e internet a los pequeños pueblos y otras poblaciones dispersas; y en San Luis, provincia del

centro-oeste argentino, incluso cuando la infraestructura tecnológica es pobre, el Estado garantiza el acceso a WiFi por Ley a todas las poblaciones mayores a 20 habitantes.

Un indicio de la popularidad que adquirieron las redes sociales en el campo es la aparición de sitios específicamente pensados para productores agrarios. A finales de 2011 el Cono Sur tuvo su propia red social rural: *Sojabook*, un sitio creado por el argentino Mariano Torrubiano, que mezcla modalidades de dos de las redes sociales más populares del mundo, Facebook y Twitter. En sólo unos meses el sitio atrajo a más de 13.000 usuarios. Torrubiano ha dicho a BBC Mundo (2012) que redes sociales como la suya están transformando la vida de muchos productores rurales, permitiendo un contacto entre campesinos de todo el mundo que hace pocos años hubiera sido imposible y cambiando la forma de trabajar de muchos (SMINK, 2012).

El portal informativo para el agro catalán *Rural.cat*; la feria virtual de productos, artesanías y servicios para la agrofamilia creada por el grupo de AgroTics del INTA de Corrientes;<sup>6</sup> la red de intercambio de información “Yo Agricultor”, impulsada por el Gobierno de Chile;<sup>7</sup> y la red de novatos agropecuarios en Estados Unidos,<sup>8</sup> son otros ejemplos que se suman a una extensa lista de experiencias sostenidas en TIC y que tienen como protagonistas a los actores del mundo agropecuario.

Como tantos otros productores agropecuarios de la Argentina, Ricardo, de 59 años, elige un Smartphone como su tecnología favorita ya que le permite gestionar sus negocios a distancia, sin importar en dónde se encuentre. “Antes de mi incorporación al mundo tecnológico, uno de los problemas que veía era el aislamiento que

---

6 <http://feriavirtual.inta.gov.ar>.

7 [www.yoagricultor.cl](http://www.yoagricultor.cl)

8 [www.thegreenhorns.net](http://www.thegreenhorns.net)

vivía el productor agropecuario al estar mucho tiempo en el campo. Ahora tenemos la posibilidad de estar trabajando online mediante el uso de estas tecnologías”, opina el productor del centro de la provincia de San Luis.

Una pareja joven (de 25 años) de productores porcinos de Cataluña han distribuido antenas Wifi en su finca, no sólo para permanecer conectados siempre sino también para potenciar el intercambio y procesamiento de información que producen sus animales, que con el chip que llevan en sus orejas, hacen posible un sistema de trazabilidad productiva y sanitaria disponible en tiempo real, lo cual hace más eficiente la empresa familiar. Algo similar a lo que Peter (de 33 años) implementa en su tambo del oeste del Estado de Washington, lo cual permite monitorear producción y alertas sanitarias desde su teléfono inteligente.

Investigaciones del INTA (2007-2013) revelan que el consumo de internet en los actores de la ruralidad viene creciendo paulatinamente en los últimos tiempos. De las entrevistas y talleres realizados se logró detectar que a principios del nuevo siglo, cuando reinaban aún las computadoras de escritorio, los más jóvenes fueron quienes se encargaron de introducir a sus padres, abuelos y tíos al mundo de internet. Navegar la web se había convertido en una actividad familiar, que en algunos sectores de la población aún continúa vigente. Luego, con el auge de las computadoras portátiles, muchos de estos adultos (principalmente de estratos medios de la sociedad) se animaron a navegar por cuenta propia, aprovechando la creciente plataforma digital, que se extendió no sólo por los centros más urbanizados sino también en muchas poblaciones pequeñas.

En los últimos años, las redes sociales primero, la internet móvil después, hizo que muchos productores agropecuarios trasladaran al

teléfono móvil muchas de las aplicaciones que hasta ese momento realizaban en un escritorio, cuestión que logra conectar las tres experiencias observadas, aunque con lógicos matices: Blackberry fue para muchos la primer herramienta de conectividad en la Argentina rural; Tablets y laptops en Cataluña; mientras que los Smartphones con acceso 3G marcaron la incursión de los sujetos productivos en Estados Unidos, con amplia cobertura móvil en sectores rurales. Pareciera entonces que el avance de la internet móvil (cada vez con mayor alcance) está terminando por acercar la brecha entre las ciudades y el campo, lo cual no descarta que aún reste por hacer un enorme trabajo para llegar a la “inclusión digital” de la ruralidad.<sup>9</sup>

Una brecha que también se estrecha y hasta se hace invisible no sólo cuando hablamos de tecnología. Desde hace unas décadas se suceden diversos cambios sociales en el ámbito agropecuario que han modificado las dinámicas tradicionales de la ruralidad: muchos habitantes urbanos comienzan a interesarse en el negocio del campo y, a la inversa, muchos agricultores comienzan a mirar con simpatía la idea de mudarse a los asentamientos urbanos. Junto a esto, se produce lo que Edelmira Pérez (2001, p.25) define como una “revaloración de lo rural”, es decir, la visión de lo rural como una nueva, aceptable y mejor alternativa de vida.

En este sentido vale detenerse en el concepto de *rurbanidad* que actualmente trabajan docentes e investigadores de la Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC), en Argentina. Gustavo Cimadevilla y Edgardo Carniglia (2009, p.11) hablan de “procesos de rurbanización”

---

<sup>9</sup> Por supuesto que aún resta mucho por hacer. El gran desafío pasa por continuar incrementando la inversión privada y pública para extender la red móvil e inalámbrica en muchos sitios rurales que hoy no tienen cobertura ni siquiera de telefonía. Incluir a los sectores más pobres y vulnerables, los productores más chicos, aparece como otro de los grandes problemas a solucionar. A pesar de esta realidad, Google ha proyectado que en algunos países de América Latina la penetración de los smartphones podría llegar al 70% en la próxima década. Una de las claves descansa en la reducción de los costos por los servicios de internet móvil.

de la sociedad en tanto procesos en los que lo urbano se mezcla con lo rural y lo rural se mezcla con lo urbano. Siguiendo a Gurvitch (1969), agregan los autores (2009, p.15), postular la interpretación de contrarios en la relación urbano-rural y rural-urbano supone afirmar que la predominancia de un polo sobre el otro no inhibe un proceso contrario.

Históricamente, en la polis se encontraba la “política del buen gobierno” y las buenas costumbres urbanas y la lógica marcaba un proceso de expansión que iba de la ciudad al campo, de lo urbano a lo rural. Desde esta cosmovisión, lo rural, por el contrario, hacía referencia a la dinámica de un proceso opuesto a la estructuración de peddaños ascendentes. Paralelamente, el pensamiento social del siglo XX giró en torno al reconocimiento de las estructuras económicas, sociales y políticas y a postular a la sociedad como un gran sistema de relaciones y funciones donde urbe y campo cumplen papeles diferentes (CARBONARI, In CIMADEVILLA y CARNIGLIA, 2009). El imaginario ubicaba entonces al retroceso en lo rural y al progreso en la ciudad, otro presupuesto erróneo de la difundida modernidad.

Nestor García Canclini (2003, p.69) explica que la dicotomía clásica urbano/rural llevó a concebir a la ciudad como todo aquello que no es campo. Raymond Williams (2001), por su lado, añade que campo y ciudad son sólo dos tipos de asentamientos humanos, entre muchos otros, cuya definición por contraste es una de las formas en que se toma conciencia de la experiencia. Propone que la polarización sobre la cual se asentaron algunas definiciones históricas, se quiebra al considerar que ambas realidades están vinculadas en una historia común de modo que uno y otro se impactan mutuamente. En este sentido, Cimadevilla (2000) asegura que la sociedad tuvo que ser primero conscientemente urbana para reconocer la existencia de su otro lado, el rural (KENBEL, in CIMADEVILLA y CARNIGLIA, 2009, p.43-44).

Lo rurbano “ya no es el fenómeno de los actores, situaciones y prácticas que en ambientes y espacios rurales se impregnan de dispositivos, hábitos y códigos urbanos como los descritos en las nuevas ruralidades de la “pluriactividad” (...) sino que es el caso de los actores y situaciones que en ambientes cotidianos recurren a la emergencia de los saberes, valores, prácticas y dispositivos que por asociación típica fueron y son considerados rurales (...) La rurbanidad a la que nos referimos, puede entonces postularse como una condición social emergente y resultante de una diversidad de procesos de interpenetración y coexistencia de contrarios”, concluyen Cimadevilla y Carniglia (2009, p.16).

### **Cambios desplegados por los jóvenes a partir de las TIC en la empresa agropecuaria familiar**

En la mayoría de los jóvenes contactados, las TIC ocupan un rol relevante y crucial en su vida. No resultará extraño entonces comprender que estas tecnologías también son parte de sus trayectorias laborales, con lo cual pueden pensarse en que a partir de las TIC los jóvenes están introduciendo cambios en algunos modos de gestionar la empresa agropecuaria familiar, obviamente, en los casos que la estructura familiar ha favorecido o contenido su inserción.

Cualquiera sea el rol que los jóvenes ocupen dentro de la empresa familiar, el análisis de las entrevistas y talleres realizados hace evidente cómo estos actores están introduciendo – muchas veces por primera vez – las TIC en el agro, complementando antiguos con nuevos modos de hacer y entender las cosas. Los siguientes son algunos de los puntos sobresalientes del trabajo de campo en tal sentido:

- Por un lado, los jóvenes están aportando entrenamiento a los adultos, convirtiéndose así en una especie de “mediadores tecnológicos”, facilitando el acceso a una amplia variedad de herramientas a generaciones anteriores.

- A partir de las TIC, tanto jóvenes como adultos están encontrando salidas más eficientes para el monitoreo y planificación de la producción. Si bien el acceso a estas tecnologías sigue dependiendo del poder adquisitivo de los productores, lo cual suele excluir a muchos campesinos pequeños, la paulatina reducción de costos de ciertos dispositivos, tecnologías y servicios está abriendo un mundo de posibilidades a un número cada vez más importante de personas. De hecho, hoy es posible realizar una serie de actividades de complejidad moderada con un Smartphone de gama media, al que muchos tienen acceso.
- Si bien la conectividad sigue limitando el desarrollo pleno de este tipo de herramientas en el campo, ciertas aplicaciones ya permiten gestionar información de manera offline que luego terminan de procesarse cuando los dispositivos logran conectarse. La movilidad permanente de la ciudad al campo hace que esto sea posible sin muchas complicaciones. Una limitante importante, en consecuencia, no está determinada tanto por la conectividad sino por la disponibilidad de software y aplicaciones que sean capaces de desenvolverse en estos contextos de conectividad inestable o limitada.
- Las generaciones más recientes conciben lo rural y lo urbano como espacios complementarios, más que opuestos, favoreciendo la concepción de espacios híbridos y contribuyendo a la reconfiguración socio-territorial de la empresa agropecuaria familiar. Más que rurales, estos jóvenes se conciben como agropecuarios, puesto que no pertenecen a un contexto determinado: recorren multitrayectorias, deambulan de la ciudad al campo y del campo a la ciudad, están en permanente movimiento.



- Las TIC están jugando un rol clave en conectar esta “rurbanidad”. Los teléfonos móviles aparecen como la principal herramienta utilizada por los jóvenes para navegar en estos espacios híbridos. Estas herramientas les permiten conectarse directamente no sólo con los familiares implicados en el agro-negocio sino que también con operarios y proveedores, a la vez que gestionar información en tiempo real y desde cualquier sitio. La conexión inalámbrica permite saltar fácilmente algunas restricciones geográficas y alimentar nuevas formas de gestión y organización de la producción agropecuaria en la empresa familiar.
- Asimismo, no sólo los teléfonos móviles están introduciendo transformaciones en el modo de trabajar en el campo. Si tomamos las herramientas tecnológicas aplicadas a la denominada “agricultura de precisión”, puede identificarse un importante desplazamiento que va de los dispositivos de geoposicionamiento, como el GPS o los sensores infrarrojos, que fueron los primeros en producir información y automatizar algunos procesos en terreno, a las posibilidades que abren hoy los vehículos automatizados no tripulados, como los drones, que funcionan con energía limpia, y proveen gran cantidad y calidad de información en tiempo real, lo que permite la toma de decisiones rápidas.<sup>10</sup>
- La web, las redes sociales y otras aplicaciones con fines similares, no sólo actúan en el plano de lo recreativo e informacional; también es posible identificar implicaciones socio-generacionales y narrativas.

---

10 La información obtenida (imágenes multiespectrales) en la planificación agrícola está relacionada con el análisis de la cobertura, composición y estado ó vigor de los cultivos a través del Índice de vegetación de Diferencia Normalizada (NDVI), lo que permite estimar la actividad fotosintética y posibles carencias fisiológicas, como así también ayudan a establecer un diagnóstico de nutrientes y el cálculo de la dosis de fertilización en los cultivos.

- Por un lado, las redes sociales, principalmente, se están configurando en ciertos casos como plataformas intergeneracionales de integración y comunicación, en donde jóvenes y adultos forman parte de redes de trabajo, recreación y comunicación.<sup>11</sup>
- Paralelamente, nuevas narrativas del agro emergen en la era digital. En las tres experiencias observadas, las TIC están proveyendo diferentes oportunidades para hacer más visible el trabajo agrario. La web y Facebook, principalmente, ofrecen canales directos y desintermediados en donde los productores pueden contar cómo producen y qué ofrecen.<sup>12</sup> Por primera vez, muchos productores están pudiendo contar su propia historia. Esta situación provee a los consumidores de alimentos acceso al detrás de escena y a involucrarse con la historia humana y social detrás de los productos de consumo diario. Por su lado, los productores están descubriendo nuevas herramientas de comercialización. En consecuencia, las narrativas de la producción agropecuaria se renuevan, a partir de cierta re-apreciación de lo rural, potenciada por el poder de las herramientas digitales.

## A modo de cierre

Ante los grandes desequilibrios e injusticias del mundo contemporáneo, la sociedad experimenta un nuevo momento cultural en el que “pasado y presente se reconfiguran a partir de un futuro incierto” (REGUILLO, 2012, p.50), coyuntura en la que los jóvenes “han puesto en crisis las gramáticas nacionales, las retóricas oficiales y los lamentos

---

11 Un ejemplo de esto es el espacio de intercambio que gestionan los jóvenes de la Sociedad Rural de San Luis ([facebook.com/ateneo.j.sanluis](https://facebook.com/ateneo.j.sanluis)) o el canal de Twitter de los Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola ([https://twitter.com/movimiento\\_crea](https://twitter.com/movimiento_crea)), ambos en Argentina.

12 Algunos ejemplos son: Dansdahlias.com, un portal de venta online de flores en el Estado de Washington; Lagarbiana.cat, el portal de un grupo de jóvenes catalanes que comercializan harinas ecológicas; y la Feria de Productos de la Huerta y Regionales que organiza el Municipio de Juana Koslay, en el centro de San Luis (<https://www.facebook.com/profile.php?id=100003156766197&ref=ts&fref=ts>).

apocalípticos”, moviéndose rápidamente hacia la “micropolítica” (REGUILLO, 2012, p.15), estrategia que transcurre día a día, a espaldas de las organizaciones ciegas y sordas, en las pequeñas y grandes movilizaciones, tomando el espacio público por asalto, confiriendo a la agencia juvenil un potencial de cambio.

En este contexto, las claves del futuro desarrollo de los jóvenes tendrán que estar vinculadas no sólo al fortalecimiento y diversificación de las políticas locales de juventud sino también a su dinamización, reconocimiento público y la ampliación de la participación democrática, como así también la legitimación institucional de estas instancias (Balardini, 2005).

La acumulación de desencantos actuales no sólo genera escepticismo; también nos deja un mundo en fragmentos, despedazado y sin continuidad histórica. En este punto es donde García Canclini (2004, p.179) advierte sobre los riesgos que implica no prestar atención al desahucio juvenil: “no podemos esperar que los jóvenes, y como vemos tampoco que muchos adultos, se interesen por gestionar responsablemente el tiempo social si las únicas políticas que se ofrecen es achicando el futuro y vuelven redundante el pasado (...) El malestar de los jóvenes es el lugar donde todos nos estamos preguntando qué tiempo nos queda”.

El camino teórico y empírico aquí presentado ayuda a ratificar no sólo la inexistencia de un modo homogéneo y unívoco de entender a las juventudes y sus problemáticas asociadas, sino también permite visualizar la coexistencia de diversas formas y niveles de penetración e incursión de las TIC en un contexto particular de la economía y la producción (la agropecuaria), pero que al mismo tiempo puede conectarse con otros.

Los cambios observados afectan sobre todo los modos de organizar pero también de vivir la empresa, más que las prácticas productivas. Y es que las nuevas generaciones valoran la rentabilidad de la incursión de las TIC en términos distintos que sus predecesores. Aún cuando no proveen saltos económicos altamente diferenciales, las tecnologías sí permiten disponer de mayor y mejor información para la mejor toma de decisiones y la optimización de la planificación. Paralelamente, la autogestión favorece el teletrabajo, lo cual permite reducir el tiempo de permanencia en el terreno, haciendo compatible el trabajo con otras actividades (aspecto característico de las nuevas generaciones), incluso recreativas, como encuentros con amigos o viajes de placer.

Los jóvenes son actores críticos. A través de sus experiencias, podemos entender mejor las dinámicas de transformación no sólo de la agricultura sino de otras ramas de la vida económica y social, debido a que sus estilos de vida y trabajo, como así también sus decisiones, no sólo determinan el futuro, sino (sobre todo) forman parte activa de la construcción del presente.

## Referências

ABDALA RICHERO, E. **Programas y planes de empleo juvenil en América Latina**. Buenos Aires: FLACSO, 2013. Curso Jóvenes, educación y trabajo. Nuevas tendencias y desafíos”, Cohorte 5.

BAUMAN, Z. Between us, the generations. In LARROSA, J. (Ed). **On generations. On coexistence between generations**, Barcelona: Fundació Viure I Conviure, 2007. p. 365-376.

BAUMAN, Z. **Modernidad líquida**. Buenos Aires: Fondo de la Cultura Económica, 2012.

BECK, U. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós, 1998.

BECK, U. y BECK-GERNSHEIM, E. **La individualización**. Barcelona: Paidós, 2013.

BENDIT, R. **Transiciones a la vida adulta. Principales dimensiones analíticas**. Buenos Aires: FLACSO, 2013. Material del Curso Jóvenes, educación y trabajo. Nuevas tendencias y desafíos, Cohorte 5.

BIGGART, A.; FURLONG, A.; y CARTMEL, F. Biografías de elección y linealidad transicional: nueva conceptualización de las transiciones de la juventud moderna. In: BENDIT, R.; HAHN, M.; y MIRANDA, A. (Comps): **Transiciones juveniles: procesos de inclusión social y patrones de vulnerabilidad en un mundo globalizado**. Buenos Aires: Prometeo, 2008. p. 49-71.

BOLTANSKI, L. y CHIAPELLO, E. **El nuevo espíritu del capitalismo**. Madrid: Akal, 2002.

CASAL, J.; GARCÍA, M.; MERINO, R.; y QUESADA, M. Aportaciones teóricas y metodológicas a la sociología de la juventud desde la perspectiva de la transición. **Revista de Sociología**, Barcelona, N°79, 2006. p. 21-48.

CASAL, J. Pasado y futuro del estudio sobre la transición de los jóvenes. Buenos Aires: FLACSO, 2013. Material del Curso Jóvenes, educación y trabajo. Nuevas tendencias y desafíos, Cohorte 5.

CASTELLS, M. **La era de la información**. Economía, sociedad y cultura. Volumen I: La Sociedad Red, México: Siglo XXI, 2001.

CASTELLS, M. Comunicación, poder y contrapoder en la sociedad red (II). Los nuevos espacios de la comunicación, **Revista Telos**, Madrid, 2008, N°75, Abril-Junio.

CIMADEVILLA, G. **Aportes para nuevas lecturas de lo rural**. Y algunos otros viejos problemas. Manaus (Brasil): Ponencia para el XXIII Congreso Intercom, 2000.

CIMADEVILLA, G. y CARNIGLIA, E. (Coords.). **Relatos sobre la rurbanidad**, Río Cuarto: Editorial UNRC, 2009.

DÁVILA LEÓN, O. **La educación y la nueva condición juvenil**. Buenos Aires: FLACSO, 2013. Curso Jóvenes, educación y trabajo. Nuevas tendencias y desafíos”, Cohorte 5.

DUSSEL, I. Desigualdades sociales y desigualdades escolares en la Argentina de hoy. Algunas reflexiones y propuestas. In: TEDESCO, J.C. [Comp.]. **¿Cómo superar la desigualdad y la fragmentación del sistema educativo argentino?**, Buenos Aires: IIPE-UNESCO, 2005. p. 85-115.

ESCARDÓ, F. **La casa nueva. Evocaciones del Colegio Nacional de Buenos Aires**. Buenos Aires: Editorial Campano, 1963.

FEIXA, C. **De la Generación @ a la #Generación. La juventud en la era digital**. Bar-

celona: NED Ediciones, 2014.

FLORIDA, R. **The rise of creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life.** Nueva York: Basic Books, 2002.

GARCÍA CANCLINI, N. **Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad,** Barcelona: Gedisa, 2004.

GARCÍA CANCLINI, N. y URTEAGA, M. **Cultura y desarrollo. Una visión crítica desde los jóvenes.** Buenos Aires: Paidós, 2012.

GIL CALVO, E. Emancipación tardía y estrategia familiar. **De Juventud,** Injuve, Madrid, Nº58, 2002. p. 9-18.

\_\_\_\_\_. **La rueda de la fortuna. Giro en la temporalidad juvenil.** Lisboa: Congreso Jóvenes y rutas, conferencia inaugural, 2009.

GONZÁLEZ, Y. y FEIXA, C. **La construcción histórica de la juventud en América Latina. Bohemios, rockanroleros & revolucionarios.** Santiago: Editorial Cuarto propio, 2014. [Ebook].

GSMA. **La economía móvil.** América Latina 2016, Londres. Disponible en [http://www.gsma.com/latinamerica/wp-content/uploads/2016/09/ME\\_LATAM\\_2016-Spanish-Report-FINAL-Web-Singles-1.pdf](http://www.gsma.com/latinamerica/wp-content/uploads/2016/09/ME_LATAM_2016-Spanish-Report-FINAL-Web-Singles-1.pdf)

HOPENHAYN, M. Inclusión y exclusión social en la juventud latinoamericana. **Pensamiento Iberoamericano,** Madrid, Nº3, 2008. págs. 49-71.

KANCYPER, L. **La confrontación generacional. Estudio psicoanalítico.** Buenos Aires: Editorial Lumen, 2003.

LECCARDI, C. Facing uncertainty. Temporality and biographies in the new century. *Young,* Oslo, V.2, Nº13, 2005, p. 123-146.

LOWREY, A. **Younger Generations Lag Parents in Wealth-Building.** The New York Times, 14 de marzo, 2013.

MASCÓ, A. **La incógnita de la Gen Z.** Buenos Aires: iECO, Clarín, 25 de noviembre, 2012.

MIRANDA, A. **Desigualdad educativa e inserción laboral segmentada de los jóvenes en la Argentina contemporánea.** Tesis de Doctorado en Ciencias Sociales, FLACSO, 2006.

MORDUCHOWICZ, R. **La generación multimedia. Significados y prácticas culturales de los jóvenes.** Buenos Aires, Paidós, 2008.

MORDUCHOWICZ, R. **Los adolescentes y las redes sociales. La construcción de la identidad juvenil en Internet.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

ODDONE, M. J. **El estudio sociológico de las generaciones**. Buenos Aires: FLACSO, 2013. Material del Curso “Jóvenes, educación y trabajo. Nuevas tendencias y desafíos, Cohorte 5.

OIT. **Global Employment Trends for Youth 2013: A generation at risk**. Ginebra, 2013.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas sociales y del empleo en el mundo 2016: tendencias del empleo juvenil**. Disponible en: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_513747.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_513747.pdf)

REGUILLO, R. **Culturas juveniles. Formas políticas del desencanto**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

RIQUELME, G. **Educación y formación para el trabajo: la perspectiva de los adultos**. Buenos Aires: FLACSO, 2013. Material del Curso “Jóvenes, educación y trabajo. Nuevas tendencias y desafíos”, Cohorte 5.

SALVIA, A. y MOLINA DERTEANO, P. **Principales tendencias en el empleo de los jóvenes en América Latina**. Buenos Aires: FLACSO, 2013. Material del Curso Jóvenes, educación y trabajo. Nuevas tendencias y desafíos, Cohorte 5.

SENNET, R. **La corrosión del carácter: las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo**. Barcelona: Anagrama, 2006.

SMINK, V. Las redes sociales también transforman la vida social. **BBC Mundo Conosur**, 2012. Disponible online: [http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2012/08/120809\\_campo\\_redes\\_sociales\\_vs.shtml](http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2012/08/120809_campo_redes_sociales_vs.shtml)

TIRAMONTI, G. (Comp.) **La trama de la desigualdad educativa. Mutaciones recientes en la escuela media**. Buenos Aires: Manantial, 2004.

WAYNE, T. The No-Limits Job. *The New York Times*, 1 de marzo, 2013.

WINOCUR, R. Ciudadanos mediáticos. La construcción de lo público en la radio. Barcelona: Gedisa, 2002.

## Bases de datos

Banco Mundial. **Agricultural indicators, 2014**. Disponible en: <http://data.worldbank.org>

Eurostat. **Estadísticas de empleo, 2015**. Disponible en: [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Employment\\_statistics/es](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Employment_statistics/es)

# ***Antecedentes da popularização científica na região platina: gêneros discursivos no século xx***

Phillipp Dias GRIPP

Ada C. Machado da SILVEIRA

## **Introdução**

Os saberes relacionados à temática campeira estão no cerne da formação sócio-cultural-econômica e histórica da região Platina, a qual é formada pelos países banhados pelos rios que compõem a Bacia do Rio da Prata, Argentina, Uruguai, Paraguai e a região sul do Brasil e da Bolívia. As fronteiras que delimitam esses países são frutos de diversas lutas armadas e acordos diplomáticos entre os impérios português e espanhol, que colonizaram o território. Mas, para além das zonas limítrofes demarcadas, a região apresenta singularidades identitárias relacionadas ao cotidiano agropecuário.

Darcy Ribeiro (1995) explica que essa região sustenta raízes de uma identidade com fortes vínculos com o âmbito rural, percebidas desde o desenvolvimento agropecuário a partir de sua colonização até ações cotidianas dos sujeitos que ali vivem, como o hábito de tomar chimarrão, preparar o charque, usar vestimentas próprias à cultura gaúcha/*gaucha*, entre outras. Assim, compreende-se que a formação dessa região está envolvida historicamente pelo contexto agropecuário numa esfera sócio-cultural-econômica. Nesse viés, a disseminação de



saberes científicos agropecuários se apresenta como um aporte para o desenvolvimento da região em um cenário sócio-cultural-econômico e histórico. Isto se demonstra na medida em que, por meio da difusão de informações especializadas nessa temática, é dado aos sujeitos platinos um alicerce próprio de seu contexto identitário para resoluções de problemáticas cotidianas relativas ao ambiente rural.

Enquanto isso, informações sobre ciência e tecnologia precisam ser divulgadas, já que geralmente precedem de pesquisas com subsídio de financiamento público e por esse conhecimento contribuir para o desenvolvimento do país, tornando-se um assunto de interesse público. Divulgar as informações oriundas das produções científicas para o público em geral e não apenas entre os especialistas torna-se uma obrigação dos pesquisadores que as desenvolvem, na medida em que esse processo evidencia um retorno à sociedade que financiou o trabalho. Por outro lado, a produção discursiva sobre o âmbito científico voltada a um público não-especialista não é simples. Visando popularizar a ciência, o profissional de redação é desafiado a entender terminologias técnicas de especialidades que ele pode não conhecer e sobre as quais ele não tem aptidão, além de precisar compreender o contexto teórico-metodológico em que o trabalho foi realizado. Tudo isso para, finalmente, escrever um enunciado que contextualize processo científico, que promova um debate sócio-político e crítico sobre a produção e que seja inteligível para os possíveis leitores não habituados com o prisma científico-técnico, tornando o assunto atrativo e relacionado ao cotidiano destes.

A popularização científica, no entanto, é uma abordagem que ganha força com a maior participação pública a partir século XXI para Caldas (2010, p. 300), porém, ainda pouco se sabe sobre os antecedentes dessas atuais práticas de difusão do conhecimento no espaço platino. Com isso, este trabalho visa compreender como os discursos

de publicações especializadas na comunicação pública da ciência e tecnologia de especialidade agropecuária permitiram sentidos decorrer do século XX, antes do viés de popularização ser adotado.

Assim, esta pesquisa propõe apreender os gêneros discursivos (CHARAUDEAU, 2013) produzidos no cenário midiático de dois periódicos veiculados na região Platina e pautados pela temática agropecuária, desde o início de suas respectivas veiculações na primeira metade do século XX até a década de 1990. São eles: 1) as publicações trimestrais da Associação Brasileira de Criadores Ovinos (ARCO), desde o ano de fundação da instituição, em janeiro de 1942, com sede em Bagé (município fronteiro da microrregião da Campanha do Rio Grande do Sul), que circulam em todo o Brasil; e 2) a revista mensal, independente e de caráter comercial, *La Propaganda Rural*, desde dezembro de 1901, com sede em Montevideu-Uruguai e com circulação no Uruguai, no sul do Brasil, na Argentina e no Paraguai. Para tanto, este artigo apontará contextualizações sobre a circulação de informações especializadas em agropecuária na região Platina por meio dos periódicos analisados, seguida de explicações sobre os procedimentos de Análise do Discurso adotados e dos resultados.

## **Formação da região Platina e circulação de informações científicas em agropecuária**

A introdução de elementos da cultura científica na região banhada pelo Rio da Prata ainda é um assunto que precisa ser investigado mais profundamente, mas é possível afirmar que o princípio do exercício científico foi promovido pela colonização europeia. A colonização das Américas foi essencial para o desenvolvimento da cultura científica na Europa, como demonstra Francis Bacon (2003, p. 32-33), devido à propagação da perspectiva de que o pensamento preponderante no Mundo Antigo era limitado, ao excluir outras possibilidades de saberes que não estivessem associadas às suas realidades.

Enquanto isso, nos países colonizados pelos impérios português e espanhol o progresso da ciência se desenvolveu bastante lentamente. As iniciativas relacionadas à educação de forma institucionalizada na região, entre os anos 1500 e 1800, partiam principalmente de jesuítas e eram voltadas à catequese cristã. Apesar de sua relevância, o desenvolvimento científico e tecnológico, no Brasil, foi reconhecido institucionalmente por meio da criação de universidades brasileiras somente no início do século XX, por exemplo. Na colonização, a cultura científica das colônias foi pouco incentivada, pois a prioridade na região era dada à exploração das riquezas naturais, à difusão do catolicismo e à escravatura.

No decorrer desse período Portugal e Espanha assinaram diferentes tratados para delimitar geograficamente a região colonizada, todos firmados em províncias espanholas: Tratado de Tordesilhas (1494), de Madrid (1750), de El Pardo (1778) e de Santo Ildefonso (1777). No entanto, de acordo com Courlet (2005), havia certo desinteresse dos impérios pela região por conta de ela não apresentar riquezas minerais ou agrícolas que importavam às economias europeias naquele período. Disso decorreu que ela fosse colonizada quase um século após sua descoberta. A autora argumenta que as lutas armadas pela conquista dos territórios é um importante elemento para a formação identitária da região:

O aspecto principal da identidade platina é o militarismo que se desenvolveu durante todo o processo de ocupação da região, em razão de disputas fronteiriças enquanto espaço pertencendo inicialmente a Portugal e à Espanha e mais tarde à Argentina, ao Uruguai e ao Brasil (COURLET, 2005, p. 3).

A história marcada por guerras e diplomacia que objetivaram conquistar terras e demarcar as limítrofes entre os países supracitados, foi seguida pelo desenvolvimento do contexto agropecuário. Courlet (2005) explica que a sociedade platina era composta essencialmente por uma hierarquia que obedecia a três camadas: 1) os grandes

proprietários de terra e criadores de gado; 2) os pequenos proprietários rurais que praticavam a agricultura familiar; e 3) os peões de estância, índios e escravos negros. Nesse panorama, pode-se perceber que a economia da região se fundamenta na agricultura e pecuária:

A partir do século XVII, a economia do Prata passou a se afirmar cada vez mais com a exploração do gado, através da instalação de estâncias e, mais tarde, com a produção de charque, e com uma produção agrícola de subsistência e com fins comerciais. Isto permitiu que ela cumprisse, no período colonial, um papel econômico complementar, fornecendo índios, gado e alguns produtos alimentares às zonas de mineração, que praticavam a principal atividade econômica da época. São estas atividades, desenvolvidas nas campanhas da Argentina, do Uruguai e do RGS [Rio Grande do Sul], que fizeram do espaço platino uma região relativamente homogênea em termos econômicos (COURLET, 2005, p. 6).

Por sua vez, Ribeiro (1995) argumenta que a identificação com os costumes culturais platinos se deve a diversos fatores históricos, que não podem ser deixados de lado quando se fala sobre a região. De acordo com ele, a formação étnica dos gaúchos/*gauchos* encontra base histórica na relação com o âmbito agropecuário.

Os gaúchos brasileiros têm uma formação histórica comum a dos demais gaúchos platinos. Surgem da transfiguração étnica das populações mestiças de varões espanhóis e lusitanos com mulheres guarani. Especializam-se na exploração do gado, alçado e selvagem, que se multiplicava prodigiosamente nas pradarias naturais das duas margens do rio da Prata (RIBEIRO, 1995, p. 414).

Levando em consideração que existem características culturais, geográficas, sociais e econômicas próprias do ambiente Platino que transcendem as fronteiras entre as nações, demonstrando a existência de uma mesma base de formação dos gaúchos/*gauchos*, evidencia-se um interesse em comum da região pela agropecuária. Vislumbra-se, com isso, a importância da circulação de informações científicas sobre a temática.

Consta-se a viabilidade dessas produções a partir de um interesse mercadológico relacionado ao desenvolvimento do polo econômico dos países que integram a região, através da difusão de informações científicas sobre agropecuária, tendo em vista as semelhanças sócio-histórico-culturais. Compreendendo que a agropecuária é uma base para o desenvolvimento econômico da região, entende-se que a existência de periódicos especializados sobre a temática é uma forma plausível de integrar a comunidade platina.

É nesse contexto em que emergem os periódicos que aqui analisados. A escolha pelas publicações da ARCO e de *La Propaganda Rural* foi realizada tendo em vista elas se caracterizarem no âmbito de produções midiáticas especializadas em difundir informações sobre a temática agropecuária, incluindo os saberes científicos e tecnológicos da área. As revistas são produzidas no contexto da região Platina e evidenciam a veiculação de informações de comum interesse entre os países, levando em consideração a histórica formação sócio-cultural-econômica da região.

### **Sobre as publicações analisadas**

Os aspectos históricos da ARCO e de suas publicações se fundamentam em entrevistas realizadas com o médico veterinário Edemundo Ferreira Gressler (2014), superintendente de registros genealógicos da atual diretoria da instituição, e com a jornalista responsável pela produção do atual periódico desenvolvido pela associação, Graciela Freitas (2014). A história da *La Propaganda Rural*, por sua vez, é baseada em informações de reportagem (PROTAGONISTAS, 2002, p. 4-6), publicada em edição comemorativa de 100 anos da revista, e de entrevista com Diego Rosmarino (2015), atual diretor da revista. Tais entrevistas foram concedidas para a realização desta pesquisa durante o período de coleta de dados.

A ARCO tem sede em Bagé, município fronteiriço do Rio Grande do Sul, e foi fundada em janeiro de 1942, durante a III Exposição Estadual em Santana do Livramento, por um grupo de criadores ovinos e especialistas presididos por João Farinha, posteriormente pelo engenheiro agrônomo José Alves Nunes Vieira e sucessivamente a cada biênio. A abreviação ARCO, que permanece como a sigla oficial da associação, remete ao primeiro nome dado à instituição: Assistência aos Rebanhos de Criadores de Ovinos. A associação era responsável pela catalogação de animais e sistematização dos criadores de ovelhas do estado do Rio Grande do Sul até a década de 1970, quando ampliou o seu espaço de circulação, abrangendo todo o território brasileiro, responsabilizando-se por esse mesmo trabalho nacionalmente.

Desde seu início, a ARCO estabeleceu uma comunicação entre os interessados na área agrária através de periódicos especializados. Eles são pautados por diferentes temáticas pertinentes ao meio rural, como as políticas para o desenvolvimento da área; apontamentos econômicos sobre os valores de carne e lã; coberturas de feiras agropecuárias; informações sobre a própria instituição, sua diretoria e registros de animais e seus criadores; dias de campo em cabanhas de associados; e artigos científicos que destacam o progresso da área agrária.

A ARCO iniciou a produção de seu periódico especializado oficial em 1942, ano de sua fundação, e teve uma série de mudanças em seu formato ao longo dos anos. O primeiro formato de publicações foi o do “Anuário da Associação Riograndense de Criadores Ovinos”, seguido da “Revista Ovinocultura”, do “Jornal Ovinocultura”, do “Jornal da ARCO” e da “Revista ARCO”. As informações sobre o período de veiculação e características sobre cada publicação estão sintetizadas no quadro que segue.

Período	Nome da publicação	Características (periodicidade; número médio e tamanho de páginas; redação).
1942-1970	“Anuário da ARCO”	Anual (há casos de edições referentes a mais de um ano); 250 páginas A4; produzido por especialistas.
1961-1964	“Revista Ovinocultura”	Trimestral; 40 páginas A4; produzida por especialistas.
1965-1969	Nenhuma produção	-
1970-1982	“Revista Ovinocultura”	Trimestral; 40 páginas A4; produzida por jornalistas.
1983-1986	“Jornal Ovinocultura”	Bimestral; 12 páginas tabloides; produzido por jornalistas.
1986-1988	“Jornal da ARCO”	Bimestral; 12 páginas tabloides; produzido por jornalistas.
1988-1989	“Revista Ovinocultura”	Trimestral; 40 páginas A4; produzida por jornalistas.
1990-2007	Nenhuma produção	-
2007-2011	“Jornal da ARCO”	Bimestral; 16 páginas tabloides (impresso e online); produzido por jornalistas.
2012-Atualmente	“Revista ARCO”	Trimestral; 40 páginas A4; produzida por jornalistas.

**Quadro 1** - Mudanças nas publicações da ARCO

Fonte: Elaboração de Phillip Dias Gripp

Vale salientar, ainda, no que se refere às interrupções nas produções durante alguns anos e às mudanças nos nomes e formatos das publicações, que a ARCO é uma associação que reelegia sua diretoria a cada dois anos e atualmente a cada quatro, mudando, assim, as políticas internas da instituição em relação aos periódicos. Sempre que um novo periódico era lançado, uma nova diretoria da associação havia sido eleita, realizando ajustes orçamentários e, mesmo que inconscientemente, ideológicos, implicando em transformações nos periódicos.

Enquanto isso, a revista mensal de caráter comercial e privado, *La Propaganda Rural*, produzida no Uruguai, é outro periódico especializado na área rural que também possibilita a divulgação de

conhecimento científico e tecnológico sobre as ciências agrárias. Com sede em Montevidéu, fundada em dezembro de 1901 pelo estadunidense Ernest O. Crocker, a revista era denominada “*La Propaganda*” e tinha como *slogan* “periódico quinzenal de assuntos rurais e comerciais”. Em 1917, o engenheiro agrônomo Roberto J. Urta, ao se tornar o diretor da revista, mudou seu nome para *La Propaganda Rural*. Ela iniciou com uma periodicidade quinzenal, tornando-se mensal em 1935 e se consolidando dessa forma.

Tal qual às publicações da ARCO, a *La Propaganda Rural* também é pautada por várias temáticas relacionadas ao âmbito rural, como as políticas agrárias nacionais e internacionais, considerações econômicas, a produção do conhecimento científico da área, que é o recorte estudado nesta pesquisa, etc.

Com o falecimento de Urta em 1952, a direção da revista é assumida pelo engenheiro agrônomo César Arturo e pelo jornalista Miguel A. Goicochea. A partir do início da década de 1960, no entanto, a revista passa a ser dirigida apenas por Goicochea. Durante a década de 1950, a revista começou a ser distribuída oficialmente também na Argentina e no estado do Rio Grande do Sul e, desde o início do século XXI, no Paraguai.

No que se refere à circulação informal da revista no Brasil, ainda antes dos anos 50, o engenheiro agrônomo José Cypriano Nunes Vieira (2015), ex-presidente da ARCO, reconhece em entrevista concedida em áudio para a realização deste trabalho, que a *La Propaganda Rural* foi incrementada por conta da relação dos editores da época com especialistas da área agrária sul-brasileiros. O vínculo fortificou-se especialmente durante as feiras pecuárias de Palermo, na Argentina, do Prado, em Montevidéu, e as feiras sul-rio-grandenses de Esteio, Pelotas, Bagé, Uruguaiana, dentre outras, que cultivaram a prática de intercambiar jurados entre os países. Tais relações entre os criadores



e especialistas dos três países nesses ambientes é que viriam a oficializar a distribuição oficial da revista no estado do Rio Grande do Sul e na Argentina na década de 1950.

De acordo com o jornalista Diego Rosmarino (2015), diretor da *La Propaganda Rural* desde 2001, em entrevista concedida em áudio para a pesquisa em 27 de fevereiro de 2015, as mudanças ocorridas na composição da equipe editorial da revista entre as décadas de 1950 e 1960, iniciadas com o falecimento do antigo diretor e que levaram jornalistas a produzi-la, também são relacionadas a problemas financeiros, sanados com a venda do periódico para os jornalistas. Com a saída de Goicochea da revista, em 1985 a revista foi vendida para os empresários Alberto Conde e Oscar Martín, que não tinham qualquer vínculo com os setores jornalístico e agropecuário, os quais a produziram até 2001, quando a atual equipe de jornalistas assumiu a produção.

As principais mudanças editoriais ocorridas no periódico *La Propaganda Rural*, no decorrer de sua existência, estão sintetizadas no Quadro 2, para facilitar a identificação de suas características nos diferentes períodos.

Período	Mudanças
1901	Criação da revista com o nome “La Propaganda”; periodicidade quinzenal; distribuição oficial no Uruguai; produção por especialistas.
1917	A revista passa a se chamar “La Propaganda Rural”.
1935	Periodicidade mensal.
Década de 1950	Distribuição oficial no Uruguai, Argentina e Rio Grande do Sul.
1952	Produção por especialistas e jornalistas.
Década de 1960	Produção por jornalistas.
1985	Produção por empresários.
Década de 2000	Distribuição oficial no Uruguai, Argentina, Rio Grande do Sul e Paraguai.
2001	Produção por jornalistas.

**Quadro 2** - Mudanças em *La Propaganda Rural*

Fonte: Elaboração de Phillipp Dias Gripp

Ainda é importante destacar que, tanto em reportagem (*LA PROPAGANDA RURAL*, 2002, p. 4-6) como em entrevista de Rosmarino (2015), salienta-se o grande crescimento e boa repercussão de *La Propaganda Rural* durante as décadas de 1950 e 1960, principalmente influenciados pela direção do jornalista Goicochea. Por outra via, 1990 teria sido uma década de retrocesso devido às dificuldades enfrentadas para manter a publicação, tendo em vista uma crise no setor agropecuário. Com isso, acredita-se que tal crise também seja o fator que influenciou a ausência das publicações da ARCO entre os anos de 1990 e 2007.

Também vale constar que ambas as revistas apresentam diversos textos no decorrer das décadas do século XX produzidos por sujeitos das diferentes nacionalidades platinas. Além disso, nas próprias publicações da ARCO existem reproduções de enunciados publicados em *La Propaganda Rural* e vice versa. Isso demonstra indícios de que a conformação dos periódicos se delineou em vários momentos de maneira colaborativa. Acredita-se que esse panorama se sustenta devido ao interesse em comum das equipes editoriais das revistas voltado ao desenvolvimento da região Platina por meio do âmbito agropecuário. Dessa maneira, importa perceber que tal consciência colaborativa é verificada na primeira metade do século XX, por meio da troca de informações especializadas em prol do desenvolvimento platino, antes mesmo da firmação de tratados político-econômicos, como o Mercado Comum do Sul – Mercosul.

Ademais, de acordo com as afirmações de Freitas (2014), sobre a Revista da ARCO, e Rosmarino (2015), sobre a *La Propaganda Rural*, nas entrevistas realizadas, atualmente ambas as publicações, quando abordam a temática de ciência e tecnologia, preocupam-se com a prática discursiva que vise a popularização científica. Neste sentido, justifica-se o recorte do *corpus* empírico desta investigação no

período que vai desde o início de produção dos respectivos periódicos até a última década do século XX, na medida em que se objetiva a evidência dos antecedentes de tal popularização.

### **Sobre a análise de discurso e procedimentos adotados**

Ao referir à produção discursiva envolta pela perspectiva da comunicação midiática, a Análise do Discurso aqui empreendida se ampara teórico-metodologicamente na existência de um contrato de comunicação, conforme entende Charaudeau (2013). Tal contrato prevê a essência de uma cointencionalidade entre enunciador e destinatário do produto midiático na situação comunicacional, um acordo tácito entre os sujeitos que se envolvem na comunicação. Tal contrato é resultado de características próprias a dados externos, que são “[...] constituídos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que aí efetuam trocas e pelas constantes que caracterizam essas trocas e que permanecem estáveis por um determinado período” (CHARAUDEAU, 2013, p. 68), e dados internos, os quais são essencialmente discursivos, aqueles nos quais se torna possível apreender os sentidos viabilizados pelo enunciado.

A constituição do contrato de comunicação depende das condições de identidade (quem diz e para quem), finalidade (para que se diz), propósito (sobre o que se diz) e de dispositivo (em que condições se diz), que compõem os dados externos, e dos espaços de locução (justificativa pela qual o indivíduo toma a palavra), relação (como as relações se apresentam e são tensionadas no discurso) e tematização (organização discursiva), ligados aos dados internos. Ademais, Charaudeau (2013) explica que a identificação das características dos dados externos é necessária para posterior análise dos dados internos.

Quando os dados de diferentes enunciados que foram analisados individualmente apresentam similaridades e podem ser relacionados em um mesmo grupo, pode-se apreendê-los como gêneros

discursivos, pois: “Um gênero é constituído pelo conjunto das características de um objeto que constitui uma classe à qual o objeto pertence. Qualquer outro objeto tendo essas mesmas características integrará a mesma classe” (CHARAUDEAU, 2013, p. 204). Assim, os elementos que compõem o contrato são que definem o gênero do discurso pela perspectiva de Charaudeau (2013).

A partir desse panorama, este trabalho adotou os seguintes procedimentos analíticos: 1) selecionar os textos para análise e lê-los isoladamente; 2) identificar as condições dos dados externos; 3) compreender o que é dito nos enunciados (dados internos); 4) agrupar os textos em gêneros discursivos, explicando os efeitos de sentido possíveis.

A seleção de textos foi realizada por meio de uma inspeção visual em todo o material disponibilizado pela ARCO e pela *La Propaganda Rural*, durante a realização de coletas de dados das publicações *in loco* nas respectivas sedes das instituições, tendo em vista a indisponibilidade do material digitalizado. Foi guiado pela observação da estrutura discursiva dos enunciados em que se evidenciasse a exposição de conhecimento especializado em agropecuária e pela busca por palavras-chave que fazem referência à produção científica, como: “ciência”; “científico(a)(s)”; “pesquisa”; “método”; “experiência”; “experimento”; “pesquisador(a)(es)”; “investigação”; “investigador(a)(es)” etc. Foi selecionado, de forma não estatística e aleatoriamente, um contingente de três textos por década de cada periódico para a realização da análise do discurso no decorrer do século XX, sendo assim, 15 da ARCO e 30 da *La Propaganda Rural*, totalizando 45 textos, conforme Quadro 3.

Salienta-se que tanto os títulos elencados no Quadro 3 quanto os trechos dos enunciados citados quando necessário, foram transcritos tais quais os originais, no caso da ARCO, e que, no caso da *La Propaganda Rural*, as traduções são sempre nossas. Após o quadro, os enunciados são referidos apenas pela sigla e número atribuídos.

	Data	Título do texto (páginas)	Assinatura
TA01	1942	Particularidades na orientação seletiva da raça Ideal (p. 59-60)	Equipe editorial (especialistas)
TA02	1944-1946	Vermes pulmonares (p. 37-38)	Equipe editorial (especialistas)
TA03	1944-1946	Duração do ciclo diestral na raça Romney Marsh (p. 41-42)	Homero D. Paim
TA04	1954	Resultados obtidos com o semên conservado, submetido a diferentes formas de uso para emprêgo na inseminação artificial, em ovinos (p. 75-77)	Antônio M. Filho e Auvanir A. R.
TA05	1955	Merino Australiano (p. 69-71)	G. Velosso N. V.
TA06	1957	Fenotiazine (p. 85-91)	Julio W. C.
TA07	Jul. a set. 1962	O Merino Rambouillet (p. 24-26)	J. B. Speakman
TA08	Jan. a fev. 1964	Os hormonios na produção ovina (p. 16-18)	T. J. Robinson
TA09	Jul. a ago. 1964	Método de esquila "tally-hi" (p. 72-74)	Equipe editorial (especialistas)
TA10	Jan. a jun. 1972	A ovelha através dos tempos (p. 57-60)	Jair Menezes
TA11	Jan. a jun. 1976	Aumente a produção de cordeiros utilizando recursos naturais (p. 24-27)	Adayr C. Filho
TA12	Dez. 1979	Corriedale uma raça em evolução (p. 28)	Equipe editorial (jornalistas)
TA13	Abr. a jun. 1981	Conceitos genéticos na seleção ovina (p. 24-27)	Ricardo A. C. S.
TA14	Jun. a jul. 1985	Confinamento faz crescer produtividade (p. 1)	Equipe editorial (jornalistas)
TP01	01 fev. 1909	A preparação da lã para o mercado – uma carta australiana (p. 17)	R. H. Harravell
TP02	15 mar. 1909	Novo procedimento para enxertar (p. 23)	Equipe editorial (especialistas)
TP03	15 maio 1909	A tuberculização – como se efetua (p. 9)	Equipe editorial (especialistas)
TP04	15 jan. 1910	A trufa (p. 21-23)	M. Langerón

TP05	01 dez. 1912	As moscas são a causa de muitas enfermidades (p. 25)	Equipe editorial (especialistas)
TP06	15 maio 1917	Raças inglesas (p. 9)	Equipe editorial (especialistas)
TP07	1921 (indica apenas o ano)	Primeiros auxílios veterinários (s/p.)	Physician
TP08	01 fev. 1925	O carvão do trigo (s/p.)	Equipe editorial (especialistas)
TP09	15 abr. 1926	A semeadura do trigo e os tratamentos da semente (s/p.)	Equipe editorial (especialistas)
TP10	15 jan. 1931	Cuidados culturais do pessegueiro (s/p.)	Horacio Baez
TP11	15 set. 1933	Fabrique você o carvão em seu próprio monte (s/p.)	Romulo Rubbo
TP12	Jul. 1936	Conhecimentos sobre o aspargo (p. 28-29)	Equipe editorial (especialistas)
TP13	Jan. 1943	Observações sobre o cultivo da cana de açúcar (p. 32-34)	Jeremias Milans
TP14	Fev. 1944	O cruzamento como método de criação (p. 46-47)	L. Thomasset
TP15	Fev. 1949	Modo de buscar a rainha das abelhas na colmeia (s/p.)	Miguel Medici
TP16	Fev. 1951	Fatores que afetam a fertilidade dos ovinos (p. 22)	Equipe editorial (especialistas)
TP17	Set. 1952	Maior rendimento aplicando hormônios nos animais (p. 84-86)	Equipe editorial (especialistas)
TP18	Set. 1958	Com hormônios e antibióticos se estimula o engorda do gado (p. 134-136)	Equipe editorial (especialistas)
TP19	Set. 1960	A hormonização do gado: uma nova técnica para produzir mais carne e de melhor qualidade (p. 172)	Equipe editorial (jornalistas)
TP20	Maio 1966	A inseminação em avicultura (p. 42-43)	Bernard Leclerq
TP21	Jun. 1969	Trigopiro – uma forragem que pode mudar todo o conhecido (p. 38)	Equipe editorial (especialistas)
TP22	Jan. 1971	Quanto é muito fertilizante? (p. 40)	Equipe editorial (jornalistas)

TP23	Nov. 1974	Preparação de novilhos (p. 98)	Equipe editorial (jornalistas)
TP24	Mar. 1979	Descobertas que ajudam os pecuaristas (p. 50)	Equipe editorial (jornalistas)
TP25	Jul. a ago. 1981	Termocapas de “plastillera”: uma solução para os rebanhos (p. 24)	Equipe editorial (jornalistas)
TP26	Out. 1982	Tratamento eletrotérmico do câncer de olho em bovinos (p. 4)	James D. Doss
TP27	Nov. 1986	O gado nos Países Baixos (p. 4)	Equipe editorial (especialistas)
TP28	Jan. 1990	Manejo não tradicional do rebanho de inseminação (p. 5)	Aníbal D. C.
TP29	Ago. 1992	Principais objetivos da investigação na área da reprodução e o manejo dos ovinos (p. 16-17)	M. Azzarini
TP30	Set. 1993	Belted Galloway (p. 25)	Equipe editorial (especialistas)

**Quadro 3** - Relação dos textos da ARCO (TA) e de *La Propaganda Rural* (TP) analisados  
 Fonte: Elaboração de Phillipp Dias Gripp

A identificação dos dados externos e internos que compõem o contrato de comunicação dos 45 enunciados analisados neste trabalho possibilitou relacioná-los em quatro grupos de gêneros discursivos, categorizados em: qualificativo (TA01, TA05, TA07, TA10, TA12, TP04, TP05, TP06, TP14, TP21, TP27, TP30), prescritivo (TA02, TA06, TA09, TP01, TP02, TP03, TP07, TP08, TP09, TP10, TP11, TP12, TP15, TP16, TP20), técnico (TA03, TA04, TA08, TA11, TA13, TP13, TP17, TP26, TP28, TP29) e informativo-científico (TA14, TA15, TP18, TP19, TP22, TP23, TP24, TP25). As próximas quatro seções são reservadas à compreensão sobre os efeitos de sentido possibilitados por esses gêneros.

### **Sobre o gênero qualificativo**

Ao estruturar os enunciados em uma ordem discursiva de qualificação atribuída a um objeto de estudo agropecuário, detendo-se

à descrição de suas peculiaridades, a análise apreendeu o gênero denominado qualificativo. Neste, 12 enunciados, sendo cinco da ARCO (TA01, TA05, TA07, TA10, TA12) e sete da *La Propaganda Rural* (TP04, TP05, TP06, TP14, TP21, TP27, TP30), obedecem a um jogo de relações que os condiciona às características do contrato de comunicação de acordo com o Quadro 4:

Gênero qualificativo			
Dados Externos			
Identidade	Finalidade	Propósito	Dispositivo
Especialista para leitor ideal especialista	Informativa	Particularidades de espécie	Mídia impressa
Dados Internos			
Locução	Relação	Tematização	
Visibilizar o conhecimento científico	Curiosidade	Modo de organização descritivo	

**Quadro 4** - Contrato de comunicação do gênero qualificativo

Fonte: Elaboração do pesquisador.

O lugar de construção do produto dos enunciados pertencentes ao gênero qualificativo parte da premissa de que o destinatário ideal é curioso pelas especificidades de uma espécie animal ou vegetal. Com isso, o locutor desenvolve uma descrição do conhecimento que tem a respeito do ser vivo retratado. Limita-se à apresentação da história da espécie, as suas qualidades e defeitos hormonais em relação às exigências do mercado agropecuário, a evolução de seu melhoramento genético, o melhor habitat para seu desenvolvimento, as necessidades básicas para sua sobrevivência de maneira saudável, entre outras particularidades acerca do objeto empírico.

O contrato de comunicação apresenta os enunciados veiculados em mídia impressa, nos quais a identidade dos sujeitos em interação



é de um especialista que fala para um público restrito de também especialistas, com a finalidade de que o destinatário saiba sobre um fato que ainda não conhece (fazer saber), com propósito relacionado à apresentação de características de um objeto empírico da agropecuária. Além disso, visibiliza o conhecimento científico ao organizar a descrição de um panorama dos saberes possibilitados pelo avanço de estudos da área, a partir da pressuposição do enunciador de que o destinatário tem curiosidade pelas informações divulgadas.

A peculiaridade do gênero qualificativo reside no objetivo de sanar a pretensa curiosidade que o destinatário ideal poderia nutrir pelo saber já existente acerca das características de um objeto empírico específico. Para findar tal curiosidade, o enunciado descreve o saber assimilado pela especialidade agropecuária sobre uma espécie por meio de observações e/ou investigações já realizadas que geralmente não são citadas. O enfoque dos textos, assim, está no saber oriundo de tais pesquisas e já assimilado pelo âmbito científico agropecuário sobre as características de um espécime.

Constata-se o gênero qualificativo através da evidência sobre uma regularidade compreendida a partir da proposta de duas visadas interdependentes para a produção de sentido do discurso: 1) a *visada descritiva de contextualizações através dos saberes*; e 2) a *visada individualizante de objeto empírico*. Uma serve como base para a construção enunciativa e de sentido da outra, de maneira que se conforma tal interdependência.

A *visada descritiva de contextualizações através dos saberes* evidencia que os enunciados precisam obedecer à importância de inteirar o leitor por meio dos saberes oriundos de observações científicas já assimiladas pela especialidade agropecuária a partir de descrições contextualizadoras. Dessa forma, a estrutura enunciativa é construída

com a finalidade de que o leitor conheça características já observadas e difundidas no âmbito científico. Entende-se que o destinatário ideal é carente de saberes agropecuários difundidos pela área e busca, com isso, diminuir a deficiência que uma parcela da comunidade agropecuarista sustenta, através da disponibilização descritiva de informações básicas que contextualizem a proposta temática do texto. Assim, os enunciados demonstram a tentativa de dar a conhecer saberes científicos elementares da agropecuária por meio de uma descrição de contextualizações a sujeitos que são preconcebidos como leigos. Devido à amplitude de possibilidades temáticas que a especialidade agropecuária dispõe e ao gênero não se ater a relatos com base em acontecimentos científicos, propõe-se um recorte pelas elucidações no contexto de um objeto empírico da área. Esta condição origina a segunda visada.

*A visada individualizante de objeto empírico* direciona-se à ênfase temática acerca da qual os enunciados se detêm, na medida em que apresenta a condição de escolha por um objeto estudado pela especialidade agropecuária que é contextualizado, entendido como uma espécie de animal ou planta. Para tanto, o panorama dos saberes científicos é reduzido à minuciosa descrição idiossincrática de características que conformam um ser vivo e o diferencia de outros tantos. Assim, os enunciados são estruturados na individualização do animal ou planta, que já foi amplamente estudado por especialistas agropecuários, para apresentar apontamentos sobre os seus respectivos atributos, explicando, por exemplo, o tamanho médio da cabeça, do corpo, das pernas, do caule, das folhas; as cores de uma amostra saudável; suas qualidades, defeitos e melhoramentos genéticos etc.

Entende-se que para um animal ou planta ser individualizado com o objetivo de apontar suas respectivas peculiaridades é necessário que os enunciados se condicionem à proposta descrever os saberes

oriundos de pesquisas científicas já realizadas, difundidas e assimiladas pelo âmbito agropecuário com a finalidade de contextualizar possíveis desconhecedores. Essa relação indica a interdependência entre as duas visadas para a construção de sentido do gênero qualificativo.

A regularidade percebida na relação entre as duas visadas é compreendida por meio da condição de qualificar um objeto empírico ao leitor desconhecedor, de objetivar que ele conheça as características já estudadas e assimiladas pela especialidade científica agropecuária sobre uma espécie de planta ou animal. Ao difundir o conhecimento científico por meio do gênero qualificativo, os enunciados são estruturados pelos locutores através da prerrogativa de que o destinatário deseja conhecer as particularidades de objetos empíricos agropecuários, possibilitados pelos saberes oriundos do avanço de estudos na área.

Tais características do gênero podem ser percebidas em trechos como: “[...] o interior da trufa está formado por uma carne delicada e cheirosa de cor geralmente escura cercada de veias mais claras e entrecruzadas de mil maneiras” (TP04) “O ovo de uma mosca mede aproximadamente 1,20 polegadas, o qual em condições apropriadas se converte em larva no espaço de 8 a 10 horas” (TP05); “Seu porte é alegre, olhos vivos e bastante ação de movimento. O pescoço é forte sem ser demasiado largo, o peito largo e exposto, com as pernas bem afastadas, as costelas bem arqueadas e suficientemente continuadas até os ossos do curvejão [...]” (TP06); “Características raciais – Cabeça – Perfil convexo e larga, tamanho médio e proporcional ao corpo. Focinho forte, supranasais unidos em arco, com várias rugas transversais bem pronunciadas, na parte superior, sendo indício de masculinidade” (TA05); “4 – Capacidade leiteira da ovelha – Um dos defeitos da raça Merino é a pouca capacidade leiteira das ovelhas o que provoca elevada mortandade dos cordeiros” (TA07).

## Sobre o Gênero prescritivo

Ao estruturar os enunciados em uma ordem discursiva de prescrição de um procedimento proveniente da especialidade científica agropecuária, que promete resultados satisfatórios a quem o reproduz tal qual descrito, a análise apreendeu o gênero denominado prescritivo. Neste, 16 enunciados, sendo três da ARCO (TA02, TA06, TA09) e 13 da *La Propaganda Rural* (TP01, TP02, TP03, TP07, TP08, TP09, TP10, TP11, TP12, TP15, TP16, TP18, TP20), organizam-se num jogo de relações que os condiciona às características do contrato de comunicação de acordo com o Quadro 5:

Gênero prescritivo			
Dados Externos			
Identidade	Finalidade	Propósito	Dispositivo
Especialista para leitor ideal especialista	Prescritiva	Explicações para realização de procedimento	Mídia impressa
Dados Internos			
Locução	Relação	Tematização	
Visibilizar a aplicação técnica	Aplicabilidade	Modo de organização descritivo	

**Quadro 5** - Contrato de comunicação do gênero prescritivo  
Fonte: Elaboração do pesquisador.

O lugar de construção do produto dos enunciados pertencentes ao gênero prescritivo parte da premissa de que o destinatário tem um problema que precisa de resolução. Dessa maneira, é desenvolvida uma descrição sobre a aplicação de método específico. Busca-se explicar o desenvolvimento de um procedimento técnico, destacando minuciosamente todas as fases necessárias para alcançar um objetivo pretendido. É importante indicar que as considerações sobre este gênero já foram devidamente explicadas em trabalho anterior (GRIPP; SILVEIRA; ALVEZ, 2015), optou-se, neste trabalho, por apresentá-lo de maneira resumida e dar ênfase aos demais.

O contrato de comunicação apresenta os enunciados veiculados em mídia impressa, nos quais a identidade dos sujeitos em interação é de um especialista que fala para um público restrito de também especialistas, com a finalidade de que o destinatário faça algo de maneira específica (fazer fazer), com propósito relacionado à orientação sobre como realizar procedimentos para atingir um objetivo benéfico esperado. Além disso, visibiliza a aplicação de técnicas ao organizar a descrição sobre como proceder para alcançar resultados positivos, pressupondo que o destinatário se interessa em aplicar um conhecimento agropecuário.

O gênero prescritivo se particulariza pelo objetivo de explicar como o destinatário ideal pode aplicar a técnica descrita. Para tanto, embasa-se em concepções científico-tecnológicas para incidir no desenvolvimento do setor agropecuário, na medida em que se considera as técnicas relatadas como uma forma de melhoramento e superação de procedimentos ultrapassados, aconselhando, com isso, os destinatários a utilizá-las. Entretanto distanciam-se de reflexões a respeito desses procedimentos, detendo-se a relatos unilaterais, condicionados à exaltação dos benefícios viabilizados pelas técnicas em pauta.

O gênero prescritivo é entendido através da evidência de regularidade compreendida a partir de duas propostas de visadas interdependentes para a produção de sentido: 1) a *visada utilitária dos conhecimentos científicos e tecnológicos*; e 2) a *visada processual de aplicabilidade regrada*. Percebe-se que, para que o processo seja descrito, é necessário que o enunciado se condicione à perspectiva utilitária, permitindo que o leitor compreenda a possibilidade de se aproveitar de tal informação para seu próprio benefício.

A demonstração dos passos que o destinatário deve seguir para a aplicação do procedimento pode ser percebida em trechos como: “O operador, segurando a traquéa com os dedos indicador e polegar da mão esquerda, introduz uma agulha de 2 a 3 cm. de comprimento,

inclinando-a de cima para baixo, tendo o cuidado de evitar de atravessar a traquéia de lado a lado” (TA02); “6 – O esquilador suspende o ovino entre as pernas, com a cabeça entre seus joelhos. Depois de esquilar a região do chifre, orelha e cara, esquila diretamente para baixo até chegar à paleta, usando sua mão esquerda para distender as pregas da pele” (TA09); “3) Deve injetar-se a tuberculina sob o couro, com uma seringa hipodérmica higiénica” (TP03); “Tratamento – Diminuir a comida dando-lhe somente sopas de farinha, agregando diariamente 100 a 250 gramas de sulfato de sódio, segundo idade e corpulência do animal” (TP07); “Com a mão esquerda, sustentará a cola e amassará a região dorso-lombar do galo, enquanto que com a mão direita [...]” (TP20).

### Sobre o Gênero Técnico

Ao estruturar os enunciados em uma ordem discursiva de argumentação teórico-metodológica para comprovar resultados de pesquisas relatadas, a análise apreendeu o gênero denominado técnico. Neste, 10 enunciados, sendo cinco da ARCO (TA03, TA04, TA08, TA11, TA13) e cinco da *La Propaganda Rural* (TP13, TP17, TP26, TP28, TP29), organizam-se num jogo de relações que os condiciona às características do contrato de comunicação de acordo com o Quadro 6:

Gênero técnico			
Dados Externos			
Identidade	Finalidade	Propósito	Dispositivo
Especialista para leitor ideal especialista	Iniciativa	Relatos de pesquisas científicas	Mídia impressa
Dados Internos			
Locução	Relação	Tematização	
Visibilizar o desenvolvimento de pesquisa	Curiosidade	Modo de organização argumentativo	

**Quadro 6** - Contrato de comunicação do gênero técnico

Fonte: Elaboração do pesquisador.

O lugar de construção do produto dos enunciados que pertencem ao gênero técnico compreende o destinatário ideal como um especialista curioso pelos avanços científicos que podem ser corroborados através do acesso ao relato sobre uma produção específica. Percebe-se isso tendo em vista os enunciados apresentarem uso de linguagem demasiadamente técnica, a inexistência de debates críticos e sócio-políticos sobre a produção e tampouco contextualizações para assimilação das informações por não-especialistas. Dessa maneira, o locutor desenvolve um texto argumentativo acerca dos procedimentos teórico-metodológicos adotados na sua pesquisa relatada, com o objetivo de comprovar os resultados obtidos. A estrutura organizacional dos textos é igual aos artigos científicos especializados, divididos em introdução, seções e considerações finais.

O contrato de comunicação apresenta os enunciados veiculados em mídia impressa, nos quais a identidade dos sujeitos em interação é de um especialista que fala para um público restrito de também especialistas, com a finalidade de que o destinatário acredite que o enunciado lido é verdadeiro (fazer crer), com propósito relacionado à exposição sobre a realização de uma ou mais investigações científicas. Além disso, visibiliza o desenvolvimento das pesquisas ao organizar uma argumentação que demonstra como os resultados foram obtidos, ao se pressupor que o destinatário tem curiosidade pelas informações divulgadas.

A particularidade do gênero técnico está na finalidade de evidenciar o desenvolvimento de uma pesquisa específica, indicando as etapas de sua realização, além de apontamentos teóricos, metodologia, técnicas e materiais utilizados para evidenciar os resultados obtidos. Para relatar a produção científica, os enunciados se estruturam no formato de artigos científicos especializados, demonstrando a forma como os próprios autores desenvolveram o trabalho.

Assim, o enfoque dos textos está condicionado ao relato sobre a pesquisa produzida pelo respectivo autor, ou grupo de autores, ou representante do grupo de autores do enunciado, apresentando o cenário teórico-metodológico que embasa o estudo, os procedimentos realizados e os resultados.

Constata-se o gênero técnico por meio do condicionamento dos enunciados a ele pertencentes a textos de comunicação científica, ou seja, categorizados em nível de *difusão para especialistas* (quando o enunciado é produzido para um leitor que já estudou a área científica abordada), de acordo com Bueno (1988). Sua estrutura é a mesma de tais publicações científicas e são construídos em uma ordem essencialmente acadêmica e técnica, vinculada a instituições de fomento a pesquisas.

Todos os enunciados são divididos em seções. Elas indicam uma introdução, a abordagem teórico-metodológica adotada, o desenvolvimento do trabalho, os resultados obtidos com a análise e as conclusões. Para exemplificar as seções, escolheram-se as de alguns enunciados. Em TA03 a divisão é feita da seguinte maneira: “IDENTIFICAÇÃO DAS OVELHAS EM CIO [...] DURAÇÃO DO CICLO DIESTRAL [...] CONCLUSÕES”. Em TA04, por sua vez, as seções são elencadas em: “MATERIAL E MÉTODOS [...] DISCUSSÃO [...] CONCLUSÕES”. Em TP13: “OBSERVAÇÕES REALIZADAS EM 1941 [...] CONCLUSÕES”. E em TP26: “O problema do câncer de olho [...] Altas temperaturas: e câncer [...] Equipamentos e tratamentos [...] Resultados”.

As introduções, por vezes, apresentam contextualizações gerais sobre a realização do trabalho apresentado, ora justificando-o, ora apresentando os objetivos pretendidos. Ademais, apresentam-se alguns objetivos do trabalho realizado; relatos sobre a rotina científica adotada para o desenvolvimento da pesquisa; a caracterização



dos objetos empíricos estudados, ou das condições territoriais e/ou ambientais em que o trabalho foi desenvolvido; pressupostos teóricos através de revisão bibliográfica; e resultados com a sistematização de porcentagens para posterior interpretação dos dados, discussão e conclusões sobre o estudo.

### Sobre o gênero informativo-científico

Ao estruturar os enunciados em uma ordem discursiva de organização das informações por meio de uma narrativa que contempla o avanço científico através de acontecimentos sobre o assunto, a análise apreendeu o gênero denominado informativo-científico. Neste, sete enunciados, sendo dois da ARCO (TA14 e TA15) e cinco da *La Propaganda Rural* (TP19, TP22, TP23, TP24, TP25), organizam-se num jogo de relações que os condiciona às características do contrato de comunicação de acordo com o Quadro 7:

Gênero informativo-científico			
Dados Externos			
Identidade	Finalidade	Propósito	Dispositivo
Jornalista para leitor ideal especialista	Informativa	Relatos de pesquisas científicas	Mídia impressa
Dados Internos			
Locução	Relação	Tematização	
Visibilizar o conhecimento científico	Curiosidade	Modo de organização narrativo	

**Quadro 7** – Contrato de comunicação do gênero informativo-científico

Fonte: Elaboração do pesquisador.

O lugar de construção do produto dos enunciados pertencentes ao gênero informativo-científico parte da premissa que o destinatário ideal quer conhecer o avanço científico agropecuário por meio de informações acerca de uma ou mais pesquisas. Com isso, o locutor desenvolve uma narrativa na qual apresenta um ou mais

acontecimentos relacionados à temática abordada, desenvolvendo um enredo com personagens especialistas direta ou indiretamente ligados a tais ocorridos, que são chamados a falar.

O contrato de comunicação apresenta os enunciados veiculados em mídia impressa, nos quais a identidade dos sujeitos em interação é de um especialista que fala para um público restrito de também especialistas, com a finalidade de que o destinatário saiba sobre um fato que ainda não conhece (fazer saber), com propósito relacionado à exposição sobre a realização de uma ou mais investigações científicas. Além disso, visibiliza o conhecimento científico ao organizar uma narrativa sobre o panorama de saberes possibilitados pelo avanço de estudos da área, pressupondo que o destinatário tem curiosidade pelas informações.

O gênero informativo-científico se particulariza pelo objetivo de desenvolver uma narrativa fluida, com a qual se contextualize um ou mais acontecimentos que têm chances de incidir no âmbito social agropecuário, já que se conformam como avanços da área. Para isso, os locutores embasam-se em produções científicas, apresentando afirmações de sujeitos especialistas sobre uma ou mais pesquisas realizadas, construindo enunciados com citações diretas e indiretas que auxiliam no desenvolvimento narrativo do enredo.

O gênero informativo-científico pode ser constatado por meio da evidência de regularidade relacionada à proposta de duas visadas interdependentes para a produção de sentido: 1) *visada de incidência no âmbito social* e 2) *visada narrativa de conhecimento científico*. As duas visadas são a base uma da outra para a construção enunciativa e de sentido do gênero, por isso são consideradas como interdependentes.

*A visada de incidência no âmbito social* demonstra a necessidade de os enunciados estarem relacionados a um ou mais acontecimentos científicos que demonstram o avanço agropecuário. Assim, devem ser estruturados atentando para a atualidade e relevância do assunto abordado. Objetivam informar a comunidade agropecuarista sobre a produção de novas investigações científicas concluídas ou em desenvolvimento, que possam interessar aos leitores pela probabilidade de incidirem no âmbito social, acarretando em benefícios ou alertas à população. Os enunciados demonstram a tentativa de condicionar os leitores a se informarem sobre as atualidades do cenário científico-tecnológico agropecuário. Para que os acontecimentos sejam relatados, a organização enunciativa se embasa em uma narração sobre o conhecimento, o que prospecta a necessidade da segunda visada.

*A visada narrativa de conhecimento científico* direciona-se à produção enunciativa a partir de uma estrutura narrativa sobre o acontecimento científico, com o objetivo de tornar o texto mais fluido e atrativo aos destinatários. Neste cenário, o conhecimento é apresentado nos apontamentos de fontes acompanhados da contextualização do autor sobre considerações da pesquisa desenvolvida. Assim, a estrutura dos enunciados é intermediada por informações concedidas por especialistas à equipe de redação dos periódicos, que são citadas direta ou indiretamente não com o objetivo de argumentar a abordagem teórico-metodológica utilizada na investigação, mas de explicá-la e para auxiliar na construção narrativa sobre os acontecimentos que ilustram o avanço científico da área.

Entende-se, assim, que para os acontecimentos serem apresentados aos destinatários, condicionam-se os enunciados a uma estrutura narrativa que torne a leitura fluida e exponha a atualidade e relevância do assunto para o avanço científico da área. Essa constatação demonstra a interdependência entre as visadas para a compreensão

do gênero. A regularidade entre as visadas é apreendida pela condição de informar o leitor sobre assuntos científicos atuais, de objetivar que ele conheça os avanços propiciados pelas pesquisas de especialistas agropecuários. Ao divulgar conhecimento científico e tecnológico por meio do gênero informativo-científico, os enunciados apresentam a estrutura discursiva de um encadeamento narrativo para apresentar atualidades ao destinatário.

Há uma tentativa de chamar a atenção do destinatário sobre a atualidade e/ou relevância do acontecimento narrado nos enunciados, que pode ser evidenciada como uma apresentação sucinta e, por vezes, exaltante do acontecimento, apresentando-o como a solução dos problemas enfrentados ou explicações científicas sobre tal dificuldade: “A criação de ovinos através do sistema de semi-confinamento aumenta sobremaneira a produção de carnes” (TA14); “Hoje contamos com outro valioso agente para chegar a essa meta de maior e menor produção, se trata dos implantes hormonais para o gado” (TP19); “Dois laboratórios científicos da Grã-Bretanha tem dado a conhecer achados de considerável interesse para os pecuaristas” (TP24).

Os enunciados apresentam, com o desdobramento da narrativa, detalhes acerca dos acontecimentos em forma de resultados de análises ou discussões iniciais de pesquisas em desenvolvimento que incidem ou poderão eclodir diretamente no âmbito social agropecuário. Além disso, tem-se o cuidado de apresentar as fontes dos enunciados antes ou depois de sua primeira consideração ou, ainda, relacionando-o ao próprio acontecimento, indicando seus nomes e/ou instituições onde trabalham: “A questão é de manejo, segundo Ronaldo da Costa, mas nunca esquecendo a alimentação, conforme opina um outro especialista, Vidal Faria Correia:” (TP15); “Os investigadores dos Laboratórios Squibb-Mathieson, preocupados com esse apaixonante

e transcendental tema, desenvolveram um novo produto hormonal chamado SYNOVEX [...]” (TP19); “É o que trata de aclarar um trabalho preparado pelo Eng. Agr. J. Josifovich, técnico da Sessão de Forrageiras e Pastagens da Estação Experimental de Pergamino” (TP23).

### **Indicativos sobre os gêneros**

Ao relacionar os enunciados que apresentam os mesmos dados externos e internos para definir o contrato de comunicação dos periódicos da ARCO e de *La Propaganda Rural*, encontraram-se quatro diferentes regularidades categorizadas em gêneros discursivos. Os gêneros qualificativo, prescritivo, técnico e informativo-científico, preocupados em difundir os saberes científicos sobre agropecuária, apresentaram enunciados em ambas as revistas, demonstrando similaridades na produção das publicações ao longo das décadas. Tais semelhanças demonstram a opção por visibilizar uma prática discursiva embasada no contexto sócio-econômico-cultural e histórico comum, relacionado à agropecuária, da região Platina.

Assim, evidencia-se que a produção de gêneros discursivos ultrapassa as fronteiras entre as nações, ressaltando a permeabilidade dessas zonas limítrofes, por meio da histórica formação comum do espaço platino. É importante lembrar que os periódicos não se pautam unicamente pela temática científica, mas por assuntos agrários de maneira geral, sendo que os gêneros encontrados se apresentam exclusivamente quando o conhecimento científico é a temática geral abordada.

Observa-se que a produção discursiva frequentemente apresenta uma relação com fatores que incidem em aspectos econômicos. Em todos os gêneros fica evidente o forte vínculo com o cenário de informações que contextualizam e podem auxiliar ou serem usadas em favor da rentabilidade dos leitores, seja na observação de características de animais ou vegetais mais procuradas pelo mercado

agropecuário, ou na indicação de técnicas provavelmente rentáveis aos sujeitos do campo, ou no relato sobre o desenvolvimento de pesquisas que demonstraram como obter melhores resultados em aspectos econômicos, ou na apresentação de informações atuais e relevantes sobre o avanço do conhecimento relacionado às exigências do mercado. Percebe-se, com isso, que o lugar das condições de produção das revistas acredita que seus leitores ideais se interessam e/ou têm a necessidade de se informar sobre o prisma do mercado financeiro voltado à agropecuária.

Outra observação relevante, mesmo que não sendo o enfoque desta pesquisa, no que concerne à condição de identidade que pôde ser constatada nos 45 enunciados analisados é que os locutores são todos homens. Isso ressalta aspectos de uma sociedade patriarcal na qual o gênero masculino exerce um estado de dominação e é percebido como superior ao feminino, na medida em que este não tem voz na produção discursiva. Compreende-se, por conta dessa inexistência, a representação de um sistema hierárquico de gêneros em tais relações, no que se refere ao âmbito do saber científico agropecuário, o qual favorece os homens e oprime as mulheres, inviabilizando a igualdade de gêneros. Acredita-se na importância de desenvolvimento de outras pesquisas que visem apreender e discutir tal condição no cenário histórico da comunicação pública sobre ciência nas diversas áreas de conhecimento.

Pode-se entender que o gênero qualificativo sistematiza considerações a respeito de um objeto de estudo da especialidade agropecuária. Esses apontamentos visam contextualizar o leitor a respeito desses objetos, indicando suas características positivas e negativas. No entanto, este gênero não se preocupa com uma abordagem de construção de sentido que proponha reflexões e discussões sobre tais características, reservando-se à perspectiva de apenas apresentá-las por meio de descrições.

O gênero prescritivo não se propõe a discutir os processos científico-técnicos; visa apenas descrevê-los, além de afirmar e exaltar suas respectivas eficácias. Os enunciados são estruturados numa condição positivista e unilateral de aplicações técnicas advindas das ciências agrárias ao demonstrar que é necessário apenas obedecer a um processo técnico com base científica de maneira gradual e correta para obter um resultado verdadeiramente satisfatório.

O gênero técnico estrutura uma organização discursiva que incide na tentativa de evidenciar a credibilidade acerca do estudo realizado, por meio da argumentação teórico-metodológica que objetiva demonstrar a veracidade dos resultados obtidos pela investigação. Assim, o relato do desenvolvimento do trabalho científico é feito para comprovar as conclusões, estrutura que também pode ser observada em artigos especializados de comunicações científicas.

O gênero informativo-científico visa, por sua vez, informar os leitores sobre o cenário atual do âmbito científico agropecuário, apresentando a produção de novas pesquisas realizadas ou em desenvolvimento, por meio de informações concedidas pelos especialistas às equipes de redação. Tais enunciados são estruturados em uma narrativa fluida sobre um assunto que tem chances de incidir no contexto social agropecuário.

Os quatro gêneros identificados podem ser entendidos como antecedentes discursivos do viés de popularização científica agropecuária na região Platina, na medida em que não se direcionam em suas totalidades a leitores gerais, pois não apresentam condições para que não-especialistas compreendam e reflitam criticamente sobre as informações. No entanto, demonstram o esforço inicial de comunicar publicamente a temática científico-técnica, contribuindo a seu modo para o desenvolvimento do espaço Platino.

## Referências

- BACON, F. **Novum Organum**. Pará de Minas: Virtual Books, 2003. Disponível em: <[http://www2.ufpa.br/ensinofts/cts/francis\\_bacon\\_novum\\_organum.pdf](http://www2.ufpa.br/ensinofts/cts/francis_bacon_novum_organum.pdf)>. Acesso em: 01 mar. 2016.
- BUENO, W. C. **Jornalismo científico no Brasil: aspectos teóricos e práticos**. ECA-USP: São Paulo, 1988.
- CALDAS, G. Comunicação pública da ciência. In: **Enciclopédia INTERCOM de comunicação**. vol. I - Conceitos. São Paulo: Intercom, 2010.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- COURLET, B. A. Identidades em uma zona de fronteira: a região do prata no período colonial. In: **Anais da II Jornada de História Regional Comparada**, 2005, Porto Alegre. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-03.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2015.
- FREITAS, G. **Produção das publicações da ARCO**. Entrevistador: Phillipp Dias Gripp. Bagé, 30 out. 2014. Entrevista concedida à pesquisa de mestrado.
- GRESSLER, E. F. **História da ARCO**. Entrevistador: Phillipp Dias Gripp. Bagé, 30 out. 2014. Entrevista concedida à pesquisa de mestrado.
- GRIPP, P.; SILVEIRA, A. C. M.; ALVEZ, J. F. X. Divulgação científica em La Propaganda Rural: antecedentes da formação prescritiva do discurso no Uruguai disciplinado. **Chasqui**, Quito, n. 129, 2015.
- PROTAGONISTAS de La Propaganda a través de la historia. La propaganda rural, Montevideu, n. 1541, set. 2002. p. 4-6.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- ROSMARINO, D. **História da La Propaganda Rural**. Entrevistador: Phillipp Dias Gripp. Montevideu, 27 fev. 2015. Entrevista concedida à pesquisa de mestrado.
- VIEIRA, J. C. N. **Primórdios da circulação de revistas especializadas em agropecuária em Bagé**. Entrevistadores: Ada C. M. Silveira e Phillipp D. Gripp. Bagé, 12 jan. 2015. Entrevista concedida à pesquisa de mestrado.



# II PARTE

---

## IMAGENS DO RURAL



# ***O rural brasileiro pela configuração visual de apresentação do telejornal Globo Rural***

Fabiano MAGGIONI

---

## **Sobre a imagem**

Inicialmente é preciso entender imagem como instrumento da vontade humana, posta em ação para a comunicação. A imagem na atualidade ocupou espaço importante no comunicar humano, onde são materializadas representações. Arrisco-me a afirmar que é a mais anárquica das linguagens, pela forma como organiza signos e cria significados. O homem sempre colocou as imagens em seu percurso histórico, primeiramente surgiram nas paredes das cavernas, como as da caverna de Altamira, na Espanha, considerada a Capela Sistina da arte quaternária da pré-história.

Ou ainda os desenhos das cavernas do Parque Nacional das Sete Cidades, no estado brasileiro do Piauí, que podem ser considerados como alguns dos primeiros signos gráfico-linguísticos do homem primitivo. Na medida em que este homem conseguia objetivar o mundo em que vivia, em imagens, também conseguia dominá-lo, por meio dos desenhos de situações nas cavernas, nas quais aparecia triunfante e supremo sobre seus predadores (ARBACH, 2007, p. 63). Ele conseguia extinguir seus temores e aprimorar a captura dos animais.

As imagens, ao contrário do que acontece no momento atual, eram muito escassas na antiguidade, servindo aos propósitos da idolatria dirigida por alguns líderes dos tempos das antigas tribos de Israel até Lutero. Fulchignoni (1991, p. 28) afirma que este tipo de osmose que o homem realiza entre real e imaginário se converteu na contemporaneidade em uma invasão súbita de nossas experiências mentais, pessoais e coletivas.

Em seu caráter ontológico, a imagem serve para executar a lembrança de alguma coisa, assim, ela adquire forma de dispositivo mediador na relação entre quem olha e quem produz uma imagem, que comunica. Nesta relação, materializa-se o sentido, que aparece e circula. A mediação é essência para a comunicação em todos seus níveis (VERÓN, 2013, p. 148), e é sempre efetuada por um elemento de linguagem. O que nos faz pensar que, tanto uma imagem televisiva quanto um rabisco em um papel, servem de mediadoras para despertar sentidos em que a vê.

Como dispositivo de comunicação, Aumont (1993, p. 192) entende ser este o regulador da relação entre a imagem e quem as olha, em determinado contexto simbólico. Ela serviu de instrumento portador do desejo de quem a produziu, para dar-se à fruição de quem a olhou. A imagem fez relação entre os seres, promoveu assim a comunicação.

O ser humano se exterioriza na comunicação, na medida em que, segundo Maturana (2002), elege símbolos que lhes são representativos e são capazes de fazê-lo abrir-se, de um ciclo fechado, biológico e nervoso, para uma ação subjetiva de relação. De outro modo, o autor acredita que tais organismos interagem na comunicação, de modo que se orientam com outros organismos por convenções, ou, linguagem.

Maturana (2002, p. 38) considera que o homem forma sua compreensão de mundo partindo do que consegue coletar do mundo, de suas impressões do externo. A isso designa como “interações de orientação” e dá o exemplo figurado da pessoa que joga o bastão para que o cão o apanhe. O bastão é tido aqui, como o mediador da orientação entre os dois, uma vez que o cão se orienta não pela ordem da mulher mas sim, pela orientação dada para o bastão.

## **A imagem**

Entre as várias formas de linguagem utilizadas pelo homem na atualidade, a imagem certamente predomina em seu fazer midiático. É linguagem predominante tanto nas imagens fixas, como fotos, revistas, jornais, quanto nas sequenciais, em imagens televisivas, filmes cinematográficos e vídeos da internet. A exacerbação de seu uso cunhou-lhe o aspecto imediatista da fruição, onde não há tempo de elaborar grandes interrogativas acerca de sua natureza icônica. Assim, olhamos uma imagem e logo cremos que é o objeto do mundo real que está ali, e não uma representação dele.

O aspecto mimético das imagens icônicas, como nas fotografias, auxiliam este fenômeno, bem como as imagens sequenciais, em que a impressão de tempo é acentuada na narrativa. Mas somente poderemos entender sua potência de significação e sentido como linguagem, se olharmos para ela, a imagem, pela sua dimensão plástica. A plasticidade forma também o aspecto indicial das imagens, ou nas palavras de Dubois (1993, p. 45), “um traço do real”. Segundo o pensamento do autor, nas imagens indiciais o signo representa a continuidade física do referente. Daí advém o valor de verdade atribuído às imagens televisivas e fotográficas.

Esta passagem entre o real e o imaginário, proporcionado pelas imagens, coloca o visual como supra-dimensão do real, que

é percebido pelo homem. Tal efeito da linguagem visual instiga e alimenta o simbolismo humano na interpretação que se faz dos fenômenos vividos.

Este mecanismo funcional da imagem como linguagem acaba por deslindar sua característica ontológica, científica, ou seja, sua natureza icônica. Que permite fazer circular por ela significados próprios da comunicação humana. É a expressão icônica que faz manifestar o significado da imagem (VILCHES, 1988, p. 16). Tal natureza constitui o permanente e invariável nela (VILLAFÑE, 2000, p. 23).

Na atualidade vivida no ocidente, as culturas aderiram ao caráter eminentemente visual de suas expressões (OCHOA, 1986, p. 10), fazendo assim a vivência humana fundar-se em uma iconosfera saturada de audiovisual, dada em sua grande parte pelo desenvolvimento tecno-midiático que coloca seres em relação por mediações simbólicas (VILLAFÑE, 2000, p. 17). O percurso semiótico da elaboração do real através de uma linguagem faz-se único caminho do ser conhecer seu redor e interagir com ele. O ajustamento de conduta deste ser com os seus é dado pelos pressupostos que este colhe de sua realidade, tecendo assim, seu modo de vivência.

Ochoa (1986, p. 9) resgata este pensamento de Durkheim e acrescenta que tais ideias do mundo e das coisas são como um véu, entre os sujeitos e o mundo, e que as ações, eventos, acontecimentos e objetos do mundo, para os sujeitos, são apenas construções representacionais pois, diz ele, não há fenômenos naturais em estado bruto, tudo é representado.

Para o presente trabalho faço a coleta de alguns aspectos da plasticidade das apresentações do telejornal “Globo Rural” para poder mostrar como ocorre a construção dos sentidos do rural brasileiro.

Procuro mostrar a capacidade de alguns elementos visuais básicos e hierarquicamente posicionados na composição da apresentação do programa, de modo a dar balizas ao trabalho e não cair na espiral de sentidos e reconfigurações que a imagem é capaz de produzir por todos os seus elementos constitutivos.

## **O Globo Rural**

O telejornal Globo Rural, apresentado pela Rede Globo de Televisão, é o mais antigo programa voltado ao rural no ar no Brasil. Foi ao ar pela primeira vez no dia 06 de janeiro de 1980 com uma reportagem que mostrava a nova agricultura praticada no cerrado brasileiro, a cultura da soja, que desenvolveu e colocou a região como uma das maiores produtoras até os dias atuais. A mesma cultura que incentivou a migração dos colonos do sul do país para os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, num plano de expansão e povoamento iniciado ainda no regime militar brasileiro.

Mesmo iniciando com 30 minutos de programa, seu sucesso foi tão grande que no mesmo ano o programa ganhou uma hora e foi eleito o melhor programa jornalístico de televisão pela Revista Veja. Em 36 anos de programa, conseguiu conquistar prêmios dentro e fora do país, como o Prêmio Esso de Jornalismo. O programa em seu início trazia notícias do meio agrícola do país que também agradavam ao público da cidade.

A audiência logo respondeu de forma significativa à programação, como descreve o site da Rede Globo:

A resposta dos telespectadores às matérias sobre assuntos como novas tecnologias, sementes, variedades de capim ou vacinas contra a febre aftosa, foi, desde o princípio, imediata e significativa. Espalhados pelas mais diversas regiões do Brasil, os produtores rurais viam no programa um valioso canal de troca de informações. A equipe da produção passou a receber, diariamente, uma profusão de cartas e telefonemas de

agricultores, veterinários e agrônomos pedindo mais detalhes sobre os assuntos abordados nas matérias, sugerindo temas e denunciando abusos ao meio-ambiente” (GLOBO, 2013).

O sucesso de audiência fez com que o programa ganhasse uma edição diária, que entrou no ar em 2000, com 15 minutos de duração e informava as cotações de mercado agrícola, andamento de safras e eventos agropecuários, além é claro da meteorologia. O Globo Rural Diário foi ao ar até 2014, quando permaneceu na grade de programação somente a edição de domingo.

O telejornal Globo Rural tem atingido um público cativo também na cidade. Gonçalves (2005) atribui isso ao estresse da vida urbana e à fuga que o telespectador tem ao assistir um programa que mostra paisagens rurais. A relação com a terra e com o povo poderia lhe trazer uma impressão de tranquilidade. Há ainda o saudosismo dos ex-agricultores ou filhos de agricultores que moram na cidade e assistem ao programa. Em fim, parece mesmo que a alma rural do país está bem espalhada e justifica os mais de seis milhões de telespectadores nos programas dominicais.

Em suas edições dominicais o programa exhibe matérias especiais com aproximadamente 15 minutos de duração. São emotivas e envolventes, constituindo-se quase como um pequeno documentário, onde por vezes a nostalgia da vida no campo é representada pelos estereótipos de tranquilidade e tradição (GONÇALVES, 2005). Outro momento que chama a atenção dos produtores rurais é o quadro onde são apresentadas as cotações dos produtos agrícolas (*commodities*) como soja, milho, café além da arroba do boi gordo.

Um quadro que vingou tradição no programa Globo Rural foi o da leitura das cartas dos telespectadores, que faziam perguntas ao programa relatando problemas, doenças ou pragas que suas culturas ou rebanho estavam enfrentando. As respostas eram dadas no

mesmo bloco do programa e, dependendo da importância do tema abordado, uma matéria era feita com especialistas na área, onde medidas eram sugeridas aos telespectadores ou mesmo suas dúvidas eram dirimidas.

Tão tradicional quanto a leitura das cartas dos telespectadores é o momento de divulgação dos principais eventos ligados à agropecuária em todo o país. Primeiramente o programa exibia os cartazes de divulgação de tais eventos da bancada mesmo, com o apresentador citando rapidamente o nome do evento e o local e suas datas.

O endosso editorial das reportagens recaía principalmente sobre órgãos públicos como Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e também de cooperativas conhecidas do agronegócio como Coopavel - Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda, por exemplo. Questões ambientais eram esclarecidas com a ajuda do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, e subsídios de informações sobre a estocagem de alimentos em nível nacional era feito com amparo da Conab - Companhia Nacional de Abastecimento. Entre outros órgãos que figuravam no programa (GONÇALVES, 2005).

A emissora lançou em 1985 a Revista Globo Rural, que vem se consolidando no mercado de jornalismo impresso no Brasil, em seu gênero editorial. Já em 2000 foi lançado o site do programa, [www.globorural.com](http://www.globorural.com), que conta com informações sobre agribusiness. O sucesso do telejornal Globo Rural tem sido verificado ano após ano, em uma medição feita pelo Ibope - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. Em 2005, por exemplo, havia mais de 7 milhões de telespectadores acompanhando o programa. O número é significativo se levado em conta que 80% da população brasileira vive nas cidades (RIBEIRO, 2005, p.19).

E o programa tem mantido a tradição de bons índices de audiência, em setembro de 2015, segundo UOL (2015), o Globo Rural marcou, às 8 horas da manhã de um domingo, 10,3 pontos de Ibope. Ficando à



frente de outros programas da mesma emissora no mesmo dia, como os esportivos e de entretenimento.

## Cenário

No site [www.memoriaglobo.globo.com](http://www.memoriaglobo.globo.com) (GLOBO, 2013) é possível visualizar a variação de cenários por que o programa passou nesta sua trajetória televisiva, sendo este um ponto que em especial interessa neste trabalho, pois apesar das variações, os aspectos visuais postos na composição do cenário ajudam a elaborar os efeitos de sentido que remetem ao rural brasileiro.

O primeiro cenário do programa era bastante simples, e imitava a redação de um jornal. Não havia logotipo do programa, as cadeiras e mesas eram em plástico transparente, com um cinzeiro em cima da mesa e paletós nos encostos das cadeiras. O apresentador ficava em pé, ao lado da bancada, onde os convidados se acomodavam e eram indagados por um jornalista, também sentado à mesa. A Figura 1 mostra o ambiente dos primeiros programas apresentados.



**Figura 1-** Primeiro cenário do Globo Rural  
Fonte: Globo (2013).

Diferente deste, em 1982 o cenário do programa ganhava uma bancada de madeira e plantas para inserir os primeiros elementos referenciais do rural em sua apresentação. No ano seguinte, o cenógrafo Jean Phillippe Therene elaborou outro modelo de cenário usando fotografias que remetiam ao cotidiano rural brasileiro. Plantações, trabalhadores rurais e seus afazeres decoravam os painéis de fundo enquanto a bancada exibia em sua constituição as madeiras de cedro, ipê e pinheiro.

No início de 2000, o programa Globo Rural estreou novo cenário com temática referente aos quatro elementos da natureza, ou seja, terra, água, fogo e ar. A bancada de madeira agora era de aço e vidro. Uma foi posta ao lado da bancada para as apresentações da previsão do tempo. O tom moderno da decoração dos telejornais começava a ser aportado ao Globo Rural. A Figura 2 apresenta uma breve demonstração da evolução dos cenários do programa, segundo o site da emissora.



**Figura 2** - Evolução dos cenários do Globo Rural

Fonte: Globo (2013).

Em abril de 2014 novamente o cenário passou por reformulação em sua bancada e ganhando uma tela *touch screen* de 65 polegadas, onde passavam a ser exibidos os tradicionais eventos de agropecuária, cotações agrícolas, além de fotos e vídeos enviados pelos telespectadores, que agora além das cartas, conseguiam registrar mais detalhes da vida no campo.

Fica evidente pela Figura 2 que os elementos visuais como os tons de marrom, representando a terra, traduzem sentidos da fertilidade do solo e da extensão das terras agricultáveis. Além da cor verde, usada em texturas que remetem aos campos florescidos e à natureza exuberante e extensa do Brasil. Há também o uso acentuado das linhas no estúdio. Estas ajudam a alargar o plano e a amplitude dos cenários rurais expostos. Estes elementos e sua correspondência com o rural real serão explorados a seguir.

### **O icônico, o temporal e o televisual**

Segundo Villafañe (2000, p. 169), há correspondência entre a estrutura icônica de uma imagem e sua temática na medida em que a estrutura de elementos icônicos se conecta com a lógica pressuposta de ideias do conteúdo. A lei que regulamenta isso é a da simplicidade, que facilita a remissão entre a morfologia visual e o sentido que quer passar com a imagem através de sua estrutura narrativa. Considerando que a estrutura de uma narrativa visual é basicamente composta por relações entre espaço e tempo, as escolhas feitas em cor, disposição de linhas, texturas, e organização da composição no cenário do telejornal, correspondem diretamente ao ideário total que tal programa se propõe.

O telejornal Globo Rural compõe um texto de linguagens distintas que sincretizam significados, com predominância do visual. Estas características tornam o telejornal uma narrativa de características

espaço-temporais únicas, quando apresentam fatos do passado - matéria jornalística - em um presente - ao vivo - pressupondo uma ação ou consequência vindoura, um por vir - futuro. No caso do telejornal Globo Rural, o aspecto das transmissões ao vivo acontece uma vez que o programa é gravado, mas sua dinâmica de apresentação trabalha com a noção de espaço-tempo rememorado e compartimentado. São fatos transitórios rememorados ou antecipados que acabam por aportar ao programa o que Barros (2005, p. 67) define como valor narrativo.

Para que uma narrativa construa uma realidade, ela precisa operar linguagens que, a seu modo, constroem modelos de tempo. Benveniste (1999, p. 73) enxergava o tempo linguístico como uma tentativa da narrativa se aproximar da realidade do tempo objetivo. Este autor entendia a noção de tempo como tempo físico, tempo crônico e tempo linguístico. O primeiro corresponde à noção individual de tempo, que é vivida pelo ser, infinita, linear e segmentável da vida, que cada indivíduo mede segundo emoções vividas.

A segunda, tempo crônico, corresponde ao tempo dos acontecimentos, onde são arrumados os fatos ou referências de nossas vidas e situados em blocos que permitam sua recordação organizada. Assim, conclui Benveniste, os acontecimentos não são o tempo e sim, estão no tempo. Obedecem uma cronologia. Em modos práticos, a invenção dos calendários e do relógio constituem um sólido exemplo de tempo crônico.

O compartimentar dos acontecimentos pela noção de tempo crônico, permite o homem se situar na vastidão da história e incluir-se nela. O tempo do gravado no telejornal situa-se exatamente nesta noção de tempo de Benveniste, na medida em que os blocos do programa compartimentam e organizam o tempo, bem como suas matérias, que rememoram e atualizam o tempo de fatos passados.

Por último, Benveniste traz a noção de tempo linguístico, o qual é dado no presente, no ato de enunciar. É o tempo da língua e é ligado organicamente ao exercício da palavra, quando o enunciador faz uso da língua para enunciar. Este presente constituído cada vez que se enuncia, é reinventado a cada fala, pois constitui sempre um momento novo, ainda não vivido, que começa e termina com o ato da enunciação. Este tempo se enquadra melhor no tempo do “ao vivo” da televisão.

Por parte da estrutura icônica da imagem, aquela que nos permitirá enxergar a construção material dos sentidos do rural no telejornal, entendo que há 13 elementos visuais principais e com potência suficiente para fazer significar. Das relações entre estes treze elementos, brotam outros tantos significados. Por exemplo, podemos ter o elemento cor significando sozinho no espaço de apresentação do telejornal como também pode ele estar relacionado à linha, emprestando assim mais dinamicidade ao cenário.

Quando se trata uma imagem pela sua plasticidade é preciso ter consciência de que há energias atuantes no espaço plástico, e estas energias são análogas às energias da vida física. Tais energias podem ser vetoriais, como aquelas criadas pelo desenho da linha, como cinestésicas, as criadas pela cor. Rudolf Arnheim (2000, p. 10) diz que estas energias do plano plástico são experiências psicológicas e similares às forças físicas percebidas no mundo, porém, perceptiva e artisticamente, podem ser consideradas reais.

Dependendo do uso destes elementos primários, terei significados esboçados que poderão, em conjunto, elaborar sentidos mais complexos. Se as linhas tiverem contornos suaves, possivelmente favorecerão as imagens que pretendem representar sentidos como ternura, carinho, suavidade, delicadeza, etc. Se ao contrário, forem utilizadas linhas retas quebradas em ângulos fechados, somadas a cores quentes, poderei ter sentidos de brutalidade, ação, expansão, entre outras.

As significações da imagem vêm carecendo de uma teorização capaz de abranger o campo epistemológico deste fenômeno. Villafañe e Mínguez (2002) falam sobre isso e propõem que um olhar mais cuidadoso e específico seja lançado sobre as imagens.

Para desenvolver um olhar sobre a dimensão icônica da imagem, ou seja, sua dimensão de materialidade científica, parto pelo princípio de identificar no conjunto hierárquico dos elementos mais atuantes na imagem, aquele que se destaca e à normatiza. Vejamos na Figura 3, extraída do programa “Globo Rural” em sua atualidade, exibido todos os domingos pela Rede Globo de Televisão.



**Figura 3** - Cenário do Globo Rural na atualidade  
Fonte: Globo (2016).

Nesta imagem fica claro o uso da linha como elemento que a vetoriza. Pode-se perceber sua aplicação na lavoura desenhada em amarelo ao fundo, como nos detalhes à esquerda do apresentador. Todo o desenho faz conotação às estrias e fibras de plantas e os elementos visuais que mais atuam aqui são a linha e a textura. A linha ajuda a construir os horizontes, pois em sua horizontalidade carrega

características relaxantes e narrativas (KANDINSKY, 2005, p. 34). Ela, ao cortar um plano, estabelece uma força horizontal que equilibra os demais elementos que estão neste plano, à exemplo do que faz aqui, no set de apresentação do telejornal estudado.

Este fragmento do programa guarda conotação com o horizonte das paisagens rurais brasileiras, em que a terra encontra o céu ao longe, depois de estender pelo chão seu tapete verde-marrom, recortado pela divisão dos talhões do que ali foi plantado. O solo representado ao fundo do apresentador assemelha-se à geografia de solo de regiões como as do Estado de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde há diversidade de elevações entre planícies e planaltos, ambos agricultáveis e produtivos.



**Figura 4** - A linha construindo a geografia  
Fonte: Globo (2016).

Na Figura 4 o elemento plástico linha, mais uma vez desenha todo o movimento do cenário e cria correspondência com o relevo rural brasileiro. Nota-se aqui que onde ficam os apresentadores há contornos

suaves de linhas curvas, como que desenhando uma lagoa no chão. Um remanso onde repousam as imagens da tela, que ilustra a matéria.

Percebe-se ainda um círculo desenhado atrás e a lagoa, onde estão os apresentadores, com formas que tendem a se fechar. Segundo Kandinsky (2005, p. 64), o círculo originado da linha curva, torna-se o lado mais expressivo do ângulo obtuso desta linha, e que tem quase total ausência de tensão. Esta ausência tensiva ao centro do cenário empresta a ele harmonia visual e simplicidade de leitura, ou seja, elementos facilmente encontrados no bucolismo das cenas interioranas brasileiras.

Para além da harmonia e passividade do horizontal, a linha ainda colabora no cenário do programa desenhando detalhes mais tensivos, em sua angulação oblíqua, como mostra a Figura 5 a seguir.



**Figura 5** - O ângulo gerando tensividade no cenário  
Fonte: Globo (2016).



É possível remeter o emaranhado de linhas ao fundo à estilização do desenho das florestas e matas do Brasil, que apresentam enorme variedade de formas, texturas e cores, representando as espécies que formam uma das floras mais ricas do mundo.

Após o desfile da linha, ou concomitante a ele, é impossível não perceber a ação do elemento plástico “textura” nas cenas. A textura é percebida pelo grau de similitude das imagens com o que elas querem convocar do real. Em sua composição, é constituída por duas características, táteis e óticas. A primeira dada pelo material que compõe a imagem, como a tinta que pinta a tela, que é capaz de se expressar pelo toque das mãos. E a segunda, como é o caso aqui, pela capacidade que a imagem tem de gerar uma sensação tátil, pelo sentido coletado do olhar. Nas duas imagens anteriores é possível perceber a atuação da textura como elemento de destaque na hierarquia visual.

Na primeira, o verde dos campos reproduz o tom das lavouras, mas conserva em seu tapete as asperezas das pontas das folhas que irrompem para o alto. Aspreza, pontas, contundência, são efeitos táteis reproduzidos unicamente pelo uso das luzes da imagem. A textura dilata ou comprime os espaços criando novas relações plásticas (VILLAFANE, 2000, p. 109).

Já na última imagem pode-se perceber o uso da textura nos tons amadeirados do piso do cenário, no apelo à rusticidade legítima do campo. Bem como dos elementos decorativos que representam as florestas, em textura firme, parecendo madeira recortada, com tons que se associam aos verdes e marrons do cenário mais ao fundo, correspondendo à vegetação e solo. No entanto, as qualidades táteis da textura recaem sobre as imagens da lavoura e das colinas no painel ao fundo. Seu realismo faz com que o telespectador deseje confirmar com a mão o que o olho é capaz de ver (DONDIS, 1997, p. 70).

## Considerações finais

Esta aplicação breve do poder de expressão dos elementos plásticos da imagem teve por objetivo mostrar ao leitor como a imagem, considerada texto e posta em circulação como narrativa que engendra discursos, é capaz de atender a variadas estratégias comunicacionais para produzir sentidos.

Nos casos apresentados, pode-se com facilidade perceber, em uma evolução de cenários de apresentação, que o programa telejornalístico “Globo Rural” ancora visualmente sua narrativa às visualidades rurais do Brasil. Tal ancoragem é feita pelo aparato de estratégias visuais do estúdio, que se ligam ao simbolismo rural presente no imaginário do público telespectador. Os sentidos engendrados pelas imagens televisuais somente conseguirão circular e ligar-se ao simbolismo rural, se estiverem materializados (VERÓN, 2013, p. 148). Ou seja, a dimensão material da imagem, sua plasticidade, é que torna material sua expressão como texto. Os elementos visuais são responsáveis diretos por este processo.

Quando os usuários de um sistema visual, mediado pelo dispositivo televisual, se dão conta que os signos transmitem significados, a imagem se firma como linguagem. É nesse momento que se dá a semiose social (VERÓN, 2013, p. 179), onde os signos expandem a capacidade de apreensão e significados de seus usuários.

Configura-se assim o momento e o lugar onde os sujeitos e os discursos se assentam no processo da formação de uma sociedade, criada pela partilha de complexos processos de significação. Analisando de outro modo, é nas relações humanas, eminentemente mediadas, que se dá a experiência fundadora do sentido da vivência do homem. É exatamente desta experiência que emergirão os sentidos, extrato final do estímulo recebido, e interpretado pelo homem.

## Referências

- ARBACH, J. M. I. **O fato gráfico: o humor gráfico como gênero jornalístico**. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, 2007.
- ARNHEIM, R. **Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.
- BARROS, D. L. P. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Atual, 2005.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística general II**. Madrid: Siglo Veinteuno, 1999.
- DONDIS, D. A. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DUBOIS, P. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- FULCHIGNONI, E. **La imagen en la era cósmica**. México: Trillas, SIGMA, 1991.
- GLOBO. **Memória Globo**. 2013. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/globo-rural/primeiro-ano.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2016.
- GLOBO. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Enn80sK1LlE>>. Acesso em: 18 ago. 2016.
- GONÇALVES, E. M. **A construção do discurso sobre o meio rural: uma análise do programa “Globo Rural”**. 2005. Disponível em: <[http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/a/a8/GT7\\_-\\_016.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/a/a8/GT7_-_016.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- KANDINSKY, W. **Ponto e linha sobre o plano**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MATURANA, H. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- OCHOA, C. G. **Imagen y sentido: elementos para una semiótica de los mensajes visuales**. México: UNAM, 1986.
- RIBEIRO, M. J. P. **O Globo Rural e a Comunicação no campo: um estudo da recepção realizada pelos pequenos produtores**. Juiz de Fora: UFJF, 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/MRibeiro.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- UOL. **Notícias da TV**. 2015. Disponível em: <<http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/audiencias/matinal-globo-rural-tem-mais-audiencia-do-que-esportivo-e-regina-casse--9315>>. Acesso em: 18 ago. 2016.
- VERÓN, E. **La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2013.

VILCHES, L. **La lectura de la imagen:** prensa, cine, televisión. Barcelona: Paidós, 1988.

VILLAFañE, J. G. **Introducción a la teoría de la imagen.** Madrid: Pirámide, 2000.

\_\_\_\_\_; MÍNGUEZ, N. **Principios de teoría general de la imagen.** Madrid: Pirámide, 2002.

# ***Construção e reforço de uma identidade gaúcha campesina: à guisa de “O Tempo e o Vento” e “Anahy de las Misiones”***

Flavi Ferreira LSIBOA FILHO

---

## **Introdução**

Neste texto, a ênfase recai sobre como a gauchidade<sup>1</sup> atravessa a literatura e o cinema, com base no regionalismo gaúcho campestre. Reconhecemos as gramáticas e as lógicas de realização dessas narrativas e não pretendemos unificá-las, mas agrupá-las por suas afinidades no que diz respeito à temática estudada. Buscamos encontrar nelas elementos para melhor compreender como a identidade gaúcha campesina marca e atualiza a cultura do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.<sup>2</sup>

---

1 A noção que ora desejamos trabalhar é a de que a gauchidade é a soma de elementos sociais, culturais, estéticos e midiáticos que caracterizam o discurso do e sobre o gaúcho. Tais ‘falas’ podem ser lidas na indumentária/figurino/moda, no linguajar/expressão verbal, no comportamento, nos hábitos alimentares, nos hábitos sociais, nos utensílios de trabalho e, ainda, nos valores tradicionais – e até estereotipados – desse povo: a belicosidade, a coragem, o sentimento de pertencimento à terra, a honra, a importância da família e a liberdade.

2 A proximidade do território do extremo sul do Brasil com suas divisas (Argentina e Uruguai) “impôs” a seus habitantes uma mobilização constante para confrontos, a exemplo, citamos: Guerra Cisplatina (1825-1828); Revolução Farroupilha (1835-1845); Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852); Guerra do Paraguai (1864-1870); Revolução Federalista (1893-1895); Revolução de 23 (1923).

Com esse propósito são analisados: a trilogia literária “O Tempo e o Vento” de Érico Veríssimo – que foi transformada em filme<sup>3</sup> (2013) e depois em minissérie (2014) pela Rede Globo, e é comercializada em DVD no portal da Globo –; e o filme “Anahy de las Misiones” (1997), com direção de Sérgio Silva e produção de M. Schmiedt Produções, uma produtora gaúcha. O filme é um longa metragem de produção estadual que traz a temática regionalista, a partir de uma contextualização histórica da Revolução Farroupilha.<sup>4</sup>

Cabe dizer que estudar a mídia e suas produções é fundamental para compreender a sociedade contemporânea. Por outro lado, a cultura como os modos de vida (WILLIAMS, 2011), quando apropriados pela mídia, auxiliam na (re)construção e atualização de identidades e seus processos de significação, alimentando o imaginário social. Corroborando em nossa justificativa, Woodward (2014, p. 19) ao afirmar que “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído”. Ainda, para Martín-Barbero (2006, p.69) “a incapacidade de representação da diferença no discurso que denuncia a desigualdade” reproduz estereótipos e estigmatizações, especialmente das minorias, naturalizando a opressão. Neste sentido, embora tratemos de narrativas ficcionais, levamos em conta que elas contribuem por meio de suas estratégias discursivas para demarcar questões alusivas à hegemonia, à ideologia e ao poder, incluindo ou excluindo indivíduos e grupos no meio social em si.

---

3 A produção teve como principal locação a cidade gaúcha de Bagé, foi dirigida por Jayme Monjardim e levou cerca de 711.267 espectadores as salas de cinema de todo o Brasil, arrecadando uma estimativa de 7,7 milhões de reais em bilheteria. A minissérie foi exibida no ano seguinte em horário nobre e em três capítulos, obtendo em média 25 pontos de IBOPE.

4 Essa revolução, que durou de 1835-1845, foi batizada de Farroupilha e os integrantes do exército republicano almejavam que o estado do RS se tornasse independente do Império Brasileiro, constituindo-se na República Rio-Grandense, que chegou a ser proclamada. Eles eram chamados de farroupilhas e, mais tarde, de farrapos em função das condições que se encontravam seus trajes, pois mesmo com poucos recursos, muitas vezes insuficientes para dar conta da alimentação, eles seguiam em combate.

## O Tempo e o Vento

O Tempo e o Vento é uma obra de ficção<sup>5</sup> que discorre sobre a saga de uma família, em meio à formação do estado do RS, ainda designado de Continente de São Pedro. A narrativa começa em 1745.

Ana Terra é uma das principais figuras da primeira parte, pois é a partir dela que se formará a família Terra Cambará, que protagoniza a narrativa. Ana é ainda uma menina, que vive nos confins da campanha continentina com sua família (pai, Maneco Terra; mãe, Henriqueta; e os irmãos Antonio, Horácio e Lúcio). Sua casa é rústica, feita de barro e pau-a-pique, os cômodos são divididos por tecido e a cozinha é o espaço em que todos se encontram e traçam os planos, com exceção das mulheres da casa que ficam alijadas das decisões. Ana encarrega-se dos serviços da casa, lavar roupas, tirar leite, entre outros. Adolescente, enamora-se de um descendente indígena, Pedro Missioneiro – sobrevivente da Guerra Guaranítica,<sup>6</sup> que foi acolhido por sua família, quando estava ferido. Após ter obtido melhora ele segue por ali, auxiliando na lavoura e na doma de cavalos.

Ana engravida de Pedro e tenta esconder a gravidez. Quando conta à mãe, o pai acaba ouvindo e assim que seus outros filhos entram em casa, ele os manda matar Pedro, para “limpar a honra” de Ana e da família. A partir desse momento, Ana passa a ser rejeitada pelo pai e pelos irmãos. Seu filho nasce e cresce, sem receber atenção alguma do avô. De certo modo, a narrativa conduz a mulher para um lugar de subjugação e de culpa, dando mostras de uma cultura machista e branca, que não aceita a mestiçagem e inferioriza a mulher.

---

5 Embora classificada como obra literária ficcional, a trilogia traz em seus tomos, mais especificamente no apêndice, três cronologias, uma da narrativa ficcional, outra da história oficial do RS e outra da trajetória biográfica do escritor. Quando adaptada ao cinema e depois à minissérie, sofreu cortes de ordem temporal, espacial e de personagens.

6 Revolução ocorrida entre 1750 e 1756, na qual as coroas portuguesa e espanhola uniram-se para lutar contra os indígenas guaranis e os padres jesuítas, que ocupavam a região conhecida como “Sete Povos das Missões”, parte do atual estado do RS. O confronto caracteriza-se como um dos maiores genocídios ao povo guarani nestas terras.

Para estes e os demais continentinos, de acordo com Veríssimo (2004b, p.55):

Falavam muito em honra. No fim de contas o que realmente importava para eles era “ser macho”. Outra preocupação dominante era a de “não ser corno”. Não levar desaforo para casa, saber montar bem e ter tomado parte pelo menos numa guerra eram as glórias supremas daquela gente meio bárbara que ainda bebia água em guampas de boi.

Em outro momento Veríssimo (2004b, p.173) reitera: “[...] existem na vida dum homem de honra duas coisas sagradas que ele deve fazer respeitar à custa de todos os sacrifícios: a cara e a casa.” A gauchidade encontra paragem nessa postura, pois valores que hoje são nitidamente cultuados e enaltecidos como honra, orgulho e virilidade e, por vezes, utilizados pela mídia na representação do gaúcho, refletem a maneira de pensar e de agir que se enraizaram no imaginário coletivo das gerações que sucederam a ocupação do território, especialmente, após o quase extermínio das populações indígenas pelas coroas espanhola e portuguesa.

Na trilogia, passados quatro anos, eles recebem a notícia de que há castelhanos<sup>7</sup> por perto e estão atacando ranchos e moradores. As mulheres (Henriqueta e Eulália, esposa de Antonio) e Pedro, filho de Ana, são levados para um esconderijo no mato. Ana, por opção, fica junto dos homens da família e luta contra os castelhanos, demonstrando papel de atividade, raramente associado à mulher. Mesmo assim, os homens da casa morrem no confronto. Ana é violentada e quando se recupera, corre para ver como estão os outros.

No esconderijo, Ana encontra seu filho, sua mãe morta e Eulália tendo alucinações. Só, ela enterra seus mortos e fica à deriva sobre

---

<sup>7</sup> Castelhana é o termo utilizado para denominar os indivíduos, que ocuparam as terras pertencentes à coroa espanhola. O interessante é perceber que “castelhana” além de designar o estrangeiro, também servirá para representar, não raras vezes, o mal, numa oposição binária simplista e equivocada, que marca a diferença entre nós e os outros a partir da dicotomia bem e mal, heroísmo e vilania.



os escombros do que fora sua casa. Portanto, o único descendente (homem) da família Terra que sobreviveu foi Pedro – um filho com o estigma de bastardo.

Ana exemplifica aspectos ambivalentes do feminino nessa gauchidade que se baseia em valores histórico-literários. Por um lado, revela a submissão da mulher, a impossibilidade de opinar e de escolher, bem como a insignificância de seus julgamentos, ideias e preferências – condutas que não se repetiam apenas no Rio Grande do Sul da época, mas que ainda hoje exibem traços conversadores e misóginos na sociedade contemporânea. Por outro lado, mostra a força e a coragem da mulher gaúcha (do campo), pois mesmo nas condições mais adversas ela não se permite acomodar, desempenhando o papel belicoso quando necessário.

Voltando à narrativa, noutra dia passou perto do rancho uma família que estava em viagem para Santa Fé, lugar em que um poderoso fazendeiro, o coronel Ricardo Amaral, desejava edificar uma vila. Ana, Pedro e Eulália seguiram viagem junto dos desconhecidos, levando consigo apenas uma roca e uma tesoura,<sup>8</sup> objetos que sobraram após o rancho ter sido queimado pelos invasores.

O Coronel Amaral é um personagem interessante, uma vez que os padrões de hombridade para ele e, que de certa forma referem-se ao pensamento de uma época, eram: “[...] um homem bem macho devia saber manejar a espada, a lança, a espingarda e a pistola, entender de criação e ser um bom cavaleiro.” (VERÍSSIMO, 2004a, p.170) Nessa citação há uma referência ao espírito corajoso, mas também turrão – de guerrear por poucos motivos –, do gaúcho acunhado “faca na bota”, que “não escuta desaforos”, como manifestam ditos

---

8 Em uma das cenas do filme, referenciado na introdução, Bibiana, interpretada pela atriz Fernanda Montenegro, diz que cabe às mulheres “fiar, chorar e esperar”. Esses verbos remetem à passividade, colocando a mulher num papel subalterno, mesmo fiar, que embora evoque certa atividade, tem sua associação ao espaço doméstico.

populares ainda vigentes. Esse perfil, de certa forma, ainda transparece nas representações feitas do gaúcho pela mídia.

Cabe esclarecer, que naquele período os fazendeiros que integravam o exército recebiam os postos mais altos e, frequentemente, os militares que se destacavam nos confrontos recebiam glebas de terras. A elite era formada pelos fazendeiros e militares – brancos e ricos, que poderiam ter ambas ocupações. Eles é que realmente governavam e mandavam no povo, tal qual exemplos de coronelismos vigentes em outros territórios. Eram esses sujeitos, portanto, que faziam prevalecer os valores, os hábitos, os comportamentos aceitos pela sociedade da época e perpetuado para gerações futuras, registrando a historiografia oficial hegemônica, ressaltada pela branquitude, pela fortuna e pelo machismo.

Em Santa Fé, Ana tornou-se parteira. Eulália, que já havia se recuperado, casou-se novamente. Pedro cresceu, desposou Arminda e foi para a guerra. Mais tarde, nasceram seus filhos: Bibiana e Juvenal. Ana ajudou a cuidá-los até sua morte. Na citação a seguir fica evidente a submissão da mulher, até mesmo certa anulação frente aos homens, contrastando com sua coragem e garra.

Santa Fé, como qualquer cidade gaúcha da época, é uma sociedade machista. Às mulheres, desde o nascimento, está reservado um lugar preciso na comunidade: devem obrigatoriamente se casar, parir filhos, cuidar dos afazeres domésticos e obedecer a seus maridos. Não há nenhum espaço de independência para elas: devem ser uma pálida sombra de seus maridos e viver em função deles. (VERÍSSIMO, 2004c, p.12)

Foi num dia de finados, do ano de 1828, que surgiu na cidade um certo Capitão Rodrigo, um tipo altivo, corajoso, que gostava de guerrear, montado em seu cavalo, com chapéu de barbicacho para nuca, lenço encarnado, violão a tiracolo e com sua espada embainhada.

O personagem pode ser retratado como um tipo pachola e peledor<sup>9</sup>, sem muito apego à terra ou riquezas materiais, mas também um homem belicoso, viril e destemido. Recentemente no cinema, interpretado pelo ator Tiago Lacerda,<sup>10</sup> arrancando suspiros e, de certo modo, com sua beleza notória, ocultando seu desprezo pela mulher e filhos. O filme retratou uma das passagens da obra, em que o Capitão é chamado para atender à filha agonizante, que não irá resistir à enfermidade, e ele decide permanecer no bar, bebendo e jogando com os amigos. Histórias como esta, permeiam a cultura vivida.

Neste sentido, sentimo-nos implicados a ressaltar a importância das políticas públicas que protegem à mulher, como a Lei Maria da Penha. No caso do RS<sup>11</sup> o estado apresenta dados alarmantes no ranking nacional de violência contra a mulher. Possivelmente, a construção e o reforço de uma identidade gaúcha centrada na

---

9 Em um diálogo com Bibiana, Rodrigo diz: “A vida vale mais que uma ponchada de onças. A gente passa trabalho numa guerra, mas se diverte muito.” (VERÍSSIMO, 2005a, p. 358). De certo modo, esta fala denota o valor que guerra e, por consequência, a belicosidade tem neste espaço. Em momento algum se questiona as atrocidades e os sofrimentos gerados, pelo contrário, sua associação é ao prazer.

10 Outros atores de renome no Brasil, que estrelaram a produção foram: Fernanda Montenegro, Marjorie Estiano, José de Abreu, Igor Rickli, Rafael Cardoso, Elisa Volpato, Luiz Carlos Vasconcelos, Leonardo Medeiros, Cyria Coentro, Suzana Pires, Mayana Moura, Paulo Goulart e Cléo Pires.

11 “No Brasil, o Rio Grande do Sul ocupa a 19ª posição em um ranking que lista os estados com a maior taxa de homicídios femininos, também com um número de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres. Se em uma escala internacional o país ocupa a 7ª posição com o mesmo índice do estado, que ocupa a 19ª, fica evidente o quanto esses números são ainda maiores em outros estados. [...] No contexto Estadual, no que concerne a políticas de gênero, apenas no ano de 2011 foi criada uma Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM-RS), extinta três anos depois, passando a integrar um departamento na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. Ao longo de sua duração, a SPM-RS, através de ações desenvolvidas, reduziu em 32% o número de feminicídios no estado, porém, os números de violência ainda são altos. No ano de 2014, de acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o estado foi responsável por 10% de todos os crimes contra a liberdade sexual no Brasil. Além disso, foi o líder em um ranking nacional sobre o número de tentativas de estupro e quarto lugar no número de ocorrências do ato. Somam-se a isso, os dados levantados [...], que listam três cidades gaúchas entre as 100 mais violentas para mulheres no Brasil (Taquara, Guaíba e Lajeado)”. (HENRIQUES, 2015, p.35-41)

masculinidade e no patriarcado, contribuem para colocar a mulher no plano da subjugação e da satisfação das vontades do homem, seja pelo “livre” consentimento ou pelo uso da força e da violência.

Muitas das guerras da ficção baseiam-se nos confrontos, nas batalhas e nas revoluções que fazem parte da história do RS. As guerras constantes, supostamente, imprimem ao gaúcho a belicosidade, o espírito guerreiro acrescido por um código de honra extremamente rígido, mas que condiz exclusivamente aos interesses dos homens da classe hegemônica. Esses elementos, em maior ou menor grau, também são frequentemente trazidos pela mídia, como podemos visualizar no anúncio a seguir.



**Figura 1 -** Anúncio 1 (Dimensão original 27,75x15,81cm)  
Fonte: Jornal Zero Hora

A mensagem da peça publicitária faz lembrar um trecho de *O Tempo e o Vento* em que Veríssimo (2004b, p. 54) diz: “Poucos sabiam ao certo porque lutavam, mas havia na Província a tradição de ‘pelear com os castelhanos’, e seus homens encaravam as invasões como uma fatalidade [...]”. Muitas vezes os que lutavam apenas seguiam as ordens de “seus” senhores. Neste interim, o oprimido tende a seguir o opressor e reproduz suas vontades, talvez, na vã esperança de igualar-se a ele para diminuir seu sofrimento, sem dar-se conta que aí fomenta o sistema e aumenta ainda mais suas diferenças.

Na narrativa, Bibiana e Rodrigo casaram-se, mesmo a contragosto de Pedro Terra – pai dela. Da união de ambos nasceu a família Terra Cambará. O primeiro filho do casal chamou-se Bolívar, segundo o pai em homenagem a Simon Bolívar, libertador da Venezuela. Passado um tempo sem guerras, Rodrigo cansou da vida pacata da cidade e do casamento e se entregou à bebida, ao ócio, ao jogo e às mulheres. A história mantém Bibiana apaixonada e submissa ao marido, pois mesmo a par dos acontecimentos, ela segue resignada ao lado dele, possivelmente, indicando a postura que se esperava das mulheres.

Segundo Veríssimo (2004a, p.236):

Os homens do Rio Grande estavam de tal modo habituados à luta e às correrias que quando vinha a paz não se conformavam mais com o trabalho da terra, em que tinham de ficar mourejando de sol a sol, agarrados ao cabo da enxada ou da foice.

Assim, o estado de desalento de Rodrigo só acabou depois que suas filhas morreram e que a guerra entre caramurus<sup>12</sup> e farroupilhas começou. O personagem foi para essa luta e morreu quando tomou a casa do coronel Amaral, aliado do Império Brasileiro.

---

12 Termo utilizado para designar os combatentes do exército imperial que defendiam as causas do Império Brasileiro durante a Revolução Farroupilha.

Bolívar, o filho do casal, cresceu, tornou-se homem e desposou Luzia Silva, filha de criação de Aguinaldo Silva, um nordestino que enriqueceu em Santa Fé. Bibiana foi morar no sobrado de Aguinaldo, junto de Luzia e Bolívar. O casal teve um filho, Licurgo Terra Cambará, que acabou sendo criado pela avó Bibiana, em virtude de Bolívar, Luzia e Aguinaldo terem falecido.

Bibiana, nesse momento, é uma senhora de meia idade centralizadora e autoritária, que embora tenha sido submissa boa parte de sua vida, assume o controle da casa, do neto e das propriedades. Novamente, volta a aparecer o traço ambíguo da personalidade feminina na gauchidade forjada nessa obra.

Ao casar-se com Luzia e Aguinaldo falecer, Bolívar passou a ser dono do Sobrado e do Angico – estância de propriedade da família. Portanto, um senhor de muitas posses. Seu filho Licurgo, por consequência, será um dos homens com maior poderio econômico na cidade e desfrutará também de prestígio político. Licurgo aprende suas lições com sua avó Bibiana e nas rodas de chimarrão com a peonada do Angico. Sobre honra:

[...] um homem para ser bem macho precisava ter barba e vergonha na cara. Ter vergonha na cara significava possuir uma cara limpa em que nenhum outro homem tivesse batido. “Se um homem te esbofetear, mata o canalha no sufragante”. Ter vergonha na cara significava também nunca faltar à palavra empenhada, custasse o que custasse. (VERÍSSIMO, 2004b, p. 214)

Nessa citação fica evidente um código de honra rudimentar, possivelmente, compartilhado nos galpões do século XIX. Talvez, para um melhor entendimento devêssemos ler de maneira metafórica o que está sendo dito, pois, desta forma, correríamos menos risco de não entender os valores presentes nessa fala.

Licurgo casou com sua prima Alice e tiveram dois filhos, Toríbio e Rodrigo, os quais acompanharam o cerco ao sobrado em que viviam, durante a Revolução de 1895. Posto que Licurgo fosse o prefeito, com

ideais republicanos, adepto de Júlio de Castilhos, portanto positivista e chimango. Apesar do status que assumia, para Veríssimo (2004d, p.17):

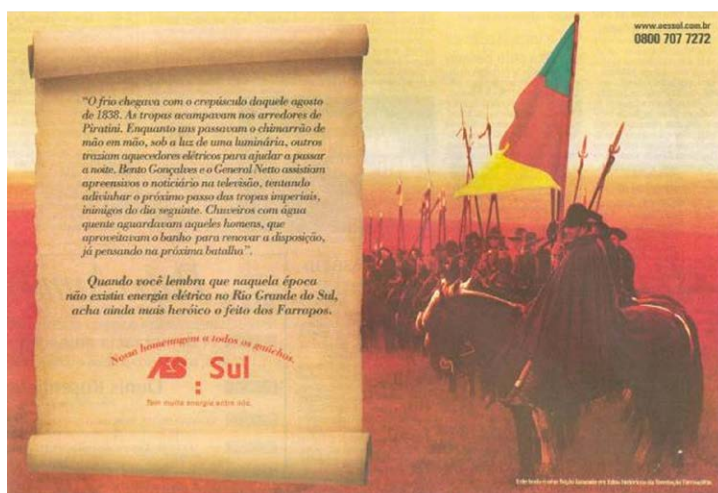
[...] Licurgo Cambará desprezava o conforto. Gaúchos como ele em geral dormiam em camas duras, sentavam-se em cadeiras duras, lavam-se com sabão de pedra e pareciam achar indigno de macho tudo quanto fosse expressão de arte, beleza e bom gosto. Isso explicava a nudez e o desconforto de suas casas, a aspereza espartana de suas vidas.

A mulher de Licurgo, por exemplo, deu a luz em meio ao cerco, teve complicações no parto e a filha nasceu morta. A criança foi enterrada no porão da casa e Licurgo relutou em chamar o médico para dar assistência a sua mulher e aos demais feridos que se encontravam na casa. Seu orgulho estava acima de qualquer coisa. Apesar das perdas, ele considera-se ter saído vitorioso deste cerco – mesmo com a mulher em péssimo estado de saúde e a filha morta, pois assumiu mais uma vez a intendência.

Cabe refletir sobre o conceito do que é a vitória nesse caso, pois, se ganhou pela resistência, o personagem, ao mesmo tempo, perdeu pela prepotência e arrogância. Sua filha e companheiros de luta morreram e sua esposa ficou com a saúde comprometida. É de se pensar no valor que a guerra acaba por assumir na vida desse povo (gaúchos) e toda a carga de significados que ela traz consigo.

Os primeiros traços de maior relevância no que diz respeito a identidades distintas e de internacionalização aparecem, na obra, com Rodrigo e Toríbio, quarta geração dos Terra Cambará. Eles também formam parte da aristocracia do período. O primeiro é um gaúcho urbano – influenciado pela representação eurocêntrica de homem da época, especialmente a francesa, como se pode observar nos relatos do personagem, foi para capital estudar medicina, adquiriu modos de vida sofisticados, gostava de *champagne* e caviar. O segundo remete ao gaúcho do campo, seu modo de vida era simples, tomava cachaça e comia carne de gado e de ovelha, o típico churrasco.

No trecho a seguir Rodrigo refere-se a Toríbio, dizendo assim: “É um bárbaro! Representas um Rio Grande que tende a desaparecer, um Rio Grande que vive em torno do boi e do cavalo, heróico sim, não há dúvida, mas selvagem, retardatário.” (VERÍSSIMO, 2004c, p.135). A fala de Rodrigo se concretizou parcialmente na esfera não-ficcional, já que o gaúcho representado por Toríbio hoje é minoria no Estado. Contudo, ele é resgatado pela mídia, retornando simbolicamente para marcar datas especiais, como o dia 20 de setembro, data magna que se comemora o Dia do Gaúcho. O anúncio a seguir exemplifica essa fala.



**Figura 2** - Anúncio 2<sup>13</sup> (Dimensão original 17,31x25,49cm)

Fonte: Jornal Zero Hora

13 A imagem do pergaminho traz o seguinte texto: “O frio chegava com o crepúsculo daquele agosto de 1838. As tropas acampavam nos arredores de Piratini. Enquanto uns passavam o chimarrão de mão em mão, sob a luz de uma luminária, outros traziam aquecedores elétricos para ajudar a passar a noite. Bento Gonçalves e o General Netto assistiam apreensivamente o noticiário na televisão, tentando adivinhar o próximo passo das tropas imperiais, inimigos do dia seguinte. Chuveiros com água quente aguardavam aqueles homens, que aproveitavam o banho para renovar a disposição, já pensando numa próxima batalha.” O anúncio segue “Quando você lembra que naquela época não existia energia elétrica no Rio Grande do Sul, acha ainda mais heróico o feito dos Farrapos”; e assina: “Nossa homenagem a todos os gaúchos. AES Sul: tem muita energia entre nós”.



Na obra de Veríssimo, Rodrigo – filho de Licurgo e Alice – casou-se com Flora e teve cinco filhos: João Antonio, Floriano, Eduardo, Alice e Bibi. Cada um deles representava um tipo distinto, filiados as mais diversas correntes ideológicas vigentes na primeira metade do século XX, que deram continuidade à história.

Outro episódio que traz marcas da gauchidade, é retratado a seguir. Quando, Florêncio, sobrinho de Bibiana, depois do casamento e morte de Bolívar, relutou por anos para entrar no Sobrado. Em um diálogo com Dr. Winter, médico alemão que clinicava em Santa Fé, fica clara sua posição; o doutor começou dizendo:

- *Pois acho que vosmecê devia quebrar seu orgulho...*
- *Não é orgulho.*
- *Que é então? Teimosia?*
- *É vergonha. (VERÍSSIMO, 2004b, p.193)*

O orgulho é o sentimento que marca a gauchidade em sua essência. Compartilhado por muitos, o orgulho ainda agrega outra série de sentimentos traduzidos pelo apego à terra natal, à memória dos antepassados e à honra. Mas, o orgulho tem seu lado menos glorioso, quando leva a guerras, promove desavenças, provoca mortes em nome de uma honra estranha, gerando sofrimento e dor. Dificilmente, se fala em arrependimento ou perdão, valores e atitudes que na narrativa são associadas à mulher, geralmente, para demonstrar fraqueza ou temor.

Embora a descrição e a interpretação dessa obra tenham sido breves, é possível observarmos características diversas de seus personagens, que ao longo da história são capazes de mostrar a transformação que há na formação do gaúcho e, ao mesmo tempo, a permanência de determinadas marcas. De certo modo, essa diversidade de personagens que representam traços da gauchidade mostra o quanto sua composição é complexa.

Na segunda metade do século XVIII, por exemplo, têm-se as figuras de Maneco Terra e Pedro Missioneiro. Um refere-se a um pequeno produtor que viveu com sua família de forma simples, era rude e apegado à terra; o outro era descendente indígena e ficou a vagar pelo continente depois do Tratado de Madrid e da perda da Guerra Guaranítica. Pedro mostra, em certa medida, um retrato da origem do termo gaúcho, como um andejo, solitário, sem lei ou rei. A rusticidade é um traço que também se mostra com clareza em Licurgo e Maneco. Às vezes entendida como grossura e até hostilidade, ela também confere sentidos à gauchidade.

O Tempo e o Vento embora uma obra ficcional, apoia-se em fatos históricos que permeiam a história do RS, bem como nos valores, hábitos e tradições da época, como podemos observar no paralelo traçado entre a cronologia da história do estado, de modo que fica nítido o uso dos fatos históricos na vida de cada um dos personagens criados pelo autor. No estudo da coletânea, percebemos alguns traços de gauchidade que se destacaram na trama e que ajudam a caracterizar o imaginário do e sobre o gaúcho. Esses traços são: belicosidade, honra, rudeza, valentia, bravura, apego à terra, hombridade, mas também orgulho, arrogância e prepotência.

## **Anahy de las Misiones**

O filme Anahy de las Misiones narra a vida da família de Anahy na luta para sobreviver durante a Revolução Farroupilha. Enquanto O Tempo e o Vento se passa nos séculos XVIII, XIX e XX, esse filme retrata um período específico, os anos de 1835-45. A narrativa cinematográfica é mais um produto midiático que retoma fatos da história para desenvolver o seu enredo e, ao mesmo tempo, retomar e ressaltar valores, hábitos e tradições da cultura gaúcha da época.

Logo na primeira cena aparece a família, composta pela *madre*<sup>14</sup> Anhay, a guria Luna, o guri Leonardo (Leon), o rapazola Teobaldo (Teo) e o filho mais velho Solano. Eles estão andando em um campo aberto e dois deles ocupam o lugar dos bois, puxando um velho carroção. É inverno de 1839 e eles estão no rastro da pólvora, ou seja, passam pelos lugares onde se deram combates recentes, em busca de objetos de alguma valia como, por exemplo, botas, poncho, anéis, armas, em meio a mares de cadáveres. O objetivo é arrecadar esses objetos para revender mais tarde nos acampamentos militares, sejam eles republicanos ou imperialistas.

Mais uma vez, a temática da guerra atravessa a história a partir da revolução mais longa do Estado. Os termos farroupilha e farrapos eram utilizados para designar o exército republicano que, com tantos anos de peleja e sem muito dinheiro, teve seus pertences deteriorados com o passar do tempo. Contudo, mesmo nessas condições o orgulho não se abateu, muito pelo contrário, parece até ter ficado mais acentuado. Ainda hoje é enaltecido e trazido pela mídia, especialmente nas comemorações do dia 20 de setembro.

No filme, Anahy é a chefe da família, contrariando a lógica patriarcalista vigente no Continente de São Pedro do Rio Grande. Como matriarca Anahy mostra a força da mulher, a exemplo de Ana Terra, conduzindo sua família. Eles não têm teto, nem paradeiro certo. Vagueiam pelo território. Acampam e dormem no mato. Eis aí outro conjunto de personagens que representam também o conceito de gaúcho na sua acepção original.

---

14 As fronteiras do estado do RS só se estabilizaram no século XIX. Antes foram objeto de muitas disputas e confrontos, caracterizando-se por movediças em razão de vitórias e tratados. Portanto, o termo de origem castelhana é incorporado à fala dos personagens, mesmo que do lado do império brasileiro.

Conforme foi dito, sua família tira sustento das negociações que faz quando encontra os acampamentos militares. Antes de chegar nestes lugares, Anahy instrui sua filha Luna para se “arrumar”. Ela se envolve em ataduras, para simular que é portadora de escrufulose. Assim, evita que os homens dos acampamentos se aproximem e tenham algo contra sua “honra”. Embora, a mãe pudesse conduzir sua família como chefe, a figura da mulher, na personagem Luna, aparece de forma fragilizada, ficando à mercê da sorte contra os demais.

Durante as longas caminhadas, viajando pelo continente, Anahy conta lendas do folclore sul-rio-grandense, como a do Boitatá e a da Índia Minuana que vive nos rochedos, cujo assobio nenhum homem pode ouvir, caso contrário poderá se transformar em pedra. Através dessas histórias, ela mostra o saber adquirido pelos anos de experiência e, também, o valor que dava para o conhecimento transmitido pela oralidade. Hoje, são muitas as lendas e os causos que permeiam o folclore do estado.

Em meio às andanças, a família encontra um homem muito ferido. Anahy, apesar da promessa que fizera de não ajudar a ninguém de exército algum, acaba por auxiliar o farrapo Manoel Soares. Depois de curado, ele e Teo vão para o combate, guerrear ao lado dos farroupilhas. Anahy amarga em silêncio àquelas partidas, pois, muito embora contrariada com a ida do filho para a guerra, reconhece sua bravura – outro componente que serve ao discurso da gauchidade.

Numa das cenas, Anahy passa pela estância de Joca Ramires, antigo conhecido seu, que em uma conversa reclama das mazelas causadas pela Revolução. Ele está disposto a abandonar o campo e ir viver na capital. Para tanto, pede a Anahy que leve consigo Picumã, uma mestiça que vive por lá. Picumã segue seu caminho com a família de Anahy e passa a “servir” sexualmente Leon e Solano. O trecho

mostra a impotência das mulheres, que é mais acentuada quando se trata das que não possuem títulos ou posses, nesse caso uma mestiça, possivelmente bastarda, cujo destino é satisfazer os prazeres dos dois homens. Nessa passagem, também se percebe o êxodo do campo para a cidade, fato que tem acompanhado a realidade desse Estado e dos demais do Brasil, aumentando a periferia, já que, atualmente, a maior parte dos subsídios destinados ao campo dirigem-se aos grandes produtores, em especial de *commodities*, a juros módicos se comparado a outras práticas do mercado financeiro.

Em uma das negociações num acampamento farroupilha, Anahy descuida-se de Luna, sua filha, que procura o médico argentino Pedro Galvan e com ele perde sua virgindade. Luna engravida do médico e esconde a gravidez da mãe por um período. Luna repete a história de Ana Terra, que foi mãe solteira e deixou-se seduzir, relegando a ela um lugar de passividade e não da mulher empoderada que decide por si em ter uma relação sexual fora dos cânones de um casamento.

A família de Anahy segue seu curso, saqueando os mortos para vender seus pertences nos acampamentos, garantindo suas sobrevivências. Contudo, num destes campos de batalha, Anahy se depara com outra face da morte ao encontrar o corpo de seu filho Teo ao lado do amigo Manoel. Ela e Solano cavam uma cova para os dois, os sepultam e tentam seguir. Mas, em uma cena dramática Anahy não consegue mais resistir ao pranto que lhe invade, joga-se ao chão lamentando em um choro quase que esquizofrênico as várias perdas que teve ao longo destes anos de batalha.

Em tempos de guerra o sofrimento, em especial das mulheres é quase uma constante, pois, além de terem que executar o trabalho antes feito pelos homens, dificilmente despem o luto. Essa força que as mulheres encontraram para dar continuidade às suas vidas, em

meio a tantas batalhas, confrontos, destruição e revoluções é uma presença marcante nas narrativas e acaba por aparecer como traço da gauchidade midiática.

O filme termina com a retomada da marcha pelos membros que restaram da família e Anahy conversando com Luna sobre gravidez e o parto.

Anahy é uma mulher forjada pela guerra e que tem que se adaptar a ela. Seu comportamento é fruto de seu tempo: busca, em primeiro lugar, a sobrevivência e, no desdobramento disso, manter a família unida a qualquer custo. Dentre suas falas pode-se destacar: “O que está feito não se desfaz.”; “Sei tirar partido da guerra e da vida.” e “A vida nunca tinha se enfurecido com Anahy de las Misiones como de uns tempos pra cá... Mais ainda sobrevivo a muitos desavindos”.

Convém destacar que as personagens Anahy de las Misiones, Ana Terra e Bibiana Cambará, possivelmente, remetam a uma minoria das mulheres que viveram em suas respectivas épocas. Essas figuras midiáticas foram representadas pelos sentidos de força, coragem, resistência e sofrimento. Todas elas são exceções em uma sociedade patriarcal, machista e misógina. Contudo, marcam, de certa forma, a participação feminina na gauchidade sobre outro aspecto, o da fibra e da valentia.

Enfim, o filme traz elementos marcantes da gauchidade de tempos passados, todos atravessados pela guerra. São eles: belicosidade, firmeza, simplicidade e força.

### **Considerações Finais**

Mesmo que as obras descritas “O Tempo e o Vento” e “Anahy de las Misiones” sejam ficcionais, todas tomam por base e/ou por inspiração

a história de constituição do atual estado do RS. Contam suas lendas, seus folclores, suas guerras para mostrar a formação dos valores, dos hábitos, dos interesses, das morais, das estéticas, das regras e, portanto, dos significados culturais de um povo.

Cabe dizer que essas produções midiáticas foram reveladoras de valores e costumes que se referem a uma gauchidade voltada à construção de tradições, incorporadas por instituições midiáticas, mas também regulamentadoras. Além de apresentarem uma visão semelhante a partir de narrativas distintas.

Ambas as obras abordam a gauchidade, em uma das formas mais tradicionais, por meio das lutas e guerras, salientando a belicosidade e a bravura do povo sul-rio-grandense. Por outro lado, ao mesmo tempo em que sinalizam diversas formas de opressão e violência, alimentam um imaginário social heroico de um gaúcho positivista, conservador, ruralista, misógino, branco, elitista e heteronormativo; incorrendo em relações binárias excludentes e marginalizantes, que não dão conta da valorização da diferença se não para inferiorizar pessoas e grupos sociais, alijando-os de sua própria história e cultura.

## Referências

ANAHY de las Misiones. Direção de Sérgio Silva. Roteiro de Sérgio Silva e Gustavo Fernández. Produção de M. Schmiedt Produções. Porto Alegre. 1 DVD, son., color.

BRAIDOTTI, R. **Feminismo, diferencia sexual y subjetividade nómada**. Barcelona: Gedisa, 2004.

Golin, T. **Identidades**: questões sobre as representações culturais no gauchismo. Passo Fundo: Clio Méritos, 2004.

HALL, S.; DU GAY, P. **Questions of cultural identity**. Londres: Sage, 1996.

HENRIQUES, M. N. **Identidade feminina gaúcha**: representações de gênero nos programas regionais *Bah!*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (1997).

JACKS, N. **Querência**: cultura regional como mediação simbólica: um estudo de recepção. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

LISBOA FILHO, F.F.; MORAES, A.L.C. Estudos Culturais aplicados a pesquisas em mídias audiovisuais: o circuito da cultura como instrumental analítico. **Revista Significação**, São Paulo, v. 41, N. 42, 2014.

LISBOA FILHO, F. F. A gauchidade midiática no RS: apontamentos sobre a cultura regional na mídia. **Comunicação Midiática**, São Paulo, v. 7, n.1, jan/abr 2012.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, D. de. (org.). **Sociedade midiática**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 1992 (2006).

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

SILVEIRA, A. C. M. da. **O espírito da cavalaria e suas representações midiáticas**. Ijuí: EdUnijuí, 2003.

VERÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento** [parte I]: o continente. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a. v. 1.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004b. v. 2.

\_\_\_\_\_. **O tempo e o vento** [parte II]: o retrato. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004c. v. 1.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004d. v. 2.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Trad. André Glaser. São Paulo: Unesp, 2011.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.



# A fotografia na feira: entre olhares, fatos e experiências compartilhadas

Maria Catarina Chitolina ZANINI

Silvana Silva de OLIVEIRA

Daniele Palma CIELO

## Uma breve apresentação da pesquisa

Este artigo tem por objetivo apresentar nossa experiência com a produção e uso de imagens fotográficas em etnografias realizadas no Feirão Colonial de Santa Maria, RS. O “Feirão”, como é denominado, acontece durante todas as manhãs de sábado no *Centro* de Referência de *Economia Solidária Dom Ivo* Lorscheiter, espaço pertencente ao Projeto Esperança/Cooesperança, que tem relação direta com a Arquidiocese de Santa Maria, vinculada à Igreja Católica.

As experiências etnográficas aqui apresentadas são fruto de um projeto de pesquisa mais amplo intitulado “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”, sob coordenação de Maria Catarina Chitolina Zanini, vigente desde 2011<sup>1</sup>. Este projeto estudou e acompanhou a dinâmica de várias feiras na cidade, sempre fazendo uso de registros visuais como instrumento de pesquisa e também de interação com os feirantes e as interfaces da feira. Desta forma, consideramos importante elaborar, de forma compilada nesse artigo, uma curta apresentação de como

---

1 O projeto de pesquisa foi financiado pela Capes/CNPq no edital MCTI/CNPq /SPM-PR/MDA N.32/2012, ao qual agradecemos.

se processou a introdução da captura de imagens e como o uso da técnica nos abriu portas no transcorrer das pesquisas.

Este artigo apresenta, desta forma, a interação particular das pesquisadoras com o universo das feiras, bem como reflexões mais amplas, elaboradas na equipe do projeto maior. Transitaremos entre reflexões mais autorais e outras mais coletivas. E as imagens, embora sejam autorais, foram conduzidas pelas perguntas do projeto e seu andamento. São assim, elas também, possibilidades interpretativas e narrativas do “outro” e o que dele nos permitimos conhecer por meio de nossos recortes epistemológicos e espaço/temporais. E, desde já salientamos que esta é por nós considerada uma das grandes riquezas do uso de acervos visuais nas pesquisas. E também a maior de suas limitações. Enfim, desafios.

### **O uso da fotografia na pesquisa: uma breve introdução**

A fotografia pode ser um elemento complementar do texto antropológico escrito e sua possibilidade narrativa do “outro”. Desde a experiência de Margaret Mead e Bateson (Samain, 1995; Freire, 2006) com o uso de imagens, pode-se dizer que alguma poesia foi inserida neste casamento entre escrita e cotidianidade permitida pela captura de imagens e a possibilidade ali cristalizada de tempo e espaço, mesmo que de forma ilusória e autocentrada por vezes. Limites entre o racionalmente narrável e aquilo que ainda mais sempre poderia ser dito acerca do vivido. Hoje, o ato de fotografar tem um significado distinto daquele que tinha em circunstâncias passadas, em que os ateliês fotográficos eram considerados casas de mágicas e permitido a poucos (SONTAG, 1977; PEREIRA, 2008).

Na Antropologia, o uso da fotografia vinha sendo explorado como recurso de pesquisa, o que é perceptível na obra de Malinowski (1984), na qual as fotos representam o encontro entre o pesquisador e o “nativo”. Contudo, o uso de fotos era reportado como tentativa

de exibir o exótico, servindo mais como um elemento ilustrativo do que um instrumento de interação e troca na observação participante. Nesse sentido, as imagens faziam parte dos anexos dos antropólogos sobre povos distantes, de modo que as fotografias não integravam o corpo do texto etnográfico com vistas à construção de uma narrativa. Nas palavras de Godolphim, as “imagens não eram articuladas de forma a participarem do texto” (GODOLPHIM, 1995, p. 162).

Na contemporaneidade, porém, o uso da câmera fotográfica popularizou-se, de tal forma que se tornou acessível também para aqueles que não são profissionais na arte de fotografar. Desse modo, com a inserção da câmera digital na pesquisa antropológica, a utilização da imagem passou a ser tanto objeto de preocupações éticas quanto recurso de obtenção de narrativa visual e de um melhor conhecimento do “outro”. Tendo isso em vista, autores como Samain (1994, 1995, 2007) e Godolphim (1995) salientam em seus trabalhos como as fotografias guardam memórias e expressam estilos de vida. Segundo Martins (2011, p. 10), “o visual se torna cada vez mais documento e instrumento indispensáveis na leitura sociológica dos fatos e fenômenos sociais”. E em nossa pesquisa podemos, dia após dia, verificar a importância disto e o impacto que uma boa galeria de imagens produz nas análises, principalmente de pesquisas como a das feiras que começou em 2011 e ainda está em andamento. As feiras são espaços vivos, dinâmicos, interativos, complexos e repletos de vida. O que a captura de imagens nos possibilitou foi, de certa forma, mapear este universo ainda pouco estudado em que muitas economias e capitais se processavam.

Ao longo da pesquisa consideramos muito importante também utilizar as imagens como elemento de interação na devolução do material visual, estimulando a relação com o grupo e também o diálogo a respeito do material, prática já usual em etnografias. O que de fato ocorreu num segundo momento, quando chegamos para

entregar fotos impressas para os feirantes, que de uma forma geral ficaram surpresos e ampliaram nossas possibilidades de interação e de diálogo<sup>2</sup>.

No trabalho de campo realizado nas feiras de Santa Maria, a apropriação da fotografia auxiliou na construção de narrativas e percepções de significados acerca dos diversos tipos de sociabilidade que permeiam as relações sociais ali expressas, sejam as mercantis ou as não mercantis. Além disso, as fotografias contribuíram para a aproximação com o grupo pesquisado, que visualiza nas imagens impressas ou digitalizadas a concretude de sua atividade de feirantes. A recepção das imagens por parte dos feirantes foi, sem dúvida, um grande exercício reflexivo, seja para nós pesquisadoras ou para eles, que ali sem viam no exercício de suas atividades. E, como falamos de pessoas em interação e de seres humanos em expressão de si mesmos, o que o uso das imagens nos possibilitou foi o ingresso numa certa praticidade da vida na feira bem como no poético que ali habita também: o uso dos espaços, do tempo, das cores, das disposições e de seres humanos lutando pela sobrevivência e para ocupar com dignidade seu lugar no mundo do trabalho. E as imagens nos possibilitaram isto com muita sensibilidade. A sensibilidade de poder observar e ser observado e o resultado disto ali, expresso em imagens como possibilidades de narrativas situadas no tempo e no espaço. Que ali, naquele momento, foi um tempo compartilhado. O do fotógrafo e do fotografado. E compreendemos que ambos estão impressos de formas diversas nas imagens capturadas. O olhar de um e o “ser” (feirante) do outro.

---

2 Para Godolphim, aliada à perspectiva descritiva da etnografia: “As fotos não só podem ajudar na descrição, como podem de fato reconstruir o “clima” das situações vivenciadas nas cores que ela se apresentava, criar um ambiente de verossimilhança e por conseguinte de persuasão. As imagens não se deveriam mais se limitar a “reviver” um estar lá, mas sedimentar alicerces do caminho da descrição interpretativa e auxiliar na articulação das tramas da indução, ajudar na compreensão das interpretações, e não apenas distrair a atenção do leitor entre o folhear das páginas. Nessa perspectiva, a imagem não meramente ilustra o texto, nem o texto apenas explica a imagem, ambos se complementam, concorrem para propiciar uma reflexão sobre os temas em questão (GODOLPHIM, 1995, p.131)”.

## **O uso da fotografia no início da pesquisa: algumas considerações**

A experiência em utilizar máquina fotográfica para realizar pesquisa etnográfica foi muito proveitosa, pois ajudou no estabelecimento de uma relação de confiança e intimidade entre pesquisadoras e pesquisados. Embora a aplicação de questionários no início da pesquisa tenha auxiliado a obter maiores conhecimentos sobre os feirantes, abarcando questões como geração, etnia, escolaridade, tamanho das propriedades rurais e local de moradia, foi com o ingresso da fotografia que se estabeleceu uma relação de trocas significativas. Éramos nós, as pesquisadoras e eles, os pesquisados e nas imagens isto se mesclava no tempo e espaço ali registrados. Era nosso olhar de fotógrafas neófitas e eles, trabalhadores experientes na luta pela sobrevivência via feira. Estes encontros foram documentados e, para nós, olhar estas fotografias é também sempre fonte de muita satisfação e aprendizado. Enfim, construímos memórias nas pesquisas. E este exercício faz com que nunca saíamos de um campo de estudo da mesma forma que entramos. Éramos já outros. E as fotografias dialogam com este processo de produção de conhecimento.

No ano de 2013 teve início a pesquisa etnográfica no Feirão Colonial em Santa Maria, Rio Grande do Sul.<sup>3</sup> Desse modo, fui a primeira pesquisadora a iniciar etnografia no Feirão, que ocorreu por meio de diferentes formas de aproximação com os feirantes<sup>4</sup>. Apesar disso, acredito que a maneira mais eficaz de contato tenha ocorrido por

---

3 Pesquisa etnográfica resultou na dissertação de mestrado em Ciências Sociais intitulada “Pegando feira”: Trocas, Reciprocidade e Mercado no Feirão Colonial em Santa Maria, RS”, bem como integrou o projeto denominado “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”, defendida em 2015.

4 Narrativa da experiência em campo da pesquisadora Silvana Silva de Oliveira. Salienta-se, como já assinalamos no início do artigo, que, ao longo deste texto, é empregada tanto a primeira pessoa do singular quanto a primeira pessoa do plural, pois algumas das reflexões foram realizadas em conjunto e outras expõem narrativas mais pessoais sobre a inserção da fotografia na pesquisa – método muito utilizado na perspectiva antropológica.

meio do uso da máquina fotográfica, momento no qual eu já contava com a presença de outra pesquisadora do projeto,<sup>5</sup> Maria Rita Py Dutra, para a realização da pesquisa.

Inicialmente, frequentava a feira como consumidora. Em seguida, com a aplicação de questionários abertos para o projeto “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”, passei a me apresentar como estudante da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Com a inserção de Maria Rita em campo, começamos a circular pelas bancas e a conversar mais detalhadamente com cada feirante. Nessa etapa, como minha timidez acabava sendo um obstáculo à nova interação propiciada pela pesquisa, inspirada por outras pesquisas etnográficas, passei a levar junto em nosso percurso uma máquina fotográfica. Desde então, como mencionado, a aproximação com os feirantes se tornou mais eficaz, porque a fotografia permitiu uma interação menos informal, permeada de trocas e alguma jocosidade. Nesse sentido, muitas vezes, enviava as fotos ali registradas para os feirantes e, em contrapartida, recebia como agradecimento produtos destes, como alface, tomate e chuchu. Relação esta sempre permeada pela reciprocidade dos saberes ali reconhecidos. Eu, uma fotógrafa neófito e eles, trabalhadores da terra.

Por conseguinte, no momento em que passei a levar a máquina fotográfica comigo, esta ajudou a “quebrar o gelo” da interação, servindo como uma forma de iniciar a conversa com diversos feirantes. Alguns ficavam curiosos com a presença da câmera, enquanto outros gostavam de ser fotografados. Logo, a observação passou a ser uma “observação itinerante nas bancas”. Acredito, dessa maneira, que a fotografia foi um elemento que facilitou nossa aceitação entre os feirantes, além de ter auxiliado na inserção de novos integrantes na

---

5 5 Mais adiante no texto será explicitado o porquê do uso do termo mais eficaz.

pesquisa, como Daniele Cielo, também bolsista do projeto, que passou, igualmente, a levar uma máquina fotográfica ao iniciar conosco a etnografia no Feirão.

No decorrer das observações em campo, contudo, a preocupação em não ser demasiadamente invasiva com os *flashes* da máquina fotográfica sempre esteve presente no ato de fotografar. Por esse motivo, sempre procurávamos, logo depois de cada “clique”, mostrar as imagens aos feirantes, ficando aliviadas ao receber sorrisos ou respostas como “que lindo!”. As imagens sempre foram efetuadas com o consentimento dos feirantes.

Ao chegar à Feira, nossa rotina era comprar um café de R\$ 0,75 em uma banca da área de alimentação, na qual também eram vendidos pastéis fritos na hora. Algumas vezes, comentávamos e discutíamos textos e pesquisas etnográficas antes de iniciarmos nosso percurso pelas bancas.



**Figura 1-** Imagens feitas em 2014 antes de iniciarmos nosso percurso pelas bancas. Na foto, com uma caneta na mão e um café ao lado, Daniele Cielo faz suas anotações.

Fonte: arquivo da pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”; fotos capturadas pela pesquisadora Silvana Oliveira

Após, circulávamos pelo pavilhão *hortifrúti*,<sup>6</sup> conversávamos com algum feirante, perguntávamos sobre os produtos, comprávamos alguns e observávamos a interação com outros feirantes e fregueses. Dessa maneira, chegávamos às bancas e solicitávamos autorização para tirar algumas fotos dos produtos para a pesquisa sobre feiras. Foi assim que conseguimos observar de que maneira acontecia o cotidiano da Feira, de que forma o freguês chegava à banca ou de que modo o feirante abordava o consumidor, em que momento o feirante dava um desconto ou quando aumentava o preço de seu produto, isto é, as práticas e táticas empregadas pelos camponeses no momento da venda (OLIVEIRA, 2015). Assim, ficávamos atentas aos “imponderáveis da vida real” (com o auxílio da máquina fotográfica), pois, como expôs Malinowski (1984) em seu manual, uma boa etnografia buscaria a “carne e o sangue da vida nativa real que preencheriam o esqueleto vazio das construções abstratas” (MALINOWSKI, 1984, p. 29). E as imagens nos possibilitam, também, revisitar memórias e melhorar nosso diário de campo. Torna-se também um exercício reflexivo entre memória e a escrita etnográfica e seus desafios (CLIFFORD, 1998).

## **O uso da fotografia no decorrer da pesquisa: algumas considerações**

O uso da fotografia foi fundamental também na minha<sup>7</sup> inserção em campo. Notei tal importância desde o momento em que comecei a levar comigo a câmera fotográfica e que iniciamos o processo de pedir autorização para fotografar, “bater as fotos”, mostrar o resultado, assim como entregar fotos impressas a total diferença de relação que estabelecemos com os feirantes por meio do uso das imagens.

---

6 Denominação “nativa” para o espaço em que são comercializados produtos como verduras, frutas, hortaliças, legumes, ovos, entre outros.

7 Narrativa da experiência em campo da pesquisadora Daniele Palma Cielo.



Minha inserção na equipe do projeto se deu em meados do ano de 2013, quando a pesquisa no Feirão Colonial já havia sido iniciada pelas colegas Silvana Silva de Oliveira e Maria Rita Py Dutra. O que me apresentou certa dificuldade, uma vez que os questionários, que possibilitaram uma primeira interação pesquisadoras-pesquisados, já haviam sido aplicados e eu estava partindo do zero sem um primeiro contato que me possibilitasse maiores informações sobre os feirantes. Nesse sentido, a câmera funcionou como um instrumento simpático de aproximação.

Passado um mês do meu primeiro contato com os feirantes, passei a levar a câmera e começamos um contato mais próximo e dialógico. O que possibilitou que Silvana me apresentasse novamente aos feirantes e assim conversas mais longas fossem geradas e mantidas. Essa dinâmica colaborou para que eu conseguisse memorizar nomes, explicar um pouco mais da pesquisa, saber de qual localidade cada um procedia, saber mais sobre os produtos que vendiam, entre outras questões. Esta intimidade também é importante, pois nos possibilitada compreender um pouco da percepção dos feirantes sobre o espaço da feira e as hierarquias e classificações visuais e sociais que ali são geradas e mantidas.

Passado algum tempo, com algum material já acumulado conversamos entre nós sobre a possibilidade de entregar aos feirantes algumas fotos impressas, coisa que atualmente não é tão comum em se tratando de fotos. Além de ser um retorno do trabalho era também uma forma de agradecimento pelo espaço aberto e a possibilidade de diálogo estabelecido. O dia da entrega gerou algumas situações interessantes e ricas para reflexões metodológicas e de dinâmicas de reciprocidade. Logo após serem entregues em uma determinada banca no setor de hortifrutigranjeiros fomos interpeladas por um feirante sorridente que nos trazia uma sacola com alguns de seus produtos

como forma de agradecimento pelas fotos. Quase que a totalidades dos feirantes aos quais entregamos as fotos questionaram o valor monetário da foto. Explicávamos que era uma forma de agradecimento pela boa recepção para nossas atividades de pesquisa e para que conhecessem um pouco de nosso trabalho.

Ainda na primeira banca em que passamos para entregar algumas fotos:

*Pedro:*<sup>8</sup> *Quanto custa?*

*Silvana e Eu:* *Não custa nada.*

*Pedro:* *Obrigado então. Se eu soubesse do que vocês gostam daria alguma coisa... (disse apontando para seus produtos)*

*Silvana:* *Não é necessário. Fica de presente para o senhor. (DIÁRIO DE CAMPO, 21-12-2013)*

A maior convivência nas bancas ou mesmo fora delas, mas ainda no ambiente da feira, possibilitou entendermos que a feira pode ser um espaço de mercado, uma vitrine para a produção semanal desses produtores rurais, um ponto de encontro, espaço de trocas, experiências e aprendizados entre os feirantes, mas também entre os feirantes e os demais que por ali circulam. A feira é também um espaço de vivência, de sociabilidade e trocas entre o mundo rural/urbano, o que nem sempre é fácil de ser abordado sabendo-se da estigmatização que o camponês sofre em nossa sociedade que tende a valorizar mais o *ethos* urbano do que o *ethos* camponês, ainda assentado em valores grupais e familiares considerados mais tradicionais (Zanini, 2015). Espaço importante também de troca entre produção de conhecimentos, como o acadêmico e o não acadêmico, por exemplo. Conhecemos muitas receitas culinárias, dicas sobre plantio e preparo de alimentos, sobre chás e ervas e uma infinidade de coisas que estão muito além do mundo acadêmico e seus recortes epistemológicos.

---

8 Optamos por nomes fictícios a fim de manter as identidades pessoais preservadas.

## Compreendendo significados com imagens

Nosso acervo de fotografias permitiu observar mudanças ao longo do tempo na feira, bem como a percepção da maleabilidade de um espaço que é utilizado para uma multiplicidade de sociabilidades e trocas. A etnografia realizada entre 2013 até início de 2015 por Silvana Oliveira, sendo continuada por Daniele Palma Cielo ainda em 2016, a qual seguiu com o uso da fotografia na pesquisa possibilita fazermos observações no que diz respeito ao uso do espaço físico do Feirão Colonial. A Figura 2, exposta a seguir, permite observar como a feira era em sua parte externa no início de 2014, antes das reformulações e mudanças pelas quais passou, tais como ampliação do local e alteração do horário de funcionamento.



**Figura 2-** As quatro imagens retratam como era a entrada da feira no início de 2014. Atualmente, aconteceram algumas reformas, como a ampliação dos pavilhões, a entrada de novos feirantes e a substituição da placa que indica os horários de atendimento.

Fonte: arquivo da pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”; fotos capturadas pela pesquisadora Silvana Oliveira

Já na Figura 3, temos a configuração atual do espaço externo do Feirão, que ganhou uma cobertura extra na parte da frente dos

pavilhões, além de uma nova placa informativa. A cobertura, além de mudar o visual da fachada do prédio colabora para que alguns clientes possam estacionar os carros ali e não se molharem em dias de chuva, também auxilia os próprios feirantes que têm suas bancas próximas as portas e que no período do verão tinham o sol como incomodo no início da manhã. Além de ser um espaço coberto extra para o desenvolvimento das mais variadas atividades desenvolvidas no Feirão.



**Figura 3** - As três imagens retratam como está em 2016 a chegada e fachada do Feirão, após a última ampliação.  
Fonte: arquivo da pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”; fotos capturadas pela pesquisadora Daniele Cielo

A parte interna dos pavilhões também foi reformada e ampliada, reconfigurando-se assim o ambiente como um todo. Inclusive um segundo espaço destinado ao hortifrutigranjeiro foi possibilitado após a última ampliação.



**Figura 4** - A imagem superior esquerda mostra o pavilhão do hortifrúti; a imagem superior direita permite visualizar a área de lazer; e a imagem inferior registra uma parte interna do pavilhão da agroindústria (todas configuram aspectos da feira no ano de 2014).  
 Fonte: arquivo da pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”; fotos capturadas pela pesquisadora Silvana Oliveira



**Figura 5** - A imagem superior esquerda mostra o espaço extra destinado ao hortifrutigranjeiro que agora ocupa mais de um pavilhão; a imagem superior direita permite visualizar a área de lazer com pouca alteração na configuração das bancas; e a imagem inferior registra uma parte interna do pavilhão da agroindústria (todas as imagens foram produzidas entre o ano de 2015 e 2016).  
 Fonte: acervo da pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”; fotos capturadas pela pesquisadora Daniele Cielo

Ao longo do ano de 2014, houve um aumento de feirantes, sendo visíveis as mudanças na organização de espaço do Feirão. As fotografias permitem observar essas pequenas reconfigurações do local. A seguir, constam imagens registradas entre abril e setembro do referido ano, e dos anos seguintes 2015 e 2016.



**Figura 6** - As duas primeiras fotos mostram o pavilhão hortifrutigranjeiro em abril de 2014, período em que as bancas contornavam o pavilhão, havendo um grande espaço para a circulação de pessoas. Já em setembro do mesmo ano, com a entrada de novos feirantes, algumas bancas passaram a ser colocadas no centro do pavilhão, como podemos observar na terceira imagem.

Fonte: arquivo da pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”;  
fotos capturadas pela pesquisadora Silvana Oliveira)



**Figura 7**

A primeira foto superior a esquerda mostra o pavilhão hortifrutigranjeiro em 2016, agora com menos bancas que em 2014. A segunda foto superior a direita e terceira inferior mostra o espaço no qual foram realocados os feirantes que entraram no Feirão em meados de 2014.

Fonte: arquivo da pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”; fotos capturadas pela pesquisadora Daniele Cielo

É importante destacar que o Feirão não é apenas um ambiente de práticas de venda, também envolve lazer e sociabilidades diversas (ZANINI, 2015; OLIVEIRA et al 2015; ZANINI e FROELICH, 2015). Ao percorrer a Feira nos sábados pela manhã observava-se a circulação de algumas pessoas com o chimarrão, o encontro entre clientes conhecidos. Alguns desses momentos conseguimos captar com o uso periódico da fotografia. As feiras são, também, um espaço de economias diversas e paralelas, o que faz delas espaços políticos importantes também, o que ainda merece ser melhor estudado (vide ZANINI, 2015; VEDANA, 2004; VAZ SILVA, 2011; TEDESCO, 2013).



**Figura 8** - As três imagens acima mostram alguns momentos corriqueiros vivenciados no Feirão Colonial em 2014.

Fonte: arquivo da pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”; fotos capturadas pela pesquisadora Silvana Oliveira

A utilização do espaço do Feirão se mostrou rico, diverso e dinâmico. A ressignificação e/ou adaptação dos espaços, seja em eventos paralelos ao Feirão Colonial, ou mesmo na ampliação e realocação de alguns feirantes ocorre sempre que necessário. Esta dinamicidade do uso do espaço esteve presente no dia-a-dia do Feirão ao longo de toda a pesquisa, fato que nos chamava a atenção. O que podemos observar na seqüência de imagens abaixo:



**Figura 9** - Na imagem da esquerda e na central temos o estacionamento dos produtores em dia de feira normal. Na terceira e última imagem à direita temos o mesmo espaço em dia de Feirão Anual de Economia Solidária.

Fonte: arquivo da pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”; fotos capturadas pela pesquisadora Daniele Cielo





**Figura 10** - Ambas as imagens são do mesmo pavilhão, de Convivência e Lazer. A primeira superior a esquerda em dia de feira comum. A central superior e a da esquerda superior são em dias de Feirão Anual de Economia Solidária em 2015 e 2016, respectivamente. As três imagens inferiores são da Feira da Biodiversidade de 2015. Feira que acontece em paralelo ao Feirão Colonial, normalmente no mês de maio.

Fonte: arquivo da pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”; fotos capturadas pela pesquisadora Daniele Cielo

## Considerações Finais

Assim, percebemos que a incorporação da fotografia em nossas etnografias possibilitou, além do auxílio na compreensão daquele mundo do trabalho, seu tempo e espaço, interação e aproximação com o grupo pesquisado. Foi, igualmente, fonte inesgotável de reflexões no interior da pesquisa. A visualização, via acervo, de que o espaço vivido no Feirão Colonial se transforma conforme a necessidade e demanda das atividades dos participantes do projeto também foi algo muito especial. Ou seja, pode-se, por meio do registro fotográfico, observar a agência dos feirantes, suas estratégias e táticas de sobrevivência e também o quanto há uma economia paralela, que

está além das trocas monetárias. Está também nas trocas simbólicas possibilitadas pelas feiras e suas dinâmicas interativas.

A feira que ocorre todo sábado no Centro de Referência em Economia Solidária preenche o espaço com “fazeres”, cores, sons, práticas e saberes diversos. No entanto, sempre que o espaço recebe outro evento paralelo, transforma-se. Essa “maleabilidade” do espaço e das relações estabelecidas nesse ambiente ficaram evidentes ao longo da pesquisa e, de certa forma, foi o que contribuiu para a percepção de que a intensa sociabilidade do local é o que permite a circulação de interesses diversos que findam por se ali reorganizarem continuamente. Muitas relações sociais aí circulavam e se refazem cotidianamente.

Em suma, o fotografar foi uma técnica que num primeiro momento nos possibilitou maior contato com o público pesquisado no decorrer das etnografias vividas nesse espaço e em um segundo momento nos possibilitou elaborar diversas análises das transformações ocorridas. E, finalmente, em um terceiro momento, possibilitou vislumbrarmos novos caminhos para pesquisas fotoetnográficas no Feirão Colonial, rever metodologias, refletir acerca do processo de construção de narrativas possíveis sobre o outro e sobre nós mesmas também. E com memórias, muita reflexividade e ética, o que para nós, foi o maior ganho da pesquisa.

## Referências

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1998.

GODOLPHIM, N. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 161-185, jul./set. 1995.

FREIRE, M. Gregory Bateson, Margaret Mead e o caráter balinês. Notas sobre os procedimentos de observação fotográfica em Balinese Character. **Alceu**, Rio de Janeiro - v.7 - n.13 - p. 60 a 72 - jul./dez. 2006

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Col. Os pensadores).

MARTINS, J. de S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, S. S. de; DUTRA, M. R. P. (Org.); ZANINI, M. C. C. (Org.) . **Somos todas mulheres iguais! Estudos antropológicos sobre feira, gênero e campesinato**. São Leopoldo: Oikos, 2015. v. 1. 118p.

OLIVEIRA, S. “**Pegando feira**”: trocas, reciprocidade e mercado no Feirão Colonial em Santa Maria, RS”. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. (Orientação: Professora Maria Catarina Chitolina Zanini).

PEREIRA, S. M. **Entre histórias, fotografias e objetos**: imigração italiana e memórias de mulheres. 2008, 279 fs. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008. (Orientação: Professora Doutora Ângela de Castro Gomes).

SAMAIN, E. “Ver” e “Dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 23-60, jul./set. 1995.

SAMAIN, E. Para que a Antropologia consiga tornar-se visual, com uma breve bibliografia seletiva. In: FAUSTO NETO, A.; BRAGA, J. L.; PORTO, S. D. (Orgs.). **Brasil**: Comunicação, Cultura e Política. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

SAMAIN, E; FELIZARDO, A. A fotografia como objeto e recurso de memória. **Discursos fotográficos**, Londrina, v. 3, n. 3, p. 205-220, 2007.

SONTAG, S. **Ensaio sobre a fotografia**. São Paulo: Editora Ardor, 1977.

TEDESCO, J. C. Economia de circuitos curtos, da qualidade e dos territórios étnicos: uma análise da dinâmica produtiva e mercantil na Rota das Salamarias – Norte e Noroeste do RS. **Revista Extensão Rural**. Santa Maria: UFSM, v. 21, n. 3, set./dez. 2013.

VAZ SILVA, T. Etnografando mercados: trabalho, sociabilidade e lazer no Ver-o-Peso. **Somanlu**, ano 11, n. 1, 2011.

VEDANA, V. **Fazer a Feira**: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira-Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. 2004, 251 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2004. (Orientação: Professora Doutora Cornelia Eckert).

ZANINI, M. C.C. **Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis.** São Leopoldo: Oikos, 2015. v. 1. 219p .

ZANINI, M.C.C.; FROELICH, P. Etnicidade na feira: a comida como interlocução. In: MENASCHE, R. (Org.). **Saberes e sabores da Colônia.** Porto Alegre: EDUFRGS, 2015, v. 1, p. 103-114.

# ***A primeira mostra imagens do rural: textos verbo-visuais em circulação***

Bibiana SILVEIRA

María Liz BENITEZ ALMEIDA

Clarissa SCHWARTZ

Ada C. Machado da SILVEIRA

## **Introdução**

Apresentamos neste texto alguns aspectos referentes à produção e circulação da I Mostra Imagens do Rural (que em Espanhol tomou o título de *Miradas Plurales*) integrada por duas coleções, a saber “As Guardiãs de Ibarama” e “*Trabajo y Trabajadores Rurales*”, conforme também se expõe no texto apresentado a continuação, de autoria de Marina Poggi e Alejandra de Arce, intitulado “*Miradas Plurales*”. Junto às fotografias, a I Mostra Imagens do Rural reuniu textos em Português, Espanhol e Guaraní. Buscando adentrar a aspectos da iniciativa, discutimos as relações entre gênero e meio rural através da transversalidade da imagem visual e verbal.

Especificamente quanto à coleção de fotografias intitulada “As Guardiãs de Ibarama”, registramos inicialmente que ela busca retratar agricultoras da região central do Rio Grande do Sul (Brasil) que têm papel central na conservação de sementes crioulas.

As fotografias produzidas em preto e branco encontram-se complementadas na Mostra por um texto de apresentação e quatro relatos de pesquisadoras: “Retratos de Mulheres” de Bibiana Silveira; “A importância da preservação das sementes crioulas” de Marielen Kaufmann; “O papel da mulher rural” de Cassiane da Costa e “A conservação da agrobiodiversidade” de Lia Reiniger.

A I Mostra Imagens do Rural foi uma iniciativa promovida dentro do escopo de atividades de pesquisa e extensão do Convênio Bilateral Brasil-Argentina através do Projeto em rede “Usos e tendências das TICs nas Ciências da Comunicação e da Informação”, dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM, Comunicação e Informação da UFRGS e, na Argentina, do Instituto Gino Germanni da Universidade de Buenos Aires e do Centro de Estudos da Argentina Rural da Universidade Nacional de Quilmes, com subsídios, respectivamente, da Capes e do Mincyt.

### **A origem do projeto “Guardiães de Ibarama”**

O Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Professor José Antônio Costabeber da UFSM desenvolve desde o ano de 2009 ações de ensino, pesquisa e extensão em parceria com a Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama e também com a Emater municipal. O município de Ibarama tem cerca de quatro mil e quinhentos habitantes e está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2016). Os integrantes do Grupo de Pesquisa registraram que: “Essas ações objetivam contribuir para a conservação da agrobiodiversidade, da variabilidade genética e do etnoconhecimento associado ao resgate, ao manejo e à conservação de cultivares locais, tradicionais ou crioulas de milho na região de Ibarama, RS” (REINIGER, 2015).

O trabalho das guardiãs de Ibarama começou a adquirir visibilidade a partir de 2013, durante a pesquisa de mestrado de Marielen Kaufmann, integrante do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFSM) sobre a preservação de sementes crioulas do município de Ibarama-RS. A pesquisadora visitou propriedades e observou o protagonismo das mulheres na tarefa de preservação das cultivares. Conforme consta do texto da mostra, ela diz:

Percebi então que o trabalho de seleção e armazenamento das sementes é compartilhado pelos membros das famílias, mas, em muitos lares, é responsabilidade principal da mãe, da tia, da filha, da avó. Após os dias de acolhimento em Ibarama, pude constatar que o trabalho das guardiãs das sementes crioulas é fundamental para a conservação dessa importante parcela da agrobiodiversidade (KAUFMANN, 2015).

A outra pesquisadora do grupo Cassiane da Costa (2015) observou que a ligação das agricultoras com a conservação de sementes relaciona-se também à simbologia de geração da vida e tem como impacto a diversificação de culturas. Suas palavras igualmente constam do texto da Mostra:

No Rio Grande do Sul, por exemplo, é possível observar que as propriedades rurais familiares onde existem mulheres costumam ter uma produção mais diversificada do que aqueles estabelecimentos onde vivem somente homens. Desse modo, embora nem sempre sejam reconhecidas, as mulheres camponesas são agentes sociais centrais na produção destinada ao autoconsumo (COSTA, 2015).

No curso da linha de pensamento seguida pelas pesquisadoras quando analisam os papéis políticos, sociais e econômicos das mulheres, recordamos que o indiano Amartya Sen (2000) já destacava que a conservação de recursos naturais é uma importante contribuição feminina para o desenvolvimento ambiental. Uma afirmação que é reiterada por Karam (2004, p. 304): “Muitas vezes é ela quem

reintroduz sementes há muito guardadas nas próprias hortas domésticas, testa formas e preparados no cultivo, recupera a cooperação em todas as esferas da produção”.

Ao integrarem a I Mostra Imagens do Rural – *Miradas Plurales*, as fotografias das guardiãs de Ibarama constituíram um conjunto de origem binacional. Os textos das exposições “As Guardiãs de Ibarama” e “*Trabajo y Trabajadores rurales*” tiveram assim que contar com versões em Português e Espanhol. Com o objetivo de promover a circulação, também foi feita a versão para uma língua indígena, o Guarani Paraguaio, conforme expomos a seguir. Antes disso, fazemos uma abordagem sobre o caráter fotográfico das imagens produzidas.

## **Fotografia, gênero e mundo rural**

Para abordar a imagem fotográfica consideramos o aporte filosófico de Vilém Flusser:

*las fotografías son – como todas las imágenes – conceptos cifrados en estados de cosas, tanto conceptos del fotógrafo como conceptos que fueron programados en el aparato. De aquí se deriva para la crítica fotográfica la trata de descifrar de cada fotografía estos dos ciframientos que se engranan mutuamente. El fotógrafo cifra sus conceptos en imágenes fotográficas para ofrecer informaciones a otros, para producir modelos para estos y así volverse inmortal en la memoria de los otros. El aparato cifra en imágenes los conceptos contenidos en su interior para programar a la sociedad a un comportamiento de feedback, en beneficio de una mejora progresiva de los aparatos. Si la crítica fotográfica consiguiera dilucidar estas dos intenciones en la foto, entonces los mensajes fotográficos quedarían descifrados. Mientras esto no se logre, las fotografías seguirán indescifradas y aparecerán como retratos [Abbilder] de estados de cosas en el mundo allá fuera, como si se hubieran retratado “por si solas” sobre una superficie. Vistas de este modo acrítico, cumplen con su tarea espléndidamente.: la de programar mágicamente en interés de los aparatos el comportamiento de la sociedad. (FLUSSER, 2014, p. 51).*



A longa citação do autor encaminha a indagar se o coletivo de mulheres que submeteu-se a exposição teria a pretensão de registrar-se para a posteridade. Ou, por outra, como um grupo de trabalhadoras rurais adentra o universo midiático das imagens técnicas? Novamente recorremos à lucidez do autor para buscar um entendimento do que a imagem técnica realiza também no meio rural, talvez menos disposto ao abusivo mundo de imagens do ambiente urbano: *“La fascinación mágica de las imágenes técnicas puede observarse en todos lados: como cargan la vida de magia, como vivimos en función de estas imágenes, conocemos, evaluamos y actuamos. Por eso es importante preguntarse de qué tipos de magia se trata aquí”* (FLUSSER, 2014, p. 21).

A questão da pouca exposição das imagens de pessoas do ambiente rural e, mais que isso, sua pequena circulação, está frisada numa apreciação registrada pelo *Lens Culture*, comunidade internacional de fotografia, bastante respeitada na indústria. O conjunto de fotos “Guardiães de Ibarama” foi submetido aquele coletivo e o contato gerou uma resposta aqui transcrita:

*One thing that I find interesting about this project is that all your subjects are women and they are responsible for the sustainability of a community's food supply. And then I remember that Brazil, along with other South American countries, is a matriarcal society. There is definitely cohesion with your decision to make them all square, Black and White as well as having them all make eye contact and smile. Your subject matter is also very interesting because it is a subject that hasn't been publicized much. (LENS CULTURE, 2015, Online...).*<sup>1</sup>

---

1 Uma coisa que eu acho interessante sobre este projeto é que todos os seus assuntos são mulheres e são responsáveis pela sustentabilidade do abastecimento alimentar de uma comunidade. E então eu me lembro que o Brasil, juntamente com outros países da América do Sul, é uma sociedade matriarcal. Há, definitivamente, a coesão com a sua decisão de torná-los todos num quadrado preto e branco, bem como tê-las conduzido a fazer – todas – um contato visual e sorrir. O assunto também é muito interessante por não ter sido muito divulgado (*LENS CULTURE*, 2015, *Online...*) (tradução nossa).

A apreciação do *Lens Culture* deteve-se em considerações de estética visual, cotejada com o ineditismo do tema:

*Now let's talk visual aesthetics. Including the varied background stakes away from the women in each image. A way around this is to take a portrait of these women in front of a clean background, possibly a back drop that you can set up in a location that the women would feel comfortable with. For example look at 3, 4, and 9 and notice how the background takes away from their faces, in these shots the background is too distracting for the viewer to pay attention to your subject. And paying attention to your subjects is imperative because what they do is a legacy. Another option would be to pull out and make full length portraits, possibly in the very fields that they guard the seeds for. You might want to check out the photo project Sebastiao Salgado did on Children, they convey a very strong message with one look. Overall your project has much promise and I do hope you continue to document these women and the work they do. (LENS CULTURE, 2015, Online...).*<sup>2</sup>

A apreciação crítica pontua o legado das Guardiãs de Ibarama e a importância de prosseguir com uma pesquisa que dignifique a grandeza de seu esforço. Entretanto, até que ponto é possível tomar o conjunto de fotografias, ainda que detentor de maior ou menor perícia técnica, como algo que persiga um objetivo próprio e escapar do veredito de Flusser. Ele entende que os aparatos fotográficos teriam a peculiaridade de programar magicamente em seu favor aquilo que temos

---

2 Considerando-se as origens variadas, observa-se como cada imagem das mulheres conduz a muito longe. Uma maneira de contornar isso seria tirar um retrato dessas mulheres na frente de um fundo limpo, um local em que as mulheres se sentem confortáveis. Ao olhar, por exemplo, para as fotos no. 3, 4 e 9, observa-se como o fundo é jogado para longe de seus rostos, e no fundo há algo muito perturbador para que o espectador venha a prestar atenção no seu tema. E prestar atenção a seus temas é imperativo porque o que elas fazem é um legado. Outra opção seria puxar para fora e fazer retratos de corpo inteiro, possivelmente, nos próprios campos em que elas guardam as sementes. Você pode verificar o projeto que o fotógrafo Sebastião Salgado fez com crianças, eles transmitem uma mensagem muito forte com um olhar. No geral o seu projeto tem muita promessa e eu espero que você continue a documentar essas mulheres pelo trabalho que fazem (LENS CULTURE, 2015, Online...) (tradução nossa).

como um comportamento que é próprio da sociedade, mesmo que seja a sociedade rural. Seria possível pretender que o tema, o legado das trabalhadoras guardiãs de sementes, teria essa capacidade? Não temos resposta para a questão, nossa tarefa, por enquanto, consiste em observar sua circulação por espaços que elas jamais frequentaram, o circuito acadêmico de diversas universidades latino-americanas, europeias e norte-americanas, conforme se registra no texto de autoria de Marina Poggi e Alejandra de Arce, bem como no Excurso ao final da presente coletânea. É importante registrar que Fanpage que possuem na mídia social Facebook atesta o quão integrada sua vida cotidiana está ao universo urbano (AS GUARDIAS..., 2016).

Ao abordar o olhar que as mulheres têm sobre si, vale dizer, a fotógrafa e as agricultoras, buscamos uma menção de Touraine (2007, p. 43) quando ponderava: “O mais importante não é que sua imagem de mulher tenha se transformado, se tornado mais positiva, mas que as mulheres passaram da consciência de objetos à consciência de sujeitos”. Nesse sentido, a exposição “As Guardiãs de Ibarama” consistiu num esforço para revelar a importância do trabalho das mulheres rurais, muitas vezes, um labor pouco reconhecido ou até mesmo invisível. O destaque da exposição foram os 18 retratos de mulheres rurais.

Consideramos que a concordância das guardiãs em participar da Mostra, expondo um pouco de si mesmas, indica a tentativa das mulheres rurais em adquirir mais espaço e visibilidade dentro e fora dos limites das propriedades rurais e também a vontade de mudar e estabelecer novos vínculos (SCHWARTZ, 2012). Nesse sentido, entendemos que:

O processo nem sempre é fácil, às vezes gera conflitos, até mesmo dentro da família, mas o fato é que as mulheres rurais sentem agora outras necessidades. Elas não conseguem mais viver isoladas, sozinhas. Precisam se comunicar, conversar, trocar experiências (SILVEIRA, SCHWARTZ, SOUTO, 2013, p. 33).

E seguindo pela via de promoção do tema das guardiãs de sementes, perseguimos um outro objetivo, no âmbito verbal, de produzir as versões plurilíngues dos textos de apresentação da I Mostra.

### **Versões plurilíngues para os textos de apresentação**

Para a tradução de textos da I Mostra Imagens do Rural foi realizada uma tradução interlingual, tendo como línguas de partida, as línguas espanhola e portuguesa e como língua de chegada, uma língua indígena, o Guaraní paraguaio.

Para tal, foram consultados cinco dicionários, sendo três impressos e dois *online*. A principal dificuldade encontrada foi a escassez de léxico de caráter técnico e acadêmico, em decorrência de o Guaraní ser um idioma predominantemente oral. O Guaraní falado no Paraguai possui muitos empréstimos da língua espanhola, tanto nos aspectos lexicais como morfossintáticos, o que foi adotado neste trabalho de tradução.

O Guaraní foi estabelecido como língua nacional na Constituição paraguaia de 1967, tendo sido, posteriormente, reconhecido como língua co-oficial na Constituição de 1992. Essa política pública do Estado paraguaio promoveu uma série de implementações, tais como a reforma de educativa de 1994, que introduziu a língua Guaraní como disciplina nas grades curriculares. Para atender a essa nova realidade, o Estado também investiu em cursos de formação para professores de língua Guaraní. Essas implementações contribuíram para o processo de normatização do idioma. Nesse espírito, nos últimos anos, foram lançados dicionários especializados, dentre eles o dicionário *“Castellano-Guaraní Paraguayo–Guaraní Paraguayo-Castellano, para la Comunicación Popular en el Ámbito Jurídico”*. Essas ações visam incluir a língua nos espaços oficiais do Paraguai.

No entanto, conforme foi mencionado anteriormente, para efeitos de tradução de textos científicos, enfrentamos as dificuldades de encontrar equivalente em Guaraní aos léxicos utilizados no Espanhol e no Português. Essa dificuldade pode ser observada na quantidade de dicionários consultados que, mesmo assim, não contemplam todos os vocabulários necessários.

Foram utilizados como consulta os dicionários *online*:

- Ñe'ëndy ([www.uni-mainz.de/cgi-bin/guarani2/diccionario.pl](http://www.uni-mainz.de/cgi-bin/guarani2/diccionario.pl))
- iGuaraní ([www.iguarani.com](http://www.iguarani.com)).

Os dicionários de formato impresso que foram consultados são:

- Ñe'ëndy raity, lançado no ano de 2013, em fascículos, pelo jornal *Abc Color do Paraguai*,
- Ñe'ëryru – Guaraní Español – Español – Guaraní, de 2015, editado pela Universidad Católica de Asunción,
- Diccionario Ñe'ëryru Guaraní – Castellano – Castellano – Guaraní, do ano de 2010, lançado pela editora Servilibro.

Também enfrentamos dificuldades nos aspectos morfossintáticos, tais como a ausência de artigos definidos, o uso de posposições e não de preposições, bem como a organização sintática das orações. A ausência de artigos definidos pode causar dificuldades de compreensão quanto ao substantivo, em especial ao gênero de que se trata. Por sua vez, as posposições são usadas como sufixos dos substantivos aos quais se referem. No que diz respeito à ordem sintática das orações, é bastante comum na fala coloquial e literária a ordem verbo – objeto – sujeito, muito embora, no Guaraní Paraguaio, também se utilize a ordem canônica das línguas latinas, uma vez que sua sistematização obedeceu aos padrões europeus, introduzidos pelos jesuítas, que foram os primeiros a debruçar-se sobre esse idioma.

Finalmente, consideramos propicia a disponibilização dos textos da I Mostra Imagens do Rural traduzidos para a língua Guarani de temas relacionados ao universo rural e ao processo de conservação de sementes de espécies em extinção. Assim como o labor empreendido pelas mulheres de Ibarama visa a conservação da biodiversidade, essa Mostra permite pensar também a conservação da memória imagética, assim como nos leva a refletir sobre a necessidade de preservação e disponibilização dos idiomas nativos à presente e às futuras gerações. Assim, a tradução para o Guarani da vivência de mulheres na manutenção da biodiversidade é um convite para a manutenção da diversidade linguística.

### **I Muestra Miradas Plurales Las Guardianas de Ibarama (Brasil) – Trabajo y Trabajadores Rurales (Argentina)**

La I Muestra Miradas Plurales presenta dos exposiciones fotográficas:

- “Las Guardianas de Ibarama” retrata agricultoras de la región central de Rio Grande del Sur (Brasil) que conservan semillas criollas de maíz, poroto y hortalizas. El trabajo comenzó a ser desarrollado por los agricultores familiares del municipio en la década de los 80, siendo que las mujeres se volvieron las principales responsables por el cuidado, separación y selección de semillas. Con fotografías y textos de Bibiana Silveira, complementados por relatos de las investigadoras Marielen Kaufmann, Lia Reiniger (UFMS) y Cassiane da Costa (UERGS), la muestra reúne fotos de 18 agricultoras que transmiten serenidad, experiencia y, especialmente, alegría. Son retratos de un grupo de batalladoras que preserva las costumbres, la cultura y la historia de un pueblo y que revelan la importancia de la mujer para el medio rural.

- “Trabajo y Trabajadores Rurales” (Argentina) aborda las actividades rurales en el pampa argentino. Con fotografías de José Muzlera y selección de textos de Marina Poggi y Alejandra de Arce (UNQ), esta exposición pone en foco la compleja realidad de la agropecuaria actual. Pensar el desarrollo del capitalismo en la agropecuaria argentina de las últimas tres décadas impone pensar en la importancia de la modernidad tardía. Identidades destrozadas, procesos de individuación, dependencia creciente del ambiente exterior de la familia y la imposición de la mercantilización como lógica hegemónica son los colores de la paleta multicolorida de la agropecuaria argentina contemporánea. Las fotografías integran las investigaciones del *Centro de Estudios de la Argentina Rural de la Universidad Nacional de Quilmes*. Lugar de trabajo reconocido por el CONICET y dirigido por la Dra. Noemí Girbal-Blacha.

La I Muestra Miradas Plurales cuenta con el apoyo del projeto “Usos y tendencias de las TICs en las Ciencias de la Comunicación y de la Información”, de los Programas de Postgrado en Comunicación de la UFSM, Comunicación e Información de la UFRGS y, en la Argentina, del Instituto Gino Germanni de la Universidad de Buenos Aires y del *Centro de Estudios de la Argentina Rural de la Universidad Nacional de Quilmes*, con subsidios, respectivamente, de la Capes e del Mincyt.

## **I Mostra Imagens do Rural As Guardiãs de Ibarama (Brasil) – Trabalho e Trabalhadores Rurais (Argentina)**

A I Mostra Imagens do Rural apresenta duas exposições fotográficas:

- “As Guardiãs de Ibarama” retrata agricultoras da região central do Rio Grande do Sul (Brasil) que conservam sementes crioulas de milho, feijão e hortaliças. O trabalho começou a ser desenvolvido

pelos agricultores familiares do município na década de 80, sendo que as mulheres se tornaram as principais responsáveis pelo cuidado, separação e seleção das sementes. Com fotografias e textos de Bibiana Silveira, complementados por relatos das pesquisadoras Marielen Kaufmann, Lia Reiniger (UFSM) e Cassiane da Costa (UERGS), a mostra reúne fotos de 18 agricultoras que transmitem serenidade, experiência e, especialmente, alegria. São retratos de um grupo de batalhadoras que preserva os costumes, a cultura e a história de um povo e que revelam a importância da mulher para o meio rural.

- “Trabalho e Trabalhadores Rurais” (Argentina) aborda as atividades rurais no pampa argentino. Com fotografias de José Muzlera e seleção de textos de Marina Poggi e Alejandra de Arce (UNQ), esta exposição põe o foco na complexa realidade da agropecuária atual. Pensar o desenvolvimento do capitalismo na agropecuária argentina das últimas três décadas impõe pensar na importância da modernidade tardia. Identidades destroçadas, processos de individualização, dependência crescente do ambiente exterior da família e a imposição da mercantilização como lógica hegemônica são as cores da paleta multicolorida da agropecuária argentina contemporânea. As fotografias integram as investigações do Centro de Estudos da Argentina Rural da Universidade Nacional de Quilmes. Lugar de trabalho reconhecido pelo CONICET e dirigido pela Dra. Noemí Girbal-Blacha.

A Mostra Imagens do Rural conta com o apoio do projeto “Usos e tendências das TICs nas Ciências da Comunicação e da Informação”, dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM, Comunicação e Informação da UFRGS e, na Argentina, do Instituto Gino Germani da Universidade de Buenos Aires e do Centro de Estudos da Argentina Rural da Universidade Nacional de Quilmes, com subsídios, respectivamente, da Capes e do Mincyt.



## **I Techauka'yepy ta'anga kokuepegua: Mañandáruera Ibaramagua (Brasil) – Mba'apohára Kokue- pegua (Argentina)**

Pe I Techauka'yepy ohechauka mokõi ta'angakuera kokuepegua

- “Mañandáruera Ibaramagua” ohechauka ñemityhára kuera tetã Rio Grande del Sur (Brasil) ombyatyva ta'yi ymãveguare avati, kumanda, ha ka'avo. Pe tembiapo oñepyru ojejapo ñemityhára ogaygua tavayguarakuera pe parehegua mba'e 80 me, upeicharamo kuñakuera oñepyru omyakã ñangareko ha jeporavo ta'yikuera. Ta'anga ha jehaihara aty ojapovaekue Bibiana Silveira, ha kaso kuera ombojo'avaekue kuaaha'ãhárakuera Marielen Kaufmann, Lia Reiniger (UFSM) ha Casiane da Costa (UERGS), pe techauka'yepy ta'angakuera ombyaty 18 kuñakuera ñemityhára ombohasava py'aguapy, aranduka'aty, vy'a. Ko ta'angakuera ombyaty kuña oñorãirova oñangareko hagua tekore, arandukuaare ha tembiasakue táva pe gua ha ohechaukava tembiasakue táva gua ha ohechauka mba'eichapa kuña tekoteve kokouepe.

- “Mba'apo ha Mba'apohára kokuepegua” (Argentina): ohechauka tembiapo aty pampa argentinope. Ta'anga ojapovaekue José Muzlera, Marina Poggi ha Alejandra de Arce oiporavo haikuera (UNQ), ko techauka'yty omõi tenonde pe añetegua tembiapo kokouepe ko'angagua. Akángeta pe ñembongakuaa virundyviára pe ñemity argentiname mba'e pahague kuera mbohapy pareheguakuera ñande gueraha ja ñe akángeta pe mba'eguasu reko agãguarekome. Reko-tee kuera opyta vyra ku'icha, teko ñaderejava ñande año ha mombyry ñande ogapygui, virundyviára omanda ñade rehe. Ta'angakuera oñembyaty kuaaha'ã *Centro de Estudios de la Argentina Rural de la Universidad Nacional de Quilmes* pe. Mba'apoha kuaapyre CONICET ha omotenonde Dra. Noemí Girbal-Blacha.

Pe I Techauka'ypy Ta'anga Kokoupegua oguereko ñepytyvo “Usos y tendencias de las TICs en las Ciencias de la Comunicación y de Información”gui, mbo'esyririregua kuera *Comunicación* mbo'ehaovusu UFSM, *Comunicación e Información* mbo'ehaovusu UFRGS gui ha, Argentinape, *Instituto Gino Germanni Universidad de Buenos Aires* gui ha *Centro de Estudios de la Argentina Rural Universidad Nacional de Quilmes* gui, oguereko avei ñepyty vo *Capex* gui ha *Mincyt* gui.



## Referências

- ABC, C. **Ñe'endyraty**. Assunção: Abc Color, 2013.
- AS GUARDIAS DE IBARAMA. **Fanpage**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/601202983324968>> Acesso em 03 set. 2016.
- CANESE, NATALIA. K. D.; ALCARAZ, FELICIANO. A. **Ñe'eryru**. Asunción: Universidad Católica de Asunción, 2015.
- COSTA, C. da. O papel da mulher rural. In: I Mostra Imagens do Rural, 2015, Santa Maria, RS, Brasil – Quilmes, Argentina. **Mostra...** UFSM/UNQ, 2015.
- FLUSSER, V. **Para una filosofia de la fotografia**. Buenos Aires: la Marca, 2014.
- GUARANIA, F. D. **Diccionario Ñe'eryru**. Assunção: Servilibro, 2010.
- IGUARANI. **Diccionario Traductor Guarani online**, 2012. Disponível em: <[www.iguarani.com](http://www.iguarani.com)>. Acesso em: 25 maio 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/YTV>> Acesso em: 01. set. 2016.
- KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, janeiro-abril/2004. p. 303-320.
- KAUFMANN, M. A importância da preservação das sementes crioulas. In: I Mostra Imagens do Rural, 2015, Santa Maria, RS, Brasil – Quilmes, Argentina. **Mostra...** UFSM/UNQ, 2015.
- LENS CULTURE. **Portrait Awards 2015 Submission Review**. Disponível em: <[/event\\_submissions/85562/submission\\_review/feedback](http://event_submissions/85562/submission_review/feedback)> Acesso em 15 ago 2015.
- ÑE'ENDY. **Diccionario Guaraní interactivo**, 1996. Disponível em: <[www.uni-mainz.de/cgi-bin/guarani2/diccionario.pl](http://www.uni-mainz.de/cgi-bin/guarani2/diccionario.pl)>. Acesso em: 25 maio 2015.
- REINIGER, L. A conservação da agrobiodiversidade. In: I Mostra Imagens do Rural, 2015, Santa Maria, RS, Brasil – Quilmes, Argentina. **Mostra...** UFSM/UNQ, 2015.
- SCHWARTZ, C. **Relações de gênero e apropriação de tecnologias de informação e comunicação na agricultura familiar de Santa Maria-RS**. 2012. 281 p. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, A. C. M.; SCHWARTZ, C.; SOUTO, C. B. Gênero e TICS: Expondo a Intimidade das Relações de Poder na Agricultura Familiar. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 22-35, jan. / jul. 2013.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007.



# Miradas plurales: itinerancia fotográfica y sujetos agrarios

Marina POGGI

Alejandra de ARCE

---

La diferencia entre el fotógrafo como mirada individual y el fotógrafo como cronista objetivo parece fundamental, y a menudo esa diferencia se tiene erróneamente por la frontera entre la fotografía en cuanto arte y la fotografía en cuanto documento. Pero ambas son extensiones lógicas de lo que significa la fotografía: la anotación, en potencia, de cuanto hay en el mundo, desde todos los ángulos posibles.

*Sobre la fotografía, Susan Sontag (2006)*

En el 2012, producto de las relaciones entre el Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR), con sede en la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ, Argentina), y el Programa de Posgrado en Comunicación de la Universidad Federal de Santa María (UFSM, Brasil), comienza el proyecto *Tendencias y usos de las Tic's. Implicaciones para las ciencias de la Comunicación y de la Información*, aprobado y financiado por el MINCYT (Argentina) y CAPES (Brasil), presentado en conjunto por la Universidad Nacional de Quilmes (CEAR), la Universidad de Buenos Aires (FCS / IIGG), Universidad Federal Santa María (Programa de Pós-Graduação em Comunicação/UFSM) y Universidad Federal Río Grande do Sul (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação/ UFRGS).

En el marco de las actividades planteadas por dicho proyecto, surge la idea de mostrar parte del trabajo de campo. Es el objetivo que los sujetos y espacios estudiados en la esfera académica interactúen con un público que no sea exclusivamente universitario. Se pretende además superar las restricciones de las prácticas de la investigación científica y ponerlas a disposición de toda la comunidad.

De este modo se inicia la muestra fotográfica *Miradas Plurales*, que reúne trabajos de un fotógrafo aficionado e investigador argentino, y de una fotógrafa e investigadora brasileña. El concepto de la muestra propone su itinerancia y con ese espíritu es que desde su inauguración en Junio de 2015 se ha expuesto en diversos lugares y formatos de exposición (bastidores, postales y digital) alrededor del mundo. Se registra a continuación el itinerario de exposición hasta la fecha:

### **Año de 2015:**

- Universidad Nacional de Quilmes, 20 de junio al 20 de julio (Buenos Aires, Argentina). Formato: bastidores.
- Universidad Federal do Pampa, 20 y 21 de agosto (São Borja, Brasil). Formato: postal.

### **Año de 2016:**

- Universidad Federal do Pampa, 20 y 21 de agosto (São Borja, Brasil). Formato: postal.
- Old and New Worlds: the Global Challenges of Rural History, 27 al 30 de enero (Lisboa, Portugal). Formato: postal.
- Congreso LASA / Hotel Hilton, 27 al 30 de mayo (Nueva York, Estados Unidos). Formato: postal.
- Universidad Autónoma de Baja California, 23 y 24 de mayo (Tijuana, México). Formato: postal.
- Universidad Nacional General Sarmiento, 11 de mayo al 4 de julio (Buenos Aires, Argentina). Formato: bastidores.

- Universidad de Castilla-La Mancha. Facultad de Ciencias Sociales de Talavera de la Reina, julio (Toledo, España). Formato: postal.
- Museo Histórico Alfredo Román Almada, Septiembre-octubre (Las Flores, Buenos Aires). Formato: bastidores.
- Casa de las Ideas, Septiembre-octubre (Tijuana, México). Formato: digital.

Producto de la intersección entre miradas artísticas y académicas, esta selección de impresiones de la vida rural, en Argentina y Brasil, destaca el protagonismo de los sujetos agrarios, la diversidad de escenarios y situaciones del agro contemporáneo.

### **Trabajo y trabajadores rurales**

Pensar el desarrollo del capitalismo en el agro argentino de las últimas tres décadas nos impone hacerlo en clave de modernidad tardía. Identidades astilladas, procesos de individuación, dependencia creciente del afuera de la explotación y la familia y la imposición de la mercantilización como lógica hegemónica, son los colores de la paleta variopinta del agro argentino contemporáneo. Como un caleidoscopio, la creciente heterogeneidad de los sujetos sociales agropecuarios, sus actividades, sus logros y fracasos, sus inserciones y desplazamientos así como sus calidades y sus modos de vida cubren las realidades con un manto de incertidumbre y vértigo que preocupa, asusta y hasta desespera tanto a quienes son carne de esa realidad como a quienes tratamos de entenderla y humanizarla. Con fotografías de José Muzlera y selección de textos de Marina Poggi y Alejandra de Arce, esta exposición pone el foco en esta compleja realidad y nos acerca algunas instantáneas. Tomadas en distintos espacios de la región pampeana, estas fotografías integran las investigaciones del Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR) de la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ) (CEAR, 2016, Online...). El CEAR es un

espacio de trabajo reconocido por el Consejo Nacional de Investigaciones científicas y Técnicas (CONICET) y fundado por la Dra. Noemí Girbal-Blacha, dirigido desde 2016 por el Dr. Gustavo A. Zarrilli.

## **Guardianas de ibarama**

Ibarama (RS - Brasil) posee una experiencia peculiar en la conservación de la agrobiodiversidad criolla. Fue colonizado por inmigrantes italianos y alemanes que influenciaron las actividades de rescate, multiplicación y conservación de semillas criollas. Este trabajo dio origen a la *Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama*, compuesta por más de 30 familias que tienen como objetivo multiplicar cultivos locales que garanticen la soberanía alimentaria de esta población. En tanto que la mujer es responsable por la representación de la familia en la Asociación y ante los organismos de asistencia técnica, también es la principal responsable por el cuidado y selección de semillas, que son consideradas como el inicio de la vida. Con fotografías de Bibiana Silveira y textos de Marielen Kaufmann, la exposición retrata a las mujeres de dicha asociación. La muestra está ligada a los proyectos “Sistematización de las acciones de extensión, educación e investigación relacionadas con las cultivadoras de trigo criollo, realizada en los municipios de la microrregión Centro Serra”, e “Implantación del Centro Vocacional Tecnológico en Agroecología, Agrobiodiversidad y Sustentabilidad Prof. Antônio Costabeber”, en asociación con Emater/RS-Ascar y coordinado por José Wizniewsky, Lia Reiniger e Marlove Muniz.

## **Trabajo y Trabajadores rurales**

### **Una mirada del agro pampeano en el siglo XXI**

La naturaleza que habla a la cámara es distinta de la que habla a los ojos; distinta sobre todo porque un espacio elaborado inconscientemente aparece en lugar de un espacio que el hombre ha elaborado con consciencia. Es corriente,



por ejemplo, que alguien se dé cuenta, aunque sólo sea a grandes rasgos, de la manera de andar de las gentes, pero seguro que no sabe nada de su actitud en esa fracción de segundo en que se alarga el paso. La fotografía en cambio la hace patente con sus medios auxiliares, con el retardador, con los aumentos. Sólo gracias a ella percibimos ese  
inconsciente óptico.

*Discursos interrumpidos I*, Walter Benjamin (1989)

En un ejercicio titulado *Veintiséis proposiciones acerca del mirar*, Alberto Tasso propone pensar que:

La mirada es un acto social. Implica una comunicación entre seres o una relación entre seres y cosas. El lenguaje de esta comunicación o de esta relación son las imágenes y las interpretaciones de las imágenes. El mirar puede ser unilateral o recíproco, pero siempre es relacional: no solo alude a una relación fáctica o posible, sino que además la crea (TASSO, 2005, Online...).

Reflexionar sobre el trabajo y los trabajadores del agro pampeano a inicios del siglo XXI requiere considerar la construcción histórica del mundo rural argentino y las representaciones que lo acompañan a través del tiempo. De esta forma, cuando en 1880 se consolida el modelo agroexportador y se arraigan los perfiles desiguales del desarrollo nacional, se crea una imagen del país en la que

mientras la pampa húmeda es todo un símbolo del progreso agropecuario, en el interior la situación es diferente. La conformación del Estado y del mercado nacional con su sistema de alianzas obliga a las economías regionales a efectuar cambios para participar de las exigencias de la Argentina agroexportadora, que desde el poder político y económico crece con la mirada puesta en Europa. La llegada del ferrocarril, el crédito oficial barato y la protección estatal diseñan, de común acuerdo con las burguesías locales, verdaderos modelos de economías regionales de monoproducción (GIRBAL-BLACHA, 1999, p.20).

En el mundo agrario pampeano confluyen disputas por el poder político y económico, transformaciones tecnológicas, varones y mujeres que migran, arrendatarios que se convierten en propietarios, que luego perderán o venderán sus explotaciones en busca de un destino urbano... familias que perseveran en sostener su relación con la tierra, desafiando, transformando tradiciones productivas. Las últimas décadas del siglo XX y las primeras del siglo XXI son el escenario temporal de un proceso económico y cultural complejo, de escala global, llamado *modernidad tardía*. Los mecanismos de individuación y los desarrollos tecnológicos (genéticos, informáticos y comunicacionales) son sus características destacables (MUZLERA, 2013).

“El que mira” – dice Tasso - “se da por supuesto. Una mirada *completa* requiere, sin embargo, verse a sí mismo, saberse. ¿Quién soy? ¿Para qué miro?” Entonces, observar el campo bonaerense, sus paisajes, sus habitantes, sus trabajadores y los imponderables de la vida rural nos obliga a una reflexión epistemológica, en tanto investigadores y responsables de la transmisión, de la construcción de renovadas representaciones.

Las imágenes de la muestra *Trabajo y Trabajadores rurales* deben ser pensadas dentro de una práctica social-simbólica particular, que combina la mirada del sociólogo con la del fotógrafo. En este sentido, su contexto de producción forma parte esencial de la interpretación, que aquí se articula con una selección de textos que oficia de epígrafes: pensados como directivas, pistas para la lectura de las fotografías, Siguiendo la conceptualización de Walter Benjamin (2004), respecto del carácter esencial del epígrafe como componente de la fotografía, en la asignación del sentido. Ciertas cuestiones sociales y culturales –grupos, prácticas-no pueden aprehenderse sin el auxilio de la imagen. Estas se convierten en documentos indiciarios de procesos sociales, tales como los cambios y permanencias en las formas de trabajo, representaciones sobre la familia rural y la visión del medio agrario.

Las imágenes ofrecen un testimonio directo del mundo que rodea a las personas en distintas épocas. Evocan la presencia de sujetos, objetos materiales y prácticas ausentes, sobreviviendo como registro de un *modo de ver* (que es individual pero socialmente estructurado) en un contexto cultural particular (BERGER, 2000, p. 16).

La imagen de lo real que retiene la fotografía provee el testimonio visual y material de los hechos a los espectadores ausentes de la escena (KOSSOY, 2001). De esta forma, su testimonio resulta más fiable cuando nos dicen algo que ellas -en realidad los artistas- no saben que saben. Como documentos de la historia social, ayudan a construir una *Historia desde abajo* centrada en la vida cotidiana y en las experiencias de la gente sencilla (BURKE, 2001, p. 15 y 39).

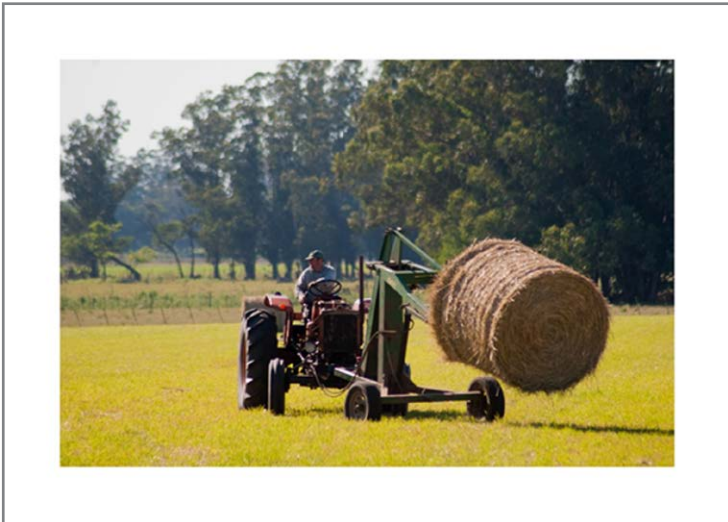
## Escenarios agrarios

La pampa no es toda la Argentina. Es una parte tan determinante de ella que, por su organización del trabajo agrícola y la explotación de sus productos, ha dado forma al hombre y al país  
*La Argentina del Centenario*, Georges Clemenceau (1999)

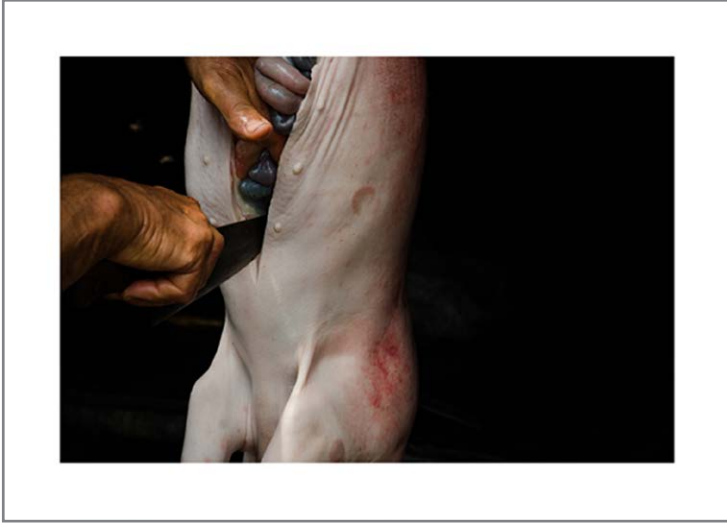
Diversas regiones componen la Argentina rural. Paisajes, culturas y producciones agrarias se arraigan en el sentido común, crean imágenes colectivas y sentimientos compartidos. Lo rural y lo urbano operan como realidades percibidas; cultivos y ganado otorgan identidad a los distintos territorios, reforzando valores culturalmente construidos. Mientras tanto, la desigualdad quedará oculta tras el viejo título de *granero de mundo*.



**Figura 1** - Revolución tóxica



**Figura 2** - Todo se transforma



**Figura 3** - Entre la subsistencia y el mercado informal

## De sol a sol

*Y apenas la madrugada  
Empezaba a coloriar,  
Los pájaros a cantar  
Y las gallinas a apiarse,  
Era cosa de largarse  
Cada cual a trabajar*  
Martín Fierro, José Hernández (2012)

De sol a sol, sin feriados, con –o contra- las inclemencias climáticas... El alba marca el inicio de las labores rurales, más allá de los cambios en los modos de vida de las familias y de la incorporación de la tecnología a los quehaceres diarios.

La madrugada marca el inicio de la jornada, exhibe la organización del trabajo rural, sus particularidades, su rutina, sus personajes. Es el ritual que distingue y, al mismo tiempo idealiza, el esfuerzo de la gente del campo, su paciencia, coraje y perseverancia.



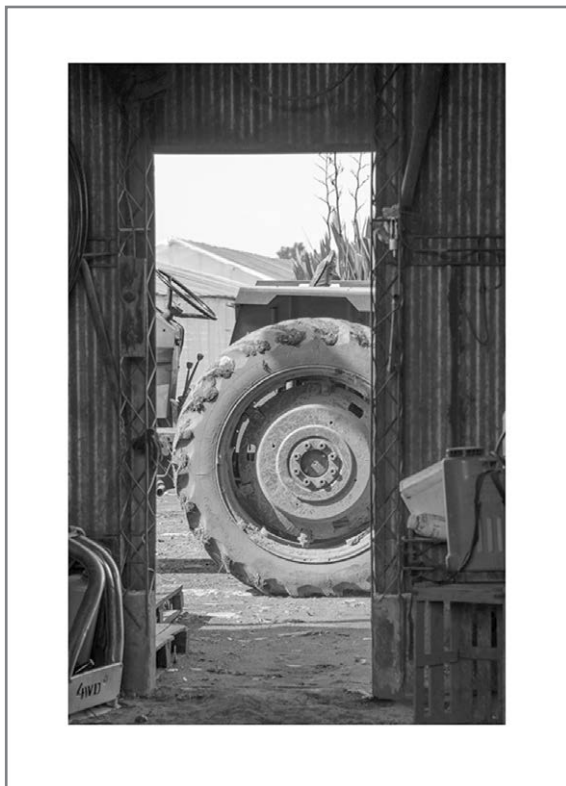
**Figura 4** - Suerte gris



**Figura 5** - Confundido



**Figura 6** - Solo tengo undescaptable



**Figura 7 -** Tecnologia periurbana



## Trabajadores rurales

*Un degüello de soles muestra la tarde,  
se han dormido las luces del pedregal,  
y animando la tropa, dale que dale,  
el arriero va, el arriero va.  
El arriero, Atahualpa Yupanqui (1960)*

Como un caleidoscopio, la creciente heterogeneidad de los sujetos sociales agropecuarios, sus actividades, sus logros y fracasos, sus inserciones y desplazamientos así como sus calidades y sus modos de vida cubren las realidades con un manto de incertidumbre y vértigo que preocupa, asusta y hasta desespera tanto a quienes son carne de esa realidad como a quienes tratamos de entenderla y humanizarla.



**Figura 8** - Ostentación chacarera



**Figura 09** - a fiesta de la nona



**Figura 10** - Dando en el clavo



**Figura 11** - Empate



**Figura 12** - Para llegar a fin de mes

## Mujeres del campo

Es la compañera de su marido, el reposo de su trabajo, el consuelo de sus penas, el estímulo de sus afanes, la confidente de sus pensamientos íntimos, el aplauso más sincero de sus triunfos, la estrella orientadora de su vida.  
*La redención por la mujer*, Tomás Amadeo (1947)

En el imaginario colectivo, el lugar de las mujeres agrarias ha sido históricamente limitado, “tranqueras adentro”, como “reinas del hogar rural”. Transformaciones tecnológicas, cambios culturales y miradas, prácticas que desafían lo establecido, hacen que hoy sea apreciable su presencia en los espacios de trabajo agropecuario. Las mujeres alimentan, cuidan, producen, acompañan... Pero también se involucran, participan, protestan, opinan... ocupan espacios claves en reivindicaciones del sector, mientras acrecientan su influencia política en las corporaciones y asociaciones agrarias y en la vida familiar.



**Figura 13** - La risa loca de Julie

## Imponderables de la vida rural

Templa mis nervios, campo ilimitado,  
al recio diapasón del alambrado.  
Aquí mi soledad. Esta mi mano.  
Dondequiera que vayas te acompaño  
*Campo nuestro*, Oliverio Gironde (1946)

Una suma de instantes cotidianos compone la representación de la vida de campo: el mate, las manos de trabajo, el alambrado y las botas embarradas...

El rocío matutino, la montura, el caballo... cuentas que no cierran, expectativas, encuentros y desencuentros. Vida sencilla y alta tecnología, historia y presente, cruzan sus caminos, dividen lo propio y lo ajeno, construyendo el día a día en el agro pampeano.



**Figura 14 -** Campesino



**Figura 15** - Mano dura



**Figura 16** - Botas con barro





**Figura 17 -** Gaucho contemporâneo

Los sujetos, los espacios y las actividades vinculados con el agro en Argentina forman parte constitutiva de la identidad nacional. Sin embargo, la cotidianeidad de los actores sociales agropecuarios resulta muchas veces desconocida: las huellas en la expresión que la vida de campo deja en los trabajadores y las trabajadoras que allí discurren sus días, los paisajes con los que conviven de sol a sol, las características de sus labores rutinarias y los imponderables de la vida rural, resultan muchas veces ser detalles apenas perceptibles por quienes son ajenos a estos espacios.

Con el espíritu de representar algunos aspectos de este amplio abanico, presentamos la muestra fotográfica *Trabajos y trabajadores rurales*. Este conjunto de imágenes, captadas desde el ojo sensible de José Muzlera, se propone como una herramienta más para comprender el medio rural argentino.

## Referencias

- AMADEO, T. **La redención por la mujer**. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1947.
- BENJAMIN, W. **Sobre la fotografía**. Valencia: Pre-textos, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Discursos Interrumpidos I**. Buenos Aires: Taurus, 1989.
- BERGER, J. **Modos de ver**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2000.
- BURKE, P. **Visto y no visto**. El uso de la imagen como documento histórico. Barcelona: Crítica, 2005.
- CEAR. **Síto oficial**. Disponible en: <<http://sociales.unq.edu.ar/investigacion/centro-de-estudios-cear/>> Acceso en 22 ago 2016.
- CLEMENCEAU, G. **La Argentina del Centenario**. Bernal: UNQ, 1999.
- GIRBAL-BLACHA, N. **Ayer y hoy de la Argentina rural**. Gritos y susurros del poder económico (1880-1997). Buenos Aires: La página/REUN, 1999.
- GIRONDO, O. **Campo nuestro**. Buenos Aires: Sudamericana, 1946.
- HERNANDEZ, J. **Martín Fierro**. Buenos Aires: Claridad, 2012.

KOSSOY, B. **Fotografía e historia**. Buenos Aires: La Marca, 2001.

MUZLERA, J. **La modernidad tardía en el agro pampeano**. Sujetos agrarios y estructura productiva. Bernal: UNQ, 2013.

SONTAG, S. **Sobre la fotografía**. Madrid: Santillana, 2006.

TASSO, A. Veintiséis proposiciones acerca del mirar. **Cifra**, Revista de la Facultad de Humanidades, Ciencias Sociales y de la Salud, Universidad Nacional de Santiago del Estero, Nº1 (Segunda época), ISSN 0328-8862, Santiago del Estero, 2005. Disponible en: <[http://www.filosofiyaliteratura.org/lindaraja/literatura\\_pensamiento/alberto\\_tasso/mirar.htm](http://www.filosofiyaliteratura.org/lindaraja/literatura_pensamiento/alberto_tasso/mirar.htm)> Acceso en: 22 ago 2014.

YUPANQUI, A. El arriero. **A que le llaman distancia**. Odeon, Argentina, 1960.

# EXCURSO

---

---

# ***Síntese do Programa de Cooperação Bilateral Brasil-Argentina***

Ada C. Machado da SILVEIRA

---

Antigas relações de trabalho e compromisso mútuo proporcionaram a estruturação de um projeto de pesquisa em rede com suporte financeiro da CAPES, no Brasil, e do MINCYT, na Argentina.

## **Histórico da rede**

A rede tem origem na relação do pesquisador Eduardo Andres Vizer, professor emérito da Universidade de Buenos Aires, com os pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Desde o início do programa, em 2006, diversos contatos foram mantidos. Em 2007, no Encontro da Rede Prosul na Unisinos, as relações intensificaram-se através da interlocução promovida nos grupos de trabalhos e seus debates. Posteriormente, em 2011, a autora participou da abertura da Cátedra de Comunicação da Universidade da Integração Latino-Americana, em Foz do Iguaçu, organizada pelo professor Eduardo Vizer. Naquele mesmo ano, a coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, professora Eugenia M. M. da R. Barichello, convidou o professor Vizer a ministrar um minicurso no programa, com foco no tema das apropriações das TICs. Convidou-o, igualmente, a participar do III Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação (SIPECOM), realizado em setembro de 2011. Resultou desta atividade a publicação do capítulo de livro intitulado “A caixa de pandora: as tendências

na inovação digital”, de autoria de Eduardo Vizer e Helenice Carvalho, integrante do livro *Estratégias Midiáticas*, editado pela FACOS-UFSM.

Também resultou deste contato o capítulo de livro de Eugenia M.M. da R. Barichello, sobre TICs, a ser publicado pela editora *La Crujía* de Buenos Aires em conjunto com Eduardo Vizer e outros autores argentinos.

De outra parte, a relação da Universidade Federal de Santa Maria com a Universidad Nacional de Quilmes (UNQ) começou em 2011, através da estadia nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Extensão Rural da UFSM da então doutoranda Marina Poggi, do *Centro de Estudios de La Argentina Rural* (CEAR), criado em 2010 e com antecedentes desde 2006 em programas I+D da UNQ. O encontro foi proporcionado pelo conhecimento que a argentina teve de um texto da autora (SILVEIRA; CABRERA, 2010) em obra organizada na Argentina por Ricardo Thornton, diretor de Comunicação do *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria* (INTA). Um auxílio do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas* (CONICET) permitiu a Marina Poggi ser recebida pela autora, que integrava tanto o quadro permanente do programa de Pós-Graduação em Comunicação como o de Extensão Rural. A doutoranda da *Universidad Nacional de Quilmes* em sua *pasantía* ministrou um minicurso sobre o tema de sua tese doutoral, a saber, as questões da imprensa agrária argentina, para mestrandos e doutorandos dos dois programas. Também foi possível ao grupo da UFSM ter acesso à bibliografia produzida pela UNQ. Posteriormente, a autora, integrante da comissão organizada do 4º Encontro do Núcleo Gaúcho da Rede Alcar, realizado em São Borja em maio de 2012, convidou Marina Poggi a integrar a mesa de encerramento do evento. Resultou dessa atividade a submissão e publicação do artigo de Marina Poggi (2012) no periódico do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM, *Animus*, Revista Interamericana de Comunicação Midiática.

A relação dos grupos argentinos da UBA e UNQ com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) procede também de longa data, para não falar da condição predecessora do apoio de seu programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação na criação do programa da UFSM.

Em 2008 o professor Eduardo Vizer atuou na condição de professor visitante no programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, oportunidade em que estabeleceu interlocução com o grupo de pesquisa do professor Valdir Jose Morigi, integrante do quadro permanente do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS.

A oportunidade do Edital CAPES CGI no. 029/2012, publicado no DOU de 08/06/12 – seção 3 – pág. 30, proporcionou as condições que o grupo aguardava para promover o conjunto de atividades almejado.

Com o projeto intitulado “Tendências e usos das Tecnologias de Informação e Comunicação nas ciências da comunicação e da Informação”, registrado na CAPES em 15/07/2012, inicialmente como o processo no. 23038.002717/2012-14. Recomendada a concessão, seguiu-se o registro de AUXPE MINCYT No. 1057/13 e, posteriormente, com a troca de coordenação, AUXPE MINCYT No. 3368/2014, as instituições participantes no Brasil - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – efetivaram o projeto em rede conjuntamente com as instituições participantes na Argentina - *Universidad Nacional de Quilmes (UNQ)* e *Universidad de Buenos Aires (UBA)*. Foram coordenadoras no Brasil inicialmente Eugenia M. M. da R. Barichello (2012-13) e, posteriormente, a autora (2014-15) da UFSM e, pela Argentina, Maria Silvia Ospital da UNQ. Colaborou na produção do projeto Ana Coiro de Moraes, então atuando como professora visitante do programa da UFSM.

## Descrição dos resultados obtidos

A equipe de professores argentinos e brasileiros envolvidos no projeto patrocinado pela CAPES-MINCYT trabalhou de forma sistemática e intensiva na aproximação mútua de recursos humanos, de modo que os deslocamentos resultam em maior benefício para todos os programas de pós-graduação envolvidos nele desde 2012. Os contatos entre os vários participantes, organização de datas, atividades, interesses, desenvolvimento de publicações conjuntas e outras atividades tomaram a agenda das diferentes equipes de trabalho envolvidas na formação da rede desde 2012, o que foi incrementado quando anunciou-se pela CAPES a recomendação do projeto em rede em março de 2013 e por MINCYT em abril de 2013, prosseguindo igualmente durante o ano de 2014. Atrasos nos recursos estenderam as atividades até o ano de 2015.

No ano de 2015 ocorreu o planejamento e realização de simpósio de atividades de internacionalização com participação dos integrantes do projeto em rede. A atividade integrou o *IV Congreso Internacional del Conocimiento*, em Santiago de Chile, ocorrido de 9-14 outubro de 2015, como “*Simposio N° 41: Tendencias y usos de las Tecnologías de Información y Comunicación. Perspectivas latino-americanas comparadas*”, organizado pelas participantes do convênio Ada Cristina Machado Silveira (UFMS-Brasil) e Marina Poggi (UNQ-Argentina), ademais de Sergio Duarte Massi (*Secretario Técnico del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología - CoNaCyT de Paraguay*). O simpósio contou com inscrição de 33 trabalhos oriundos da Argentina, Brasil, Colômbia, México e Chile. A presença efetiva no evento foi dos autores de 20 comunicações, organizadas em quatro mesas, realizadas nas dependências da *Universidad de Santiago de Chile (USACH)*. A chamada de textos definitiva para o livro do simpósio foi emitida no mês de outubro de 2015. Em janeiro de 2016 ocorreu a publicação do livro com resultados de pesquisa obtidos através de algumas atividades



realizadas e um conjunto de mesas de trabalhos. Destaca-se o artigo produzido por Marina Poggi e Ximena Carreras Doallo a partir de sua experiência em Santa Maria, intitulado “De lo local a lo global. Representaciones del medio ambiente en las TIC ´s: el caso del Projeto Esperança” e constante do ebook publicado pela USACH (SILVEIRA; POGGI; DUARTE MASI).

Conforme relatório encaminhado à CAPES e ao MINCYT ao final dos trabalhos, o financiamento possibilitou contato entre diversos pesquisadores e uma variedade muito grande de atividades, conforme se detalha a seguir.

### **Síntese dos resultados e das metas alcançadas**

- Duas missões de estudo de professoras brasileiras e argentinas (Ada C. Machado Silveira e Maria Ivete Trevisan Fossá da UFSM, bem como Eduardo Andres Vizer da UBA e Marina Poggi Carter da UNQ);
- Dois professores brasileiros em missão de trabalho, deslocados para a UBA e CEAR - UNQ (Flavi Ferreira Lisboa Filho da UFSM e Valdir José Morigi da UFRGS);
- Uma professora argentina em missão de trabalho, deslocada para UFRGS e UFSM;
- Duas missões de treinamento de doutorado sanduíche na Argentina e no Brasil. Na UBA (Maria Madalena Zambi da UFRGS e Fabiano Maggioni da UFSM) e na UFRGS e UFSM (Lucas Enrique Pinto e Daniela Verônica Sanchez Enrique da UNQ);
- A ministração de um curso intitulado “Questões de epistemologia histórica e teoria nas ciências sociais - Contribuições das Ciências da Comunicação” por Eduardo A. Vizer no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM em setembro de 2013;
- A participação de Eduardo A. Vizer no IV Seminário Internacio-

nal de Pesquisa em Comunicação (SIPECOM) da UFSM em 23 de outubro de 2013;

- Elaboração de um livro sobre “Socioanálise da comunicação” com os professores e alunos do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM a ser organizado por Eduardo A. Vizer e editado pela FACOS - UFSM Editora;
- Curso ministrado por Marina Poggi na UFRGS e UFSM intitulado “*La prensa de análisis como actor político. Estrategias y representaciones en tiempos de censura: los casos de La Opinión (Argentina) y Opinião (Brasil)*” em dezembro de 2014;
- A autora realizou, ademais de suas atividades previstas no estágio pós-doutoral, o curso “*Representaciones identitarias en los medios*” na *Universidad de San Luís*, na Província de San Luís – Argentina, em dezembro de 2013;
- Publicação do livro da autora intitulado “*Asombros identitarios. Representación y virtualización en los medios*” por *Editorial Académica Española*, de Madri, finalizado em 2013 durante seu estágio pós-doutoral e editado em 2015 e utilizado no curso da *Universidad de San Luís*;
- Realização de projeto de pesquisa “Antecedentes da divulgação científica no universo platino” e resultante na dissertação de mestrado de Phillipp Dias Gripp e artigo encaminhado ao periódico *Improntas de la Comunicación y de la Historia da Universidad Nacional de La Plata-Argentina* e outro para a *Revista Latinoamericana de Comunicación – Chasqui*, da CIESPAL no Equador;
- Participação da professora Marina Poggi (CEAR-UNQ) em banca examinadora de dois mestrandos do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM: Francisco Arnao Puentes Galarreta e de Phillipp Dias Gripp;
- Planejamento de Seminário de atividades de internacionalização para 2017 com participação dos integrantes do projeto:

Valdir Morigi, Marina Poggi, Maria Madalena Zambini, Maria Ivete T. Fossá, Ada C. M. Silveira, Eduardo Vizer, Fabiano Maggioni e Flavi F. Lisboa Filho;

- Consolidação da política de troca de convites para compor os conselhos editoriais dos periódicos *Animus*. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática* e *Cadernos de Comunicação do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM* e *Cadernos de Extensão Rural do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da UFSM*, bem como *EmQuestão do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS*;
- Entrevistas e notas para vários meios para divulgar o projeto no portais das universidades envolvidas (UNQ, UBA, UFSM, UFRGS), bem como em emissoras de rádio e televisão comerciais e comunitárias.

## **Desenvolvimento do convênio**

O programa de convênio bilateral favoreceu a cinco programas de pós-graduação brasileiros: Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM, Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da UFSM e Mestrado em Direito da UFSM, ademais do Mestrado em Direitos Humanos da Unijuí. Da Argentina, foram quatro as universidades que acabaram tendo retorno imediato das atividades: *Universidad de Buenos Aires*, *Universidad Nacional de Quilmes*, *Universidad Nacional de La Plata* e *Universidad Nacional de San Luís*.

Dentre os seus desdobramentos, a primeira atividade a destacar-se é a produção da I Mostra *Imagens do Rural/Miradas Plurales*. Conforme destacam dois textos apresentados na presente coletânea, a atividade envolveu os Programas de Pós-graduação em Comunicação, bem como o de Extensão Rural, ambos da UFSM e o *Centro de*

*Estudios de la Argentina Rural* da UNQ, através da produção de uma exposição de fotos seja no formato pôster (0,60 x 0,60 cm), postal (0,10 x 0,15 cm) ou arquivo digital. A exposição contou com fotografias de mulheres guardiãs de sementes de Ibarama, intitulada “Guardiãs de Ibarama”, produzida pelo grupo de pesquisa Agrobiologia, Agrodiversidade e Sustentabilidade vinculado ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, ademais de apoio da EMATER-ASCAR/RS. Com fotografias e textos de Bibiana Silveira, complementados por relatos das pesquisadoras Marielen Kaufmann, Lia Reiniger (UFSM) e Casiane da Costa (JERGS), a mostra reúne fotos de 18 agricultoras que transmitem serenidade, experiência e, especialmente, alegria. Ela é exibida em conjunto com as fotografias intituladas “*Miradas Plurales: Trabajo y Trabajadores*” da Argentina, ademais de poesias argentinas. A exposição foi montada com curadoria da autora e da pós-doutoranda Clarissa Schwartz (CAPES PNPD Institucional-UFSM), juntamente com Marina Poggi e Alejandra de Arce (CEAR-UNQ). Os textos da exposição foram produzidos em Português, Espanhol e Guaraní. A mestrandia do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM Maria Liz Benitez Almeida e egressa de uma universidade paraguaia encarregou-se da versão ao Espanhol e ao Guaraní. Os textos em Espanhol tiveram tradução ao Português pela autora e Clarissa Schwartz, integrantes do grupo de pesquisa Comunicação e Desenvolvimento da UFSM. Foram produzidas duas cópias que circularam em diversas universidades, eventos científicos e espaços culturais do Brasil, Argentina, México, Paraguai, Portugal, Espanha e Estados Unidos. A disponibilidade de recursos também possibilitou a impressão da I Mostra em versão postais para varal, de mais fácil circulação em eventos cotidianos da UFSM e comunitários no ano de 2015:

- *Semana de la Ciencia y la Tecnología* 2015, 20 de junho a 20 de julho, exposta no Espacio Rosa de los Vientos, UNQ (Buenos Aires, Argentina)

- 1o. Encontro Missioneiro de Cultura (EMiCult), Universidade Federal do Pampa, 20 e 21 de agosto (São Borja, Brasil)
- 11ª Feira Latino Americana de Economia Solidária – ECOSOL e 22ª FEICOOP – Feira Internacional do Cooperativismo de 08 a 12 de julho (Santa Maria, Brasil)

No ano de 2016 a I Mostra Imagens do Rural *Miradas Plurales: Trabajo y Trabajadores* foi exposta nos eventos:

- *Old and New Worlds: the Global Challenges of Rural History*, 27 a 30 de janeiro (Lisboa, Portugal)
- *Congreso LASA / Hotel Hilton*, 27 a 30 de maio (Nova Iorque, Estados Unidos)
- *Universidad Autónoma de Baja California*, 23 e 24 de maio (Tijuana, México)
- *Universidad Nacional General Sarmiento*, 11 de maio a 4 de julho (Buenos Aires, Argentina)
- *Universidad de Castilla-La Mancha. Facultad de Ciencias Sociales de Talavera*, julho (Talavera, Espanha)
- “Seminário Internacional sobre Juan Díaz Bordenave”, *Universidad Nacional del Este (Ciudad del Este, Paraguay)*, em 9-10 de abril
- Exposição fotográfica na Sala Angelita Stefani, no Centro Universitário Franciscano – Unifra (Santa Maria, Brasil), de 10 a 28 de setembro de 2016.

Uma II Mostra Imagens do Rural foi produzida a partir de curadoria de Clarissa Schwartz e Bibiana Silveira de fotografias produzidas por Mario Witt, aluno da UFSM, com textos em Português, Espanhol e Guarani. As exposições da II Mostra Imagens do Rural ocorreram em:

- II Colóquio Internacional do Grupo de Pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras intitulado Mídia, Interações e Estudos Fronteiriços, durante a Jornada Acadêmica de Pesquisa (JAI) da Universidade Federal de Santa Maria (Brasil) em 23 de outubro de 2015 no prédio 74A da Cidade Universitária;
- Congresso Internacional do Pampa, 20 a 22 de junho de 2016, Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria, Brasil);
- Exposição fotográfica na Sala Angelita Stefani, no Centro Universitário Franciscano – Unifra de 10 a 28 de setembro de 2016.

A terceira atividade oportunizada pela realização da exposição de fotos foi a Oficina “Imagens do Rural: Retratos de Mulheres”, realizada durante 11ª Feira Latino Americana de Economia Solidária (ECOSOL) e 22ª Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP), que contaram com participantes do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, realizada em Santa Maria (Brasil), na data de 11 de julho de 2015.

Um quarto desdobramento responde pelo convite à autora para participar no evento “*La Comunicación está de Historia*” na *Universidad Nacional de la Plata*, em 12-13 de novembro de 2015, organizado pelo professor Cesar Tato Diaz, Diretor da Biblioteca de La Plata e integrante da *Facultad de Periodismo*, a partir de contatos realizados quando da estadia da professora em Buenos Aires em sua missão de estudos no ano de 2013, primeiro ano do convênio. Houve ainda um convite para participação da autora no Conselho Editorial da revista *Improntas de la Historia y de la Comunicación*, da *Facultad de Periodismo da Universidad Nacional de la Plata*.

A quinta atividade de desdobramento a destacar é a produção de um verbete para a Enciclopédia de Brazilianistas da Intercom. A Enciclopédia enfeixa um conjunto de atividades que visa congregiar os esforços de Brazilianistas reconhecidos no campo da Comunicação. Ada Cristina Machado Silveira foi encarregada de produzir o verbete a respeito da pesquisadora aposentada da *Universidad de Buenos Aires* (UBA) Nora Mazziotti, pesquisadora de telenovelas. Trata-se de um texto de referência destinado a apresentar duas facetas da personalidade de um intelectual tomado como Brazilianista, envolvendo um breve perfil biográfico e um roteiro bibliográfico. O verbete será reunido a outros num no livro de referência denominado “Brasileirismo Comunicacional: Dicionário Biobibliográfico”, organizado por José Marques de Melo, Esmeralda Villegas, Raniele Moura e Antonio de Andrade e editado em 2016 pela Intercom.

Um sexto desdobramento a registrar-se refere-se à participação da autora na banca de doutorado junto à *Facultad de Ciencias Sociales (FLACSO)* em Buenos Aires, da professora da Unipampa – campus de São Borja, Mara Regina Marques Ribeiro, defendendo sua tese intitulada “*Periodismo y Autoritarismo. Ideología y relaciones de poder en el discurso del periódico Folha de São Borja en el período de los años 70 a 73 en la frontera oeste de Río Grande del Sur*”. A participação da autora ocorreu com um primeiro parecer realizado em 2014 e um segundo parecer em 2015. O ato de defesa ocorreu em abril de 2016 com aprovação da tese.

Um sétimo desdobramento foi decorrência de uma sucessão de eventos catastróficos. Trata-se de um capítulo de livro de Andrea Estrada, professora da *Universidad de Buenos Aires* (UBA), articulando as duas experiências nefastas de Buenos Aires e de Santa Maria e integrante da coletânea intitulada “Midiatização da Tragédia de Santa Maria” (2014), organizada pela autora. Posteriormente, com o in-

tercâmbio de experiências proporcionado pelo contato solidário de membros da Associação *Familias por la vida* organizados em torno da Tragédia da Boate Cromagñón de Buenos Aires, ocorrida em 30 de dezembro de 2004, com os membros da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVFTSM), a partir dos acontecimentos na Boate Kiss em 27 de janeiro de 2013, um conjunto de ações se produziram. A realização da monografia de graduação no curso de Produção Editorial da UFSM, de autoria André Polga e orientado pela autora, intitulada “A recepção de produtos editoriais sobre a Tragédia de Santa Maria” retomou os vínculos. Recursos do convênio foram utilizados para confecção de banners com trechos da coletânea foram utilizados como apoio na realização de grupos focais (dado que um ebook não está impresso, à diferença dos outros produtos editoriais estudados) e depois de utilizados foram doados para a AVFTSM.

Por fim, um oitavo desdobramento está presente na proposição de uma mesa de trabalhos no *XVIII Congreso Internacional de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeus (AHILA)*, intitulado “*En los márgenes de la historia oficial*”, a realizar-se na *Universidad de València* (Espanha), de 5 a 9 de setembro de 2017, proposta por Maria Silvia Ospital (UNQ) e a autora (UFSM). Um conjunto expressivo de autores já se inscreveu e o evento promete congregar uma rede de pesquisadores em torno do tema da presente publicação, com a mesa “Estado y publicaciones, América Latina, siglo XX”. Sua descrição consiste em:

A lo largo del siglo XX diversos organismos estatales desarrollaron esfuerzos de producir publicaciones más o menos especializadas dirigidas a públicos distintos. Ministerios, secretarías, agencias gubernamentales, empresas de servicios dependientes de los poderes públicos emitieron boletines, revistas, almanaques o folletos difundiendo sus actividades, desarrollando campañas de propaganda, indicando formas apropiadas de realizar actividades productivas



o alertando sobre situaciones peligrosas que debían evitarse. Esta mesa temática propone el análisis de ese conjunto de publicaciones provenientes de organismos estatales, en un intento de comparar las diversas iniciativas latinoamericanas, destacar su significado en tanto parte de políticas públicas y realizar una tarea de valorización de esos materiales. (AHILA, Online...).

Trata-se, portanto, de um expressivo conjunto de trabalhos que repercutem diretamente no propósito de inserção internacional de pesquisadores brasileiros preconizado pela CAPES.

### **Avaliação do processo de convênio bilateral**

O ano de 2013 transcorreu sem dificuldades. O ano de 2014 registrou alguns obstáculos. Conforme se registrou anteriormente, a prorrogação de prazo até 2015 facilitou a conclusão do projeto.

O desempenho dos estudantes de doutorado sanduíche e dos professores em missão de trabalho e de estudos equivaleu-se em volume, empenho e qualidade, à exceção de uma missão de trabalho de um professor argentino que não se efetivou. Todos realizaram as atividades previstas com pequenas alterações no tempo e na maneira prevista. Uma estudante brasileira foi substituída por desistência de última hora e tanto CAPES quanto MINCYT acolheram a solicitação de substituição e alcançaram os benefícios previstos para o estudante que a substituiu sem qualquer prejuízo. Um pesquisador argentino alterou sua condição de missão de estudos para missão de trabalho devido a problemas com a liberação de seus recursos; uma pesquisadora argentina assumiu a condição de realizar missão de estudos em seu lugar. Deve-se apontar a busca por agilidade das agências e o comprometimento de seus servidores.

Registre-se que o desempenho dos pesquisadores argentinos se vê comprometido face às dificuldades que o Estado argentino impõe

em termos de transferências de recursos para o estrangeiro. Ademais dos benefícios concedidos aos argentinos pelo MINCYT serem inferiores aos concedidos aos brasileiros pela CAPES, os pesquisadores argentinos não dispõem do valor para pleno uso em sua estadia no Brasil. Essa característica coloca o desempenho dos investigadores e estudantes em dificuldades de manutenção quando vêm ao Brasil. Foi necessária a solidariedade dos pesquisadores brasileiros para contornar tais deficiências.

O simpósio que encerrou as atividades do convênio, realizado na *Universidad de Santiago de Chile*, recebeu a seguinte mensagem que, ademais, traduz o propósito do convênio:

*Celebramos las nuevas incorporaciones que se sumaron a las exposiciones, coordinaciones y actividades anexas, ya que se han abierto de este modo nuevos espacios y oportunidades de diálogo. Queremos también valorar el esfuerzo de aquellas personas que han participado activamente en varias versiones del Congreso, contribuyendo a la constitución de las redes. Un recuento provisorio indica que enviaron resúmenes unas 3000 personas y concurrieron unas 1400, de alrededor de 400 ciudades y de unos 30 países, como Alemania, Argentina, Benín, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Congo R.D., Corea del Sur, Costa Rica, Dinamarca, Ecuador, España, Francia, Haití, Honduras, Hungría, Israel, Italia, México, Mozambique, Perú, Portugal, Serbia, Uruguay, USA y Venezuela, entre otros. La necesidad de constituir una intelectualidad latinoamericana y mundial que se pregunte permanentemente por su compromiso, por su papel y su destino nos enfrenta a la cuestión siguiente: Si es efectivo que una intelectualidad que piensa bien, representa los intereses de la humanidad, podemos darnos por satisfechos? Hacia el futuro, se están planificando varios encuentros asociados a la red Internacional del Conocimiento, en diversas instituciones académicas de Bogotá, Brasília, Buenos Aires, Lisboa, Lubumbashi, Madrid, Medellín, México DF, Niteroi, Pelotas, Santa-María, Sao Leopoldo, Pérez-Zeledón, Río Gallegos, Río de Janeiro y Valparaíso entre otras ciudades. Se preparan numerosas publicaciones de simposios y de equipos que trabajan*

*asociados también a la red. Las redes intelectuales y los corredores de las ideas, constituyen formas de acción e interacción de la sociedad civil del conocimiento, en vistas a la creación de un espacio intelectual más allá de los estados-nación. (Comunicação pessoal).*

A equipe de professores argentinos e brasileiros envolvidos no projeto em rede patrocinado pela CAPES-MINCYT trabalhou de forma sistemática e intensiva na aproximação mútua de recursos humanos, de modo que os deslocamentos resultam em maior benefício para todos os programas de pós-graduação envolvidos nele desde 2012. Os contatos entre os vários participantes, organização de datas, atividades, interesses, desenvolvimento de publicações conjuntas e outras atividades tomaram a agenda das diferentes equipes de trabalho envolvidas na formação da rede desde 2012, o que foi incrementado quando anunciou-se por Capes a aprovação do projeto em março de 2013 e por MINCYT em abril de 2013, prosseguindo igualmente durante o ano de 2014. O projeto teve que receber uma prorrogação, tendo em vista atrasos nos repasses de recursos em 2014. A prorrogação, conforme extrato de termo aditivo, publicada no DOU de No. 27, segunda-feira, 9 de fevereiro de 2015, facilitou o desenvolvimento de algumas atividades de encerramento, como a realização da I Mostra Imagens do Rural/*Miradas Plurales*, em gira por várias universidades brasileiras, argentinas, portuguesa, norte-americana, paraguaia e mexicana.

A primeira coordenadora brasileira do projeto – professora Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello – afastou-se para realizar pós-doutoramento. A autora assumiu a coordenação brasileira do projeto. A troca produziu um certo lapso no repasse dos recursos.

A CAPES promoveu diversas substituições nos técnicos que atendiam o convênio CAPES-MINCYT no ano de 2014, o que igualmente contribuiu para certas dificuldades de comunicação nos

encaminhamentos.

Ademais das missões de estudo e de trabalho realizadas, o desenvolvimento do projeto proporcionou várias outras atividades comuns.

Houve simetria no desenvolvimento do Doutorado Sanduíche de parte de Brasil e Argentina, bem como na realização de Pós-doutorados. A dificuldade ocorreu com a missão de trabalho do professor Mario Carlón da *Universidad de Buenos Aires* que declinou de efetivar sua missão. A missão de trabalho brasileira realizou-se (dezembro de 2014), ainda que os recursos tenham chegado com 30 dias de atraso (janeiro de 2015).

Uma assimetria se registra no não reconhecimento do MINCYT de que os pesquisadores brasileiros da UFSM não residem em Porto Alegre, tendo a UFSM que custear o deslocamento de Santa Maria até aquela capital em todas as situações previstas para deslocamento de seus professores e aluno de doutorado.

Num primeiro momento, houve dificuldades de relacionamento com o MINCYT que não entendia que as missões de pós-doutoramento poderiam aplicar-se a doutores *seniors*. A dificuldade foi contornada com intercessão de técnicos da CAPES.

### **Comentários adicionais e conclusões gerais**

O desempenho dos estudantes de doutorado sanduíche e dos professores em missão de trabalho e de estudos equivaleu-se em volume, empenho e qualidade. Todos realizaram as atividades previstas com pequenas alterações no tempo e na maneira prevista. Uma estudante brasileira foi substituída por desistência de última hora e tanto CAPES quanto MINCYT acolheram a solicitação de substituição e alcançaram os benefícios previstos para o estudante que a substituiu sem qual-

quer prejuízo. Um pesquisador argentino alterou sua condição de missão de estudos para missão de trabalho devido a problemas com a liberação de seus recursos; uma pesquisadora argentina assumiu a condição de realizar missão de estudos em seu lugar. Deve-se apontar a agilidade das agências e o comprometimento de seus servidores.

Registre-se que o desempenho dos pesquisadores argentinos comprometeu-se face às dificuldades que o Estado argentino impunha em termos de transferências de recursos para gastos no estrangeiro durante o período do programa em rede. Ademais dos benefícios concedidos aos argentinos pelo MINCYT serem relativamente inferiores em termos cambiais aos concedidos aos brasileiros pela CAPES, os pesquisadores argentinos não dispunham do valor para pleno uso em sua estadia no Brasil. Em que pese o quadro financeiro, o empenho dos investigadores e estudantes argentinos em sua estadia no Brasil não ficou a dever. As trocas entre pesquisadores e estudantes de mestrado e de doutorado, de parte a parte, foram reconhecidas e consideradas plenamente gratificantes por todos.

Por fim, cabe registrar nosso agradecimento aos envolvidos. O professor Eduardo A. Vizer foi nosso inspirador e grande animador no começo e transcurso do conjunto de atividades. Nosso agradecimento ainda dedica-se, especialmente, a Marina Poggi, que mediou as relações entre os argentinos e, na UFRGS, a Valdir José Morigi. Também lembramos a diretora do CEAR-UNQ, Noemí Girbal-Blacha, que facilitou a estadia de muitos participantes do convênio. Maria Silvia Ospital e Eugenia M. M. da R. Barichello foram indispensáveis e a elas dedicamos nosso mais sincero agradecimento.

O convênio bilateral CAPES-MINCYT expressou o esforço do diálogo Sul-Sul manifesto em tantos protocolos diplomáticos e nos propósitos de integração do Cone Sul. Esperamos que ele também seja reconhe-

cido em termos de internacionalização da pós-graduação brasileira.

## Referências

AHILA. **XVIII Congresso**. Disponível em: <<http://www.ahila.eu/images/AHILA/pdf/Segunda-circular.pdf>> Acesso em 22 ago 2016.

POGGI, M. Representaciones de la problemática agraria em la prensa de análisis de los años 70. Primeiras aproximaciones comparativas entre el diário La Opinión (Argentina) y el semanário Opinião (Brasil). **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v.11, n. 22, de jan-jun de 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/5821>> Acesso em 03 ago 2016.

SILVEIRA, A. C.; CABRERA, L. C. A vocação sócioantropológica das metodologias participativas para o desenvolvimento rural. In: THORNTON, R. (Comp.). **Usos y abusos del participare**. Buenos Aires: INTA, 2010. p. 189205.

SILVEIRA, A. C M.; POGGI, M.; MASI, S. D. (Orgs.). **TIC's latinoamericanas**. Antecedentes, tendencias, usos y representaciones. Santiago de Chile: Red Internacional del Conocimiento, 2016. Ebook Disponível em: <<http://ariadnaediciones.cl/36-escritos-de-prensa-2>> Acesso em 03 ago 2016.

# *A modo de cierre*

Las disposiciones que regulan los convenios de cooperación internacional son precisas y minuciosas. Cuando de acuerdos entre universidades se trata, las casas de altos estudios involucradas deben poseer prestigio y solidez, las temáticas a investigar deben ser estratégicas y potencialmente enriquecedoras, las personas encargadas de la dirección de los proyectos deben ser reconocidas en sus ámbitos de trabajo y las metodologías a aplicar, así como los resultados esperados deben estar establecidos con claridad. Cuando estas condiciones se cumplen el producto resultante es fructífero y provechoso; pero si a este conjunto de elementos se le agregan valores afectivos el éxito de la tarea está asegurado.

Este ha sido el caso en esta oportunidad. El volumen presentado reúne los aportes de varios de las personas participantes, en una muestra acabada de la tarea realizada. Pero si esta es una prueba tangible de lo conseguido es una parte de lo recorrido. El intercambio implicó viajes y estadías, charlas, conferencias y seminarios, dictados en una y otra universidad. Esta corriente de investigadores formados y becarios en formación permitió que unos y otros se conocieran, registraran semejanzas de trabajo y enfoques diferentes, en un proceso de enriquecimiento y crecimiento mutuos.

El intercambio entre estudiosos de diversos espacios de las ciencias sociales – historiadores y sociólogos especialmente- y expertos en comunicación permitió desarrollar líneas nuevas y actividades interdisciplinarias. Temas como “La prensa de análisis como actor político”, “El cruce disciplinar aplicado a un estudio de caso: Comunicación, Historia y Análisis del Discurso. Fuentes y métodos en la construcción de representaciones en la prensa” fueron motivo de charlas y seminarios.

Otra línea de investigación fue la relacionada con “Derechos Humanos y Trabajo Rural”, ampliada hacia el estudio de los derechos económicos, sociales y culturales. Desprendimiento de estas indagaciones fueron conferencias e intercambios sobre temas relacionados sobre el medio ambiente y cuestiones ambientales en general. Estudios, estos últimos, de gran interés para participantes de ambas universidades intervinientes.

Cursos de posgrado, realización de posdoctorados, coordinación de simposios en reuniones académicas realizadas en otras universidades se complementan con las publicaciones de artículos, reseñas periodísticas y libros como el que se presenta aquí. El conjunto de actividades realizado demuestra claramente el éxito del convenio. Los lazos estrechados durante los dos años del proyecto continúan dando frutos, puestos de manifiesto en coordinaciones conjuntas de simposios en diversas reuniones científicas, publicaciones interuniversitarias y programación y realización de seminarios y conferencias.

Este breve cierre o colofón pretende una doble propuesta: celebrar el éxito de una tarea realizada en estrecha vinculación y mostrar la consolidación de la misma en su proyección presente y futura.

Bernal-Argentina, septiembre de 2016.

**María Silvia Ospital**



# Sobre os Autores

---

## **Eduardo Andrés Vizer**

Professor emérito do Instituto Gino Germani, Universidad de Buenos Aires (Argentina). É graduado em Sociologia pela Universidad de Buenos Aires com especialização em Teorias da Comunicação Linguística e Semiologia pelo Instituto di Tella e em Psicodrama Terapêutico e Pedagógico Grupal pela Associação Argentina de Psicodrama e Psicologia de Grupo. É doutor em Sociologia pela Universidade de Belgrano (Argentina). Professor visitante em universidades de Estados Unidos, Canadá y Europa. Desempenhou como avaliador de pós-graduação do CONEAU (Argentina). Também colaborou com o Communication Department da University of Massachussets (Estados Unidos). Foi bolsista Fulbright, e atuou no ICCS de Ottawa (Canadá). Realizou pós-doutorado pela Universidade de Bonn (Alemanha) e Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Foi professor visitante na UFRGS, UFSM e Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: eavizer@gmail.com

## **Eugenia Maria M. da R. Barichello**

Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria e pesquisadora do CNPq (Brasil). Realizou estágio pós-doutoral financiado pela CAPES na *University College of London*. E-mail: eugeniabarichello@gmail.com

## **Ada C. Machado da Silveira**

Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria e pesquisadora do CNPq (Brasil). Estágio pós-doutoral financiado pelo convênio CAPES-MINCYT no *Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR), Universidad Nacional de Quilmes* (Argentina). E-mail: ada.silveira@ufsm.br

## **Ricardo Dominic Thornton**

Fue director de comunicación del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA). Es profesor de la Universidad Nacional de la Pampa (UNLP, Argentina). Ejerce de consultor privado. Ingeniero agrónomo, con doctorado por la Universidad de Navarra (España). Realizó estudios pós-doctorales en la Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: rthornton@speedy.com.ar

## **Maria Silvia Ospital**

Investigadora del *Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR)*, *Universidad Nacional de Quilmes* y *CONYCECT* (Argentina). E-mail: silviaospital@gmail.com

## **Marina Poggi**

Doctora en Ciencias Sociales y Humanas / Magister en Ciencias Sociales (orientación en Comunicación) / Especialista en Ciencias Sociales (orientación en Comunicación) / Licenciada en Comunicación Social, por la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Buenos Aires, Argentina. Pos-doctora en Comunicación, Medios y Cultura por la Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Periodismo y Comunicación Social (UNLP). Estancia pos-doctoral financiada por el convenio CAPES-MINCYT en los Programas de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria (Brasil). E-mail: marina.poggi@unq.edu.ar / marinapoggicarter@gmail.com

## **Alejandra de Arce**

Doctora en Ciencias Sociales y Humanas por la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Buenos Aires, Argentina. Licenciada en Ciencias Sociales por la misma Casa de Altos Estudios. Investigadora Asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), con lugar de trabajo en el Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR-UNQ). Docente de la UNQ. E-mail: adearce@unq.edu.ar / aledearce@gmail.com

### **Bibiana Silveira**

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Indústria Criativa, Centro Universitário Feevale e membro do Grupo de pesquisa em Agroecologia, Universidade Federal de Santa Maria (Brasil). E-mail: bibiana.silveira@gmail.com

### **Carlise Schneider Rudnicki**

Professora colaboradora e bolsista de estágio pós-doutoral do Programa DOCFIX da CAPES no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Relações Públicas, mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). E-mail: carlise.schneider@ufrgs.br

### **Clarissa Schwartz**

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, professora colaboradora e bolsista de estágio pós-doutoral CAPES-PNPD Institucional no Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria (Brasil). E-mail: clarissaschwartz@yahoo.com.br

### **Daniele P. Cielo**

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria (Brasil). E-mail: dcielo@gmail.com

### **Fabiano Maggioni**

Professor do Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria (Brasil). Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM com sanduíche financiado pelo convênio CAPES-MINCYT na *Universidad de Buenos Aires* (Argentina). E-mail: fabiano@ufsm.br

### **Flavi F. Lisboa Fo.**

Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Engenharia da Produção. Bacharel em Ciências Administrativas e Comunicação Social – habilitação em Relações Públicas. Pesquisador líder do GP Estudos Culturais e Audiovisualidades. Realizou missão de trabalho financiada pelo convênio CAPES-MINCYT no *Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR), Universidad Nacional de Quilmes* (Argentina). Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, Unisinos (Brasil). E-mail: flavilisboa@gmail.com

### **Ketlen Stueber**

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). E-mail: ketistueber@hotmail.com

### **Marcela Guimarães e Silva**

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. Professora do curso de Relações Públicas, campus de São Borja, Universidade Federal do Pampa (Brasil). E-mail: marcelasilva@unipampa.edu.br

### **Maria Catarina C. Zanini**

Professora do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil). E-mail: zanini.ufsm@gmail.com

### **Maria Ivete Trevisan Fossá**

Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria (Brasil). Estágio pós-doutoral financiado pelo convênio CAPES-MINCYT no *Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR), Universidad Nacional de Quilmes* (Argentina). E-mail: fossa@terra.com.br

### **Maria Liz Benítez Almeida**

Graduada em *Publicidad y Marketing e Mestra em Comunicación para el Desarrollo por la Universidad Nacional del Este (Paraguay)*. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, bolsista da CAPES (Brasil). E-mail: lizbet3006@hotmail.com

### **Matias E. Centeno**

Actua en el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA) y Universidad Nacional de San Luis (UNSL), Argentina. E-mail: centeno.matias@inta.gob.ar ; matiascto@gmail.com

### **Phillip Dias Gripp**

Mestre e Doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria (Brasil). Jornalista graduado pela Unipampa. E-mail: phidgripp@gmail.com

### **Silvana S. de Oliveira**

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria (Brasil). E-mail: silvanadeoliveira@gmail.com

### **Solange I. Engelmann**

Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). Bolsista Capes. E-mail: solengel03@gmail.com

### **Valdir José Morigi**

Professor titular, atua no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). Realizou missão de trabalho financiada pelo convênio CAPES-MIN-CYT no *Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR), Universidad Nacional de Quilmes (Argentina)*. E-mail: valdir.morigi@gmail.com

## **Ximena Carreras Doallo**

Investigadora do *Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR)*, *Universidad Nacional de Quilmes y Conecyt* (Argentina). Estágio pós-doutoral financiado pelo convênio CAPES-CONYCET nos Programas de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria (Brasil). E-mail: [ximena\\_carreras@yahoo.com.ar](mailto:ximena_carreras@yahoo.com.ar)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

**Reitor**

Paulo Afonso Burmann

**Vice-reitor**

Paulo Bayard Dias Gonçalves

**Diretor do CCSH**

Mauri Leodir Löbler

**Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação**

Viviane Borelli

**Capa, projeto gráfico e diagramação**

Danielle Neugebauer Wille

**Revisão**

Phillip Dias Gripp

**FACOS - UFSM**

**Comissão Editorial**

Ada Cristina Machado da Silveira (UFSM)

Aline Roes Dalmolin (UFSM)

Eduardo Andrés Vizer (UNILA)

Eugênia Maria Mariano da Rocha Barichello (UFSM)

Flavi Ferreira Lisbôa Filho (UFSM)

Gisela Cramer (UNAL)

Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM)

Marina Poggi (UNQ)

Monica Maronna (UDELAR)

Paulo César Castro (UFRJ)

Sonia Rosa Tedeschi (UNL)

Susana Bleil de Souza (UFRGS)

Valentina Ayrolo (UNMDP)

Veneza Mayora Ronsini (UFSM)